



SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

CNPJ: 06.079.533/0001-97

Qd. 204, Bl. A Lote 2, Ed. Alfa Mix, Sala 250, Águas Claras, Brasília/DF – CEP
71939-540 Telefax: 061 3364-2097solar@solarconsultoria.com * www.solarconsultoria.com

Contratante:

Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA.

Projeto:

BRA/IICA/09/005 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Beneficiários:

Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio.

Executora:

Solar Formação, Pesquisa e Gestão.

Objeto:

Desenvolvimento de estudo técnico sobre o processo de implementação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em unidades de conservação – ENCEA.

PRODUTO 2

Documento no formato de relatório técnico contendo registros de experiências de educação ambiental e comunicação desenvolvidas em unidades de conservação, categorizando-as por bioma e por categoria de UC.

janeiro/2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Rousseff

Vice-Presidente: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra: Izabella Teixeira

Secretário Executivo: Francisco Gaetani

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL

Secretária: Regina Gualda

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diretor: Nilo Diniz

Gerente: Renata Maranhão

Equipe Técnica

Patrícia Barbosa

Taiana Brito Nascimento

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Coordenação Geral de Gestão Socioambiental: Daniel de Miranda Pinto de Castro

Coordenação de Educação Ambiental: Karina Dino

SOLAR CONSULTORIA

Diretor / Gerente de Projeto: João de Jesus

Coordenador: Luiz Fernando Ferreira

Equipe Técnica:

Debora Menezes – Pesquisadora

Vivian Battaini – Pesquisadora

Lia Chaer – Assistente de pesquisa

Isabela Kojin Peres - Assistente de pesquisa

**“Este produto foi realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica
BRA/IICA/09/005 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EEN**

Ministério do Meio Ambiente”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1.Sistematização.....	12
2.2.SNUC	13
2.3.ENCEA	17
2.4.Educação Ambiental.....	21
2.5.Comunicação	26
2.6.Educomunicação Socioambiental	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
4. RESULTADOS.....	34
4.1. Pesquisa nas redes virtuais.....	34
4.2. Entrevista com o Departamento de Comunicação (Decom) do ICMBio	36
4.3.Relatórios da Coordenação de Educação Ambiental (Coedu – ICMBio)	36
4.4. Indicações de experiências	38
4.5. Formulários enviados para os servidores do ICMBio	38
4.6. Educação Ambiental e Comunicação nos Planos de Manejo	40
4.7. Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação mais visitadas ..	50
4.8. Entrevistas e contatos com as Unidades de Conservação	53
5. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS EXPERIÊNCIAS COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO – SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS	54
5.1 BIOMA AMAZÔNIA	54
5.1.1. Reserva Extrativista Arapixi.....	54
5.1.2.Parque Nacional Campos Amazônicos.....	58

5.1.3. Floresta Nacional de Carajás	61
5.1.4 Reserva Extrativista Quilombo Frechal	76
5.1.5. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	79
5.1.6. Reserva Extrativista do Rio Unini	84
5.1.7. Floresta Nacional dos Tapajós.....	86
5.1.8. Floresta Nacional de Tefé, Resex do Baixo Juruá, Resex do Rio Jutai	88
5.2. BIOMA CAATINGA	93
5.2.1. Parque Nacional da Chapada Diamantina	93
5.2.2. Floresta Nacional Contendas do Sincorá	96
5.2.3. Parque Nacional Serra da Capivara	99
5.3. BIOMA CERRADO	103
5.3.1 Parque Nacional de Brasília	103
5.3.2 Parque Nacional Das Emas	110
5.3.3 Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho.....	113
5.3.4 Estação Ecológica Serra das Araras	117
5.3.5 Parque Nacional da Canastra	119
5.3.6. Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.....	122
5.3.7 Floresta Nacional de Silvânia	126
5.4 BIOMA MATA ATLÂNTICA.....	132
5.4.1. Parque Nacional Aparados da Serra.....	132
5.4.2. Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa	137
5.4.3. Parque Nacional Campos Gerais	140
5.4.4. Parque Nacional do Descobrimento/Resex Marinha do Corumbau	143
5.4.5. Floresta Nacional de Goyatacazes.....	148
5.4.6. Floresta Nacional de Ibirama	150
5.4.7. Parque Nacional do Iguaçu	152

5.4.8. Floresta Nacional de Ipanema	160
5.4.9. Parque Nacional do Itatiaia.....	164
5.4.10. Parque Nacional do Pau Brasil	169
5.4.11. Reserva Biológica das Perobas	174
5.4.12. Parque Nacional de São Joaquim.....	177
5.4.13. Parque Nacional Serra da Bocaina.....	179
5.4.14. Parque Nacional Serra dos Órgãos	184
5.5. BIOMA MARINHO COSTEIRO.....	187
5.5.1. Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape.....	187
5.5.2. Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca	189
5.5.3. Estação Ecológica de Carijós	201
5.5.4. Reserva Extrativista do Cassurubá.....	205
5.5.5. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais	209
5.5.6. Ação Integrada Área de Proteção Ambiental Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara	216
5.5.7. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	222
5.5.8. Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	227
5.5.9. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	231
5.5.10. Parque Nacional Marinho de Fernando De Noronha	238
5.5.11. Reserva Extrativista de Pirajubaé.....	244
5.4.12. Reserva Extrativista de Soure	247
6. ANÁLISES DAS EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS	253
6.1 O Plano de Manejo e as ações sistematizadas	255
6.2. Responsáveis e propositores das ações	258
6.3. Motivação e objetivos das ações.....	261
6.4. Parceiros	264

6.5. Sujeitos da ação	266
6.6. Período de desenvolvimento	269
6.7. Atividades e temas	272
6.8. Avaliação	275
6.9. Comunicação	277
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	280
8. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	286
9. ANEXOS	
Anexo 1 – Roteiro de sistematização das experiências.....	315
Anexo 2 – cruzamento da unidades de conservação identificadas.....	317
Anexo 3 – Formulário online para unidades que desenvolvem atividades de EA e Comunicação.....	318
Anexo 4 – Formulário online para as unidades sem experiências de EA e Comunicação..	322
Anexo 5 – Quadro com programas de educação ambiental e comunicação nas Unidades de Conservação Federais e como são inseridos no Plano de Manejo.....	327

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	42
GRÁFICO 2 – PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PLANOS DE MANEJO	43
GRÁFICO 3 – PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO NOS PLANOS DE MANEJO	44
GRÁFICO 4 – NOMENCLATURA DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	45
GRÁFICO 5 – PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO NOS PLANOS DE MANEJO ..	46
GRÁFICO 6 – NOMENCLATURA DOS PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO	47
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE VISITANTES EM TODOS OS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS, ENTRE 2006 E 2013 (FORNECIDO PELO ICMBIO)	49
GRÁFICO 8 - REPRESENTATIVIDADE POR REGIÕES DO PAÍS	252
GRÁFICO 9 – REPRESENTATIVIDADE DE CATEGORIAS DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	252
GRÁFICO 10 - EXISTÊNCIA OU NÃO DE PLANO DE MANEJO NAS UNIDADES	256
GRÁFICO 11 – RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES.....	257
GRÁFICO 12 - PROPOSITORES DAS AÇÕES	258
GRÁFICO 13 - MOTIVAÇÕES PARA AS AÇÕES	260
GRÁFICO 14 - PRINCIPAIS PARCEIROS DAS AÇÕES	263
GRÁFICO 15 - SUJEITOS DAS AÇÕES	265
GRÁFICO 16 - PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES	268
GRÁFICO 17 - DESENVOLVIMENTO DE AVALIAÇÃO NAS AÇÕES	273

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA.....	30
QUADRO 2 – NÚMERO DE VISITANTES NAS 20 UCS MAIS VISITADAS	52
QUADRO 3 – REPRESENTATIVIDADE DE BIOMAS	251
QUADRO 4 – IDENTIFICAÇÃO DAS DATAS DOS PLANOS DE MANEJO DAS UNIDADES	256
QUADRO 5 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	273
QUADRO 6 – TEMAS TRABALHADOS	274

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), por intermédio da Solar Consultoria, e em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), coordenam essa consultoria com o objetivo de desenvolver estudo técnico sobre o processo de implementação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em unidades de conservação – Encea¹. A

Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental é um documento que traz diretrizes, objetivos e propostas para o desenvolvimento de políticas públicas, programas e ações de Educação Ambiental, na interface com a Comunicação, incluindo também ações no campo da Educomunicação. Este documento compõe estratégias no contexto do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), com base na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999).

Dessa forma, a consultoria visa fortalecer e qualificar as ações de educação ambiental e comunicação em Unidades de Conservação, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental e será desenvolvido entre setembro de 2014 a maio de 2015. As

principais ações do projeto são:

Etapa 1: Oficina de gestores e educadores com o objetivo de construir as diretrizes, as abordagens metodológicas e as ferramentas de educação ambiental e de comunicação para o material educativo.

Etapa 2: Levantamento de experiências de educação ambiental e comunicação desenvolvidas em unidades de conservação

Etapa 3: Proposição de indicadores para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de educação ambiental propostas para os programas de educação ambiental e comunicação nas UCs.

¹ De acordo com concorrência N° 040/2014.

Etapa 4: Consolidação dos trabalhos em formato de “Material Educativo de Apoio a Construção dos programas de educação ambiental e comunicação das unidades de conservação”

Esse relatório relaciona-se com a segunda fase do projeto e está organizado em: Introdução, revisão bibliográfica, procedimentos metodológicos, resultados, análises, considerações finais e recomendações.

A revisão bibliográfica traz uma breve contextualização teórica das temáticas trabalhadas no relatório, a saber: sistematização, Snuc, Encea, Educação Ambiental, Comunicação e Educomunicação. Os

procedimentos metodológicos descrevem as técnicas utilizadas para levantamento dos dados: secundários (redes virtuais; relatórios fornecidos pela Coordenação de Educação Ambiental, Coedu, do ICMBio; indicações; planos de manejo; análise da lista de UCs mais visitadas; e formulário online) e primários (entrevistas por telefone e Skype com responsáveis pelas ações). Os resultados

foram organizados de acordo com cada procedimento adotado. E foi incluído o item sistematização das experiências que traz os relatos das atividades efetivamente realizadas e/ou em andamento organizadas por meio de um roteiro construído de modo participativo por MMA, ICMBio e Solar Consultoria. O levantamento

feito nos 139 Planos de Manejo disponibilizados no portal² do ICMBio visava identificar de que forma são planejadas as ações e programas de Educação Ambiental e Comunicação nas UCs. Considerando que o plano de manejo é um documento técnico para nortear as normas de uso e o cumprimento de objetivos estabelecidos na criação da unidade, verificar como a Educação Ambiental e a Comunicação estão colocadas pode trazer indicadores importantes para a implementação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (Encea), que é foco dessa contratação. O

relatório contém 72 registros de experiências de Educação Ambiental e Comunicação desenvolvida em 50 Unidades de Conservação (UCs) federais em seis biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e

² As informações sobre os planos de manejo das UCs federais estão disponíveis ao público no endereço <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo/lista-plano-de-manejo.html>. O último acesso para a pesquisa deste relatório foi realizado em 26 out 2014.

Marinho-Costeiro). As duas unidades de conservação federais do bioma Pantanal informaram que não realizam atividades de educação ambiental e/ou comunicação.

O material levantado é uma amostra do universo de 320 UCs existentes no país, e trazem os mais diversos atores sociais, atividades, resultados e desdobramentos. São 72 experiências recentes, realizadas nos últimos cinco anos e/ou em andamento, em seis das 12 categorias previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc):

- UCs de Uso Sustentável: Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Área de Proteção Ambiental (APA);
- UCs de Uso Integral: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional (Parna).

As categorias de unidades de conservação não contempladas devido a ausência de informações sobre as ações foram: Reserva de fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular de Patrimônio Natural, Área de Relevante Interesse Ecológico – UCs de Uso Sustentável; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre – UCs de proteção integral.

Por fim, há “análises das experiências”, considerações finais e recomendações que podem auxiliar o fortalecimento da ação governamental na formulação e na execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do Snuc.

No âmbito da contratação, essas experiências aqui sistematizadas, bem como processo de busca das mesmas, trazem indícios importantes para as próximas etapas da consultoria – da oficina com gestores do ICMBio ao relatório de indicadores, passando pela produção de material educativo para apoiar a construção de ações, projetos e programas de EA e comunicação nas UCs. Parte do que foi levantado nessa pesquisa ainda poderá ser aproveitado para ampliar o banco de dados de ações de educação ambiental que o ICMBio já iniciou, favorecendo o acesso à informação do que as UCs federais estão realizando na área, junto à sociedade em geral.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Sistematização

A sistematização é uma interpretação crítica dos processos vividos, que envolve a identificação, a classificação e o reordenamento dos elementos da prática. Tendo a experiência como objeto de estudo e interpretação teórica, de forma que possibilite a formulação de aprendizagens e sua disseminação (HOLLIDAY, 2006, p.7).

De acordo com Holliday:

“A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo” (2006, p.24).

A sistematização é um meio de alcançar os objetivos, que a orientam e lhe dão sentido, no caso desse produto, tem-se como meta analisar a relação das experiências de educação ambiental e comunicação com as Diretrizes da Encea, com vistas a contribuir com a qualificação e disseminação das ações desenvolvidas nas Unidades de Conservação brasileiras.

A sistematização contribui, enquanto processo, para refletir sobre o que é feito nas unidades e, enquanto produto, permitir que as ações sejam efetuadas de forma mais premeditadas (HOLLIDAY, 2006, p.30). É importante ressaltar que a finalidade não é comparar experiências, ou fazer uma avaliação hierárquica, mas sim “compartilhar criticamente os resultados que surgem da interpretação dos processos e proporcionar uma reflexão coletiva acerca das contribuições e ensinamentos das experiências particulares” (HOLLIDAY, 2006, p. 32). Para tanto, foi necessário fazer com que as experiências se comunicassem entre si (HOLLIDAY, 2006, p. 33) por meio da formulação de um roteiro de sistematização das experiências que foi produzido em parceria Solar, MMA e Coedu (anexo 1).

A metodologia utilizada para a sistematização é variável de acordo com seus objetivos e preferências metodológicas de quem a executa, Holliday propõe 5 etapas (2006, p. 72):

- a) O ponto de partida: acesso às informações, no caso, registro das experiências desenvolvidas;
- b) As perguntas iniciais: que se relacionam com a definição do objetivo, delimitação e eixo de sistematização (“Um eixo de sistematização é como um fio condutor que atravessa a experiência e se refere aos aspectos centrais dessa(s) experiência(s) que nos interessa sistematizar nesse momento” (HOLLYDAY, 2006, p.81), além disso, é essencial a explicitação do contexto teórico para confrontá-lo, enriquece-lo e transformá-lo com as contribuições da sistematização (p.84)
- c) Recuperação do processo vivido; reconstruir a história, ordenar e classificar a informação;
- d) A reflexão de fundo; Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.
- e) Pontos de chegada; formular conclusões sobre as reflexões e comunicá-las.

2.2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)

Apesar de haver hoje em dia uma tendência conservacionista crescente, a consciência da importância da conservação e preservação de recursos naturais e as iniciativas no sentido de viabilizá-las não são fatos recentes.

O Artigo 225 da Constituição de 1988 garante o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e pressupõe a definição e manutenção de espaços territorialmente protegidos em todas as unidades da federação, de acordo com o disposto no inciso III do seu § 1º. Em sintonia com este artigo foi elaborado o Snuc, que passou por um longo processo desde sua concepção primeira até a edição em forma de Lei.

Assim, será descrito aqui um breve histórico da criação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, apresentando seus objetivos e principais diretrizes, além das diferentes categorias de Unidade de Conservação, destacando a importância das mesmas para a preservação da biodiversidade e da compatibilização com o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Em 1970 foi concebido um planejamento com as diretrizes imprescindíveis para garantir a preservação ambiental no Brasil. O Instituto Brasileiro de

Desenvolvimento Florestal (Ibdf) e a Organização não governamental Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, propuseram o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, publicado em 1979, que apresentava categorias de manejo ainda inexistentes. Mais tarde, o Ibdf elaborou a segunda etapa do plano, dando origem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), sancionado pelo governo em 1982.

Apesar de constituir um importante passo em direção à criação das UCs, o Snuc não apresentava amparo legal para categorização e estabelecimento formal das Unidades. Assim, em 1988, uma parceria entre a ONG Fundação Pró-Natureza (Funatura), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e o Ibdf, mais tarde substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), alavancou a revisão das categorias de UCs e a elaboração de um Anteprojeto de Lei, com objetivo de fornecer suporte legal ao Snuc. Em 1989, o Ibama e a Funatura publicaram duas versões de Anteprojeto de Lei.

Apenas em 18 de julho de 2000 foi sancionada a lei que instituiu o Snuc, após muitas discussões no Executivo e Legislativo, além de diversas consultas públicas e modificações. Assim, foi oficializado o sistema como um conjunto de diretrizes e normas que possibilitam a criação, implantação e gestão de unidades de conservação, por parte das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

De acordo com o primeiro inciso do Art. 2º da Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000:

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (pág. ?)

Portanto, as Unidades de Conservação abrangem um território que apresenta características ambientais de inestimável valor devido a sua vegetação, bacia hidrográfica, e biodiversidade do ecossistema. A preservação desses territórios é imprescindível para a manutenção do equilíbrio ecológico e garantem serviços ambientais como o fornecimento de água, controle térmico, redução da poluição, sobrevivência de polinizadores para manutenção de cultivos agrícolas, proteção do solo e de encostas, manutenção de bancos genéticos e mitigação aos efeitos das mudanças climáticas.

Há 12 categorias de Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais, que são definidas pelo Snuc e diferenciadas de acordo com o objetivo e grau de proteção, podendo permitir usos distintos por parte da sociedade. De maneira estratégica, parte das unidades que exigem maior cuidado e menor intervenção humana definem as Unidades de Proteção Integral. Por outro lado, há regiões que podem ser utilizadas para geração de renda, aliada à preservação (Unidades de Uso Sustentável). Assim, é possibilitada a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais.

Segue abaixo a descrição das diferentes categorias de UC, conforme art. 7º da lei 9985/2000

Unidades de Proteção Integral: Tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

De acordo com o artigo 8º, o grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas categorias: Estação Ecológica (Esec); Reserva Biológica (Rebio); Parque Nacional (Parna); Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.

Unidades de Uso Sustentável: Tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

De acordo com o artigo 14º, o grupo das Unidades de Uso Sustentável apresenta as seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional (Flona); Reserva Extrativista (Resex); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Os objetivos do SNUC são descritos no Artigo 4º, sendo composto por 13 itens listados abaixo:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

- VI** - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII** - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII** - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX** - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X** - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI** - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII** - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII** - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

As Unidades de Conservação representam um patrimônio nacional de valor inestimável, com um potencial para propiciar significativos benefícios à sociedade e ao desenvolvimento do país, de maneira controlada e sustentável, respeitando a capacidade natural de resiliência da natureza.

Além disso, de acordo com a categoria de Unidade de Conservação, a Educação ambiental é permitida e incentivada, propiciando a divulgação da importância da preservação da área, valorização e empoderamento por parte da comunidade do entorno. A Educação Ambiental é destacada nos artigos 4º e 5º que ressaltam os objetivos e as diretrizes do SNUC respectivamente:

No Art. 4º o item XII ressalta o objetivo de “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”

De acordo com Art. 5º, o item IV ressalta que o SNUC é regido por diretrizes que

busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

Assim, a existência e manutenção das Unidades de Conservação deve proporcionar benefícios à sociedade e para a preservação dos biomas, por fornecer serviços ambientais, garantir a educação e interpretação ambiental e permitir o desenvolvimento sustentável, de forma a resguardar o patrimônio natural para as futuras gerações e manutenção da biodiversidade.

Contudo, há muitos percalços a serem encarados pelo Brasil, não somente em relação ao aumento da proteção de ecossistemas ricos em biodiversidade e de elevada vulnerabilidade, mas também à consolidação e estabelecimento das unidades já existentes. Para tanto, é necessário que as unidades de conservação tenham a garantia de sustentabilidade financeira, além do reconhecimento por parte da sociedade dos benefícios gerados por estas áreas, o que é propiciado de maneira significativa pela Educação Ambiental (Sousa; Santos; Salgado e Araujo, 2011).

2.3. A Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (Encea)

A presente seção tem como finalidade proporcionar o panorama histórico de construção da Encea e apresentá-la de forma sucinta e objetiva, de forma a contextualizar e embasar o trabalho aqui desenvolvido.

Histórico

Em outubro de 2006 foi publicada a Portaria nº 289, do Ministério do Meio Ambiente, instituindo um Grupo de Trabalho (GT) para desenvolver as atividades necessárias à construção da Encea, com integrantes do MMMA, Ibama e MEC.

Mais tarde, em agosto de 2007, o ICMBio foi criado a partir da divisão do Ibama. Dessa forma, as ações de execução da política ambiental, planejadas pelo MMA, passaram a ser responsabilidade compartilhada pelo ICMBio, Ibama e Serviço Florestal. Soma-se a isso, o fato da nova configuração do Ibama ter extinto a Coordenação Geral de Educação Ambiental.

A divisão do Ibama e criação do ICMBio ocorreu em um contexto de discórdias na instituição e de fragilidades, evidenciadas principalmente pela ausência de um planejamento específico para a Educação Ambiental:

Apesar de alguns servidores participarem desse momento inicial [de criação da Encea], o conjunto de educadores da instituição prefere não se envolver nessa construção. Esse fato é agravado por estarmos falando das pessoas que acreditam na participação como estratégia de gestão ambiental, porque dentro da autarquia temos também um grupo de servidores que consideram que os processos participativos demandam muito tempo e “atrasam” o processo de tomada de decisão. O ICMBio recém criado também nasce sem uma estrutura prevista para a Educação Ambiental (hoje temos uma Coordenação de Educação Ambiental), naquele momento, os servidores iniciam uma greve contra a divisão do Ibama (FABI, 2014, p.31 e 32).

Assim, o ICMBio passou a integrar o Grupo de Trabalho para desenvolver as atividades necessárias à construção da Encea em 2007 porém com pouco apoio dos seus servidores. Para subsidiar a estratégia, inicialmente foi necessário realizar o Mapeamento e diagnóstico das ações de Educação Ambiental e Comunicação, evidenciando suas fragilidades e potencialidades. A publicação do Mapeamento e Diagnóstico das Ações de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Snuc veio a ocorrer mais tarde, em 2008, após alguns eventos como encontros e oficinas para apresentação, compartilhamento e elaboração participativa das diretrizes da Encea.

Em junho de 2007 ocorreu o primeiro momento de apresentação da Encea durante o V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Foz do Iguaçu (PR). O intuito da apresentação foi compartilhar a demanda pela elaboração e colher sugestões sobre a elaboração participativa do documento. Como resultado o grupo iniciou a sistematização das contribuições advindas das apresentações e debates da Estratégia e elaborou a primeira proposta de estrutura para o documento. Além disso, desenvolveu-se uma proposta para a elaboração participativa da Encea, como um documento a ser aprimorado periodicamente.

Segundo FABI (2014), a apresentação do documento ocorreu em um momento atribulado, marcado por discórdias e mobilizações para defender a unidade da autarquia. Essa condição pode ter conduzido a uma rejeição por um conjunto importante de servidores das autarquias do Ministério, que seriam parceiros em potencial. O autor destaca que a continuidade do processo no ICMBio pode ter sido responsável por diluir parte dessa rejeição ao longo do tempo (FABI, 2014, p. 32).

Um ano após o encontro, em junho de 2008, o GT Encea realizou uma oficina com colaboradores, em Brasília, com objetivo de debater a estrutura proposta e aprofundar o conteúdo do documento. Os convidados foram indicados por sua

experiência em Educação Ambiental e Comunicação, considerando distintos processos relacionados a Unidades de Conservação. No evento, foram realizadas oficinas específicas nas Coordenações Regionais do ICMBio, envolvendo membros das três esferas de governo e da sociedade civil organizada, além da realização de consultas públicas presenciais e à distância.

Dando continuidade à participação e aos levantamentos realizados nos encontros de 2007 e 2008, em novembro de 2010 foi realizada uma oficina nacional na Acadebio, no centro de formação do ICMBio. O propósito era finalizar o processo em conjunto com os gestores de unidades de conservação de todo o país e sistematizar a primeira versão da Encea. A análise do documento final, fez com que sua nomenclatura incluísse a palavra Diretrizes para a Encea.

Após a consolidação do documento, o processo manteve continuidade. Em 2011 ocorreu uma Oficina estadual na Bahia e a Proposta de Recomendação Conama. Em setembro de 2013, o Workshop Educação Ambiental e Comunicação Rumo à Encea, ocorreu durante o Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (Sapis), de forma a difundir os eixos e diretrizes do documento, evidenciando sua importância para a gestão participativa e inclusão social.

O presente trabalho é parte de um estudo realizado pela Solar Consultoria, para aprimoramento do diagnóstico, definição de indicadores e produção de materiais no âmbito da Encea

O que é a Encea

O documento se divide em uma parte introdutória composta por: apresentação, prefácio, introdução, um breve resumo do que se trata o Snuc, histórico do processo de elaboração da Encea e documentos de referência. Posteriormente, há a definição da Encea e sua contextualização em unidades de conservação, além do objetivo geral, objetivos específicos, públicos envolvidos, princípios, eixos, diretrizes e ações estratégicas e considerações finais.

A Encea tem em seu cerne a inclusão e participação social nos processos de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, com resultante fortalecimento da cidadania. Dessa forma, o (re)conhecimento, valorização, criação e implementação das Unidades de

Conservação federais, estaduais e municipais, são estratégias básicas e imprescindíveis, conforme previsto no Snuc (MMA, 2010, p.19 e 20).

Para tanto, ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento, tem de ser fortalecidas e estimuladas, e fazem parte do objetivo central da Encea.

As ações de educação ambiental e comunicação são recomendadas a todos os públicos, e apresentam como princípios: participação, diálogo e interatividade, Uc como cenários sociais, pertencimento, transdisciplinaridade, ética ambiental, justiça ambiental, pensamento crítico, emancipação, valorização da cultura e do conhecimento tradicional local e isonomia e equidade entre grupos sociais e intrainstitucional.

Tais princípios devem ser aplicados nas diferentes etapas, para que haja coerência e coesão nas ações. Assim implementação das ações pela Encea é recomendada em 3 eixos: criação de UC (nos estudos técnicos preliminares e na realização de consulta pública); implantação de UC (elaboração de Plano de Manejo, na criação de Conselho gestor); e gestão de UC (na consolidação territorial, na proteção, no manejo da biodiversidade e dos recursos naturais, no uso público, na pesquisa e monitoramento, nas autorizações e processos de licenciamento, na gestão de conflitos socioambientais, na gestão participativa, na integração com as comunidades, e na articulação inter-institucional).

Para tanto, há 5 diretrizes principais, cada qual com 8 a 15 ações estratégicas:

- Diretriz 1: Fortalecimento da ação governamental na formulação e execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do Snuc;
- Diretriz 2: Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação;
- Diretriz 3: Estímulo à inserção das Unidades de Conservação como temática no ensino formal;
- Diretriz 4: Inserção das Unidades de Conservação como temática nos processos educativos não-formais;

- Diretriz 5: Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às Unidades de Conservação e estímulo às práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental.

2.4. Educação Ambiental

A educação ambiental é um conceito polissêmico, relacionado aos referenciais de sociedade, educação e ambiente e vem sendo incorporada como uma prática inovadora em diferentes âmbitos.

Neste sentido, Carvalho (2001) destaca “tanto sua internacionalização como objeto de políticas públicas de educação e meio ambiente em âmbito nacional, quanto sua incorporação num âmbito mais capilarizado, como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social” (p. 44).

Para Sorrentino et al (2005) a educação ambiental surge como das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória, pois sua perspectiva crítica e emancipatória visa à deflagração de processos nos quais a busca tanto individual quanto coletiva por mudanças culturais e sociais estão dialeticamente indissociadas (p. 285).

No entanto, o conceito de educação ambiental é abrangente, o que pode trazer imprecisão, generalização e a suposição de que há convergência do variado conjunto de práticas que se denominam educação ambiental. Nesse sentido, Carvalho (2001) traz a reflexão:

existe uma educação ambiental ou várias? Será que todos os que estão fazendo educação ambiental comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns? A observação destas práticas facilmente mostrará um universo extremamente heterogêneo no qual, para além de um primeiro consenso em torno da valorização da natureza como um bem, há uma grande variação das intencionalidades socioeducativas, metodologias pedagógicas e compreensões acerca do que seja a mudança ambiental desejada (CARVALHO, 2001, p.44)

Buscando conceituar e caracterizar a educação ambiental que oriente este trabalho tem-se como principais referenciais a Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa Nacional de Educação Ambiental e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Globais, documentos que norteiam as políticas públicas de educação ambiental no país e que estão

citados na Encea. Dessa forma, será feito um breve resgate dos mesmos à luz das unidades de conservação.

Somado aos documentos oficiais é importante frisar que os cursos que vem sendo realizados e o fortalecimento da EA nas UCs desde o tempo do Ibama, fortemente personificado no professor Quintas, têm contribuído positivamente com as ações de educação ambiental desenvolvidas nas unidades que, “para além de um ecossistema natural, um espaço de relações socioambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais” (CARVALHO, 2001, p. 45).

Os cursos e as ações de Educação Ambiental do ICMBio trazem a concepção de educação ambiental crítica, mas nomeada como “Educação para a gestão ambiental”. “A especificidade desta no âmbito da tradução crítica está na sua finalidade, qual seja, estabelecer processos sociais, políticos-institucionais e práticas educativas que fortaleçam a participação popular em espaços públicos, o controle social das políticas públicas e a reversão das assimetrias no uso e na apropriação de recursos naturais, tendo por referência os marcos regulatórios da política ambiental brasileira (IBAMA/ CGEAM, 2005; QUINTAS, 2000, In: LOUREIRO, C.F.B., SAISSE, M. 2014, p.106)

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

O Tratado é fruto da 1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada no Rio de Janeiro, durante o Fórum Global da Eco/92, evento paralelo à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio/92 e traz a EA como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica e que requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário.

Sua construção contou com a participação de educadoras e educadores, entre adultos, jovens e crianças, de oito regiões do mundo (América Latina, América do Norte, Europa, Ásia, Estados Árabes, África e Pacífico do Sul), sendo publicado em cinco idiomas e revisitado em 2006. Possui 16 princípios e 22 diretrizes que orientam seu plano de ação.

Traz como perspectiva a construção de sociedades sustentáveis, com pessoas que se ecoeducam e educam umas as outras na perspectiva do diálogo permanente e, portanto, é dirigida a toda sociedade e grupos sociais.

Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea)

A Pnea foi instituída em 1999 pela Lei nº 9.795 sob a coordenação do Órgão Gestor, Ministérios do Meio Ambiente e da Educação ela traz a seguinte definição de educação ambiental:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (artigo 1º, Pnea).

A Pnea enuncia, em seu artigo 2º, que a EA deve estar presente nas modalidades do processo educativo de caráter não formal, e destaca que essa modalidade a ser desenvolvida nas unidades de conservação, sendo responsabilidade dos órgãos integrantes do Sinama: “promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente” (art.3º).

A educação ambiental não formal, presente no Art. 13º, envolve “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação da qualidade do meio ambiente”, enfatizando que o Poder Público deverá incentivar, entre outros, a sensibilização ambiental sobre a importância das unidades de conservação, bem como a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas à estes territórios.

No seu artigo 4º a política define como princípios básicos da EA:

enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo; a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência no processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem das questões articuladas locais, regionais, nacionais e globais; e o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (pág. 1)

Entre os objetivos fundamentais da EA apresentados no artigo 5º da Pnea destacam-se:

II – a garantia de democratização das informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; e

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Vale ressaltar que os parâmetros estabelecidos na Pnea compõem as diretrizes usadas nas demais leis da área ambiental e administrações públicas a nível nacional servindo de padrão às mesmas.

Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea)

O Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, tem sua última versão datada de 2004 (após ampla consulta pública) e traz como missão “educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil”.

Ele desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem sociedades sustentáveis, tendo a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais na gestão ambiental.

O documento do programa é organizado em: apresentação, justificativa, antecedentes, diretrizes, princípios, missão, objetivos, públicos, linhas de ação, estrutura organizacional e anexos.

O PRONEA previu três componentes: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação: (1) educação ambiental por meio do ensino formal, (2) educação

no processo de gestão ambiental, (3) campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais, (4) cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais, (5) articulação e integração comunitária, (6) articulação intra e interinstitucional, e (7) rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados (p.25).

As diretrizes do Pronea são: transversalidade e interdisciplinaridade; descentralização espacial e institucional; sustentabilidade socioambiental; democracia e participação social; e aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

A descentralização espacial e institucional, bem como a democracia e a participação social também são diretrizes do ProNEA, e por isso, é fundamental a geração e a disponibilização de informações que garantam as bases necessárias para processos e gestões participativas nas políticas públicas ambientais e que, conseqüentemente, possibilitem controle social com o empoderamento dos grupos sociais, para que esses possam, de maneira qualificada, atuar nos processos decisórios sobre o acesso e uso dos recursos naturais. Neste sentido, é preciso também que a educação ambiental busque superar assimetrias cognitivas, organizativas e de poder. Assim, sua prática deve ir além da disponibilização de informações.

Entre os princípios do Pronea, ressalta-se: a democratização da produção e divulgação do conhecimento e fomento à interatividade na informação; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo e a permanente avaliação crítica e construtiva do processos educativo.

A Pronea traz entre seus 20 objetivos o acompanhamento dos desdobramentos dos programas de educação, de modo a zelar pela coerência entre os princípios da educação ambiental e a implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis.

Vale ainda ressaltar as linhas de ação e estratégias do Pronea:

1. Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no país

- Planejamento da educação ambiental com base na gestão ambiental integrada;
- Formulação e implementação de políticas públicas ambientais no âmbito local;

- Criação de interfaces entre educação ambiental e os diversos programas e políticas de governo, nas diferentes áreas;
- Articulação e mobilização social como instrumentos de educação ambiental;
- Estímulo à educação ambiental voltada para empreendimentos e projetos do setor produtivo;
- Apoio institucional e financeiro a ações de educação ambiental;

2. Formação de educadores e educadoras ambientais

- Formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não-formal;

3. Comunicação para a educação ambiental

- Comunicação e tecnologia para a educação ambiental
- Produção e apoio à elaboração de materiais educativos e didático-pedagógicos

4. Inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino

- Incentivo à inclusão da dimensão ambiental nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino;
- Incentivo a estudos, pesquisas e experimentos em educação ambiental;

5. Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental

- Análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental, por intermédio da construção de indicadores;

2.5. Comunicação

Compreender o conceito de comunicação é fundamental para orientar e avaliar as experiências das áreas de Comunicação, Educomunicação e até mesmo de Educação Ambiental.

A comunicação como processo é a base das relações humanas; e se serve

de ferramentas ou meios que, a princípio, devem favorecer a comunicação – do telefone às redes sociais na internet. Bordenave (1983) que comunicação é muito mais do que os meios, inclusive os de massa; ele enumera os elementos básicos da comunicação como sendo: a realidade onde essa comunicação se realiza; os interlocutores que participam dessa comunicação e os conteúdos compartilhados; os significados, os símbolos utilizados nessa comunicação; e os meios para transmitir essa comunicação.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis com Responsabilidade Global, documento que influenciou as políticas públicas de educação ambiental no Brasil, traz como diretriz: “Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação dos recursos naturais apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualização as informações e estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais”.

A Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9.795/1999) traz duas referências importantes que fazem parte do universo da Comunicação. Em seu texto, indica que a Educação Ambiental são processos de construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”. Indica, ainda, que é papel da EA “garantir a democratização de informações ambientais, fortalecer a consciência crítica e incentivar a participação coletiva e individual na “preservação do equilíbrio do meio ambiente”.

Já a Encea complementa esses referenciais junto ao universo das UCs, reforçando que a participação social na criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação só é possível com a criação e o fortalecimento de programas e projetos de EA e de comunicação que, entre outros “incentivem a apropriação dos meios de comunicação e produção de informação pelas comunidades e instituições envolvidas e afetadas” (MMA/ICMBio, 2011, p. 20-21).

Uma de suas diretrizes é justamente a qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às Unidades de Conservação e o estímulo à prática de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental. Entre seus objetivos também estão:

- Incentivar a apropriação dos meios de comunicação e produção de informação pelas comunidades e instituições envolvidas e afetadas pela criação, implementação e gestão de UC;
- Promover a criação de estruturas de produção e gestão popular de comunicação que possibilitem a reflexão acerca de questões emergentes da criação e implementação da UC, ampliando o alcance e as possibilidades de diálogo;

Mas, pensar comunicação em projetos, programas, processos de Educação Ambiental significa entender esses elementos, como se relacionam, e criar estratégias para favorecer uma comunicação que, entre outros, democratize informações, favoreça posturas críticas, circule o conhecimento e contribua para a participação social.

É uma área de atuação de pesquisadores em Comunicação, onde autores como Aguiar & Cerqueira (2012) denominam como Comunicação Ambiental, “um campo de práticas e estudos de ações comunicativas que abrangem os atores envolvidos (dos cidadãos comuns aos cientistas e governos, entre outros) nas questões socioambientais e os meios e situações por onde circulariam “mensagens associadas a temáticas ambientais e ecológicas” (Aguiar & Cerqueira 2012, p. 12).

Educação Ambiental não existe sem comunicação, assim como a participação requer a essência da Comunicação, que seria um processo dialógico onde ser dialógico é “não invadir, não manipular, não *sloganizar*” (Freire 1983, p. 49).

A questão do direito à informação é parte importante do campo da Comunicação no contexto das UCs, onde muitos conflitos, em parte, têm a ver com a pouca circulação de informações, muitas delas públicas, mas nem sempre disponibilizadas nos meios acessíveis aos usuários das UCs; ou pouco disponibilizadas, apenas a públicos específicos, e ainda pouco decodificadas pelos públicos envolvidos.

Há leis específicas sobre acesso a informação socioambiental como é o caso da Lei 10.650/2003, que obriga os órgãos ligados ao SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) a permitir o acesso público a documentos, processos administrativos, entre outros, que tratem de questões ambientais, e garante a qualquer cidadão brasileiro o acesso a informações em todos os meios possíveis.

2.6. Educomunicação Socioambiental

A interface difusa, embora necessária, entre Educação Ambiental e Comunicação, ganhou mais destaque nas políticas públicas a partir de um subprograma de Educomunicação Socioambiental que faz parte do Programa Nacional de Educação Ambiental, lançado em 2008. Embora não descreva o campo da Educomunicação e suas possibilidades, esse programa traz a preocupação de não se tratar a Comunicação como ferramenta de *marketing* e divulgação, reconhecendo a importância da Comunicação nos processos educativos.

Já a ENCEA (2011) traz o conceito de Educomunicação de maneira mais sucinta, resumindo-o como “um campo de estudos e de práticas metodológicas, aplicadas em projetos e programas de educação e gestão ambiental, entre outros, onde a comunicação tem papel diferenciado nos processos educativos, de gestão e de mobilização social” (ENCEA, 2011, p. 39). O documento continua, definindo que:

A Educomunicação pressupõe formação de pessoas para utilizarem a comunicação como ferramenta de intervenção da realidade em que vivem, produzindo seus próprios canais de comunicação de forma coletiva. Implica na reflexão e no desenvolvimento de ações coletivas que garantam o acesso à informação de qualidade, seja ela ambiental, cultural, social, entre outras, visando a garantir de acesso aos recursos tecnológicos que proporcionam o “fazer educacional” (ENCEA, 2011, p. 39).

O campo da Educomunicação foi pesquisado por autores como Soares (2000), que o descrevem como o campo de intervenção social onde “ações de planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos, fortalecem os chamados ecossistemas educacionais nos espaços educativos (SOARES, 1999). A expressão *ecossistemas educacionais* diz respeito a ampliação das relações de comunicação entre os envolvidos no processo educativo. Esse campo, que nasceu dos movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1980, preocupados com a leitura da mídia e ainda os rumos da educação, foi desenvolvido a partir das reflexões sobre a relação entre educação e comunicação do próprio Soares, e ainda Paulo Freire, Mário Kaplun e Jesus Martim-Barbero.

Educomunicação não se trata apenas de produção coletiva de jornais, vídeos ou programas de rádio. Soares (2000) dividiu a Educomunicação em quatro áreas: educação para comunicação; mediação tecnológica na educação; gestão da comunicação; e reflexão epistemológica (SOARES, 2000). Menezes (2014) fez uma

leitura dessas áreas dentro das práticas educativas junto às UCs, descritas no quadro abaixo, associando-as às diretrizes propostas na ENCEA:

Quadro 1 – Contribuições da Educomunicação para a gestão participativa

1) Educação para a comunicação – Nessa área o foco é a reflexão crítica sobre a produção dos meios de comunicação. No campo da educação ambiental, significa propor uma leitura sobre a mídia, o que ela produz sobre questões socioambientais. Porém, mais do que refletir sobre os veículos de comunicação de massa, o olhar da educomunicação a partir deste princípio propõe também um cuidado, uma espécie de “preocupação educacional” com a produção de outros meios comunicativos, como cartilhas e outros materiais educativos no âmbito das UCs. Na prática, isso significa desde planejar com maior cuidado estes produtos educativos, até incluir de alguma forma, a participação dos atores que são o público desses produtos em sua construção e avaliação. Essa participação também é uma forma de diálogo.

2) Mediação tecnológica da comunicação – Inclui a expressão dos atores sociais produzindo seus próprios meios, coletivamente, sejam jornais, programas de rádio, vídeos, blogs, utilizados para debater temas socioambientais. Esse princípio também trata da garantia de se incluir a utilização de Tecnologias de Informação e Educação (as TICs) de forma democrática, passando pela reflexão crítica sobre a utilização desses meios, que nem sempre é livre e autônoma. A prática desse princípio da educomunicação se estende ao estímulo de espaços de democratização da informática, como telecentros, mas precisa incluir também a democratização do uso das ferramentas por meio do ensino (crítico) de utilização do computador e dos recursos da internet. Destaca a Encea (MMA/ICMBio 2011) que estes materiais construídos coletivamente, além de valorizar a cultura local e a organização social, também podem contribuir para ampliar o diálogo na gestão participativa, abrindo espaço para negociações, esclarecimentos, favorecendo a troca de informações a partir do olhar comunitário, e não somente a partir do olhar do órgão gestor.

3) Gestão da comunicação no espaço educativo – A proposta do olhar educacional sobre a gestão da comunicação engloba o planejamento, a implementação e a avaliação de projetos e programas de educomunicação de forma participativa. Na prática, além de produzir mídia, esse olhar sugere que os atores sociais planejem, por exemplo, que tipo de mídia querem construir. Ou ainda, que estratégias de comunicação e produtos acham necessário implementar, por exemplo, no âmbito da gestão de um projeto ou programa. Até a presença de marcas financiadoras de um projeto, nessa ótica da gestão educacional, deveria ser debatida com os participantes envolvidos num projeto.

4) Reflexão epistemológica – É a quarta área de intervenção proposta por Soares: a

realização de pesquisas acadêmicas para se refletir sobre o campo. No âmbito das UCs, trata-se de uma necessidade atual, pois há várias iniciativas práticas envolvendo educomunicação ocorrendo, e que precisam ser sistematizadas e analisadas sob o foco das contribuições à gestão participativa.

Fonte: Menezes, 2014, p. 3, a partir de Soares (2000).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As estratégias para chegar aos resultados alcançados neste relatório foram as seguintes:

- Pesquisa nas redes virtuais por meio de palavras-chave nos portais *Google* e *Google Acadêmico* e no Portal do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict);
- Entrevista com o Departamento de Comunicações (Decom) do ICMBio;
- Análise de tabelas e relatórios fornecidos pela Coordenação de Educação Ambiental (Coedu) do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas nas UCs que são apoiadas pela Coedu;
- Indicações de experiências exitosas feitas para a equipe de consultoria, por técnicos da Coedu, técnicos do MMA, instrutores da Academia Nacional da Biodiversidade (Acadecbio) e contatos enviados a grupos virtuais de redes de educação ambiental (por *e-mail* e pelo *Facebook*);
- *E-mail* enviado a todos os servidores do ICMBio solicitando preenchimento de formulário *online* sobre ações de EA e Comunicação desenvolvidas nas unidades ou preenchimento de formulário de não experiência;
- Análise dos Planos de Manejo e levantamento de como aparece a Educação Ambiental e a Comunicação nos respectivos documentos disponibilizados no site do ICMBio;
- Lista das Unidades de Conservação mais visitadas em 2011, 2012 e 2013, e levantamento de como os Programas de EA e Comunicação aparecem em seus Planos de Manejo.
- Entrevistas por Análise telefone e *Skype* para solicitar relatórios e materiais referentes às experiências (quando não encontrados dados em nossa pesquisa de dados secundários acima descrita) e complementar informações.

O instrumento norteador, tanto para a seleção de informações dos dados secundários, quanto para as entrevistas realizadas com os responsáveis pelas experiências, foi um roteiro mínimo de sistematização (Anexo 1). Ele foi construído a partir das necessidades apontadas pelo Termo de Referência seguido pela

consultoria, e adaptado de acordo com um formulário de pesquisa que foi finalizado pelas equipes da Solar, do DEA/MMA, e do ICMBio. Como se trata de um instrumento de entrevista, as adaptações foram necessárias facilitar o diálogo e a organização das informações nesse relatório.

4. RESULTADOS

Acessar as informações relacionadas às atividades de Educação Ambiental e Comunicação realizadas nas UCs é um desafio, nas entrevistas com gestores e

analistas ambientais do ICMBio, e em contato com a Coordenação de Educação Ambiental, os motivos apontados para a dificuldade na área são: falta de prática interna do Instituto em sistematizar experiências nessas áreas; falta de tempo de gestores e analistas, em número reduzido nas unidades e tendo outras prioridades; e, ainda, falta de conhecimento sobre a sistematização de informações relacionadas a temas como a Comunicação e a importância de sua associação com a Educação Ambiental.

A seguir, serão descritas as diferentes etapas procedimentais e os resultados obtidos em cada uma delas. O procedimento adotado foi identificar se a unidade localizada havia sido identificada por outro procedimento de pesquisa, dessa forma, foi priorizado as UCs apontadas por mais de um procedimento (anexo 2 – cruzamento da unidades de conservação identificadas) objetivando obter maior detalhamento sobre suas experiências realizadas. As unidades de conservação nas quais foi possível obter informações mais detalhadas a respeito das atividades estão descritas nesse relatório.

4.1. Pesquisa nas redes virtuais

Para a busca nas redes virtuais foram selecionados sites reconhecidos nacionalmente por sua abrangência de dados armazenados, seu reconhecimento no campo científico e na área específica da pesquisa e o site do ICMBio. Os sites pesquisados foram: *Google/Google Acadêmico*, *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom), páginas das UCs no site do ICMBio e *Facebook*. A pesquisa foi realizada com as palavras-chave ‘unidades de conservação’, junto com ‘educação ambiental’, ‘educomunicação’ e ‘gestão participativa’.

A pesquisa na rede virtual exigiu um cuidado especial, pois obteve uma grande quantidade de resultados no cruzamento das palavras. Porém o olhar voltado à busca por relatos de experiências proporcionou a identificação de 33 Unidades de Conservação que são: APA Delta do Jacuí ; APA do Bateias; APA do Maracanã; APA Ibirapuitã; APA Rota do Sol; Corredor de Biodiversidade Emas-

Taquari; Estação Ecológica Cuiá; Estação Ecológica Mata Preta; Flona de Tefé; Flona Passo Fundo; Flona São Francisco de Paula; Flona Tapajós; Flona de Chapecó; Parna das Araucárias ; Parna da Serra dos Órgãos; Parna da Serra do Cipó; Parna da Tijuca; Parna de Superagui; Parna do Descobrimento; Parna do Iguaçi; Parna do Pau Brasil; Parque Nacional Marinho da Taquara; Parque Nacional Marinho de Marapendi; RVS Complexo Tapacurá; RVS dos Campos de Palmas; Rebio das Perobas; ReBio do Arvoredo; Resex Cassurubá; Resex do Baixo Juruá; Resex do Rio Jataí; Resex Marinha de Soure; Resex Marinha do Corumbau; e Resex Tapajós-Arapiuns.

Destaca-se aqui a pesquisa realizada no canal Educachico³. Nele há um universo grande de notícias curtas sobre ações das UCs na área Sala de Notícias, das quais algumas se relacionam às ações de Educação Ambiental e eventualmente de Comunicação nas UCs. O acesso as informações específicas das temáticas desejadas é dificultado, pois não há divisão da categoria Educação Ambiental para fazer a busca filtrada.

Já na área que apresenta cada UC, a maioria apresenta um grupo mínimo de informações: nome da unidade, bioma, área, data de criação, vinculação a CR, endereço, decreto de criação, plano de manejo e outros documentos relacionados ao universo da gestão. Algumas UCs que recebem visitação possuem um canal diferenciado dentro do portal, com área de fotos, orienta oes a visitantes, mapas e notícias; porém, quando há notícias, nesses canais ela nem sempre   atualizada ou traz informaçoes sobre experiências de EA e comunica ao nas UCs.

No canal Educachico foi iniciado um banco de experiências em EA, mas a fonte para este banco são as tabelas da Coedu disponibilizadas para a consultoria. Dessa forma, os dados levantados no canal foram semelhantes aos da análise das tabelas. Nesse banco de dados *on line*, os dados das tabelas são apresentados em forma de um mapa. Ao clicar em cada ponto do mapa, que seria uma a o-experiência, há uma ficha indicando o nome da UC, o objetivo do projeto, os sujeitos prioritários da a o educativa e o número de participantes.

3 <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/destaques/160-banco-de-dados-viabiliza-compartilhamento-de-experiencias-sobre-educacao-ambiental.html>.  ltimo acesso em 28 out 2014.

4.2. Entrevista com o Departamento de Comunicação (Decom) do ICMBio

Quanto ao relacionamento das UCs com as ferramentas de comunicação na Internet, o Departamento de Comunicações – Decom do ICMBio está envidando esforços para o ordenamento e a institucionalização do uso destas ferramentas. Está em elaboração uma Instrução Normativa visando adequar toda a comunicação do Instituto às regras do Sistema de Comunicação do Governo Federal – Sicom.

Em entrevista no dia 29 de outubro de 2014, com o Sr. João Freire, Supervisor da Divisão de Comunicação - Decom do ICMBio, foi passada a informação de que todas as UCs possuem acesso à *Internet* e podem ter uma página no Site oficial do ICMBio, porém das 320 UCs Federais, há atualmente apenas 29 UCs que possuem páginas na *Internet* disponibilizadas por meio do Portal do ICMBio e outras duas estão em processo de elaboração.

Em relação à utilização de outras ferramentas, como por exemplo as redes sociais, verifica-se que existem mais de 80 páginas sobre UCs no *Facebook*, porém não são oficiais. O ICMBio possui uma página oficial no *Facebook* que possui atualmente cerca de 135 mil seguidores e um alcance de 2,5 milhões de pessoas/mês. Quanto ao site oficial do ICMBio fomos informados que possui 450 mil acessos/mês e mais de 100 mil usuários.

Não existem pesquisas que tenham sido realizadas pelo Decom, com levantamentos específicos sobre ações de Educação Ambiental e/ou Comunicação realizadas pelas Unidades de Conservação.

4.3. Relatórios da Coordenação de Educação Ambiental (Coedu – ICMBio)

A Coedu é responsável, no ICMBio, pela implementação das diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (Encea) nas UCs federais e nos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação. Essa Coordenação, realiza, entre outros, processos formativos envolvendo analistas ambientais do ICMBio, representantes da sociedade civil e de instituições públicas na região de diversas UCs do Brasil.

A Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio forneceu à consultoria 4 tabelas com informações sobre as atividades de educação ambiental que apoiou nos

anos de 2011, 2012 e 2013. Em três das tabelas estão disponíveis as informações: nome da Unidade, título da ação e ano; e algumas indicando objetivos e sujeitos da ação educativa. A quarta tabela contém informações mais detalhadas de atividades apoiadas pela Coedu no período de 2011 a 2014: nome da ação, objetivo, público, número de participantes, período de realização e formato da ação.

A partir da análise desse material foi possível identificar que todas as ações estão relacionadas à Educação Ambiental, mas, não foi possível identificar ações de Comunicação associadas. Nas tabelas de 2011 foram citadas 17 UCs (anexo 2), na tabela de 2012 foram identificadas 26 UCs (anexo 2), na tabela de 2013 (anexo 2) encontradas 35 UCs e na de 2011-2014 (anexo 2), 61 unidades. Ao todo foram identificadas 86 UCs diferentes. É importante ressaltar que existe sobreposição de UCs nessas tabelas, pelo fato da última tabela citada ter sido construída a partir das ações mencionadas nas tabelas anteriores que apresentavam informações suficientes para maior detalhamento e/ou pelo fato da UC dar continuidade a um projeto ou criar um projeto novo aparecendo em mais de uma tabela. Somente as ações desenvolvidas em 2014 não estavam nas tabelas anteriores.

A análise das tabelas permitiu ter uma visão geral das ações, sendo que a maioria das atividades é centrada em reuniões de conselhos consultivos e sua capacitação, atividades pontuais de EA em dias comemorativos (com estudantes e/ou comunidade), capacitação para a comunidade do entorno, capacitação de professores e formação de jovens. Porém, não foi possível ter uma dimensão da realidade destas experiências a partir das tabelas fornecidas, assim, solicitamos documentos e relatórios mais detalhados. A Coedu disponibilizou estes documentos do período entre segundo semestre de 2013 e 2014. Entre os documentos encontram-se: formulários de solicitação de recursos (em maior quantidade, matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação do ICMBio (Ascom), alguns relatórios consolidados e *folders* de divulgação das ações.

Ao final, na análise destes materiais, foram encontradas detalhamento de experiências de educação ambiental desenvolvidas em 27 unidades de conservação diferentes. A saber: APA Baleia Franca; APA Costa dos Corais; APA Guapimirim; Esec Serra das Araras; Esec Serra Geral do Tocantins; Flona Contendas do Sincorá; Flona de Tefé; Flona Tapajós; Parna Aparados da Serra; Parna Campos Amazônicos; Parna Campos Gerais; Parna Chapada Diamantina; Parna do Iguaçu; Parna do Pau Brasil; Parna Itatiaia; Parna Marinho dos Abrolhos; Parna Montanhas

do Tumucumaque; Parna São Joaquim; Parna Serra dos Órgãos; Rebio das Perobas; Resex Baixo Juruá; Resex Cassurubá; Resex Corumbau; Resex do Rio Unini; Resex Quilombo do Frexal; Resex Rio Jutai; e Resex Soure.

4.4. Indicações de experiências

Foram solicitadas indicações de experiências exitosas para a equipe de consultoria, coordenadora da Coedu, técnicos e consultores do MMA, instrutores da Academia Nacional da Biodiversidade (Acadebio) e contatos enviados a grupos virtuais de redes de educação ambiental e temas correlatos a UCs (por *e-mail* e pelo *Facebook*). Também foram contatados pesquisadores atuantes na área de Educação Ambiental relacionada a Unidades de Conservação, as principais ONGs que atuam nos biomas brasileiros (SOS Mata Atlântica, Conversação Internacional, World Wide Fund for Nature - WWF) e uma rede de contatos pessoais dos consultores. Foram indicadas 22 unidades, a saber: APA Baleia Franca; APA dos Corais; APA Guapimirim; APA Nascentes do Rio Vermelho; Flona de Ibirama; Flona de Ipanema; Flona de Goytacazes; Flona Tefé; Parna do Iguaçu; Parna Montanhas do Tumucumaque; Parna das Emas; Parna da Serra da Bodoquena; Parna da Serra dos Órgãos; Parna da Tijuca; Parna do Cabo Orange; Resex Delta do Parnaíba; Rebio das Perobas; Resex de Cassurubá; Resex do Baixo Juruá; Resex Jutai; Resex Rio Cajari; e Resex Pirajubaé.

4.5. Formulários enviados para os servidores do ICMBio

Em 30 de novembro de 2014 foi feita comunicação com todos os *e-mails* de servidores do ICMBio lotados nas unidades de conservação, solicitando que os responsáveis preenchessem formulário com informações sobre experiências de Educação Ambiental e Comunicação nas UCs no período de 2012 a 2014. Também foi solicitado que as UCs sem experiência preenchessem outro formulário, informando especialmente sobre as justificativas de não elaborarem projetos e programas (Anexos 3 e 4).

O formulário de experiências realizadas/em andamento tem alguns elementos diferentes da ficha de sistematização proposta por esta consultoria, pois os interesses da Coedu diferem em alguns pontos aos da Consultoria. Foi necessário

complementar as informações destes formulários, entre outros, por meio de entrevistas e contatos com as Unidades.

Até o dia 23 de dezembro de 2014, 20 UCs e um Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (Cepta) preencheram 30 formulários de levantamento de experiências de Educação Ambiental e Comunicação, são elas: Resex Marinha de Soure (2 experiências); Parna de Boa Nova; RVS de Boa Nova; Parna do Descobrimento; Flona de Carajás; Flona de Tapajós; Parna da Chapada Diamantina; Parna de Brasília; APA da Baleia Franca (4 experiências); Parna do Itatiaia (2 experiências); Parna dos Campos Amazônicos; Resex do Unini; APA Carste de Lagoa Santa; Esec Carijós; Parna Marinho dos Abrolhos; Flona de Silvânia (6 experiências); Resex Quilombo Frechal, Parna do Iguaçu (2 experiências), APA Guapimirim; Esec Guanabara; e Cepta de São Paulo.

Para a sistematização proposta neste relatório, não consideramos os formulários preenchidos pelo Parna de Boa Nova/RVS de Boa Nova e pelo Parna do Descobrimento. O Parna de Boa/RVS Boa Nova não tem experiência, preencheu o formulário indicando apenas a rede social do parque no *Facebook*. Já o Parna do Descobrimento não desenvolveu ainda o projeto citado.

O baixo índice de respostas pode ter sido motivado por falta de tempo dos gestores e analistas, falta de sistematização/memória de atividades e projetos, entre outros. Deve-se registrar que os prazos entre o envio dos formulários e seu retorno, e de limite para análise das respostas pela consultoria foram bem apertados.

De fato, o formulário enviado pelo ICMBio foi mais um complemento à pesquisa da consultoria, que optou pela estratégia principal de levantamento de dados secundários, cruzamento de dados com sugestões de analistas ambientais e entrevistas com os analistas para preencher o roteiro mínimo de sistematização, pois idealmente, seria necessário maior tempo para divulgação desses questionários junto às UCs, além de estratégias de divulgação desses para além de esforço em redes sociais e envio de *e-mails* – por exemplo, formulários poderiam ser preenchidos em eventos/encontros e reuniões que o ICMBio realiza com seus gestores, porém o prazo previsto para a realização do trabalho de consultoria não permitiu a adoção deste tipo de estratégia.

Foram preenchidos no total, sete formulários de não experiência de Educação Ambiental e Comunicação, a saber: Esec Mata Preta (SC); Rebio de Santa Isabel

(SE); Parna/REVIS de Boa Nova (BA); Parna de Monte Pascoal (BA); Parna da Chapada dos Guimarães (MT); Resex do Rio Cajari (AP); e Parna do Pantanal Matogrossense (MT).

Todos responderam que conhecem a Encea e informaram que a justificativa para não implementar atividades/projetos e programas é a falta de recursos humanos e infraestrutura; uma das UCs (a Esec Mata Preta) informou ainda outros motivos como a não visitação pública na UC; falta de articulação da Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio com as UCs; falta de esclarecimento/explicitação e discussão sobre pressupostos teóricos e metodológicos adotados pelo ICMBio; falta de articulação entre as UCs; entre outros.

O responsável pelo preenchimento ter associado a falta de projetos de EA e comunicação ao fato de não receber visitantes, mostra um certo desconhecimento sobre o Snuc, a Política Nacional de Educação Ambiental (Pronea) e a Encea, uma vez que o foco da gestão participativa e das ações de EA e comunicação numa UC não devem se restringir a recepção de visitantes.

Nas respostas, as UCs apontam diversos parceiros potenciais para envolver em ações de EA e comunicação, como outras UCs e ainda Mosaicos e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. E apontaram a necessidade de parceiros para a estruturação da proposta metodológica, execução e apoio logístico, e repasse de recursos.

As UCs ainda apontaram o uso de ferramentas de comunicação, como páginas na rede social *Facebook*, blogs, folhetos, espaços em programas de rádio (não especificaram e nem consideraram como uma atividade para se preencher o outro formulário), reuniões, entre outros.

4.6. Educação Ambiental e Comunicação nos Planos de Manejo

As características climáticas e geomorfológicas diversificadas no Brasil propiciaram a formação de biomas bastante variados, que abrigam fauna e flora adaptadas às condições dominantes. No entanto, o modelo de desenvolvimento econômico e industrial adotado vem acarretando na redução de áreas naturais preservadas, ameaçando, dessa forma, o equilíbrio ambiental e levando muitas espécies à extinção.

Dessa forma, vem ficando evidente a importância da geração de uma consciência crítica e participativa para a construção de um desenvolvimento socialmente e ambientalmente equilibrado. Dentro dessa perspectiva, a criação e manutenção de Unidades de Conservação, distribuídas por todos os biomas brasileiros é uma medida que auxilia na preservação da biodiversidade da fauna e da flora, e das culturas tradicionais, além da proteção de áreas de mananciais, possibilitando a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza.

Além disso, a educação ambiental é considerada um importante instrumento para a conservação da natureza e preservação dos biomas, de maneira integrada com as comunidades. O objetivo maior da Educação Ambiental é engendrar uma relação equilibrada de envolvimento e responsabilidade na relação homem natureza por meio de sua sensibilização e conscientização, alterando sua atitude em relação ao ambiente.

Juntamente com ações educativas, para que os diferentes biomas sejam preservados é imprescindível que haja seu manejo de forma diferenciada, estudando com profundidade suas peculiaridades, para conhecer os ecossistemas e as interferências antrópicas, gerenciando conflitos e elaborando meios de integrar as atividades humanas de maneira sustentável, ou seja, conciliando o desenvolvimento da comunidade e a preservação da biodiversidade.

As áreas de proteção são agrupadas em Unidades de Conservação de Uso indireto (Proteção Integral) e direto (Manejo Sustentado). No caso das UCs de uso indireto, não é permitida a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais, mas por apresentar características de grande relevância sob os aspectos ecológicos, cênico, científico e cultural, comportam a visitação pública com fins recreativos e educativos. No caso das categorias Reserva Biológica, Estação Ecológica e Reserva Ecológica, por exemplo, a visitação pública para fins recreativos não é admitida, permitindo-se, no entanto, de acordo com o regulamento específico, a sua realização com objetivo educacional. Por outro lado, nas Unidades de Conservação de Uso Direto, as áreas públicas ou privadas têm o objetivo de gerenciar e disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos, assegurando o bem estar das comunidades que vivem em seus

limites, e resguardando as condições ecológicas (as categorias de UC de uso direto são: Floresta Nacional Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental).

As características da unidade de conservação e sua disciplinarização são regulamentadas pelo Plano de Manejo da Unidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo ICMBio. Todas as Unidades de Conservação devem apresentar um Plano de Manejo que é caracterizado por um documento técnico que estabelece o zoneamento e normas para o uso das diferentes áreas que abrangem a unidade, a zona de amortecimento e corredores ecológicos (o Plano de Manejo é definido na Lei Nº 9.985/2000). Além disso, o Plano de Manejo inclui medidas para integrar as comunidades do entorno, seu desenvolvimento social e econômico (Art. 27, §1º). Dessa forma, o Plano de Manejo reflete o diagnóstico e planejamento com base principalmente em questões ambientais e socioeconômicas da região onde a unidade está inserida, constituindo um processo contínuo de construção e elaboração.

Como a Educação Ambiental e a Comunicação são componentes que auxiliam/facilitam os objetivos da gestão participativa de uma UC, esses temas aparecem de diversas formas, que serão descritas adiante, nos 138 planos de manejo pesquisados para este relatório.

A estratégia dessa etapa da pesquisa foi verificar como programas e recomendações de atividades de Educação Ambiental e Comunicação aparecem indicados nos planos de manejo das Unidades de Conservação Federais. Grande parte dos documentos está desatualizada (com cinco ou mais anos de publicação do plano) ou aponta apenas diretrizes gerais.

A metodologia de análise proposta consistiu na busca e no levantamento do uso público e de programas de Educação Ambiental e de Comunicação presentes nos 138 documentos disponíveis no portal do ICMBio⁴. Foi feita uma busca, em cada plano de manejo, das seguintes palavras-chave: Educação Ambiental, conscientização ambiental, interpretação ambiental, Educomunicação, Comunicação, Divulgação, Relações Públicas, visitação e uso público. Os dados de programas específicos em cada área foram sistematizados, compondo um

4 Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo/lista-plano-de-manejo.html>. A consultoria não teve acesso aos planos de manejo eventualmente publicados, mas que não foram atualizados nesta lista.

quadro dos programas de educação ambiental e comunicação nas Unidades de Conservação Federais e como são inseridos no Plano de Manejo (anexo 5). A partir dessa pesquisa, foi possível verificar que os diferentes Planos de Manejo enquadram a comunicação em Programa de Comunicação e Marketing/Divulgação; Comunicação e Administração; Relações Públicas/Divulgação; Integração Externa/com área de influência/com o entorno /Ações Gerenciais Externas (AGE). A Educação Ambiental aparece inserida em Programas de Conscientização, Interpretação ou Sensibilização; existem também Programas de Comunicação e Educação Ambiental integrados. Tais denominações correspondem a escolhas de cada unidade e não é apresentado no Plano de Manejo um referencial teórico que justifique o mesmo.

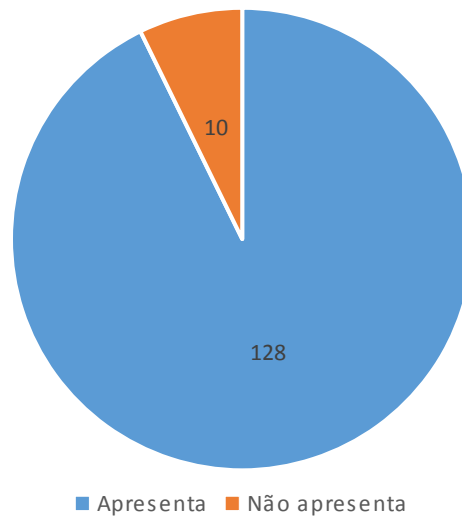
Os planos de manejo diferenciam a visitação recebida nas unidades de conservação de três formas: há programas que não permitem a visitação; outros apresentam visitação livre, que é caracterizada como recreativa; enquanto há aqueles que apresentam visitação agendada, apenas para finalidade educativa ou de pesquisa.

No levantamento feito para este relatório foram quantificados os planos de manejo que apresentam ou não apresentam uso público. Nesse caso, as UCs com uso público contemplam aquelas que recebem visitantes, tanto para fins recreativos quanto para fins educacionais.

Portanto, serão apresentados abaixo os resultados que foram obtidos da análise dos 138 Planos de Manejo obtidos no site do ICMBio.

Cento e vinte e oito (128) unidades de conservação apresentam visitação para fins recreativos ou educacionais, um número expressivo, que representa 92,75% (noventa e dois vírgula setenta e cinco por cento) dos planos de manejo analisados. Esse valor levantado é um dado positivo, pois segundo dados obtidos no [setor de visitação do site do ICMBio](#), uma das principais estratégias para conscientizar e sensibilizar a sociedade a respeito da importância de se preservar a natureza é a visitação às Unidades de Conservação, que, desta forma, fornece subsídios para aliar a sociedade na proteção de um patrimônio natural de inestimável valor.

Gráfico 1 - Uso Público em Unidades de Conservação

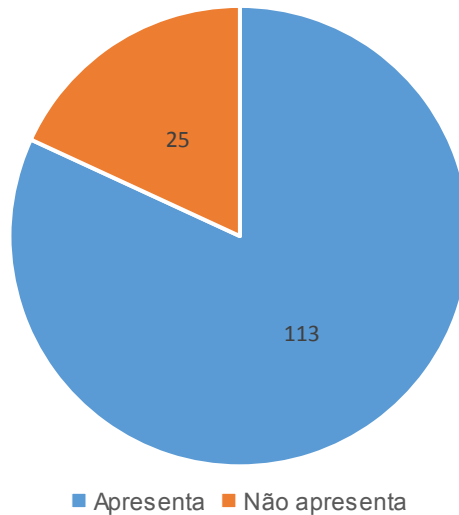


Fonte: Solar Consultoria, 2014.

Uma quantidade significativa (cento e treze, 113) de UCs apresenta atividades relacionadas a um Programa de Educação Ambiental. A maioria delas contém indicações de objetivos e diretrizes a serem seguidos, porém poucas com um roteiro ou programa elaborado. As Unidades de conservação que não apresentam visitação, podem, ainda assim, realizar atividades de Educação Ambiental com a comunidade e escolas. Também há unidades que, por outro lado, apresentam visitação, mas não realizam atividades educacionais, seja com visitantes ou com a comunidade. A lista descritiva de cada tipo de atividade realizada segue no Anexo 4.

No gráfico abaixo pode-se observar a proporção de Unidades de Conservação que apresentam Programa de Educação Ambiental em seu plano de manejo, dentro das amostras disponíveis no site do ICMBio.

Gráfico 2 – Programas de Educação Ambiental nos Planos de Manejo



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

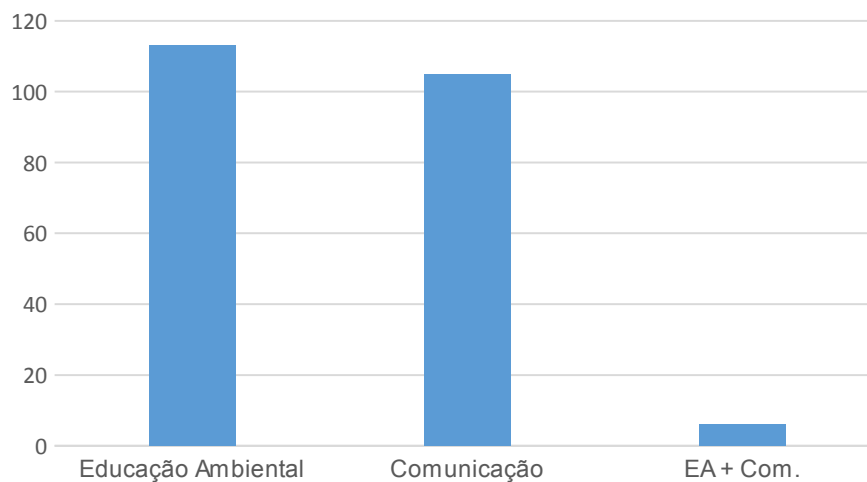
Portanto, outro dado interessante é a porcentagem de unidades de conservação que apresentam uso público e contemplam a educação ambiental em seu plano de manejo. A Educação Ambiental aparece de diferentes formas nos Planos de Manejo, podendo ser enquadrada como programa de EA, Conscientização Ambiental, Interpretação Ambiental ou Sensibilização Ambiental. Nesse caso, cento e duas (102) unidades com uso público, apresentam atividades de Educação Ambiental.

O valor apresentado é bastante significativo por representar uma porção elevada, 80% dos Planos de Manejo de UCs abertas à visitação contemplam atividades de EA, o que apoia dados obtidos no site do ICMBio. De acordo com o [setor de visitação do site do ICMBio](#), um dos objetivos da visitação em UCs é sensibilizar os visitantes e fornecer uma visão positiva através do fornecimento de boas condições e estruturas de apoio, como de centro de visitantes, trilhas, sinalização e promoção de atividades educativas e recreativas.

Ainda assim, é notória a reduzida porcentagem de programas de Educação Ambiental e Comunicação associados, o que proporcionaria a divulgação de atividades educativas com visitantes, e resultaria na ampliação das mesmas. Programas que contemplam a Educação Ambiental juntamente com a Comunicação

estão presentes em apenas seis (6) Unidades de Conservação, enquanto cento e treze (113) delas apresentam programa associado à Educação Ambiental e cento e cinco (105) apresentam programa associado à Comunicação (Gráfico 3). Entretanto, há programas de Educação que trazem recomendações relacionadas a comunicação, indicando produção de folders e materiais de divulgação.

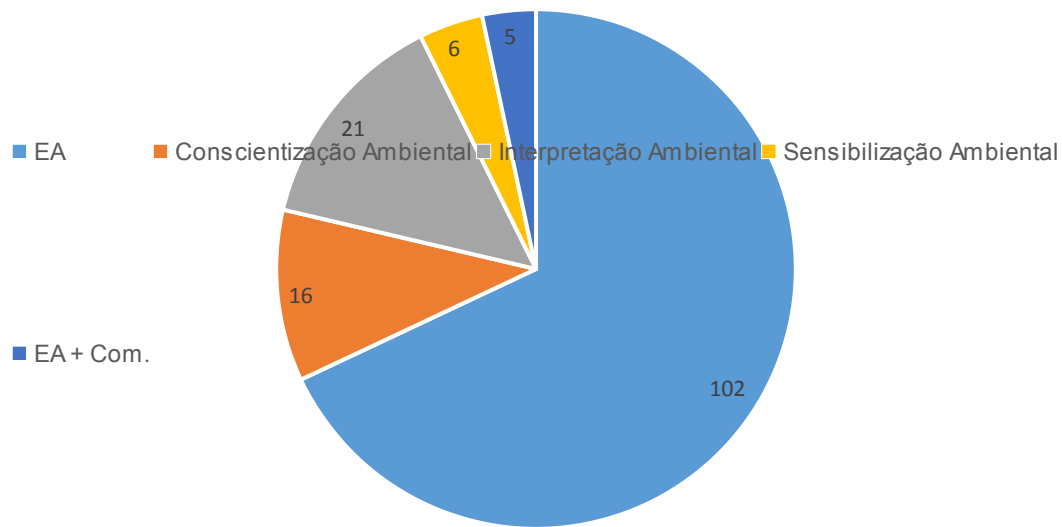
Gráfico 3 – Programas de Educação Ambiental e Comunicação nos Planos de Manejo



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

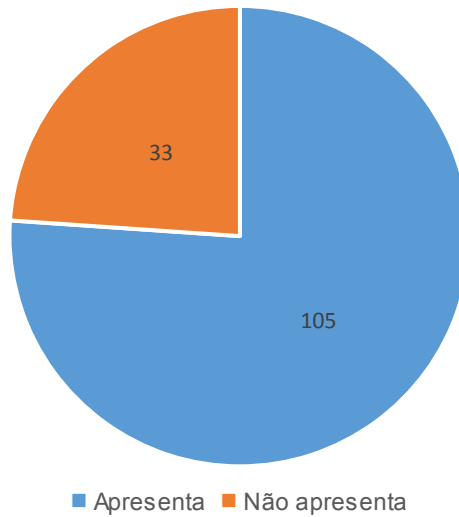
Como foi apresentado anteriormente, apesar de não haver no Plano de Manejo um referencial teórico que justifique a utilização de diferentes denominações para os programas e subprogramas de Educação Ambiental, as atividades referentes aparecem inseridas em Programas de Conscientização, Interpretação ou Sensibilização; ou ainda se os Programas de Comunicação e Educação Ambiental aparecem integrados (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Nomenclatura dos Programas de Educação Ambiental



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

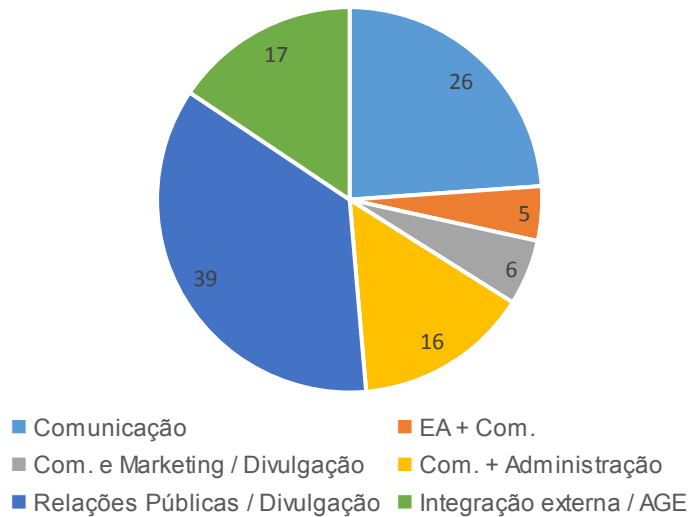
No levantamento de atividades de comunicação da unidade de conservação descritas nos planos de manejo, foram considerados apenas os programas específicos dessa área (Gráfico 5). Assim, muitas das UCs podem apresentar atividades de comunicação e divulgação implícitas em algum outro programa. Ocorre, por exemplo, a descrição de atividades isoladas de Educação Ambiental ou de Comunicação dentro de programas como Visitação ou de Uso Público, sem haver, no entanto, um programa ou subprograma específico. Também não foram levados em consideração os programas de comunicação que tratam apenas de aspectos de infraestrutura da Unidade e do entorno, como o acesso à *Internet*, linhas telefônicas ou rádio para comunicação interna. A definição de Comunicação que a considera apenas como uma ferramenta é limitante na reflexão sobre a Encea na qual o foco está nos aspectos processuais da comunicação.

Gráfico 5 – Programas de Comunicação nos Planos de Manejo

Fonte: Solar Consultoria, 2014.

Assim como observado em atividades de Educação Ambiental, os Planos de Manejo enquadram a comunicação em programas com denominações distintas como: Comunicação e Marketing/Divulgação; Comunicação e Administração; Relações Públicas/Divulgação; Integração Externa/com área de influência/com o entorno /Ações Gerenciais Externas (AGE). As respectivas proporções de cada Programa são apresentadas no gráfico 6.

Gráfico 6 – Nomenclatura dos Programas de Comunicação



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

A presença e descrição de Programas de Comunicação nos Planos de Manejo não fornecem garantia de que as atividades vêm sendo realizadas. Verificou-se ainda que os planos de manejo citam ONGs que atuam em determinadas unidades (como APA de Guaraqueçaba, Parna Grande Sertão Veredas, Parna de Iguaçu, Rebio Marinha do Arvoredo, e Rebio Poço das Antas, por exemplo, promovendo atividades de Educação Ambiental com visitantes e com as comunidades do entorno.

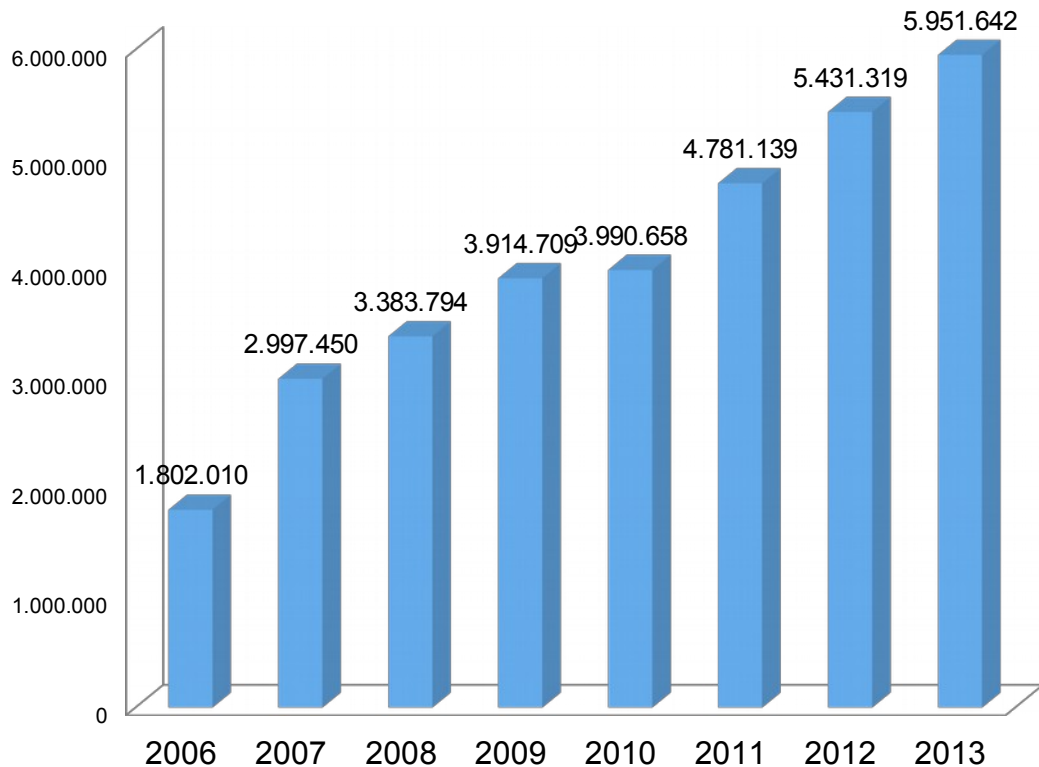
Para a sistematização proposta nesse relatório, utilizamos os dados desse levantamento sobre os planos de manejo descrevendo como os componentes de Educação Ambiental e Comunicação aparecem e, onde foi possível, confirmar a informação, se há programa de Educação Ambiental e Comunicação em andamento nas unidades que compõem a sistematização.

4.7. Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação mais visitadas

Foram incluídas as 20 UCs mais visitadas na lista de Unidades de Conservação selecionadas para o levantamento secundário. Partindo do pressuposto de que essas unidades teriam experiências importantes para serem agregadas à pesquisa, foram feitos contatos com os gestores dos Parques Nacionais mais visitados do Brasil, de acordo com a lista fornecida pelo ICMBio⁵. O levantamento abaixo descreve um panorama das 20 Unidades de Conservação mais visitadas, evidenciando a variação no número de visitantes nos anos de 2011, 2012 e 2013. O aumento no número de visitantes nos Parques Nacionais Brasileiros é bastante expressivo, como pode ser observado no gráfico 7, o que é um dado positivo, considerando que a visita possibilita a maior divulgação das UCs e sua valorização por parte dos visitantes, além de permitir e estimular a efetivação de atividades de Educação Ambiental com o público.

⁵ Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/10_visitados.pdf. Dados de 2012. Acesso em 15 out 2014.

Gráfico 7 - Número de visitantes em todos os Parques Nacionais Brasileiros, entre 2006 e 2013 (Fornecido pelo ICMBio)



Fonte: Solar Consultoria, 2014. 1

Outro aspecto interessante de ressaltar é a variação na visitação das 20 primeiras Unidades de Conservação do ranking. Para efeito de análise, se concentrarmos a atenção nos últimos 3 anos de coleta de dados, alguns Parques mantiveram suas posições, como é o caso de Tijuca, Iguaçu e Brasília, que ocupam os 3 primeiros lugares. Essas três Unidades apresentam características bastante vantajosas e que favorecem a visitação, como sua proximidade de grandes centros urbanos com elevada concentração de turistas; a ampla divulgação das unidades como opção de lazer e contemplação; apresentam um centro de visitantes com infraestrutura adequada para realização de atividades de Educação Ambiental e principalmente atrativos turísticos com grande singularidade, respectivamente: Tijuca com o Cristo Redentor, Iguaçu com as Cataratas e Brasília com as Piscinas de Água Mineral, como poderá ser aprofundado na leitura da sistematização de experiências.

No quadro abaixo são destacados apenas os dados das 20 primeiras UCs do ranking de 2013, mostrando o número de visitantes em 2011, 2013 e 2014.

Quadro 2 – Número de visitantes nas 20 UCs mais visitadas

	UC	2011	2012	2013
1	Tijuca	2.274.498	2.536.549	2.899.972
2	Iguaçu	1.394.187	1.535.382	1.518.876
3	Brasília	280.792	318.160	248.287
4	São Joaquim	71.320	110.819	139.743
5	Serra dos Órgãos	95.568	137.962	132.246
6	Ubajara	87.413	98.603	108.529
7	Serra da Bocaina	94.661	105.027	106.691
8	Chapada dos Guimarães	77.693	96.166	102.753
9	Jericoacoara			100.000
10	Itatiaia	77.686	96.039	99.495
11	Aparados da Serra	52.800	72.356	73.590
12	Fern. de Noronha	41.543	61.370	61.580
13	Serra Geral	31.612	49.913	52.139
14	Serra da Canastra	35.390	40.914	46.274
15	Lençóis Maranhenses	39.190	16.800	42.000
16	Caparaó	28.933	33.366	32.020
17	Chapada dos Veadeiros	20.607	23.014	27.407
18	Serra do Cipó	14.728	22.290	25.438
19	Sete Cidades	29.002	20.182	20.726
20	Serra da Capivara	14.163	14.701	19.998

Fonte: Solar Consultoria, 2014.

As inúmeras tentativas de contato por e-mail e telefone com os gestores, analistas ambientais e responsáveis pelos programas de EA, Comunicação, uso público e visitação, resultaram no retorno e repasse de informações por parte de 10 Parques Nacionais presentes no ranking das 20 Unidades de Conservação mais visitadas em 2013, são elas: Parna Aparados da Serra; Parna Brasília; Parna

Chapada dos Guimarães; Parna Iguaçu; Parna Itatiaia; Parna Lençóis Maranhenses; Parna Marinho de Fernando de Noronha; Parna São Joaquim; Parna Serra da Bocaina; e Parna Serra dos Órgãos. Parna. As respectivas experiências são descritas na sistematização.

4.8. Entrevistas e contatos com as Unidades de Conservação

Considerando todas as Unidades de Conservação identificadas através dos diferentes procedimentos, foram selecionadas aquelas que apareceram de forma mais conspícua e que disponibilizaram mais informações, além de apresentarem visitação mais intensa, de forma a priorizá-las. Dessa maneira, foram definidas unidades prioritárias para realizar contato via e-mail e/ou telefone para encontrar informações detalhadas das ações.

Os contatos realizados com as unidades de conservação e a obtenção de informações foram dificultados por diversos fatores:

- No início dessas pesquisas, a consultoria ainda não havia sido oficialmente apresentada pelo ICMBio e pelo MMA aos gestores;
- Falta de retorno dos e-mails encaminhados aos gestores, inclusive os enviados após um primeiro contato telefônico;
- Diversas UCs não atendem ao telefone ou a operadora informa que o “mesmo não existe”;
- Falta de informações sistematizadas;
- Falta de disponibilidade do gestor e/ou responsável pelas ações de educação ambiental de responder ao *e-mail*, atender ao telefone e conversar sobre as ações em tempo hábil para o prazo determinado pelo TR;
- Mudança no quadro de gestores e analistas em várias UCs, dificultando principalmente a busca de informações sobre experiências mais antigas. Além disso, alguns gestores recém chegados às UCs manifestaram não ter acesso à memória dos projetos e a experiências anteriores à sua gestão;
- Diferentes entendimentos sobre o que seriam atividades de Educação Ambiental e de Comunicação, o que faz com que algumas ações não sejam identificadas como tal.

5. As Unidades de Conservação e suas experiências com educação ambiental e Comunicação – Sistematização das Experiências

Nessa seção serão apresentados os 72 registros sistematizados de experiências de Educação Ambiental e Comunicação, identificados pelos diferentes procedimentos citados, desenvolvidas em 50 Unidades de Conservação (UCs) federais em seis dos sete biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Marinho-Costeiro) obtidos por meio dos procedimentos citados acima. As experiências estão separadas por biomas e dentro delas as unidades por ordem alfabética.

5.1. BIOMA: AMAZÔNIA

5.1.1. RESERVA EXTRATIVISTA ARAPIXI

Demanda dos beneficiários/formação com a comunidade em geral

Bioma: Amazônia

Data de criação da UC: 2006

Data do plano de manejo: 2006

Sede: Boca do Acre – AM **Telefone:** (97) 3451- 2518 **Ligado a:** CR - 1

Plano de manejo: Não apresenta nenhum programa específico de Educação Ambiental ou Comunicação. Na Reserva Extrativista de Arapixi é permitida apenas a entrada de pessoas da comunidade ou pessoas de fora com autorização do ICMBio e se não vierem a causar danos à Reserva. No item “Serviços e insumos” do Plano de Manejo, é incluído o subitem “Apoio a ações de Educação Ambiental”, sem maiores detalhamentos. A comunicação aparece apenas como ferramenta, evidenciando a importância do rádio e a necessidade de telefones públicos e internet, além do crescimento na utilização da televisão.

Nome do projeto: Educação Ambiental na Resex Arapixi

Relação das ações com o Plano de Manejo: As ações que vem sendo desenvolvidas não estão exatamente previstas no programa de Educação do Plano de Manejo da Resex Arapixi. As ações que hoje são desenvolvidas na Resex Arapixi envolvendo EA são provenientes de demandas dos próprios beneficiários da Resex apontadas em reuniões e/ou oficinas ou através da observação dos próprios gestores.

Responsáveis pelo projeto: Leonardo Konrath da Silveira, leonardo.silveira@icmbio.gov.br, analista do ICMBio.

Quem propôs a ação: ICMBio através de recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) que tem o objetivo de promover a conservação da biodiversidade amazônica do Brasil e assegurar recursos financeiros para gestão das áreas preservadas e promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Motivação: Buscar melhorar a qualidade de vida dos beneficiários da Resex Arapixi e da comunidade Bocacrense, através de atividades que levem novos conhecimentos referente ao ambiente em geral e formas de produção mais sustentáveis, buscando mitigar o desmatamento e promover um uso mais sustentável dos recursos ambientais da região da Reserva Extrativista Arapixi.

Parceiros: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), WWF-Brasil (World Wide Fund for Nature) e GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GMBH, UEA (Universidade Estadual do Amazonas) e CETAM (Centro de Estudos Tecnológicos do Amazonas). Os recursos financeiros utilizados são provenientes do Programa ARPA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia).

Sujeitos da ação educativa: Os beneficiários da Resex Arapixi, alunos dos cursos técnicos e de graduação de Boca do Acre, professores da Resex Arapixi e, de uma forma mais distante a comunidade Bocacrense.

Período de desenvolvimento do projeto: 2012 e 2013, com proposta de continuidade. As ações ocorrem entre abril e início de dezembro, época onde os beneficiários da Resex não estão em suas alocações de castanha.

Objetivos: melhoria na qualidade de vida dos beneficiários da Resex Arapixi e da comunidade Bocacrense. Multiplicar os conhecimentos na temática ambiental (através da oficina realizada em 2012) e implementar o conhecimento da questão legal envolvendo a Resex de forma geral, desde seu decreto de criação até as principais problemáticas em seu cotidiano (oficina de 2013). Entre os objetivos específicos, destaca-se: disseminar o conhecimento para aprimorar o sistema de produção; apresentar novas fontes de renda, como a manutenção de galinheiro, horta e manejo de recursos pesqueiros. Além disso, a formação de professores visa multiplicar o conhecimento ambiental a respeito da própria Resex, localizar e empoderar novas lideranças, além de ampliar a aproximação entre os beneficiários da Resex Arapixi e o ICMBio, aumentando o grau de confiança na gestão.

Metodologia: A metodologia utilizada variou de acordo com a oficina realizada. De forma geral, as oficinas envolviam um módulo teórico e outro prático. As metodologias utilizadas foram baseadas no II Ciclo de Gestão Participativa.

Atividades realizadas: Foram realizadas duas Oficinas de Educação Ambiental para os Professores da Resex Arapixi, em 2012 e 2013, com tópicos envolvendo a temática ambiental (2012) e aspectos legais e cotidianos da Resex Arapixi (2013). Para as oficinas com assuntos específicos, como Oficina de Educação Ambiental com foco em Horta Comunitária e Composteira, os temas abordados foram relacionados à utilização dos recursos naturais de forma sustentável, com geração de renda e manutenção de recursos. A Oficina de Temática de Galinheiro teve como foco o aproveitamento de recursos desperdiçados no cotidiano dos moradores da reserva para a alimentação das galinhas e estabelecimento de um galinheiro comunitário. Assim, é introduzida uma fonte proteica na alimentação, é reduzida a pressão sobre algumas espécies selvagens e, além disso, é garantida uma renda para a comunidade, através da comercialização de ovos e aves.

Temas trabalhados: A temática ambiental é trabalhada de forma geral em diversas atividades e oficinas. Atividades específicas introduzem conceitos de educação ambiental, como na implantação e manutenção de hortas de cultivo orgânico, criação de galinhas e utilização sustentável dos recursos para geração de renda.

Resultados: De acordo com o analista ambiental, infelizmente boa parte das atividades não atendeu as expectativas. Os beneficiários da Resex Arapixi demonstram dificuldade em absorver novas ideias, em parte, por uma latente desconfiança com o órgão gestor, mas em alguns pontos observa-se mudanças pontuais de comportamento como um despertar de pôr em prática as ideias apresentadas nas oficinas. Em relação às oficinas de educação Ambiental para os Professores da Resex Arapixi, o resultado foi bem abaixo do esperado, que seria: os professores buscassem trabalhar em suas aulas normais a própria Resex Arapixi nas diferentes disciplinas e isso tem sido pouco observado.

Formas de avaliação e monitoramento: As avaliações são realizadas por meio de questionários para os beneficiários da Resex, quanto a viabilidade da aplicação do conhecimento e se o mesmo despertou interesse em ser aplicado localmente.

Desdobramentos: Mesmo com resultados aquém dos esperados, as atividades terão continuidade. No entanto, como foi observado que os resultados mais pertinentes ocorrem se as Oficinas de Educação Ambiental forem desenvolvidas nas comunidades, envolvendo os beneficiários em geral, não são mais realizadas as Oficinas de Educação Ambiental apenas para os Professores da Resex Arapixi.

Alguns produtos do projeto: Ainda não existem produtos provenientes destas ações.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: A atual equipe gestora da Resex Arapixi tem buscado divulgar as atividades realizadas na Resex para a comunidade Bocacrense através do Jornal Opinião de veiculação local e do site Portal do Purus e através do próprio Facebook do gestor. Ainda não são realizadas ações de comunicação/educomunicação, mas pretendemos realizar estas ações em breve.

Sobre Comunicação na UC: Jornal Opinião de veiculação local, site Portal do Purus (www.portaldopurus.com.br) e através do Facebook do gestor (Léo Konrath), já que a RESEX Arapixi ainda não conta com uma página própria no Facebook.

Fontes de pesquisa: informações enviadas por e-mail por Leonardo Konrath da Silveira (leonardo.silveira@icmbio.gov.br) e [Site do ICMBio](#).

5.1.2. Parque Nacional Campos Amazônicos

Formação de professores

Bioma: Amazônica

Data de criação da UC: 2006

Data do plano de manejo: 2011

Sede: Rondônia **Telefone:** (69) 3222-6910 **Ligado a:** CR-1

Plano de manejo: A Comunicação está incluída como um Subprograma do Programa de Operacionalização. O Subprograma de Comunicação e Divulgação apresenta como objetivo divulgar a importância de conservação da UC através da elaboração de um Plano de Divulgação e Comunicação, incluindo a criação da sua identidade visual. Além disso, proporcionar e participar de atividades de divulgação da UC junto às populações do entorno visando a conservação da região e compreensão das finalidades da UC; e Criar mecanismo de comunicação com usuários da UC e comunidades do entorno.

O Programa de Uso Público apresenta os subprogramas de Recreação e Educação Ambiental. Além disso, a EA é contemplada no Programa de Integração com o Entorno, que apresenta subprogramas de Conselho Consultivo, Relações Interinstitucionais, Educação Ambiental e Alternativas de Desenvolvimento. O principal objetivo do Subprograma é utilizar a visitação como meio de educação ambiental e valorização social do Parque Nacional, através do incentivo de ações (cursos, palestras, treinamentos, exposições, material informativo) para os usuários das pousadas sobre o PNCA; identificação e implantação de trilhas que contemplem itens de interpretação ambiental; e promoção de visitas regulares à trilha com o público envolvido nas atividades educativas e de sensibilização do programa de integração com o entorno.

Entre os objetivos específicos de conservação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, está propiciar espaços e oportunidades para atividades de educação ambiental e envolvimento da comunidade do entorno nos esforços de conservação da natureza, com destaque para o Cerrado e a Campinarana.

Nome do projeto: O Parque nas Escolas do Matupi: uma Proposta de Educação Ambiental

Responsável pelo projeto: Aline Roberta Polli (aline.polli@icmbio.gov.br), analista ICMBio.

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: a partir de projeto de sensibilização ambiental desenvolvido desde 2012 com educadores do Distrito de Santo Antônio do Matupi/AM, Km 180 da BR-230 (Transamazônica), região onde a UC era enxergada como um total transtorno ao modo de vida local (que basicamente se mantém por meio da exploração madeireira seguida da implantação de pastagens para a instalação de pecuária. Inicialmente, as ações de fiscalização e combate a incêndios eram as únicas atividades realizadas nesta região). A relação com a comunidade era marcada pelo distanciamento e pela tensão, onde antigos servidores chegaram até a receber ameaças. Este cenário começou a se modificar com as reuniões de sensibilização para criação do Conselho, onde a demanda por projetos em educação ambiental surgiu.

Parceiros: recursos próprios.

Sujeitos da ação educativa: educadores do distrito de Santo Antonio do Matupi.

Período de desenvolvimento do projeto: 2012-2014 (contínuo).

Objetivos: desenvolver na comunidade a consciência ambiental crítica sobre a realidade local de modo a interferir positivamente em seu meio, despertando assim, o sentimento de pertencimento e afetividade pela Unidade; construir com os professores, de forma coletiva e participativa um programa continuado de educação ambiental realmente emancipatório e que interfira positivamente na relação deste público com a UC e as demais temáticas socioambientais relacionados a realidade local.

Metodologia: A partir do desenho da “matriz de anseios”, foi possível sistematizar ideias e traçar um plano de ação para implementação do projeto junto com moradores e professores. Também houve oficinas de sensibilização ambiental, onde se trata de temas ambientais diversos e se esclarece dúvidas sobre a UC, e ainda

intervenções comunitárias (como hortas, viveiros) e oficinas de arte-educação, elaboração de projetos e associativismo.

Atividades realizadas: Reuniões de planejamento participativo e oficinas em cumprimento ao plano de ação elaborado nas reuniões. Nas oficinas foram trabalhados diversos temas (como o papel do professor como elemento mediador de 'culturas' junto a jovens vulneráveis).

Temas trabalhados: o papel da UC, associativismo, Educação Ambiental, usos sustentáveis do babaçu, produção de materiais ecológicos (sabão, reciclados).

Resultados: não houve repasse de informação

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: não houve repasse de informação

Dificuldades: O principal desafio é a falta de recursos financeiros e de equipe da UC, pois o programa (que financia projetos em UCs na Amazônia) não apoia projetos ligados a essa comunidade, não é entendida como elegível para acessar o componente 2.3 do ARPA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia), que seria o de apoio às comunidades. Também apontou que há poucos recursos humanos para implementar projetos e ainda a distância do Parque para essa comunidade (cerca de 500 km via Transamazônica), sendo a logística para realização das atividades cara e difícil. Citou ainda outros problemas como comunicação precária, com linhas telefônicas ruins.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação

Sobre Comunicação na UC: por ser a internet no distrito via rádio, possibilitou troca de informações e marcação de atividades em grupo fechado no [Facebook](#).

Fonte de pesquisa: formulário online.

5.1.3. Floresta Nacional de Carajás

4 projetos integrados (crianças, jovens, formação de professores e uso público)

Bioma: Amazônia

Data de criação da UC: 1998

Data do plano de manejo: 2003

Sede: Parauapebas - PA **Telefone:** (94)3328 1901/ 1906 **Ligado a:** CR4

Plano de manejo: O Plano de Manejo apresenta os Programas de Comunicação e de Educação Ambiental. Além disso, a comunicação é contemplada no programa de Uso Público, que apresenta subprograma de Divulgação e Marketing. O Projeto de Mídia, Projeto de Material Promocional e Projeto do Centro de Visitantes também apresentam tópicos relativos à Comunicação e divulgação da unidade.

Relação das ações com o Plano de Manejo: O Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás apresenta o subprograma de educação ambiental com o objetivo de promover a conscientização e educação das comunidades interna e do entorno da Flona de Carajás. Além disso, o Plano de Manejo prevê a difusão de conceitos e práticas de conservação da natureza e de proteção ambiental para as comunidades residente e do entorno da Flona, de acordo com os respectivos graus de instrução e realidades locais.

1. Nome do projeto: Criança Ambientalista

Responsáveis pelo projeto: Coordenadoras do Projeto Leidiane de Melo Araújo (Bióloga) e Cristiane Maria Pereira Valente (Bióloga). Respostas enviadas por Francilma Dutra (francilma.dutra@gmail.com), coordenadora do CEAP, e Frederico Drumond Martins (frederico.martins@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

Quem propôs a ação: O Projeto Criança Ambientalista (PCA), foi proposto e desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap).

Motivação: O Projeto Criança Ambientalista (PCA), desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap) surgiu a partir de um levantamento nas 17 escolas de Educação Infantil da cidade de Parauapebas- PA, sobre a problemática em relação as questões ambientais que as escolas vivenciavam. Visando contribuir com a formação das crianças do município em Educação Ambiental. Sabendo da importância da preservação tanto a escola como a família têm a responsabilidade de participar da construção desses valores básicos da consciência cidadã da criança, para que no futuro ela tenha hábitos éticos, sadios e responsáveis quanto à preservação e desenvolvimento sustentável da terra. Na

educação infantil a apresentação de temas ambientais tem uma importância significativa na formação de uma consciência ambiental, a partir disso, torna-se importante a apresentação de temas pertinentes que levam à sua conscientização, de maneira que a criança dissemine tal conhecimento, pois é comum uma criança ao adquirir um novo conhecimento repassar principalmente para seus familiares. Desta maneira, as práticas ecológicas apresentadas se fazem de grande importância para incutir uma conscientização acerca do meio ambiente desde cedo, e a escola tem a responsabilidade de dar suporte para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Parceiros: O Ceap (Centro de Educação Ambiental de Parauapebas), fundado em 2006 em parceria entre o Ibama (hoje ICMBio) a Universidade Federal do Pará, Ufpa (atualmente Unifesspa, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, através das secretarias de meio ambiente e educação.

Sujeitos da ação educativa: Crianças que estejam devidamente matriculados na educação infantil no município de Parauapebas (PA).

Período de desenvolvimento do projeto: Ano de 2013.

Objetivos: sensibilizar a criança para tornar-se um multiplicador ambiental com maior consciência ecológica, criando assim maior afinidade com o meio ambiente. Despertar na criança a importância do uso sustentável dos recursos naturais através do lúdico; Incentivar posturas e hábitos de proteção ao meio ambiente na escola e em casa, e em todo lugar que a criança frequente; Apresentar alternativas e soluções para as questões ambientais no dia-a-dia escolar; Implantar ações de reaproveitamento e reutilização do lixo reciclável; Reduzir a produção de lixo na escola.

Metodologia: Para a realização do projeto foi realizado um levantamento em todas as escolas de educação infantil que consistiu em aplicação de entrevistas abertas com os coordenadores das escolas 17 escolas municipais de ensino infantil do município de Parauapebas-PA. O levantamento evidenciou a realidade da questão ambiental nas escolas e no entorno. Com base nos resultados do diagnóstico inicial

foi selecionado o tema para o desenvolvimento das atividades, de acordo com a preocupação exposta pelos coordenadores das escolas.

Atividades realizadas: As atividades aconteceram duas (02) vezes por semana, nos turnos matutino e vespertino. Além de aulas teóricas nas salas de aula, foram realizadas atividades práticas no Parque Zoobotânico em Carajás e alguns roteiros da zona urbana, com apresentação de vídeos ilustrativos em desenhos, informativos sobre o tema “Lixo”, bem como a coleta seletiva, e outros fatores relacionados ao tema proposto.

Temas trabalhados: Lixo, Coleta seletiva, Meio Ambiente e Atitudes Positivas ao Meio Ambiente.

Resultados: Durante o ano de 2013, o Projeto Criança Ambientalista atendeu cerca de 17 instituições de ensino, totalizando um público atendido de 724 alunos. Com a atuação do projeto PCA nas escolas do município de Parauapebas-PA, observou-se que a questão do lixo nas escolas apresentou mudança, pois as crianças assimilaram as atividades no seu dia-a-dia, reduzindo a produção de lixo e buscando reutilizar e reciclar os materiais. Atividades práticas foram de suma importância para o desenvolvimento de hábitos e respeito ao meio ambiente.

Formas de avaliação e monitoramento: Para avaliar o andamento do projeto são feitos questionários para os professores, referente ao comportamento dos alunos antes e depois da participação no projeto.

Desdobramentos: As atividades contribuíram muito para que os professores percebessem como trabalhar educação ambiental em campo e de forma lúdica. A realização das atividades resultou no desenvolvimento de uma consciência ecológica direcionada para as crianças da educação infantil, em prol de atitudes positivas ao meio ambiente. Como desdobramento, pode-se também citar o Projeto “Jovem Ambientalista” que foi realizado em 2014, seguindo o bom exemplo das atividades aqui descritas.

Alguns produtos do projeto: Os produtos estão em elaboração para execução em 2015. Serão publicadas uma série de cartilhas com temas abordados no projeto, com ilustrações, frases e historinhas feitas pelas crianças.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: O contato para divulgar o projeto foi feito pessoalmente, entrando em contato com a direção das escolas. Foi realizado um levantamento em todas as escolas de educação infantil que consistiu em aplicação de entrevistas abertas com os coordenadores das escolas 17 escolas municipais de ensino infantil do município.

2. Nome do projeto: Projeto Jovem Ambientalista

Responsáveis pelo projeto: Coordenadoras do Projeto Cristiane Maria Pereira Valente (Bióloga) e Ricardo Matos (Biólogo). Respostas enviadas por Francilma Dutra (francilma.dutra@gmail.com), coordenadora do CEAP, e Frederico Drumond Martins (frederico.martins@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

Quem propôs a ação: proposto e desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap).

Motivação: O projeto Jovem Ambientalista foi um dos primeiros projetos a serem desenvolvidos pelo Ceap, apresentando como principal motivação os resultados positivos obtidos no Projeto Criança Ambientalista.

O fato da educação ambiental ser elemento fundamental na promoção de mudanças de comportamentos incentiva a realização de projetos em diferentes fases da vida escolar, visando a formação da cidadania ambiental, o compromisso ético e a formação de agentes multiplicadores ambientais na comunidade, para que se possa desenvolver um trabalho adequado junto à sociedade.

Nessa lógica verifica-se a necessidade de desenvolver projetos e ações que estimulem um pensamento complexo e aberto às mudanças, às diversidades e a capacidade de construir e reconstruir novas leituras de mundo configurando inovadoras possibilidades de ação.

Parceiros: O Ceap, fundado em 2006 em parceria entre o Ibama (hoje ICMBio) a Universidade Federal do Pará, Ufpa (atualmente Unifesspa, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, através das secretarias de meio ambiente e educação.

Sujeitos da ação educativa: alunos da rede de ensino público de 14 a 18 anos do município de Parauapebas.

Período de desenvolvimento do projeto: Desde 2006 até os dias atuais.

Objetivos: formar jovens multiplicadores em Educação Ambiental na comunidade Parauapebas, a fim de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem na realidade socioambiental, de modo comprometido com a vida, com o bem-estar social e global. Objetivos específicos: Sensibilizar jovens com temáticas ambientais; Capacitar jovens multiplicadores em Educação Ambiental capazes de ver na própria localidade as evidências de inter-relações, interdependências e impactos dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida; Desenvolver ações e atitudes socioambientais na comunidade local.

Metodologia: O Projeto Jovem Ambientalista divulga anualmente um edital para o processo seletivo dos participantes. Através de uma prova teórica com questões de múltipla escolha abordando temas sobre as problemáticas socioambientais atuais do âmbito mundial e regional, são selecionados 30 alunos entre 14 a 18 anos do último ano do ensino fundamental e Ensino Médio da rede pública do município de Parauapebas.

As aulas ocorrem três vezes por semana, divididas em teóricas, práticas e atividades socioambientais, com duração de 4 horas diárias, perfazendo um uma carga horária total de 480 horas.

São usadas ainda estratégias pedagógicas como seminários e palestras que atuam como diferencial, além da leitura de textos atuais fomentando discussões acerca dos temas. As aulas práticas têm o intuito de garantir a generalização do que foi vivido em sala de aula. Além das aulas teóricas e práticas, são realizadas ações socioambientais na comunidade.

O Projeto conta como recursos o corpo técnico de formação em Geografia, História, Pedagogia e Biologia e uma estrutura física: 01 sala de aula com 35 lugares instalados no prédio do Centro Universitário de Parauapebas (Ceup), onde constam itens de mídia (recursos audiovisuais como: Data show e caixa de som).

Atividades realizadas: 17% das atividades realizadas pelos jovens em 2013 tiveram caráter socioambiental. Através de parcerias com a Semma (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) foram realizadas atividades como as Blitz educativas, nas quais os jovens atuaram distribuindo adesivos e sacolas de lixo para veículos em Parauapebas. O evento ocorreu em dois momentos o primeiro foi na Semana do Meio Ambiente e o segundo foi na Blitz da Poluição Sonora, ambos realizados pela Semma, com objetivo de conscientizar a população sobre a importância de manter a cidade limpa, acondicionar o lixo em locais adequados, minimizar os efeitos da poluição sonora e incentivar a população a denunciar infratores.

Outras atividades socioambientais aconteceram junto com os outros projetos do Ceap, como o Projeto Criança Ambientalista (PCA), no qual os jovens fizeram atividades com as crianças de escolas infantis no Parque Zoológico Vale em Carajás.

Outra ação do Projeto Jovem Ambientalista foi o III Encontro Juvenil de Educação Ambiental (Ejea), onde foram propostas discussões relativas aos efeitos de atividades prejudiciais desenvolvidas dentro de unidades de conservação de uso sustentável como a Flona Carajás (mineração, ecoturismo, extração do jaborandi, dentre outros). Dessa forma, o encontro abordou a temática referente à Arqueologia e Espeleologia em Carajás; e ao Uso sustentável da Unidade de Conservação de Carajás. Diante disto, o Centro de Educação Ambiental de Parauapebas promoveu uma discussão sobre os impactos da mineração e evidenciou as riquezas da Floresta Nacional de Carajás. Visando a importância do uso sustentável desta Unidade de Conservação foram realizadas palestras e oficinas, com o objetivo de propor alternativas sustentáveis para substituir as atividades que prejudicam o equilíbrio ambiental e a biodiversidade. Foram realizadas três oficinas com as seguintes temáticas: O uso Sustentável da Floresta Nacional de Carajás: Ecoturismo e Extração do Jaborandi; O Estudo do Potencial Arqueológico e Espeleológico na Floresta Nacional de Carajás; O uso da Floresta Nacional de Carajás para a promoção da Educação Ambiental.

Temas trabalhados: Noções de Ecologia, Educação Ambiental e Normas de Segurança: O meio Ambiente como organização do mundo vivo. História da Educação Ambiental e as Condições Ambientais no Planeta; Desenvolvimento

Socioambiental na Amazônia e seus Problemas Regionais: Desenvolvimentos Sociais, Econômicos e Culturais da Amazônia; Práticas de Educação Ambiental: Noções de Interpretação ambiental, práticas e ações da educação ambiental em ambientes escolares, formais, não formais.

Resultados: Durante o ano de 2013, Projeto Jovem Ambientalista formou 25 estudantes e dois monitores que foram alunos da turma de 2012. Houve evasão de apenas 16% (alunos que mudaram de cidade, optaram por realizar cursos profissionalizantes que coincidam com o horário do projeto, ou começaram a trabalhar para ajudar nas despesas familiares), considerada uma das menores desde a criação do projeto. Essa taxa igualou-se a taxa do ano de 2009, com o diferencial que neste ano (2013) os alunos não tiveram ajuda como bolsa de estudos ou outras ajudas financeiras. Além disso, considerando as inúmeras dificuldades como o transporte para a realização das atividades, a reduzida desistência evidencia a identificação dos estudantes com o Projeto. Até o ano de 2013, o projeto já atendeu a 240 jovens.

Formas de avaliação e monitoramento: O projeto foi avaliado através das exposições das ações que os próprios jovens propuseram e desenvolveram. Outra forma de avaliação é a comparação com os anos anteriores, dos números representativos do projeto, tais como taxa de evasão e a contribuição do projeto na escolha de uma formação profissional. Nesse aspecto, vale destacar que a grande maioria dos jovens que passaram pelo PJA, voltou-se para cursos de natureza ambiental, tais como curso técnico em meio ambiente, curso de engenharia florestal, agronomia e geologia, entre outros.

Desdobramentos: O principal desdobramento do Projeto é o envolvimento dos jovens como multiplicadores de causas ambientais. O Projeto Jovem Ambientalista é contínuo, uma vez que todos os anos há processos seletivos e as ações são permanentes.

Alguns produtos do projeto: Como produtos do Projeto, pode-se citar as propostas elaboradas no III Encontro de Jovens Ambientalistas (2013), no qual foram levantados temas para discussão, elaboração de oficinas e propostas de ações (Tema: Ecoturismo e Extração do Jaborandi: Apoio da esfera pública; Cursos e

treinamentos: primeiros socorros, guias de condutores de atrativos naturais, Línguas estrangeiras; Divulgação e marketing; Transporte; Sede e base de apoio; Equipamentos como o de primeiros socorros, GPS, bússolas. Tema: Potencial Espeleológico na Floresta Nacional de Carajás: Montar um grupo espeleológico para desenvolver atividades científica e de ecoturismo; Buscar apoio financeiro; Buscar parceiros: Universidades locais, Prefeitura, ICMBio, Ceap; Cnpq, Fapespa e outros para bolsas; Publicação das análises em forma de livro e distribuir na comunidade e sites; Buscar parceiros para participar e publicar os resultados em exposições; Construção de um centro cultural. Tema: Promoção da Educação Ambiental na Floresta Nacional de Carajás: Promover Projeto nas escolas da rede pública para que haja atividades direcionadas para dentro da Floresta, conscientizando a comunidade; Implantação de regras e punições para ações não sustentáveis; Potencializar a educação ambiental no Ceap, através de políticas públicas com o intuito de atingir no município 30% da população.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: O contato do projeto aconteceu por meio das redes sociais, além de divulgação impressa do processo seletivo, bem como o resultado. Outra forma de mídia para divulgação do Projeto foi o site da Prefeitura Municipal de Parauapebas.

3. **Nome do projeto:** Projeto de Formação de Professores (PFP)

Responsáveis pelo projeto: Coordenadores do Projeto Formação de Professores (PFP): Odilene Gomes Mendonça (Pedagoga) e Carlos Augusto Garrido (Pedagogo). Respostas enviadas por Francilma Dutra (francilma.dutra@gmail.com), coordenadora do CEAP, e Frederico Drummond Martins (frederico.martins@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

Quem propôs a ação: foi proposto e desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap).

Motivação: A maior motivação do projeto é introduzir a Educação Ambiental de maneira efetiva nas escolas e tornar a Flona de Carajás mais próxima dos educadores e, conseqüentemente, das crianças, jovens e potenciais multiplicadores. O professor tem um papel fundamental nesse processo, pois ele é o principal

mediador das informações para seus alunos. Outra importante motivação é habilitar o professor a ministrar suas aulas dentro da Floresta Nacional de Carajás e seu entorno, utilizando os roteiros do Projeto Escola Vai a Flona-PEF. Dessa forma, o educador pode relacionar o conteúdo desenvolvido em sala de aula com a educação ambiental, proporcionando a contextualização e renovação dos conteúdos escolares obrigatórios.

Parceiros: O Ceap (Centro de Educação Ambiental de Parauapebas), fundado em 2006 em parceria entre o Ibama (hoje ICMBio) a Universidade Federal do Pará, Ufpa (atualmente Unifesspa, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, através das secretarias de meio ambiente e educação.

Sujeitos da ação educativa: O projeto é realizado com professores atuantes na rede municipal de educação. São abertas 30 vagas semestralmente, atendendo cerca de 60 professores por ano.

Período de desenvolvimento do projeto: O projeto desenvolve-se desde 2006, início da criação do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas, até os dias atuais.

Objetivos: proporcionar aos docentes uma formação adequada à temática da Educação Ambiental, adquirindo habilidades e competências para o desenvolvimento de práticas pedagógicas com relação à preservação, conservação e utilização dos recursos naturais de forma sustentável. De maneira mais específica sensibilizar o professor da importância do seu papel como mediador do processo de construção do conhecimento científico-ambiental no espaço escolar, transformando os alunos em cidadãos ecologicamente conscientes. Procura-se capacitar os professores para atividades práticas e saídas de campo, além da adaptação dos conteúdos curriculares em ações teóricas-práticas, voltadas à Educação Ambiental, incentivando seus alunos a criarem afinidade com o meio ambiente.

Metodologia: Semestralmente são oferecidas 30 vagas pelo projeto, direcionadas a professores atuantes na rede municipal de educação. Para que o professor participe

do Projeto de Formação de Professor, primeiramente ele se inscreve no Ceap, passando por uma seleção, através da avaliação da carta de intenção do curso.

O Curso é composto por três Módulos, cada qual com carga horária de 40 horas. O primeiro módulo é constituído por aulas teóricas, ministradas pelo professor José Pedro Martins, coordenador do Neam (Núcleo de Estudos Ambientais) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

O segundo Módulo apresenta aulas práticas, com roteiros e datas pré-definidos e agendadas, que coincidem com os roteiros do Projeto Escola vai a Flona. Este módulo é ministrado pela Professora Andrea Siqueira da Universidade Federal Rural da Amazônia, e pelo corpo técnico do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap).

O terceiro Módulo é destinado ao desenvolvimento de ações de cunho ambiental pelos professores, nas escolas e ou instituições educacionais. A conclusão do curso se dá com a apresentação da atividade desenvolvida pelos professores para uma banca composta por membros das Instituições Parceiras (ICMBio e Ufra) e a equipe técnica do Ceap.

Atividades realizadas: Idem metodologia.

Temas trabalhados:

Modulo I: teórico

Os temas abordados durante este módulo foram os seguintes:

Formação e Organização do Ambiente Terrestre;

Ecologia e Dinâmica da Terra;

Meio Ambiente e Impactos Ambientais

Desenvolvimento Regional e Sociedades Sustentáveis

Fundamentos da Educação Ambiental:

A Educação Ambiental e o Ensino de Valores Éticos para o Meio Ambiente

Teoria da Educação Ambiental: Identidades da Educação ambiental Brasileira;

Política de Educação Ambiental e Cidadania e Meio Ambiente;

Prática de Educação Ambiental

Módulo II: prático – aulas de campo

As aulas de campo foram desenvolvidas de acordo com os tópicos abaixo listados suas respectivas atividades e roteiros:

O Mosaico Carajás e o ICMBio

Tópico: As atividades do Módulo e o Ceac / Ceap / NEAm

Atividades/Roteiros: Palestra ICMBio ,Gavião Real e Ceap.

Tópico: Água: Saneamento Urbano; Tratamento e Distribuição de Água; Tratamento e Rede de Esgoto; Efluentes; Questões urbanas.

Atividades/Roteiros: Visita a ETA, ETE; Lixão; Bairro Populares/Invasões (Entrevista)

Tópico: Núcleo Carajás: (Educação, Economia, Lazer e Resíduos); Parque Zoobotânico- Histórico do Zoo: fauna e flora (jogos); Trilha da Lagoa: Biodiversidade Local; Produção Mineral, Impactos e Conservação Ambiental.

Atividades/Roteiros: Núcleo de Carajás; Parque Zoobotânico; CMD: Centro de Material Descartado; Trilha Lagoa da Mata; Processo de Mineração e Embarque do Minério, N4.

Tópico: Savana Metalófila e Bacia do Itacaiunas.

Atividades/Roteiros: Savana N1; trilha do Morro e Trilha da cachoeira; Fauna e flora da Savana.

Tópico: Impactos das Atividades Rurais.

Atividades/Roteiros: Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado; Vilinha – pesquisa com os moradores; Propriedades de Sistemas Agro florestais; Parte na APA e parte no Entorno Norte das Unidades de Conservação.

Tópico: Mineração e Conservação Ambiental.

Atividades/Roteiros: Alto do Morro da Antiga Mina e área adjacente; Águas Claras; Interpretação de Trilha, Caminhada na Floresta.

Resultados: Durante o ano de 2013, o Curso de Formação de Professores (PFP), atendeu 60 professores da rede públicas. Os projetos desenvolvidos pelos professores abordaram, em sua maior parte, a questão do lixo nas escolas e alternativas para mitigar o problema. Os temas trabalhados foram a reciclagem de resíduos sólidos e os conceitos da coleta seletiva, com o objetivo de sensibilizar as crianças para que se tornem agentes de transformação. As ações trazem bons frutos para toda a comunidade escolar, orientando multiplicadores da temática ambiental.

Formas de avaliação e monitoramento: A avaliação do Projeto de Formação de Professores ocorre de maneira contínua, mantendo a comunicação com os participantes e recebendo seu *feedback* de maneira constante. Os projetos desenvolvidos pelos professores no decorrer do curso são apresentados e avaliados por uma banca e há o acompanhamento dos técnicos do Ceap aos projetos desenvolvidos nas escolas.

Desdobramentos: Após a conclusão do curso de formação de professores, os professores passam a ser habilitados a fazer uso do projeto Escola Vai a Flona, desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas.

Alguns produtos do projeto: As atividades desenvolvidas pelos professores nas escolas em que estão inseridos são os principais produtos do Projeto de Formação de Professores.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: A divulgação do Projeto se deu através das redes sociais, bem como o site da Prefeitura Municipal de Parauapebas.

4. Nome do projeto: Projeto Escola Vai a Flona

Responsáveis pelo projeto: Coordenadoras do Projeto Fabiana Barrozo Marques (Bióloga) e Odilene Gomes Mendonça (Pedagoga). Respostas enviadas por Francilma Dutra (francilma.dutra@gmail.com), coordenadora do CEAP, e Frederico Drumond Martins (frederico.martins@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

Quem propôs a ação: proposto e desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap).

Motivação: A principal motivação do Projeto Escola vai a Flona (PEF) é utilizar os recursos da Floresta Nacional de Carajás e entorno para engajar as escolas e exercer a função de educar ambientalmente, através de práticas que unem o lúdico e o científico, estabelecendo contato do aluno com ambiente natural ou modificado. A parceria do Ceap com o Educador, através do PEF procura aplicar de forma construtiva a premissa da Educação Ambiental.

Parceiros: O Ceap, fundado em 2006 em parceria entre o Ibama (hoje ICMBio) a Ufpa (atualmente Unifesspa), Ufra e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, através das secretarias de meio ambiente e educação, além do apoio da empresa Vale.

Sujeitos da ação educativa: Alunos e professores da rede pública e privada, dentre as quais escolas de ensino fundamental e universidades. Em 2013 o Projeto Escola vai a Flona atendeu 41 instituições de ensino recebendo um total de 2893 alunos.

Período de desenvolvimento do projeto: O projeto é desenvolvido desde o início da criação do Centro de Educação Ambiental, 2005, até os dias atuais.

Objetivos: usar a Educação Ambiental como recurso de transformação e sensibilização dos estudantes, junto aos professores capacitados pelo Projeto Formação em Educação Ambiental e Cidadania de professores (PFP), enfocando a Educação Básica. De maneira mais específica, desenvolver atividades práticas de educação ambiental na Floresta Nacional de Carajás e seu entorno com estudantes da região; Promover discussões sobre as questões ambientais, a preservação e a sustentabilidade em ambientes naturais e antropizados; Divulgar a Flona, sua biodiversidade e os impactos sofridos; Avaliar a atividade realizada junto aos estudantes e professores usuários do projeto.

Metodologia: O Projeto Escola vai a Flona (PEF), sempre apresentou íntima ligação com todos os demais projetos desenvolvidos dentro do Centro de Educação Ambiental. Dentre estes projetos destaca-se o Projeto de Formação de Professores (PFP), cujo objetivo é formar e capacitar os professores da rede municipal de Parauapebas e municípios vizinhos para desenvolverem atividades teórico-prático junto aos alunos na Flona de Carajás e entorno. Dessa forma, a participação no Projeto de Formação de Professores é uma condicionante para o professor utilizar o projeto PEF.

O uso do PEF pelos professores já habilitados ocorre com o agendamento para a realização da atividade junto ao Ceap. É feito também o planejamento da aula com o auxílio de um professor do Ceap, efetuando a escolha do tema, roteiro e metodologia a ser aplicada, bem como as normas de segurança pertinentes.

A seleção do local/roteiro para desenvolvimento das atividades depende da temática a ser estudada, o que a equipe do Ceap define juntamente com o professor.

Para as escolas da rede pública de ensino municipal ou estadual é disponibilizada toda a logística necessária (ônibus e lanche) para as realizações das atividades, por meio do apoio constante da empresa Vale.

Atividades realizadas: As atividades de campo com as escolas são vinculadas à temática ambiental teórica que está sendo estudada pelos alunos, com orientação dos professores que já participaram do Projeto de Formação de Professores e que, portanto, estão bem preparados para conduzir os alunos na teoria e prática da Educação Ambiental.

Temas trabalhados: Educação Ambiental de forma interdisciplinar, trabalhada nos diversos roteiros utilizados no PEF (Bairros de Parauapebas, ETA (Estação de Tratamento de Água), ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Praça da Bíblia, Lixão, PZV (Parque Zoobotânico Vale), Núcleo Urbano de Carajás, Trilha Lagoa da Mata (Viveiro), Processo de Mineração N4, Savana Metalófila, APA (Área de Proteção Ambiental), Serra Pelada, Igarapé Ilha do Coco, CMD (Central de Materiais Descartáveis Vale), Águas Claras).

Resultados: Durante o ano de 2013, o Projeto Escola vai a Flona, realizou 121 aulas de campo, atendendo um total de 2893 alunos, distribuídos em 41 instituições de ensino da rede pública e privada, dentre as quais escolas de ensino fundamental e universidades. Dentre os roteiros mais utilizados estão o Parque Zoobotânico Vale e o Mirante de N4. A preferência do roteiro do PZV está associada diretamente ao público alvo do Projeto Criança Ambientalista – PCA, que é o público mais presente, constituído por crianças curiosas para conhecer as riquezas naturais, principalmente a fauna local. O mirante é o 2º roteiro mais utilizado devido a localização da maior jazida mineral a céu aberto do mundo no interior da Floresta Nacional de Carajás. A comunidade do entorno muitas vezes não conhece a riqueza mineral da região ou os recursos econômicos gerados, que não atendem as necessidades do município. A falta de informação dos alunos, evidenciada através das discussões socioambientais, ressalta a necessidade de fazer atividades no Mirante de N4.

Durante o ano de 2013, o Projeto Escola vai a Flona, proporcionou ao professor e discentes experiências únicas, ao conhecer de perto a Flona Carajás e entorno.

Formas de avaliação e monitoramento: Após o desenvolvimento da atividade proposta, cada professor recebe um questionário de avaliação do projeto, bem como de sua atividade. O professor do Ceap também avalia a atividade depois de concluída, através de questionário semiestruturado.

Na avaliação de 2013, foi possível observar que a maioria dos itens obteve um desempenho satisfatório em todo o processo, desde o planejamento até a execução da atividade.

Dificuldades: O planejamento é uma das etapas mais difíceis enfrentadas, pois, mesmo com orientação, os professores não realizam na íntegra aquilo que está no planejamento, o que gera defasagens e falta de compreensão por parte dos alunos.

Desdobramentos: Após a realização das atividades, o professor realiza atividades associadas ao roteiro para sala de aula. Dessa forma, pode-se enriquecer a atividade após a experiência ter sido vivenciada por todos, trazendo para o ambiente escolar os projetos de cunho ambiental.

Alguns produtos do projeto: Além da vivência proposta pelo PEF, alguns professores já desenvolveram atividades com paródias de cunho ambiental, textos e poemas, divulgados dentro da própria sala de aula.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: O contato para divulgar o projeto é feito durante os cursos de formação de professores, onde neste curso os roteiros são mostrados, vem como são elaborados planos de aula para com os professores. Além disso, a divulgação feita entre os próprios professores.

Sobre Comunicação na UC: As atividades desenvolvidas pelo Centro de Educação Ambiental de Parauapebas são divulgadas pelo [Blog do Ceap](#); Twitter: @ceap_ed e Facebook: pages/CEAP, além de notas no site da Prefeitura Municipal de Parauapebas.

Fontes de pesquisa: Respostas enviadas por Francilma Dutra (francilma.dutra@gmail.com), representante da prefeitura de Parauapebas, que coordena o Ceap; e Frederico Drumond Martins (frederico.martins@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

5.1.4. Reserva Extrativista Quilombo Frechal

Formação de jovens / combate a incêndios

Bioma: Amazônia

Data de criação das UCs: 1992

Data dos planos de manejo: Não disponível

Sede: São Luis - MA **Telefone:** (98) 3231.3070 / 3231.3010 **Ligadas a:** CR4

Plano de Manejo: Documento não disponível no portal do ICMBio.

Nome do projeto: Jovens Protetores

Relação das ações com o Plano de Manejo: O Projeto Jovens Protetores está previsto no Plano de Manejo da Unidade, que possui Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Paulo Afonso Soares Aragão Junior, pauloafonsoicmbio@gmail.com, analista ICMBio.

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Motivação: Sendo os jovens futuros líderes desta comunidade, é de grande relevância que eles compreendam que os recursos naturais da Resex Quilombo Frechal é o elemento mais importante para sua subsistência e preservá-lo é garantir condições de vida para as gerações futuras. Assim, o desenvolvimento desse projeto visa levar aos jovens da comunidade de Frechal uma visão voltada para a importância da preservação através da educação ambiental.

Parceiros: Batalhão de Polícia Ambiental – BPA e comunidade. As parcerias envolveram: Estruturação da proposta metodológica, BPA, e execução da proposta, comunidade e analistas do ICMBio.

Sujeitos da ação educativa: Jovens. Foram alcançadas 20 pessoas pelo projeto.

Período de desenvolvimento do projeto: 14 e 15 de novembro de 2014.

Objetivos: Desenvolver nos jovens participantes o senso de preservação da natureza, levando-os a terem atitudes sustentáveis no seu dia a dia e a cuidarem melhor do ambiente em que estão inseridos. Levar os participantes a conhecer o bioma predominante na Resex Quilombo Frechal; Realizar atividades lúdicas sobre educação ambiental; Incentivar a manifestação individual dos participantes para compreender o seu entendimento sobre preservação ambiental; Realizar passeios em trilhas locais identificando pontos de interesse para trabalhos de preservação ambiental; Realizar trabalhos de grupo que reflitam sobre a situação ambiental da Resex Quilombo Frechal.

Metodologia: Estrutura-se em eixos estratégicos para implementação da Educação Ambiental no ICMBio, havendo exposição participativa em sala; Passeios em trilhas; Teatros; Trabalho em grupos; Jogos; Canções; Enraizamento da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa. Apresenta a filosofia de sustentabilidade, pois valoriza e torna relevante o elemento humano dentro de sua estrutura.

Atividades realizadas: Recepção, boas vindas e apresentação; Exposição participativa sobre Preservação Ambiental; Atividades lúdicas - jogo: Limpando a Lagoa; Trabalho de grupo: Poluição dos povoados; Exposição participativa sobre biomas; Atividade lúdica - jogo: Carcará; Atividade lúdica- jogo: O lobo e cordeiro; Exposição participativa sobre queimadas; Trabalho em grupo: Queimadas na região; Atividade lúdica: jogo: Corrida do Quebra Cabeça Ecológico; Avaliação das atividades do dia; Trilha ecológica: Novos olhares sobre a natureza; Exposição participativa sobre: Preservação ambiental e mercado de emprego; Trabalho de grupo: Oportunidades trabalho remunerado; Atividade lúdica: jogo: Acrobacias aéreas; Atividade lúdica: Canção Lorença; Exposição participativa sobre Prevenção

às drogas; Trabalho em grupo: O que leva um jovem ao consumo de drogas; Dinâmica: Viagem no tempo; Avaliação dos trabalhos.

Alguns temas trabalhados: O bioma predominante na Resex Quilombo Frechal; Educação Ambiental; Preservação ambiental; Passeios em trilhas locais com identificação de pontos de interesse para trabalhos de preservação ambiental; Situação ambiental da Resex Quilombo Frechal; Queimadas; Mercado de trabalho; Consumo de drogas.

Principais resultados: atingiu expectativas. Os jovens aprenderam na prática que a melhor forma de promover a preservação ambiental é sensibilizando e conscientizando o cidadão da importância de suas atitudes para a preservação ambiental.

Dificuldades: A principal dificuldade encontrada é o apoio mais executivo das diferentes Prefeituras que associam ao entorno da UC; O Sistema de Comunicação pela Internet e Telefonia ainda é vulnerável na UC.

Formas de avaliação e monitoramento: Ao final das atividades é realizada a avaliação do trabalho.

Desdobramentos: Haverá continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Vídeos de produção própria, Folhetos, cartilhas explicativas e outros materiais impressos, Sinalização para a unidade.

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online.

5.1.5. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Formação de professores

Bioma: Amazônia

Data da criação da UC: 2002

Data do Plano de Manejo: 2009

Sede: Navio -AP **Telefone:** (96) 3261-2189**Ligado a :** CR4

Plano de manejo: Indica um Programa de Educação Ambiental e um Programa de Articulação Institucional e Comunitária que contém um subprograma intitulado Comunicação e Divulgação.

1. Nome do Programa: Programa de Educação Ambiental

Responsáveis pelo projeto: Paulo Roberto Russo (paulo.russo@icmbio.gov.br), Analista Ambiental do ICMBio e Coordenador de Educação Ambiental & Articulação Institucional e Comunitária.

Quem propõe a ação: Parque Nacional do Tumucumaque

Motivação: não houve repasse de informação

Parceiros: não houve repasse de informação

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em geral.

Período de desenvolvimento do programa: não houve repasse de informação

Objetivos: Estabelecer conexões entre as diferentes dimensões contempladas pelo Plano de Manejo da unidade. Dentre os objetivos centrais estão a elaboração de estratégias de comunicação com finalidade educacional; a inserção do Parque enquanto uma estrutura educadora, onde serão deflagradas ações e projetos direcionados a trabalhar de forma continuada temas geradores; e estimular as ações do Conselho Consultivo do Parque enquanto um coletivo educador. A Educação Ambiental terá como objetivo subsidiar a construção de um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa, a politização da problemática ambiental e a Participação Social no processo de gestão da unidade.

Metodologia: Considera a Educação Ambiental de forma transversal, definindo diretrizes que estarão presentes nos demais programas.

Atividades realizadas: Produção de materiais educacionais, campanhas de sensibilização e o uso de meios de largo alcance. Curso Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais – Cppta, em execução desde 2010. Projeto Biodiversidade nas Costas – Tumucumaque.

Alguns temas trabalhados: Conservação dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade.

Principais resultados: não houve repasse de informação

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação

Desdobramentos: não houve repasse de informação

Alguns produtos do programa: não houve repasse de informação

Ações de comunicação que realizaram no Programa: não houve repasse de informação

2. **Nome do projeto:** Curso Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais – Cppta

Responsável pelo projeto: não houve repasse de informação

Quem propôs a ação: não houve repasse de informação

Motivação: não houve repasse de informação

Parceiros: Universidade Federal do Amapá e Secretaria Municipal de Educação.

Período de desenvolvimento: em execução desde 2010.

Sujeitos da ação educativa / público: Professores

Objetivos: contribuir para a qualificação dos professores na elaboração de projetos interdisciplinares, além de sensibilizar para o tratamento dos problemas ambientais

das comunidades, utilizando as unidades de conservação como foco para diversos temas geradores de reflexões.

Metodologia: As atividades do Curso consistem na fundamentação teórica e capacitação prática de professores da rede pública de ensino, baseando-se na vivência profissional e cotidiana, valorizando o contexto regional. O Cпта constituiu-se num curso de extensão, reconhecido pela Universidade Federal do Amapá, com carga horária total de 100h, distribuída em 03 (três) momentos: Planejamento do Curso; Capacitação e Acompanhamento. A proposta pedagógica do Cпта está fundamentada na estratégia de que é necessário conhecer a importância cotidiana para interiorizar a conservação da natureza como algo vital para qualidade de vida das comunidades, assumindo o desafio de estimular o sentimento de pertencimento da população com o território.

Atividades realizadas: Presencial (4 dias) com oficinas, palestras e trilhas. Os participantes fazem um diagnóstico para identificar um tema ambiental de especial importância para a Escola/Comunidade, a partir do qual será desenvolvido por meio de um projeto durante o ano letivo, com participação da comunidade escolar e/ou das comunidades locais. O acompanhamento das atividades é realizado na forma de visitas seguidas de reuniões técnicas para a verificação das atividades, e posterior encaminhamento. A análise dos projetos é efetuada pela equipe de Formadores, sendo posteriormente realizada uma reunião com todos os professores-cursistas para a apresentação das considerações sobre os projetos criados.

Alguns temas trabalhados: Educação Ambiental, Ética na Escola, Cidadania, Áreas Protegidas e Projetos Interdisciplinares.

Principais resultados: Acompanhamento dos projetos; motivação dos professores, monitores e professores cursistas; a persistência, a aquisição de confiança dos professores e parceiros e a resposta positiva dos alunos aos projetos criados; a segurança no quadro de instrutores e monitores; a afetividade, a solidariedade entre os professores-cursistas, o que acabou gerando uma maior comunicação, formação de círculos de amizade e alto envolvimento e comprometimento; os novos canais de diálogo entre as Unidades de Conservação e as comunidades do entorno; a unidade do grupo de instrutores; o deslumbramento e envolvimento dos professores dentro

do processo e os contatos alcançados. Envolvimento de 18 professores no Município de Serra do Navio com representantes de 06 (seis) escolas da rede pública local; Oiapoque com 15 (quinze) professores oriundos da rede Municipal, Estadual e Indígena, além de 5 (cinco) técnicos lotados na Secretaria Municipal de Educação e Secretária Municipal de Meio Ambiente de Oiapoque. No Vale do Jari cerca de 20 (vinte) professores da rede pública e técnicos das secretarias municipais de Meio Ambiente e Educação.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação

Desdobramentos: Oficina de avaliação do curso com colaboradores e ex-cursistas em 18 de outubro de 2012, em Macapá. O Programa colaborou com a motivação e incentivo para a criação do Programa de Formação de Agentes de Sensibilização Ambiental do Jalapão - ASAS do Jalapão.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação

Ações de Comunicação que realizaram dentro do projeto: não houve repasse de informação

3. **Nome do Projeto:** Projeto Biodiversidade nas Costas – Tumucumaque.

Quem propôs a ação: não houve repasse de informação

Motivação: não houve repasse de informação.

Parceiros: Universidade Federal do Amapá, WWF, Ipec - Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado.

Sujeitos da ação educativa: Educadores do Plano Nacional de Formação de Professores (Parflor) dos municípios de Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari. Público indireto: Comunidade em geral.

Período de desenvolvimento do projeto: Oficina 20 ao 22/02 e 24 e 25/02 de 2014.

Objetivos: formar professores da rede pública dos municípios amapaenses do entorno da unidade, tendo a biodiversidade como tema motivador. Elaborar de forma participativa instrumentos educacionais e peças de comunicação para mobilização e engajamento social na temática. Consolidar agenda ambiental a partir da temática biodiversidade nos currículos escolares e demais circuitos de aprendizagem no Estado do Amapá. Divulgar o Plano de Manejo de forma acessível à população amazonense.

Metodologia: não houve repasse de informação

Atividades realizadas: Discutir os principais debates científicos e políticos mundiais sobre a biodiversidade e elaborar instrumentos educacionais e peças de comunicação para mobilização e engajamento social na temática. A concepção inicial dos instrumentos educacionais foi desenvolvida por docentes e discentes dos Colegiados de Ciências Biológicas e Geografia da Universidade Federal do Amapá e esses materiais estão contidos em um kit-mochila (daí o nome “Biodiversidade nas Costas”) para formação e aplicação em espaços educadores do estado (salas de aula, Unidades de Conservação, Ongs locais e fóruns sociais). Os educadores desenvolvem de atividades nas escolas onde atuam adotando os instrumentos educacionais da “mochila”.

Alguns temas trabalhados: O texto base trabalhado foi o Plano de Manejo do Parque, resultado da análise de um conjunto de estudos que focaram em investigações sobre fauna, flora, características socioeconômicas das comunidades do entorno e demais aspectos que compõem a rica paisagem natural e social dessa porção do Amapá. Traduzir esse documento para uma linguagem mais didática e, até mesmo, lúdica, propicia o acesso da população amapaense à compreensão mais detalhada sobre seu estado.

Resultados: Não houve repasse de informação.

Formas de avaliação e monitoramento: Não houve repasse de informação.

Desdobramentos: Não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: Não houve repasse de informação.

Sobre a Comunicação na UC: [Blog do Parque](#), [Página no Facebook](#)

Fontes de pesquisa: Contato com o gestor feito via Facebook. Entrevistas com o gestor Paulo Russo. [Blog do Parque](#), [Página no Facebook](#).

Relatório: ICMBio. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Curso Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais. Março de 2010.

5.1.6. Reserva Extrativista do Rio Unini

Formação de Jovens

Bioma: Amazônia

Data de criação da UC: 2006

Data do Plano de Manejo: 2014

Sede: Novo Airão -AM **Telefone:** (92) 3365-1345 **Ligado a:** CR-2

Plano de manejo: tem programa de Proteção e Educação Ambiental que une ações de fiscalização, controle e integração e sensibilização da população local. Dentro deste programa, o subprograma de EA. Este programa, indica objetivos, resultados esperados, parceiros, indicadores e atividades; são diretrizes e objetivos gerais, que podem nortear as ações da unidade. Já a comunicação aparece de duas formas: no subprograma de Infraestrutura Comunitária, a comunicação é relacionada a dotação de telecentros, por exemplos; ainda há um subprograma de Comunicação cujo objetivo é tornar a Resex do Unini conhecida por vários tipos de público. A comunicação, aqui, é mais focada no marketing da unidade, e inclui ainda a criação de uma versão simplificada do plano de manejo para divulgação.

Nome do projeto: Jovens Protagonistas

Responsável pelo projeto: Ana Paula Figueiredo (ana.figueiredo@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: não houve repasse de informação

Parceiros: Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) que tem o objetivo de promover a conservação da biodiversidade amazônica do Brasil e assegurar recursos financeiros para gestão das áreas preservadas e promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Sujeitos da ação educativa: jovens lideranças da Resex.

Período de desenvolvimento do projeto: 2013-2014.

Objetivos: fomentar o surgimento de novas lideranças em áreas protegidas e entorno; promover o fortalecimento comunitário; formar multiplicadores dos conhecimentos de biodiversidade, monitoramento e educação ambiental; fortalecer a gestão participativa das unidades de conservação.

Metodologia: O projeto é estruturado em módulos, e cada módulo normalmente é realizado em um encontro presencial de jovens, em uma comunidade, com duração de 3 dias; Intercalado às atividades teóricas e às palestras, são realizadas atividades lúdicas ligadas ao tema trabalhado; Ao longo de cada módulo são trabalhadas atividades teóricas referentes ao tema do módulo e oficinas de arte educação, ministradas por monitores artistas, intercalados com dinâmicas e atividades em grupo. Ao final espera-se que os jovens elaborem uma proposta de intervenção local e deem continuidade ao movimento de liderança juvenil nos mais distintos espaços de participação. A expectativa no Unini é fazer 10 módulos temáticos.

Atividades realizadas: oito módulos realizados; realizamos em todos os encontros intercâmbio, levando jovens de outras Uc para o Unini e estamos também levando os jovens do Unini para conhecer projetos de outras UC.

Temas trabalhados: Contexto da questão ambiental contemporânea no mundo e no Brasil e criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a história do Rio Unini; gestão participativa nas Unidades de Uso Sustentável; saúde e funcionamento do corpo humano; nutrição e prevenção de doenças; culinária com os recursos alimentares locais; artesanato com coco, semente e barro; ecologia do Rio Unini; organização comunitária, formação de lideranças, cooperativismo e associativismo;

protagonismo juvenil na gestão do patrimônio natural da Resex; construção de projetos e de captação de recursos.

Resultados: não houve repasse de informação

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação

Desdobramentos: não houve repasse de informação

Dificuldades: logística onerosa para se realizar este tipo de trabalho contínuo na UC; Secretaria de Educação do município não participa e muitos professores não se sentem seguros em participar; alguns pais não aceitam que seus filhos viagem para os encontros.

Alguns produtos do projeto: relatórios, vídeos, etc.

Ações de comunicação utilizadas no projeto: não houve repasse de informação

Sobre Comunicação na UC: [página no Facebook](#).

Fontes de pesquisa: formulário online

5.1.7. Floresta Nacional dos Tapajós

Ciclo de palestras para a comunidade em geral

Bioma: Amazônia

Data da criação da UC: 1974

Data do plano de manejo: 2004

Sede: Santarém – MA **Telefone:** 93-35220564 **Ligada a:** CR - 3

Plano de Manejo: Apresenta um Programa de Interpretação e Educação Ambiental e Programa de Cooperação Institucional e Relações Públicas que envolve Comunicação.

Nome do projeto: I ciclo de palestras sobre o meio ambiente

Relação com o Plano de Manejo: O projeto faz parte do Programa de Interpretação e Educação Ambiental que faz parte do PM da unidade

Responsável pelo projeto: Maria Jociléia Soares da Silva
(jocileia.silva@gmail.com) analista do ICMBio

Quem propôs a ação: não houve repasse de informação

Motivação: não houve repasse de informação

Parceiros: Analistas ambientais do ICMBio, Comunidade. As parcerias envolveram repasse de recursos, execução da proposta, produção de conteúdo e apoio logístico.

Sujeitos da ação educativa: alunos de nível fundamental e médio, comunitários e professores de seis comunidades da Flona.

Período de desenvolvimento do projeto: 3 a 6 de junho de 2014.

Objetivos: Divulgar a importância da Floresta Nacional do Tapajós e sensibilizar crianças, adolescentes e professores para a importância de cuidar do meio ambiente.

Metodologia: Não possui concepção pedagógica/metodológica

Atividades realizadas: Ciclo de palestras, apresentação de vídeos, identificação da percepção dos participantes em relação à Flona e construção da árvore dos sonhos onde descreveram como imaginam o ambiente em que vivem no futuro.

Alguns temas trabalhados: Flona Tapajós (conceito e importância). Consequências do desmatamento. A importância do período de defeso dos peixes. Consequências da caça ilegal. Importância do destino adequado do lixo.

Principais resultados: 276 participantes, dentre eles 240 alunos, 15 professores, 17 comunitários e 4 representantes do ICMBio. Sensibilização de moradores para a importância da Floresta Nacional do Tapajós. Identificação da percepção dos participantes sobre o que entendiam ser a Flona por meio de descrição ou desenho. Cada comunidade construiu a árvore dos sonhos, na qual descreveram sua visão de futuro como morador da Floresta Nacional do Tapajós. Os professores ressaltaram que a iniciativa é necessária, pois muitos moradores não sabem o significado da Floresta e do ICMBio, e desconhecem as normas de proteção da fauna e da flora.

Formas de avaliação e monitoramento: O projeto não previu.

Desdobramentos: recomenda-se elaboração de um Plano de Educação Ambiental para as comunidades em parceria com os professores e representantes comunitários; retomada do programa de Educação Ambiental; realização de reuniões e oficinas com professores e lideranças comunitárias para definir as ações e um calendário anual de atividades voltadas para Educação Ambiental; e realização de novas palestras nas escolas.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: Elaboração de um calendário anual de atividades voltadas para educação ambiental em parceria com os professores das escolas da unidade. Folhetos, cartilhas explicativas e outros materiais impressos, Realização de reuniões periódicas em associações, escolas, etc. Divulgação na reunião do conselho.

Sobre a Comunicação na UC: não houve repasse de informação.

Fontes de pesquisa: Entrevista por email com Maria Jociléia Soares da Silva (leia.icmbio@gmail.com) e formulário online.

Relatório: ICMBio. Floresta Nacional de Tapajós. Ciclo de palestras. Semana do meio Ambiente. Abril de 2014.

Relatório: ICMBio. Floresta Nacional de Tapajós. Relatório I Ciclo de Palestras. Julho de 2014.

5.1.8. Floresta Nacional de Tefé, Resex do Baixo Juruá, Resex do Rio Jutai

Formação de Jovens / Articulação entre UCs

Bioma: Amazônia

Data de criação das UCs: 1989 (Flona de Tefé), 2001 (Baixo Juruá), 2002 (Rio Jutai)

Data dos planos de manejo: 2009 (Médio Juruá), 2002 (Rio Jutai), Flona de Tefé não foi publicado no portal do ICMBio.

Sede: Tefé (AM) **Telefone:** 97.3343-6695 **Ligadas a:** CR-2

Plano de manejo: há um subprograma de Educação previsto no plano de manejo da Resex do Baixo Juruá. Este projeto, junto com uma capacitação de professores, segundo a entrevistada, atendeu a todas as atribuições do ICMBio no subprograma de Educação.

No Rio Jutai, há um Programa de Qualidade de Vida que aponta ações educativas e recomenda a criação de um programa de educação ambiental (dentro de um subprograma denominado Educação). Na área de comunicação há várias ações indicadas que vão de implementação de telefones públicos a divulgação e marketing da Resex e criação de jornal periódico e capacitação em informática. Não há informação de andamento dos programas e subprogramas.

Em Tefé, o plano de manejo ainda não foi publicado, mas a gestora à época informou que foram previstas ações de educação ambiental e comunicação no Programa de Fortalecimento Comunitário.

Nome do projeto: Jovens Como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário na Resex do Baixo Juruá, Resex do Jutai e Flona Tefé.

Responsáveis pelo projeto: Gabriela Calixto (gabi.calixtos@gmail.com); Rafael Rossato (rafael.rossato@icmbio.gov.br); Leonardo Rodrigues/colaborador pela UEA (verdepertoeducacao@gmail.com), Rachel Acosta (rachel.acosta@icmbio.gov.br), Rafael Rossato (rafael.rossato@icmbio.gov.br), Tatiana Souza (Tatiana.souza@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: as três UCs.

Motivação: suprir demanda de formação de novas lideranças e estimular o envolvimento dos jovens nas questões comunitárias, tema que apareceu em diagnóstico informal. O projeto foi elaborado como Projeto de Conclusão do I Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa.

Parceiros: Coedu (acompanhamento a partir de 2013); Divisão de Gestão Participativa/GPar (acompanhamento anterior a Coedu), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) - parceria, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(Pnud), Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), ONG WWF - financiadores. O recurso maior veio do Pnud. O Instituto Mamirauá, Oscip em Tefé, colaborou com módulo de comunicação do projeto e recursos de comunicação, como um jornal que publicou materiais dos próprios jovens sobre o projeto.

Sujeitos da ação educativa: jovens comunitários são o foco. Lideranças comunitárias participam das atividades. Aproximadamente 150 jovens participaram com maior regularidade.

Período de desenvolvimento do projeto: 2011 a 2013

Objetivos: promover o protagonismo jovem e a troca de conhecimento a partir da mobilização/estímulo da participação de jovens para fortalecer a formação de lideranças e a organização comunitária.

Metodologia: baseia-se na metodologia Verde Perto, trazida pelo consultor Leonardo Rodrigues (UEA), cujos pontos são: estímulo às inteligências múltiplas (uso de diferentes estratégias pedagógicas para estimular diferentes processos cognitivos, possibilitando maior compreensão/apreensão/reflexão sobre os conteúdos); educação lúdica; transdisciplinaridade; protagonismo juvenil. Os módulos/temas a serem trabalhados são definidos com os próprios jovens.

Atividades realizadas: reunião de apresentação da metodologia Verde Perto; reunião de mobilização com jovens e diagnóstico inicial para construção coletiva do projeto, abordando aspectos sobre educação, que tipo de atividades gostariam e que temas seriam trabalhados; organização de 10 encontros a partir de cinco módulos temáticos com rodas de conversa, teatro, palestras, mesas redondas, apresentação de vídeos, oficina de elaboração de projetos, fotografia, música e dança; Cada encontro dura de dois a cinco dias com atividades teóricas de manhã e lúdicas a tarde, intercalado com saídas de campo. Os encontros podem ter intervalos de um a três meses. Após o último módulo, os jovens escrevem projetos de continuidade, para serem executados pelos próprios participantes. Algumas atividades – módulos – foram realizadas em conjunto com as três UCs.

Alguns temas trabalhados: biodiversidade e mudanças climáticas; UCs de uso sustentável; Snuc; história de criação das Resex; gestão participativa; plano de

manejo; violência doméstica; saúde e prevenção de doenças; organização comunitária e formação de lideranças; artesanato; águas e saneamento básico; protagonismo juvenil.

Principais resultados: maior participação de jovens na diretoria de associações de moradores nas três UCs; maior articulação da UC com os movimentos sociais locais; desdobramentos como a continuação do projeto localmente, pelos próprios jovens, e em outras unidades por meio de acompanhamento da Coedu; lideranças desenvolvidas durante o processo se destacaram fora do projeto (como um participante que passou a atuar na Secretaria de Juventude do Conselho Nacional das Populações Extrativistas/CNS). Em Tefé oito jovens assumiram cargos na diretoria da Associação de moradores e solicitaram uma cadeira de jovens no conselho consultivo da Flona (cadeira especial de jovens), e na Resex do Baixo Juruá os jovens também solicitaram cadeira no Conselho. Foi criada a Campanha Amigos de Tefé, para divulgar a Flona pelos jovens, que palestram em escolas, e dão entrevistas na rádio rural de Tefé. Além disso, fizeram levantamento situacional da educação nas comunidades da Flona para articulações de melhoria das condições da educação junto aos poderes públicos. Em Juruá, os jovens passaram a contribuir com atividades na associação de moradores e criaram programa de divulgação da Resex nas escolas e na rádio local. Jovens de Juruá e Tefé se ofereceram para contribuir com os jovens da Jutaí. Na Flona Tefé foram 12 encontros presenciais no Juruá nove, e Jutaí cinco (o projeto não teve continuidade).

Dificuldades: especialmente relacionadas à logística, dada a distância entre as comunidades, aumentando o custo do projeto e o tempo gasto em deslocamentos. Outro desafio apontado por uma das entrevistadas, para o desenvolvimento das atividades é a necessidade de convidar colaboradores externos qualificados para alguns temas e oficinas. Outro desafio apontado é o de que os encontros acontecem nas comunidades e atraem as crianças, que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades com o público alvo, havendo a necessidade de se pensar atividades paralelas com as crianças.

Formas de avaliação e monitoramento: não há dados nos relatórios e a gestora não comentou na entrevista.

Desdobramentos: houve participação de jovens em curso de EA na Acadebio, em 2013 e 2014, e no Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em 2012, onde eles buscam estratégias para continuar o projeto. Eles ainda realizam ações em parceria com a universidade local, como encontros de mulheres, novos encontros entre os jovens. Além disso, após a primeira versão do projeto e dos resultados alcançados, a Coedu contratou o consultor que atuou neste projeto para elaborar um “roteiro metodológico” para aplicar versões do projeto, junto com os jovens e gestores de cada UC. Foram elaborados três projetos pilotos: Resex do Médio Juruá (Rosi Batista), Resex do Rio Unini (Ana Luiza) e Resex do Soure. Haverá um encontro organizado pela Juruá no começo de dezembro/2014, com a presença da maioria dos gestores que participaram do projeto inicial, e jovens das três localidades. Localmente, os jovens se articularam com o Instituto Mamirauá, que tem projeto de educomunicação e veículos direcionados para as comunidades locais, como um jornal; e alguns jovens da região de Tefé estão participando de oficinas do Mamirauá, sobre comunicação popular.

Alguns produtos do projeto: [vídeo institucional do projeto](#); [blog Amigos da Flona](#); relatórios, material resumido sobre o projeto.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: convites impressos e entregues nas comunidades; inserção nas rádios locais para avisar sobre as ações; espaço nos jornais locais e no ICMBio em Foco onde os próprios jovens escreveram sobre temas diversos e o vídeo.

Sobre comunicação nas UCs: Blog Amigos da Flona, [Facebook dos Amigos da Flona](#). Páginas das UCs no face aparecem como desatualizadas.

Fontes de pesquisa: Entrevista com duas ex-gestoras das unidades, que criaram o projeto: Tatiana Souza e Gabriella Calixto.

Projeto Capacitação de Jovens: Orientações. Projeto Piloto/2013. Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental. Coordenação de Educação Ambiental. Brasília, 2013.

Relatório: ICMBio. Resex do Rio Jutaí. Módulos I e II do Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário na Resex do Rio Jutaí, Resex do Baixo Juruá e Flona de Tefé. 9 a 16 de agosto de 2011.

Relatório: ICMBio. Resex do Baixo Juruá. Projeto de Conclusão de Curso. I Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa. Jovens como Atores no Fortalecimento Comunitário na Resex do Baixo Juruá, Resex do Rio Jutaí e Flona Tefé, AM. Programa Verde Perto. Dezembro 2010.

5.2. BIOMA CAATINGA

5.2.1. Parque Nacional da Chapada Diamantina

Formação de jovens / UC mais visitada

Biomias: Caatinga

Data de criação da UC: 1985

Data do plano de manejo: 2007

Sede: Palmeiras - BA

Telefone: (75) 3332-2418 **Ligado a:** CR-7

Plano de manejo: O plano de manejo foi feito em 2007 e tem um eixo temático de Sensibilização Ambiental, com diretrizes para a criação de um Programa de Educação Ambiental e algumas referências sobre comunicação, no Programa de Relações Públicas.

As atividades de Educação Ambiental ocorrem apenas de forma pontual, sendo realizadas esporadicamente. O Plano de Manejo descreve ações de conscientização ambiental, entendidas como ações que promovam a internalização de conceitos sobre conservação ambiental em setores da população, realizadas de forma esporádica pela equipe do Pncd. Atividades como palestras e visitas a entidades comunitárias ou de classe são raras e não estão embasadas em nenhum plano estruturado. Uma das iniciativas para a sensibilização foi a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social do Conparna-CD, cuja primeira ação foi a elaboração de uma lista de ações necessárias. A primeira das

ações foi apresentada às escolas dos municípios que compõe o Pncd, qual seja: a elaboração, por parte dos professores da rede pública municipal de ensino e alunos, de um almanaque da região do Parque. O almanaque pretende que sejam colecionados e relatados os mais diversos aspectos culturais e sociais da população da Chapada, inclusive sua inserção no contexto ambiental da região. A ideia é que, ao final, os próprios atores possam perceber que todas as relações interagem entre si e não estão desvinculadas do meio ambiente.

Há a pretensão de que o almanaque possa ser utilizado nas próprias escolas, como material paradidático e, portanto, como ferramenta de sensibilização ambiental destas populações.

O Programa de Relações Públicas e Divulgação é restrito. No Plano de Manejo é colocado que a divulgação do Pncd ocorre de forma tímida e, até o momento, apenas um folheto havia sido produzido no escopo da série Guia Philips Parques Nacionais do Brasil, na parceria da Revista Horizonte Geográfico e Ibama, sendo este o principal material impresso que o Pncd dispunha para divulgar a UC. Em 2006 o Pncd, juntamente com as brigadas voluntárias, elaborou um folheto sobre incêndios para compor o conjunto de ações do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Com relação ao Uso Público, o foco é no manejo de trilha e ainda não há ações de Educação Ambiental previstas nesta área, nem centro de visitantes. O gestor atual aponta a página do [Facebook](#) como ferramenta de comunicação junto a visitantes (a página tem 2.283 curtidas). Ainda com relação ao Uso Público: estão planejando proposta de elaboração de placas interpretativas para a trilha da Cachoeira da Fumaça, um dos atrativos mais visitados do parque. A proposta está sendo elaborada pela empresa Flora Comunicação de Lençóis (BA). O Parna ainda realiza outras ações pontuais, como apoio a projetos de leitura/biblioteca com uma ONG local.

Nome do projeto: Verde Perto Chapada Diamantina

Responsável pelo projeto: Pablo Casella, analista ambiental. Gestor da unidade: Bruno Soares Lintomen (bruno.lintomen@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: percepção de que não houve renovação dos conselheiros e que estes já envelheceram, deixando as novas gerações ainda afastadas do parque.

Parceiros: recursos da própria UC e da Coedu. Formadores do projeto foram o analista ambiental, consultores externos, arte-educadores locais como palestrantes. Prefeituras locais arcaram com alimentação e transporte, e Ongs locais auxiliaram na divulgação e mobilização.

Sujeitos da ação educativa: jovens do entorno do Parna.

Período de desenvolvimento do projeto: 2013.

Objetivos: Fomentar o protagonismo juvenil em duas comunidades do entorno do Parque.

Metodologia: iniciativa focada na educação não formal para jovens entre 14 a 21 anos. Encontros prévios foram feitos com estes jovens, apresentando a ideia de realizar essa ação e, sobretudo, compilando os temas e as linguagens de interesses destes jovens. Em cada encontro (três dias cada) um tema principal é abordado sob diferentes linguagens. Há um ou mais expositores conceituais, teóricos, sobre o tema, ao mesmo tempo em que há arte-educadores abordando o tema sob o enfoque de sua arte. Há apresentação de vídeos, fotos, músicas, e leitura de texto. Também ocorre uma saída de campo com os jovens.

Atividades realizadas: dois encontros em duas comunidades do entorno do Parna, com a duração de três dias cada encontro (módulo).

Temas trabalhados: não houve repasse de informação.

Resultados: os encontros foram positivos e apresentaram a possibilidade de articulação com atores locais para sua realização.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: não houve continuidade.

Dificuldades: falta de recursos financeiros na faixa de dois a três mil reais para garantir a continuidade do projeto. Isso desmotivou os jovens, já que se criou uma expectativa de continuidade dos encontros e essa quebra pode desestimular a participação dos jovens em outros projetos do Parna.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: idas às comunidades e escolas para informar sobre o projeto e buscar parceiros, reuniões de mobilização com jovens, confecção de cartazes e divulgação no Facebook facilitada pelos próprios jovens.

Sobre Comunicação na UC: página no [Facebook do Parque](#) com mais de dois mil seguidores, e o [Blog do Parque](#).

Fontes de pesquisa: formulário online de pesquisa e complementos a partir de entrevista com o gestor da unidade (Bruno Lintomen).

5.2.2. Floresta Nacional Contendas do Sincorá

Formação de comunidades tradicionais/ uso sustentável dos recursos naturais

Bioma: caatinga

Data de criação da UC: 1999

Data do plano de manejo: 2006

Sede: Contendas do Sincorá - BA **Telefone:** (77) 3422-3584 **Ligado a:** CR-7

Plano de manejo: Não apresenta programas de EA e de comunicação propostos. Recomenda a necessidade de educação ambiental continuada e indica a necessidade de ações de marketing para divulgar produtos de manejo da Flona.

Nome do projeto: O valor do Licuri na Caatinga

Relação do projeto com o plano de manejo: tem a ver com os objetivos de desenvolvimento sustentável da unidade

Responsáveis pelo projeto: Rosa Lia Gondim de Castro, analista do ICMBio

Quem propôs a ação: Rosa Lia Gondim de Castro

Motivação: trabalhar com o público próximo a unidade e desenvolver a valorização do licuri, atendendo a demandas do plano de manejo. A formatação do projeto foi

realizada com os conselheiros da unidade, que selecionaram este tema entre outros para ser desenvolvido.

Parceiros: Adriana Pina, da Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura (Fetag-BA), Associação Quilombola do Tucum, Associação Quilombola São Gonçalo – os três ajudaram a executar o projeto. Parceiros contribuíram com apoio: Itagarana S/A, Colegiado do Território de Identidade Sertão Produtivo. Recursos de chamada de projetos 2011 do ICMBio, da então Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa.

Sujeitos da ação educativa: mulheres artesãs e lideranças das comunidades quilombolas. Conselheiros da Flona também participaram das ações.

Período de desenvolvimento do projeto: dezembro 2011 a fevereiro 2012.

Objetivos: proporcionar a integração e ações de capacitação das mulheres quilombolas e beneficiárias do Programa Bolsa Família no aproveitamento artesanal da palha e frutos do licuri, com vistas a promover a mudança de paradigma quanto ao uso deste recurso natural, melhorar a renda e enriquecer a alimentação das famílias atingidas pelo projeto.

Metodologia: construção participativa do projeto com os conselheiros da unidade, mobilização por meio de visitas, contatos e reuniões, realização de oficinas de beneficiamento do licuri e da palha, diagnóstico/diálogo sobre temas relacionados às comunidades e suas necessidades relacionadas a qualidade de vida e acesso ao território, realização de uma feira para exposição dos produtos feitos nas oficinas como ponto culminante do projeto.

Atividades realizadas: três oficinas de beneficiamento do licuri realizadas, uma feira de dois dias para exposição dos produtos em Tanhaçu (BA).

Temas trabalhados: além do aprendizado relacionado a produção de artesanato e doces, houve espaço para se dialogar sobre as necessidades das comunidades (acesso a políticas públicas, instrumentos relacionados ao território tradicional etc.), além de se trabalhar a UC.

Resultados: a feira integrou as comunidades no território e contribuiu para fortalecer a gestão participativa, além da divulgação da unidade. Houve diálogo sobre a necessidade de organização das comunidades para garantir a geração de renda e a conservação da espécie de maneira sustentável.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse da informação

Desdobramentos: Foi criado um Grupo de Trabalho (GT) envolvendo conselheiros e lideranças quilombolas para continuar discutindo e planejando ações relacionadas ao universo do projeto e contribuir para o fortalecimento das comunidades quilombolas. Em entrevista, a gestora não informou se houve desdobramentos desse GT.

Alguns produtos do projeto: não há registro de produtos (só o relatório com fotografias).

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não há registro de mídias utilizadas.

Sobre Comunicação na UC: entrevistada não informou. Há uma [página da unidade no Facebook](#).

Fontes de pesquisa: Entrevista com Rosa Lia Gondim de Castro (rosa.castro@icmbio.gov.br, rosalia.gondim@gmail.com).

Relatório: ICMBio. Floresta Nacional Contendas do Sincorá. Relatório da Chamada de Projetos. O Valor do Licuri na Caatinga. 2011.

5.2.3. Parque Nacional Serra da Capivara

Uso público / combate a incêndios

Data de criação da UC: 05 de junho de 1979

Data do plano de manejo: Não está disponível no banco de dados do site do ICMBio.

Sede: São Raimundo Nonato - PI **Telefone:** 89-3582-2085 **Ligado a:** CR5

Plano de Manejo: Não está disponível no banco de dados do site do ICMBio. De acordo com o Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Parque Nacional da Serra da Capivara (2006), a criação do Parque apresentou múltiplas motivações ligadas à preservação de um meio ambiente específico e de um dos mais importantes patrimônios culturais pré-históricos. A plataforma digital do ICMBio apresenta a informação de que na unidade, encontra-se a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, a maioria com pinturas rupestres, e há o sítio pré-histórico, Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada, que forneceu a mais antiga datação da presença do homem nas Américas. Toda esta riqueza cultural levou a Unesco a incluir a UC como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1991.

O Parque Nacional é aberto à visitação, com autorização do escritório do Ibama, na cidade de São Raimundo Nonato. As atividades de educação ambiental ocorrem no entorno da unidade, onde são realizadas palestras, distribuição de folhetos e realizados cursos de queima controlada para a comunidade local e assentados. Geralmente é realizado um curso de queima por ano para representantes das comunidades do entorno, buscando a formação de multiplicadores (Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Parque Nacional da Serra da Capivara, 2006).

A sede da unidade conta com linha de telefone/fax, internet via satélite e sistema de rádios de comunicação fixo. Todas as guaritas de acesso à unidade contam com sistema de rádio fixo e os vigilantes e brigadista são equipados com rádios HT para os trabalhos diários (Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Parque Nacional da Serra da Capivara, 2006).

1. **Nome do projeto:** O parque mais próximo da comunidade

Relação das ações com o Plano de Manejo: Não houve repasse de informações.

Responsáveis pelo projeto: Associação dos Condutores de Visitantes Eco-Turístico do Parna Serra da Capivara – Acovesc.

Quem propôs a ação: Associação dos Condutores de visitantes eco-turísticos do Parna Serra da Capivara (Acovesc).

Motivação: Educação patrimonial

Parceiros: Associação dos Condutores de visitantes eco-turísticos do Parna Serra da Capivara (Acovesc), Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), ICMBio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Recursos com apoio das instituições envolvidas e patrocínios de empresas locais.

Sujeitos da ação educativa: Moradores do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Período de desenvolvimento do projeto: Ação ocorre através de palestras nas comunidades e visitas guiadas ao Parque, 1 a 2 vezes por mês;

Objetivos: Realizar a educação patrimonial com comunidades do entorno. Objetivos específicos: conscientizar do patrimônio local, conhecer o patrimônio, diminuir conflitos com a existência do Parque, aproximar as atividades do Parque com a comunidade.

Metodologia: O trabalho e respectivo material teórico foi desenvolvido pela Acovesc, em consulta a pesquisas locais e resultados obtidos pelo Iphan, Fumdhm, Univasf, Universidade Estadual do Piauí (Uespi), Universidade Federal do Piauí (Ufpi), entre outras.

Atividades realizadas: não houve repasse de informação

Temas trabalhados: Arqueologia e Educação Patrimonial (história, pinturas rupestres, meio ambiente, conservação do patrimônio).

Resultados: Não dispõe no momento dos números finais do projeto

Formas de avaliação e monitoramento: Não realizada

Desdobramentos: Há previsão de continuidade no próximo ano;

Alguns produtos do projeto: Cartazes, camisetas, apresentações

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: Cartazes, Divulgação junto as comunidades

Sobre Comunicação na UC:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-da-capivara.html>

www.fumdam.org.br/

http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_Serra_da_Capivara

http://www.saoraimundo.com/serra_da_capivara.php

http://www.saoraimundo.com/noticias/headline.php?n_id=18622

Fontes de pesquisa: Entrevista por e-mail com Fernando Tizianel (fernando.tizianel@icmbio.gov.br), Gestor da unidade. [Site do ICMBio](#)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Parque Nacional da Serra da Capivara. 2006, São Raimundo Nonato / PI.

2. **Nome do projeto:** Atividades de visitas guiadas com escolas

Relação das ações com o Plano de Manejo: Não houve repasse de informação.

Responsáveis pelo projeto: Condutores Credenciados para atuação no Parque.

Quem propôs a ação: ICMBio/Fundação Museu do Homem Americano – Fumdam/ Iphan

Motivação: Educação patrimonial, recreação em ambiente natural

Parceiros/ Recursos: ICMBio/Fumdham/Iphan, condutores

Sujeitos da ação educativa: Estudantes em atividade de educação ambiental

Período de desenvolvimento do projeto: Continuamente.

Objetivos: Educação patrimonial (incluindo a ambiental) de grupos escolares que visitam a UC. Objetivos específicos: conhecer os objetivos e o patrimônio da UC; conscientização de temática ambiental; recreação em contato com a natureza; reflexão sobre o passado e o presente da ocupação humana no planeta.

Metodologia: Visitas guiadas, com condutores capacitados conforme Port. ICMBio nº 08/2014.

Atividades realizadas: Visitas guiadas: sítios arqueológicos, sítios históricos, trilhas, identificação de espécies da fauna e flora, mirantes, etc.

Temas trabalhados: não houve repasse de informação

Resultados: Aproximadamente 16.000 alunos e professores/ano participam das visitas guiadas na UC.

Formas de avaliação e monitoramento: avaliação de satisfação do visitante

Desdobramentos: As atividades são realizadas de maneira contínua e sistemática já que apresentam resultados positivos, aproximando os participantes da compreensão da importância da unidade de conservação.

Alguns produtos do projeto: Folders, mapas, avaliação de satisfação do visitante

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: Cartazes, Divulgação junto as comunidades

Fontes de pesquisa: Entrevista por email com Fernando Tizianel, Gestor da unidade.

5.3. BIOMA: CERRADO

5.3.1. Parque Nacional de Brasília

Formação de professores / Uso público com estudantes / formação de infratores ambientais e urbanísticos

Bioma: Cerrado

Data de criação da UC: 1961

Data do Plano de Manejo: 1998

Sede: Brasília -DF **Telefone:** (61) 3233 4553 / 6897 **Ligado a:** CR11

Observações: De acordo com o gestor do Parque Nacional de Brasília (PNB), Paulo Carneiro, o programa de educação ambiental da Unidade tem como objetivo atuar para contribuir para a formação de uma consciência socioambiental, comprometida com a ética e os valores humanos na promoção do desenvolvimento de sociedades sustentáveis. Desta forma, são desenvolvidas ações mediante um planejamento anual contido em seu Programa de Educação Ambiental (PEA), contando com a estrutura de um Centro de Educação Ambiental (CEA), que funciona também como Centro de Visitantes (CV), e abriga eventos das diversas instituições ambientais, recebe diariamente escolas, professores/alunos e visitantes do Parque.

No Centro de Educação Ambiental são recebidos os visitantes do Parque, e é onde acontecem os diversos cursos do Núcleo de Educação Ambiental/ Parque Nacional de Brasília (NEA / PNB), que vem se tornando cada vez mais um referencial procurado não só pelos professores, alunos e visitantes, usuários e comunidades em geral, mas principalmente, pelos diversos setores do ICMBio, Ministérios Público, Secretarias e Ministérios Federais e órgãos do Governo do Distrito Federal e até do entorno para a realização de encontros e eventos de capacitação e entre outros.

O Centro de Educação Ambiental já realizou eventos como a Semana do Meio Ambiente; Apoio ao evento em Comemoração ao aniversário dos 52 anos do Parque; Doze encontros/palestras com escolas entorno do PNB; Atendimento a centenas de escolas e entidades; Atendimento a alunos com necessidades especiais no CEA e nas trilhas; Realização de curso aos Educadores da Secretaria de Educação (SE) de Formosa.

Plano de Manejo: São descritos o Programa de Educação ambiental e o Subprograma de Educação Ambiental, que têm como objetivo integrar a UC no contexto educacional da região, de modo a criar atitudes de respeito e proteção aos recursos naturais ali presentes, além de implantar o programa de educação ambiental nas escolas de primeiro grau do entorno do Parque.

O Parque Nacional de Brasília apresenta Convênio Ibama – Funatura, que visa executar o programa de educação ambiental às comunidades do entorno da unidade.

A Comunicação é contemplada no Plano de Manejo no Subprograma de Relações Públicas, com objetivo de melhorar a imagem do PNB e divulgar junto à população as atividades que nele são desenvolvidas. Além disso, o Subprograma de Relações Públicas visa estabelecer maior relação entre as comunidades vizinhas e a UC; Promover maior integração com as empresas de turismo, além de elaborar materiais como cartazes, folhetos e vídeos para divulgação do PNB e de seus recursos naturais e recreativos.

No tocante às ações/atividades de Uso Público, foi elaborado um programa de Educação Ambiental executado no Centro de Visitantes, que é direcionado basicamente para os estudantes das escolas que realizam visitas programadas à UC. Na área de entorno do Parque foi iniciado recentemente um Projeto de Educação Ambiental, o Projeto Educação Ambiental no Entorno.

Além disso, o Plano de Manejo fala a respeito do Projeto de Educação Ambiental na comunidade rural do Lago Oeste, lançado em, 1997 pelo Núcleo de Educação Ambiental (NEA) do Parque Nacional de Brasília.

1. **Nome do projeto:** Educação Ambiental aos Educadores/Reeditores

Relação das ações com o Plano de Manejo: O NEA, como parte da Estrutura do Parque previsto no Plano de Manejo (PM), desenvolve as suas ações previstas em

um Programa Anual de Educação Ambiental (PEA), contendo mais de 10 projetos e ações, que, segundo o responsável (Giorgenes Martins de Souza), são bem estruturadas e continuadas, o que assegura uma consistência de longa data.

Responsáveis pelo projeto: Giorgenes Martins de Souza (nea.pnb@icmbio.gov.br), coordenador do NEA.

Quem propôs a ação: Núcleo de Educação Ambiental do PNB.

Motivação: Programa em desenvolvimento a mais de uma década, nasceu do interesse de servidores do PNB, em conjunto com a Secretaria de Educação do GDF, de desenvolver a educação ambiental junto as escolas do Distrito Federal.

Parceiros: Os parceiros se alteraram ao longo dos anos. Nos últimos anos participam Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP / DF), ONG Patrulha Ecológica e Secretaria de Educação do DF. Os recursos que mantêm o projeto são oriundos de transações penais intermediadas pelo MP / DF.

Sujeitos da ação educativa: Educadores, monitores, agentes ambientais das escolas da Secretaria de Educação do DF (Seedf); Centros de Orientação Sócio-Educativa (Coses) da Secretaria de Ação Social do DF (Sedest) e outras entidades. Os educadores participam de uma capacitação no PNB e inserem a temática ambiental em sua sala de aula. Desenvolvendo projetos com os alunos que culminam com uma visita ao PNB para a finalização do trabalho.

Período de desenvolvimento do projeto: O projeto vem sendo desenvolvido no PNB de maneira interrupta a mais de uma década. Durante o ano são realizados de 5 a 8 cursos aos educadores nos meses de fevereiro e novembro.

Objetivos: Criar processo educativo de prolongamento entre o Parque e Escolas de modo a contribuir para a construção de uma consciência socioambiental, tendo o professor como parceiro do processo educativo, que enraíza o conhecimento na escola e na sociedade. Além disso, oferecer aos professores a oportunidade de debater e planejar atividades que oportunizem o desenvolvimento de potencialidades e acessibilidade aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Metodologia: A metodologia é norteada por uma pedagogia dialógica, participativa, protagonista, numa visão construtivista e de pesquisa-ação. (Pedagogia Paulo Freire, Educação no Processo de Gestão Ambiental - Ibama).

Atividades realizadas: O programa está calçado em um curso de formação para os professores sobre a temática cerrado, unidade de conservação, desenvolvimento sustentável e os atrativos do PNB. Neste curso o educador é instigado a inserir a temática em sua sala de aula, desenvolvendo atividades correlatas que incorporam um dia de campo no PNB. A cada ano, são realizados de 4 a 5 cursos com os professores entre os meses de fevereiro e novembro.

Temas trabalhados: Não houve repasse de informações.

Resultados: Aproximadamente 240 professores/educadores capacitados ano e 7.000 alunos da rede desenvolvendo atividades ligadas a temática ambiental e inseridas no plano de aula das escolas no PNB.

Formas de avaliação e monitoramento: Os professores e, posteriormente, os alunos avaliam as atividades realizadas.

Desdobramentos: O projeto vem sendo desenvolvido no PNB de maneira interrupta a mais de uma década. Espera-se que o professor capacitado replique o conhecimento durante as suas atividades em outros anos letivos.

Alguns produtos do projeto: Alguns vídeos produzidos pelo NEA e diversos trabalhos desenvolvidos por alunos e professores durante o período.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: As ações de comunicação se restringem a divulgação do projeto pela Secretaria da Educação na rede e pela divulgação através da comunicação entre os professores.

2. **Nome do projeto:** Curso de Formação Socioambiental para ilícitos ambientais e urbanísticos

Relação das ações com o Plano de Manejo: O Plano de Educação Ambiental é elaborado anualmente no ICMBio e encaminhado ao ICMBio/sede.

Responsável pelo projeto: Giorgenes Martins de Souza (nea.pnb@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Núcleo de Educação Ambiental do PNB e MP / DF

Motivação: Necessidade de propiciar aos cidadãos flagrados em ações que configuram infrações ambientais, informações sobre o tema e a importância da temática ambiental.

Parceiros: Os parceiros se alteraram ao longo dos anos. Nos últimos anos participam Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP / DF e ONG Patrulha Ecológica). Os recursos que mantêm o projeto são oriundos de transações penais intermediadas pelo MP / DF.

Sujeitos da ação educativa: Infratores ambientais e urbanísticos que transacionam suas penas para penas alternativas.

Período de desenvolvimento do projeto: O projeto vem sendo desenvolvido no PNB de maneira interrupta a mais de uma década. Durante o ano são realizados de 4 a 5 cursos (20 horas) com infratores encaminhados pela Justiça entre o meses de fevereiro e novembro.

Objetivos: Sensibilizar os autores de delitos ambientais para perceberem a inter-relação entre o meio natural, o sociocultural, da importância da educação ambiental como condição para a manutenção da vida, da melhoria da saúde e da qualidade de vida.

Metodologia: A metodologia é norteada por uma pedagogia dialógica, participativa, protagonista, numa visão construtivista e de pesquisa-ação. (Pedagogia Paulo Freire, Educação no Processo de Gestão Ambiental (Ibama).

Atividades realizadas: Durante o ano são realizados de 4 a 5 cursos (20 horas) com infratores encaminhados pela Justiça entre os meses de fevereiro e novembro.

Temas trabalhados: O programa está calçado em um curso participativo sobre a importância do cerrado, unidade de conservação, desenvolvimento sustentável.

Resultados: Aproximadamente 240 infratores capacitados/ano. Conforme

informação do MP / DF baixo índice de reincidência entre os infratores capacitados.

Formas de avaliação e monitoramento: Avaliação dos participantes do curso e indicação do MP / DF de significativa redução de reincidência em crimes ambientais entre os participantes do curso.

Desdobramentos: O projeto vem sendo desenvolvido no PNB de maneira interrupta a mais de uma década. Atualmente existe tentativa do Ministério Público do Distrito Federal (MP / DF) tenta replicar o modelo em outras Instituições ambientais do DF, como o Instituto Brasília Ambiental (Ibram), em outros Estados.

Alguns produtos do projeto: Alguns vídeos produzidos pelo NEA.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: As ações de comunicação se restringem a divulgação do projeto MP / DF.

3. **Nome do projeto:** Leitura e Percepção Ambiental pelas Trilhas do Parque

Relação das ações com o Plano de Manejo: O Plano de Educação Ambiental é elaborado anualmente no ICMBio e encaminhado ao ICMBio/sede.

Responsável pelo projeto: Giorgenes Martins de Souza (nea.pnb@icmbio.gov.br)

Quem propôs a ação: Núcleo de Educação Ambiental do PNB

Motivação: Aprimorar as experiências das visitas das escolas integrantes do projeto educação ambiental aos educadores/reeditores no Parque Nacional de Brasília.

Parceiros: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP / DF), ONG Patrulha Ecológica e Secretaria de Educação do DF. Os recursos que mantém o projeto são oriundos de transações penais intermediadas pelo MP / DF.

Sujeitos da ação educativa: Alunos das escolas do Distrito Federal, preferencialmente do entorno do PNB.

Período de desenvolvimento do projeto: Durante o ano, conforme agendamento das visitas das escolas.

Objetivos: Possibilitar ao professor que participou do curso de educação ambiental para educadores/reeditores que retorne com seus alunos para o desenvolvimento de atividades de percepção socioambiental pelas trilhas e piscinas do Parque.

Metodologia: A metodologia é norteada por uma pedagogia dialógica, participativa, protagonista, numa visão construtivista e de pesquisa-ação. (Pedagogia Paulo Freire, Educação no Processo de Gestão Ambiental (Ibama).

Atividades realizadas: Visitas monitoradas pelos professores capacitados aos principais atrativos do PNB.

Temas trabalhados: Não houve repasse de informações.

Resultados: Aproximadamente 7.000 alunos da rede escolar do DF desenvolvendo atividades no PNB.

Formas de avaliação e monitoramento: Os professores e, posteriormente, os alunos avaliam as atividades realizadas.

Desdobramentos: O projeto vem sendo desenvolvido no PNB de maneira interrupta a mais de uma década. Espera-se que o aluno perceba os objetivos e a importância da unidade de conservação para o Distrito Federal.

Alguns produtos do projeto: Alguns vídeos produzidos pelo NEA e diversos trabalhos desenvolvidos por alunos e professores durante o período.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: As ações de comunicação se restringem a divulgação do projeto pela Secretaria da Educação na rede e pela divulgação boca a boca dos professores.

Sobre Comunicação na UC: A divulgação da unidade é realizada somente através do site oficial do ICMBio (www.icmbio.gov.br). Em função da alta visitação (aproximadamente 205 a 300 mil visitantes) ocorre uma divulgação passiva pelos meios de comunicação de Brasília (rádios, jornais e TVs locais).

Fontes de pesquisa: Informações enviadas por e-mail pelo gestor Paulo Carneiro (paulo.carneiro@icmbio.gov.br) e o Coordenador do NEA/PNB Giorgenes Martins (nea.pnb@icmbio.gov.br).

Relatório: ICMBio. Parque Nacional de Brasília. Portfólio de plano de ação – Ações e Projetos do NEA. 2013.

5.3.2. Parque Nacional Das Emas

Educomunicação / Articulação regional com municípios de três estados

Bioma: Cerrado

Data de criação da UC: 1972

Data do plano de manejo: 2005

Sede: Chapadão do Céu - GO **Telefone:** (64) 3929-6000 **Ligado a:** CR-10

Plano de manejo: Não tem programa de EA/comunicação no plano de manejo. Porém cita a atividade e a necessidade de elaborar programa específico de EA, também cita algumas atividades de comunicação necessárias a divulgação, e instrumentos como rádio. O gestor não informou andamento do que consta no plano.

Nome do projeto: Fala Cerrado

Qual a relação do projeto com o plano de manejo: atende a algumas demandas relativas a educação ambiental.

Responsáveis pelo projeto: equipe do Parque Nacional de Emas à época: Flávia Baptista, Simone Mamede, S. Gontijo, Lucijaine Silva Resende, Maristela Benites da Silva, Núcleo de Educação Ambiental de Mineiros/GO. Gestor da unidade: Marcos da Silva Cunha (marcos.cunha@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Equipe do Parna de Emas.

Motivação: Necessidade de criação de um canal de comunicação que levasse informações sérias e confiáveis sobre questões socioambientais e que traduzisse

conhecimento científico e especializado a comunidade. O fato de não haver esse tipo de informação disponível nos meios de comunicação locais também motivou o projeto. A criação de programas de rádio para sensibilizar a comunidade foi identificada como demanda na oficina de Planejamento Participativo Sustentável de Educação Ambiental, realizada no projeto Municípios do Corredor de Biodiversidade Emas-Taquari (em 2004, envolvendo os municípios de Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis/GO, Costa Rica, Coxim e Alcinópolis/MS e Alto Araguaia/MT). Nesses municípios foram criados núcleos locais de educação ambiental. Durante esse projeto houve um diagnóstico realizado em 12 rádios existentes nos oito municípios para verificar o interesse em programa específico voltado às questões ambientais.

Parceiros: Núcleo de Educação Ambiental Mineiros, Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – Comiva, Prefeitura de Chapadão do Céu, Rádio Comunitária de Chapadão do Céu, outras prefeituras, equipe de Comunicação da ONG CI Brasil, ONG Oréades (Chapadão do Céu), Rádio AM Eldorado (Mineiros).

Sujeitos da ação educativa: Comunidade do entorno do Parque.

Período de desenvolvimento do projeto: 2005, em andamento.

Objetivos: Levar informações sobre as questões ambientais, servindo como instrumento de educação e sensibilização da comunidade para a conservação do bioma Cerrado contribuindo para a formação de cidadania, de sociedades sustentáveis e de melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Metodologia: produção de programas radiofônicos e oficinas de capacitação, tendo à frente da produção dos programas um conselho formado por participantes. Este conselho reunia-se mensalmente para definir o roteiro do programa e matérias a serem gravadas. A tarefa de produzir matérias eram distribuídas entre os conselheiros, assim como a locução e a atuação em campo. O programa formava-se por quadros regulares, como entrevistas com visitantes, depoimento de pesquisadores e resultados de pesquisas científicas realizadas na UC, a rádio-escola (informações do cotidiano com linguagem voltada principalmente ao público escolar), Paixão pelo Ofício (informações sobre as diversas profissões comemoradas durante o mês, associando à questão ambiental), Cantinho da

Literatura (quadro voltado para a divulgação e comentários de obras e autores brasileiros, com enfoque socioambiental), e o quadro Fique por Dentro (informações curtas e resumidas sobre comportamento, acontecimento e dicas de conduta), um quadro sobre espécies em extinção, entre outros.

Atividades realizadas: o primeiro programa Fala Cerrado foi veiculado em 2005. Houve pelo menos uma oficina (2007) para 30 pessoas (de educomunicação radiofônica). Também fizeram um mini-estúdio de rádio na sede do parque.

Alguns temas trabalhados: problemas ambientais locais e regionais, ações de educação ambiental que estão sendo desenvolvidas no município, biodiversidade regional, Cerrado, saúde, qualidade de vida, cidadania, a UC. Explica a entrevistada que “havia assuntos voltados à realidade local, de bairro, de rua, do município e entorno. Discussões e pensamentos globais com enfoques regional e local, buscando levar informações que muitas vezes não estão na TV ou nos jornais impressos, mas que interessam a toda população”.

Principais resultados: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: Teve continuidade, o programa se multiplicou por vários municípios através das oficinas promovidas pelos NEAs e PNE. No entanto a entrevistada não soube informar maiores detalhes.

Alguns produtos do projeto: arquivos dos programas (banco de dados), artigo na Revista Brasileira de EA.

Formas de monitoramento e avaliação do projeto: entrevistada não especificou.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: o próprio programa de rádio.

Sobre Comunicação na UC: página no [Facebook](#), [página de parceiro local sobre o Parque](#).

Fontes de pesquisa: : Entrevista com Flávia Baptista, uma das analistas que participou do projeto e não está mais na unidade.

RESENDE, Lucijaine Silva; MAMEDE, Simone; SILVA, Maristela Benites da. Programa de rádio “Fala Cerrado” como veículo de rede de educação e informação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, DF, no. 2, Fev. 2007, p. 117-121.

5.3.3. APA Nascentes do Rio Vermelho

Comunidade em geral / fortalecer conselho

Biomias: Cerrado

Data de criação das UC: 27 de setembro de 2001

Plano de manejo: Não tem.

Sede: Mambaí - GO

Telefone: (62) 34841127

Ligado a: CR-11

Nome do projeto: Não tem nome, são várias estratégias convergentes. Foram realizadas várias atividades.

Responsável pelo projeto: Eduardo Barroso de Souza e Sandro Raphael Borges, analistas ambientais do ICMBio

Quem propôs a ação: Eduardo Barroso de Souza, eduardo.barroso@icmbio.gov.br, e Sandro Raphael Borges, analistas do ICMBio.

Motivação: Falta de conhecimento da comunidade sobre o ICMBio, falta de ações pró-ativas por parte do ICMBio, agricultura familiar em colapso, presença de poucos parceiros externos às Ucs, conselho consultivo inativo, entre outros

Parceiros: Instituto de Estudos Socioambientais/ Universidade Federal de Goiás; Centro de Desenvolvimento Sustentável/ Universidade de Brasília; Prefeitura de Mambaí; Escolas Estaduais de Mambaí; Coordenação Geral de Educação Ambiental/ Ministério da Educação; Instituto Sociedade população e Natureza-ISPAN por meio do Programa Pequenos Projetos Ecosociais/PPP-Ecos; Instituto Positivo;

Gaia Júnior Consultoria Ambiental; Serviço Florestal Brasileiro/MMA; Sebrae; Emater/GO; Funatura.

Sujeitos da ação educativa: Alunos de Escolas Públicas da APA Nascentes do Rio Vermelho, Agricultores Familiares de Mambaí, Alunos de Ensino Superior da UFG e UNB.

Período de desenvolvimento do projeto: entre 2013 e 2014.

Objetivos: fortalecer o laço com a comunidade local por meio da aproximação com o ambiente escolar e a atração de parceiros, com foco nas universidades de Brasília e na Federal de Goiás. Envolver a comunidade rural por meio do fortalecimento de associações apoiando-as na conquista de editais. Promover o engajamento da juventude, o fortalecimento da agricultura familiar, a transição agroecológica.

Metodologia: Palestra, ações pontuais, evento científico e extensionista, capacitações, atividades de extensão universitária, atividades práticas.

Atividades realizadas: Palestras de temas ambientais (crise ambiental, consumismo, agroecologia) - desde setembro de 2011 foram realizadas várias palestras para a Escola Sebastião Ferreira da Silveira, a única escola de ensino médio do município de Mambaí/GO.

Formação da Com-Vida em escola estadual - a partir da sensibilização das palestras, um grupo de 30 a 40 alunos começou a participar da formação da Com-Vida desta mesma escola, tendo realizados vários encontros onde fizeram investigações sobre questões ambientais da escola e do bairro.

Pré-conferência infanto juvenil - Sensibilizados pelas atividades realizadas pelo ICMBio, um grupo de professores estimulou que seus alunos investigassem a questão do lixo e da água em seu bairro. Esta investigação gerou propostas de soluções para o uso adequado da água, o que foi apresentado na pré-conferência a professores e autoridades do município.

Formação de professores para a conferência infanto-juvenil - em articulação com o Cgea-MEC foi realizada uma oficina de sensibilização para a IV Cnijma. Desta oficina, os professores foram encorajados a realizarem as conferências municipais.

Projeto Jogando Limpo, da Escola Walter. A partir de uma conversa com professores desta escola foi criado o projeto Jogando Limpo. Nele, alunos desta escola foram levados aos pontos turísticos da APA onde fizeram intervenções de limpeza, organização e embelezamento dos locais.

Atividades de Extensão Universitária dos Projetos de Assentamento - Projeto de Extensão do CDS/UNB aprovado no Pro-Ext/MEC 2014. Foram realizadas 3 visitas de campo com os alunos do grupo de estudo coordenado pelo professor Thomas Ludewigs do CDS onde foram realizados diagnósticos, coleta de amostras de solo, retorno das informações aos agricultores e capacitação em organização comunitária. Atividades foram realizadas com agricultores assentados em 7 P.A. de Mambai/GO .

Projeto Comunidade Nascente da Escola Millena. A partir do diálogo com a única escola particular da cidade foi criado este projeto que realiza atividades regulares de educação ambiental com os estudantes. Este projeto é financiado pelo Instituto Positivo e acabou de ser renovado.

Capacitações em Sistemas Agroflorestais - 24 famílias participam do Projeto "Agroflorestas do Cerrado", financiado pelo PPP-Ecos do ISPN. Nestes projetos os agricultores/pesquisadores são capacitados e recebem insumos para a implementação de sistemas Agroflorestais em seus lotes rurais. A próxima etapa prevê um maior envolvimento do jovens filhos de agricultores.

Assistência Técnica em Frutos do Cerrado. O mesmo P.A. que recebeu o Projeto Agroflorestas do Cerrado também se inscreveu no edital do Serviço Florestal Brasileiro. Neste projeto o P.A. receberá 2 anos de Assistência Técnica para a inclusão destes agricultores na cadeia produtiva dos frutos do cerrado. A Assistência Técnica prevê capacitação em organização da associação, beneficiamento, manejo e comercialização.

I Semana de Pesquisa, Extensão e Divulgação das Ucs do Vão do Paranã - Este encontro realizou uma semana de atividades variadas na APA. Foram capacitações para professores, alunos, comunidades rurais, agricultores, artesãos e estudantes universitários. A partir de uma parceria com alunos de Ciências Ambientais e com um pequeno recurso da DIBIO/ICMBio, os graduandos organizaram e realizaram este evento com nosso apoio. Mais de 80 universitários se envolveram e participaram, todos os professores de Mambai foram capacitados, todos os alunos a

partir do 6º ano foram sensibilizados, foi realizada oficina de recuperação de área degradadas,

Temas trabalhados: Consumo, organização e participação social, recursos hídricos, agroecologia e sistemas agroflorestais, crise civilizatória.

Resultados: Todos os alunos de ensino médio de Mambai foram sensibilizados. Aluna do município de Sítio D`abadia foi delegada da IV Cnijma. Todos os professores de Mambai (cerca de 100) foram capacitados em conceitos e metodologias de Educação ambiental. Todos os alunos 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio de Mambai passaram por atividades de Educação Ambiental. 24 famílias agricultores estão em processo de capacitação em sistemas agroflorestais, recuperando cerca de 3 hectares de cerrado e mudando a cultura da agricultura familiar. Cerca de 80 estudantes universitários participantes da semana de pesquisa e extensão. Praticamente a totalidade dos estudantes de Mambai conheceram ao menos um dos atrativos turísticos da cidade. Muitos realizaram trabalhos nestes atrativos.

Dificuldades: Parcerias locais frágeis: Não existem ONGs locais que possam inscrever e executar projetos com qualidade; Prefeituras e escolas tem cargos frágeis tecnicamente, porém muito agilizados. Público desmobilizado: Alguns momentos é difícil conseguir participação efetiva da comunidade; Sensação de estarem acostumados à paternalismos e assistencialismo. Falta de equipe interna no ICMBio, apenas dois analistas ambientais se envolvem no trabalho numa equipe total de 3 servidores. Dificuldade de ligar os projetos na prática, apesar de serem complementares na concepção.

Formas de avaliação e monitoramento: não existem

Desdobramentos: Trabalhos de mestrados e TCC realizados ou em realização na UC. Estudantes interessados em realizar estágio ou trabalho voluntário. Atração de novos parceiros. Caminho aberto para a revitalização do conselho. Articulação para criação de feira do agricultor m Mambai/GO.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizaram no projeto: rádio, jornais, facebook, vídeo.

Sobre Comunicação na UC: Foram divulgadas uma série de reportagens no ICMbio em Foco, no jornal do Sebrae e [Página no Facebook](#).

Fontes de pesquisa: Entrevista com o gestor da unidade (eduardo.barroso@icmbio.gov.br); [Página no Facebook](#).

5.3.4. Estação Ecológica Serra das Araras

Formação da comunidade em geral

Bioma: Cerrado

Data de criação a UC: 1982

Data do plano de manejo: Não possui

Sede: Porto Estrela – MT **Telefone:**(65) 36262866 **Ligada a:** CR-10

Nome do projeto: Ações educativas junto às comunidades do entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras

Responsáveis pelo projeto: Luiz Eduardo Monteiro de Barros Cruz e Marcelo Leandro Feitosa de Andrade, gestor da unidade; luiz.cruz@icmbio.gov.br; luiz.cruz.icmbio@gmail.com.

Quem propôs a ação: os responsáveis pelo projeto

Motivação: O projeto resgata as ações educativas que foram desenvolvidas no passado pelo Núcleo de Educação Ambiental (NEA Ibama /MT) junto a Estação Ecológica da Serra das Araras, envolvendo as comunidades residentes no seu entorno. Segundo o analista do ICMBio Luiz Cruz, o projeto original “parte de um problema observado desde a criação da unidade em 1982, portanto dentro de um contexto de exceção que vivia o país à época, que resultou em "desapropriações" de povos cujo manejo tradicional data de tempos imemoriais com a ideia de preservar uma amostra da rica biodiversidade da província Serrana do Alto Paraguai, com foco na realização de pesquisa científica. O estabelecimento da Unidade, significou a

princípio uma situação conflituosa e posteriormente com o engessamento peculiar em relação ao que preconiza sua categoria, afastou a sociedade local da Estação Ecológica, sendo confinada a "Reserva do Ibama" como era comumente referida. Portanto diante do exposto e facultada a categoria à visita com objetivo educacional conforme a lei do Snuc (9985/2000) foram implementadas ações ainda no tempo de Ibama, por meio do NEA – MT na região de Porto Estrela, município distante à 170 Km de Cuiabá". A retomada da proposta foi sugerida por professores de Porto Estrela que sugeriram a reabertura da Esec para ações de educação ambiental e demais atividades pedagógicas com os alunos da região.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Porto Estrela MT, Secretaria de Educação do Estado de MT, Secretaria Municipal, Comunidade de Vila Aparecida, Salobra Grande e Novo Oriente.

Sujeitos da ação educativa: Professores da rede pública, educadores e lideranças comunitárias.

Período de desenvolvimento do projeto: Segundo o servidor Luiz Cruz, "As ações salvo engano começaram em 2000 e por sua "resiliência" foi replicada nas várias oportunidades conforme o aporte de recursos, como tem sido até hoje aqui no ICMBio".

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da Educação Ambiental Crítica. Ampliar os conhecimentos de educadores sobre a Esec. Aproximar a comunidade da gestão da Esec. Contribuir com o desenvolvimento do sentimento de pertencimento da comunidade para com a área.

Metodologia: uma formação teórica e uma vivência na Esec que varia porque a construção é feita de modo participativo entre equipe gestora da Unidade.

Atividades realizadas: Visita de educadores na Esec

Alguns temas trabalhados: Esec Serra das Araras. Destaca-se que além de se trabalhar aspectos da Conservação da Biodiversidade é possível abordar temáticas em diferentes disciplinas em um ambiente potencialmente multidisciplinar.

Principais resultados: não houve repasse de informação.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: Necessidade de estabelecer um Plano de Trabalho em parceria com a CR 10, para a formação de um Calendário de Atividades e definição de procedimentos metodológicos na construção de uma “*práxis*” educativa envolvendo os professores.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: não houve repasse de informação.

Sobre a Comunicação na UC: [Página no facebook.](#)

Fonte de pesquisa: Entrevistas com Luiz Eduardo Monteiro de Barros Cruz (luiz.cruz@icmbio.gov.br; luiz.cruz.icmbio@gmail.com).

Relatório: ICMBio. Estação Ecológica Serra das Araras. Ação educativa nº004/2014. 2014.

5.3.5. Parque Nacional da Serra da Canastra

Uso público com estudantes /produção de material paradidático

Bioma: cerrado

Data de criação da UC: 1972

Data do plano de manejo: 2005

Sede: São Roque de Minas - MG **Telefone:** (37) 3433-1324 **Ligado a:** CR-11

Plano de manejo: não tem programas listados, mas cita recomendações para o desenvolvimento de programas de educação ambiental e comunicação com foco no relacionamento com o entorno do Parna. O entrevistado explica que não foram implementados programas e ações, de maneira geral, por falta de recursos financeiros e administrativo (falta de pessoal). Informou o entrevistado que não há política do instituto para implementação de programas de educação ambiental e

comunicação, o que dificulta a inclusão de atividades dentro dos macroprocessos do ICMBio.

De maneira geral, o entrevistado informou que o parque tem vários projetos relacionados a educação ambiental, aguardando a chegada de um novo gestor para saber se haverá ou não implementação de ações como implementação e sinalização interpretativa para trilhas; um concurso de fotografias; e ainda a continuação de um projeto com escolas, a partir de um guia que produziram em 2014 e já distribuíram nos municípios. Outra ação em andamento é a realização de um seminário aberto ao público, relacionado à pesquisa e prevenção de incêndios (o parque tem 30 anos de pesquisa relacionada ao fogo). Essa atividade terá dois dias em novembro de 2014, reunirá pesquisadores que apresentarão resultados das pesquisas e debaterão com o público de 200 participantes ações para controle de incêndios na região, mas não é ação diretamente especificada como educação ambiental.

O entrevistado informou ainda ter interesse na criação de uma **Sala Verde** na unidade; informa ele, porém, que falta orientação no departamento de engenharia do ICMBio para que os projetos de construção de centros de visitantes incluam espaços adequados como uma biblioteca.

Nome do projeto: Guia de Bolso: 100 Aves do Parque Nacional da Serra da Canastra

Relação do projeto com o plano de manejo: tem a ver com as estratégias propostas de divulgação do parque, diálogo com o entorno, entre outros.

Responsáveis pelo projeto: Rogério Oliveira Souza (ICMBio), Carolina Zatta Fieker, Matheus Gonçalves dos Reis, Sávio Freire Bruno (consultores).

Quem propôs a ação: ICMBio/Parque Nacional da Serra da Canastra.

Motivação: necessidade de um instrumento de educação ambiental para atuar com estudantes, a fim de aproximá-los do parque e desenvolverem a questão do pertencimento. A observação de aves no parque (assim como a observação de fauna em geral) são atividades frequentes na unidade.

Parceiros: próprios da unidade e colaboradores. Fotógrafos cederam as imagens e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense (Proppi-UFF) indiretamente apoiaram os pesquisadores-consultores que atuaram no projeto.

Sujeitos da ação educativa: alunos e professores de seis municípios no entorno do Parque (Chapadão da Canastra, Babilônia, Capitólio, Vargem Bonita, São João Batista do Glória e Delfinópolis).

Período de desenvolvimento do projeto: 2014 (publicação do Guia) e 2015 (atividade com escolas). Esta segunda etapa está em planejamento.

Objetivos: produzir e distribuir um guia de espécies de aves que habitam a região da Serra da Canastra. Aproximar os estudantes da rede pública do Parque, utilizando o guia como ferramenta para a geração de conhecimento, e instrumento para potencializar a visita à unidade pelos estudantes.

Metodologia: ainda em desenvolvimento. Basicamente, o guia foi feito com linguagem didática para o aluno entender sobre o papel das aves na região, e oferece informações gerais sobre as 100 espécies. A próxima etapa do projeto está em desenvolvimento, e irá associar atividades para uso do guia por professores que trabalham o tema, visitas ao parque e retorno com os professores que desenvolveram/acompanharam essas atividades.

Atividades realizadas/a realizar: produção de um guia com 100 espécies e ainda informações sobre o Cerrado e a unidade; distribuição de três exemplares para cada uma das 35 escolas da região; contato para realizar ações-piloto em escolas de São Roque de Minas, para implementar visitas ao parque. A próxima fase do projeto será a de organização de agenda de visitas ao parque com as escolas, orientação aos professores para estas visitas e retorno às escolas para acompanhar o que foi realizado posteriormente à visita.

Formas de avaliação e monitoramento: ainda não foi desenvolvido e não informou.

Desdobramentos: ainda não desenvolveu a segunda fase do projeto e não informou.

Alguns produtos do projeto: Guia de Aves, distribuído e também divulgado em [versão eletrônica](#).

Ações de Comunicação desenvolvidas no projeto: são eventualmente procurados por mídias não locais. Com o público do entorno utilizou divulgação em rádio e convites aos participantes do seminário.

Sobre Comunicação na UC: folders distribuídos aos visitantes do Parque e [página no Facebook](#) (bastante visitada, com 7.569[1] curtidas).

Fonte de pesquisa: Entrevista com Rogério Souza, analista ambiental responsável pelas atividades.

[1] Número disponibilizado na página no dia 25/10/2014.

5.3.6. Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins

Formação de professores

Bioma: Cerrado

Data da criação Da UC: 2001

Data do plano de manejo: não tem

Sede: Rio da Conceição – TO **Telefone:** (63) 3691-1134/1161 **Ligado a:** CR5

Atividade desenvolvida no âmbito do corredor ecológico que envolve: três unidades federais, geridas pelo ICMBio: Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNP), Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins (Eesgt) e Área de Proteção Ambiental da Serra da Tabatinga (APA da Tabatinga); duas estaduais, geridas pelo Naturatins: Área de Proteção Ambiental do Jalapão (APA do Jalapão) e Parque Estadual do Jalapão (PEJ); uma municipal, gerida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono, no município de São Félix (Mnccrs).

Nome do programa: Programa de Formação de Agentes de Sensibilização Ambiental do Jalapão - Asas do Jalapão.

Responsáveis pelo Programa: Coordenado pela Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/ICMBio, pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/ Ulbra) e pelo Parque Estadual do Jalapão/Naturatins, com apoio técnico-financeiro da Agência de Cooperação Internacional do Japão Jica.

Quem propôs a ação: não houve repasse de informação

Parceiros: os responsáveis pelo programa.

Motivação: O programa surgiu a partir da necessidade de manter preservados lugares com recursos naturais essenciais da região para o que é necessário sensibilização estética e ética dos atores sociais. Da esperança de que a prática da educação ambiental possa sensibilizar professores quanto à formação de consciência crítica de crianças, adolescentes e jovens para a urgente tarefa de preservar o que ainda não foi (totalmente) destruído nessa região. E resistir diante de projetos que degradam o meio ambiente em nome do consumo exagerado e do mercado. Foi idealizado a partir da percepção de que é preciso facilitar e intensificar a aproximação entre professores, alunos e gestores de unidades de conservação. Tal proximidade deve-se estender às comunidades locais afim de que, a partir de relações saudáveis e comprometidas, seja possível testemunhar atitudes concretas de pertencimento, sensibilidade, preservação e autos sustentação.

Sujeitos da ação educativa: docentes que atuam em municípios os quais têm interface com unidades de conservação (UC) na região do Jalapão/Tocantins.

Período de desenvolvimento do programa: Durante o planejamento do Projeto Corredor Ecológico do Jalapão (Pcerj), em dezembro de 2010, os profissionais presentes dialogaram sobre a necessidade de realizar formação ambiental para professores que vivem na região. Estabeleceu-se um grupo de trabalho que se reuniu em Brasília em 2011 e elaborou a proposta do Asas, fortemente influenciado pela experiência do Curso Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais (Cppta). Posteriormente ocorreu uma etapa de detalhamento da proposta e articulações e em 2011 o Asas iniciou em Mateiros – TO e Rio da Conceição – TO. Em 2012 se estendeu para São Félix do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins.

Objetivos: Reconhecer a importância das unidades de conservação e dos recursos naturais da região do Jalapão para conservação da biodiversidade e manutenção da qualidade de vida das comunidades locais a partir de educação ambiental.

Metodologia: estimular a troca de saberes tradicionais e difusão de conhecimento científico sobre meio ambiente na comunidade escolar, por meio de formação continuada e aperfeiçoamento de educadores como potenciais multiplicadores em temas relacionados ao contexto ambiental regional, com ênfase nas unidades de conservação e outras questões afetas à qualidade de vida da comunidade que vive nos arredores de UC no Jalapão. Valorização e socialização da arte, dos saberes e da cultura locais; formação de sujeito crítico que seja capaz de olhar o contexto global a partir do local, em seus distintos âmbitos; - estímulo a ações de uso cuidadoso e sustentável dos recursos naturais; e aproximação com os órgãos gestores das UC. A missão do programa é Promover educação ambiental afim de que professores e alunos percebam as áreas legalmente protegidas com orgulho e pertencimento e sintam-se partícipes, junto a outros atores sociais, pela melhoria da qualidade de vida das comunidades e da conservação da biodiversidade locais. A visão: ser referência de programa de educação ambiental para escolas, principalmente as que estão em municípios de abrangência de UC.

Atividades realizadas: Formação continuada de professores, por meio de módulos. Desenvolvimento de projetos sobre temas ambientais junto aos alunos. Módulo 1: Sensibilização com o módulo básico de 100h/a. Primeiro momento: 36h/a, é presencial: conceitos, informações sobre os órgãos ambientais, além de localização geográfica e apresentação de diversos dados sobre o bioma da região do Jalapão.

Elaboração de projeto ambiental a ser desenvolvido na unidade de ensino. Segundo momento: 54h/a, ocorre na escola onde os professores coordenam a execução do projeto elaborado. Terceiro momento, de 10h/a, consiste em um seminário no qual são apresentadas partes do processo e dos resultados do trabalho a pais, parceiros, autoridades e toda comunidade.

Alguns temas trabalhados: Jalapão, preservação, uso solidário, meio ambiente, uso sustentável, unidade de conservação, cooperação, recursos naturais.

Principais resultados: Quatro municípios de pequeno porte da região do Jalapão Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição e São Félix do Tocantins onde o programa pode atingir, indiretamente, cerca de 15.000 mil pessoas.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação

Desdobramentos: não houve repasse de informação

Produtos do programa: Medina, Maria de Fátima Rocha. Asas do Jalapão: Programa de sensibilização e educação ambiental / Maria de Fátima Rocha Medina... [et al.]. Ilustração de: Paulo Henrique Pereira Rocha - Palmas, 2013. 43 p.: il.; 26 cm

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de informação

Sobre Comunicação na UC: não houve repasse de informação

Fontes de pesquisa: Entrevista por email e telefone com Cristina Carvalho, Assessora do Asas do Jalapão (cristinacarvalho_rio@hotmail.com).

Medina, Maria de Fátima Rocha. Asas do Jalapão: Programa de Sensibilização e Educação Ambiental. Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/ICMBio. Palmas, TO, 2013. 43 p.

5.3.7. Floresta Nacional de Silvânia

Bioma: Cerrado

Data de criação das UCs: 2001

Data dos planos de manejo: Não há Plano de Manejo.

Sede: Zona Rural Silvânia - GO **Telefone:** (62) 3014-4300 **Ligadas a:** CR11

1. **Nome do projeto:** 7ª Cavalgada Ecológica de Silvânia

Responsáveis pelo projeto: Renato César de Miranda, renato.miranda@icmbio.gov.br.

Quem propôs a ação: Não houve repasse de informações.

Motivação: O desconhecimento da sociedade a respeito da importância do bioma Cerrado e da Flona de Silvânia motivam a ação, que visa despertar a atenção da comunidade local para a necessidade de preservar a região, especialmente nascentes e áreas de preservação permanente.

Parceiros: Foram realizadas parcerias com analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade e comunidade, que envolveram execução da proposta, produção de conteúdo e apoio logístico. Grupo Tropa de Elite.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em Geral, Conselheiros da UC, Lideranças Locais, Jovens e crianças.

Período de desenvolvimento do projeto: Vem sendo realizada anualmente desde 2012, no mês de junho. No ano de 2014 ocorreu no dia 10 de junho.

Objetivos: Despertar a atenção da comunidade local para a necessidade de preservar o Cerrado na região, especialmente nascentes e áreas de preservação permanente.

Metodologia: Para mobilizar a comunidade na Semana do Meio Ambiente, a Cavalgada Ecológica apresenta importantes características do ecossistema,

ressaltando a necessidade de preservar o Cerrado e nascentes. Através de uma atividade prática, lúdica e interativa pretende-se sensibilizar a comunidade para a integração, o pertencimento e a preservação do meio.

Atividades realizadas: A Cavalgada Ecológica de Silvânia é promovida pelo grupo Tropa de Elite e pela Flona. Os cavaleiros percorrem as principais ruas do município seguindo em direção a sede da Flona de Silvânia, onde se dá o encerramento da atividade, com o oferecimento de um almoço aos participantes. Em média, 500 cavaleiros participam desta atividade. Durante a atividade é realizado o plantio de mudas na Flona e em algumas propriedades ao longo do percurso.

Alguns temas trabalhados: Flona, Cerrado, nascentes e áreas de preservação permanente.

Principais resultados: Mobilização da comunidade local e da região, ampliação da visitação na Flona, maior divulgação da UC, maior nível de conscientização entre os participantes em relação a preservação ambiental. Atingiu as expectativas. A Cavalgada destaca-se pela quantidade significativa de crianças e adolescentes que participam da atividade, favorecendo a integração entre familiares, vizinhos e amigos.

Dificuldades: Dentre as dificuldades encontradas cita-se a falta de estrutura para uso público na UC, as limitações de natureza orçamentária e a carência de apoio especializado em áreas específicas (comunicação, educação ambiental).

Formas de avaliação e monitoramento: É realizada uma reunião de avaliação da atividade, onde são levados em consideração fatores como quantidade de participantes e volume de resíduos lançado no chão ao longo do trajeto pelos participantes.

Desdobramentos: A ação ocorre anualmente e prevê continuidade.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: Não houve repasse de informações.

Sobre Comunicação na UC: Espaço em programa de rádio de terceiros; espaço em jornal/boletim de terceiros; divulgação por meio de assessoria de imprensa própria, Folhetos, cartilhas explicativas e outros materiais impressos; ICMBio em Foco; Analistas ambientais do ICMBio; Divulgação através de material impresso, em rádios e jornal locais e através do ICMBio em Foco.

Fontes de pesquisa: Formulário do online.

2. **Nome do projeto:** Oficina de Reciclagem da Flona de Silvânia

Responsáveis pelo projeto: Maria Luz Lobo, flonasilvania.go@icmbio.gov.br.

Quem propôs a ação: Não houve repasse de informações.

Motivação: Elevada produção de lixo pela comunidade e descarte inconsciente, poluindo o meio ambiente. A conscientização da população a respeito da produção e descarte de resíduos é a maior motivação do projeto.

Parceiros: Recursos provenientes do Orçamento e parceria. As parcerias envolveram estruturação da proposta metodológica, execução da proposta, produção de conteúdo, apoio logístico.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em Geral, Professores, Jovens, Estudante do Ensino Formal.

Período de desenvolvimento do projeto: De 05 a 18 de junho de 2012.

Objetivos: Desenvolver uma oficina de reciclagem, visando a educação ambiental de forma eficaz e produtiva.

Metodologia: Visando melhorar a consciência da população em relação ao Meio Ambiente e aplicar a Educação Ambiental no dia a dia, o projeto utiliza como metodologia o emprego da prática dos 4R's Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reintegrar, possibilitando novas utilidades a objetos recicláveis; identificação e separação do lixo.

Atividades realizadas: A Oficina de Reciclagem reuniu adolescentes e professores de cinco escolas (municipais, estaduais e conveniadas) do município, os quais tiveram a oportunidade de produzir instrumentos musicais, arranjos e brinquedos a partir da reutilização de diversos materiais, como garrafas plásticas, caixa de ovos, sacolas plásticas, arame, madeira, dentre outros.

Alguns temas trabalhados: A Oficina de Reciclagem foi dividida em três fases, sendo a primeira fase realizada na sede da Flona de Silvânia (produção do material), a segunda fase, de forma itinerante, realizada em três escolas da zona rural do município (produção do material), e a terceira fase (ponto de culminância) que consistiu em uma feira de reciclados.

Principais resultados: Produção de objetos diversos, a partir de materiais reciclados. Realização de uma feira de exposição, com o produto das oficinas. Maior divulgação da UC. Maior conscientização dos participantes em relação ao reuso de materiais. Atingiu as expectativas.

Dificuldades: A principal dificuldade para a realização desta foi a limitação da estrutura física existente na própria UC, além do transporte dos participantes até a Flona de Silvânia.

Formas de avaliação e monitoramento: Reunião de avaliação da atividade estimou a quantidade e a qualidade dos objetos produzidos; a variedade de objetos produzidos; a quantidade de material coletado nas instituições participantes para a realização da atividade.

Desdobramentos: Não houve repasse de informações.

Alguns produtos do projeto: Foram produzidos objetos (instrumentos musicais, arranjos e brinquedo) a partir da reutilização de diversos materiais (garrafas plásticas, caixa de ovos, sacolas plásticas, arame e madeira).

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Espaço em programa de rádio de terceiros; espaço em jornal/boletim de terceiros; divulgação por meio de assessoria de imprensa própria; realização de reuniões periódicas em associações, escolas, etc.; ICMBio em Foco Analistas ambientais do ICMBio; conselheiros da

Unidade. Divulgação através de material impresso, em rádios e jornal locais e através do ICMBio em Foco.

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online.

3. Nome do projeto: 1ª Conferência Socioambiental do Município de Silvânia

Relação do Projeto com o Plano de Manejo: O Projeto não está previsto no Plano de Manejo da Unidade e a Unidade não possui um Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Renato César de Miranda, renato.miranda@icmbio.gov.br.

Quem propôs a ação: Não houve repasse de informações.

Motivação: Não houve repasse de informações.

Parceiros: A parceria ocorreu na estruturação da proposta metodológica, execução da proposta, produção de conteúdo e apoio logístico.

Sujeitos da ação educativa: Gestores, Comunidade em Geral, Conselheiros da UC, Lideranças Locais, Mulheres, Professores, Jovens, Estudante do Ensino Formal, profissionais liberais, representantes de instituições da sociedade civil, dentre outros segmentos.

Período de desenvolvimento do projeto: Ocorre a cada dois anos. No ano de 2013 ocorreu no dia 5 de junho.

Objetivos: Discutir a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Compreender os mecanismos envolvidos na gestão de resíduos sólidos no município de Silvânia; Propor diretrizes para a política municipal de resíduos sólidos.

Metodologia: A atividade é uma Conferência, com programação composta por palestras, discussões e minicursos com conteúdo de Educação Ambiental, preservação e sustentabilidade.

Atividades realizadas: A I Conferência Socioambiental do Município de Silvânia teve como eixo central a realização de palestra sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e discussões relacionadas a gestão de resíduos sólidos no município de Silvânia. Foram realizadas palestras, discussões temáticas e minicursos.

Temas trabalhados: Palestra: "Política Nacional de Resíduos Sólidos"; Discussões temáticas; Minicursos (Compostagem, Horta orgânica em garrafa pet, Produção e customização de bolsas feitas de big bag, Reutilização de garrafas pets).

Principais resultados: Mobilização da comunidade local e da região, maior divulgação da UC, maior nível de conscientização entre os participantes em relação a gestão de resíduos sólidos, estreitamento das parcerias existentes e o estabelecimento de vínculos institucionais com outras instituições.

Formas de avaliação e monitoramento: Reunião de avaliação da atividade levou em consideração a quantidade de participantes nas atividades propostas e a produção de um "caderno de propostas" ao final da Conferência.

Desdobramentos: Haverá continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Espaço em programa de rádio de terceiros, Espaço em jornal/boletim de terceiros, Divulgação por meio de assessoria de imprensa própria, Folhetos, cartilhas explicativas e outros materiais impressos, Divulgação de atendimento por telefone, Realização de reuniões periódicas em associações, escolas, etc., ICMBio em Foco - Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Servidores da Prefeitura Municipal. Divulgação através de material impresso, em rádios e jornal locais e através do ICMBio em Foco.

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online.

5. 4. BIOMA MATA ATLÂNTICA

5.4.1. Parque Nacional de Aparados da Serra

Divulgação de informações ambientais em rádio / formação de gestores

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação das UCs: 1959 / 1972

Data do plano de manejo: 2003

Sede: Cambará do Sul - RS **Telefone:** (54) 3251-1277 **Ligado a:** CR-9

Plano de manejo: A comunicação é contemplada no Programa de Relações públicas/divulgação. O Programa de Conscientização Ambiental apresenta atividades e propostas de Educação Ambiental. A Unidade de Conservação apresenta visitação e ações de comunicação e educação ambiental em andamento nos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

As propostas de Educação Ambiental foram elaboradas juntamente ao Conselho Consultivo e, entre aquelas que estão em andamento, pode-se destacar o Programa de rádio; Formação de Multiplicadores (com professores dos municípios do entorno); Palestras de sensibilização nas comunidades; Palestras com projeção de imagens para os visitantes; e Caminhada das Nascentes.

1. Nome do projeto: Programa de rádio periódico

Responsáveis pelo projeto: Lúcio Santos (lucio.santos@icmbio.gov.br), analista ambiental da unidade.

Quem propôs a ação: Parque Nacional de Aparados da Serra

Motivação: Oportunidade de ocupar um espaço público, com ampla penetração na sociedade local, com baixos custos. Oferecimento de um benefício da UC à sociedade local.

Parceiros: Rádio Comunitária Fidelidade FM, de Cambará do Sul/RS. Não há aporte de recursos financeiros além do pessoal e equipamentos do Pnas/ICMBio.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade local de Cambará do Sul.

Período de desenvolvimento do projeto: Ocorre a cada duas semanas. Foi iniciado em abril de 2014.

Objetivos: Estreitar a comunicação entre a comunidade local e a gestão do Parque; oportunidade de realização de educação ambiental; execução de ações do Plano de Manejo.

Metodologia: Consiste na participação de 30 minutos em programa de rádio local. A atividade é realizada em forma de bloco de entrevista, trazendo, informações sobre as ações da equipe, curiosidades sobre a Unidade de Conservação e aspectos relevantes de Educação Ambiental. Dessa forma, é gerada a oportunidade da comunidade ter acesso informações essenciais à integração com o parque.

Atividades realizadas: Preferencialmente a cada duas semanas há um bloco de entrevista de 30 minutos na rádio local de Cambará do Sul.

Temas trabalhados: O programa traz, em geral, informações interessantes sobre as ações da equipe, aspectos e curiosidades sobre a Unidade de Conservação e questões relevantes de educação, conscientização e sensibilização ambiental. Além disso, são abordados temas de biodiversidade e oportunidades de crescimento econômico aliado à preservação da natureza.

Resultados: A realização do Programa de Rádio faz uma divulgação positiva da Unidade de Conservação, resultando na melhora da imagem da instituição frente à sociedade local, desgastada pelas ações proibitivas e fiscalizatórias inerentes às áreas protegidas.

Formas de avaliação e monitoramento: Até o momento a avaliação e monitoramento do trabalho foi feito informalmente e de forma positiva, em reuniões da equipe gestora. Embora ainda não seja possível realizar todas as participações com a frequência desejada e planejada. No entanto, ainda assim os Programas de

Rádios trazem uma repercussão positiva ao Parque, visto que propicia um maior conhecimento por parte da população e sua sensibilização em relação à importância de se conhecer para melhor preservar.

Desdobramentos: A princípio nenhum foi apontado.

Alguns produtos do projeto: Não há produtos materiais ou palpáveis como resultado do projeto, mas sim a aproximação da Unidade de Conservação com a comunidade local e a disponibilização de informações educativas.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: O projeto descrito tem como foco a ampliação da comunicação entre a Unidade e a comunidade, transmitindo importantes informações acerca da importância da preservação da área, da manutenção da biodiversidade e aspectos de educação ambiental, além da legislação sobre a UC, relacionando as oportunidades que se desdobram da presença da mesma no município.

2. **Nome do projeto:** Fortalecimento da Rede de Conservação dos Campos de Cima da Serra

Responsáveis pelo projeto: Lúcio Santos (lucio.santos@icmbio.gov.br), analista ambiental da unidade.

Quem propôs a ação: Parque Nacional de Aparados da Serra e Parque Nacional da Serra Geral e Esec Estadual de Aratinga.

Motivação: Falta de “pertencimento” da população residente e do entorno em relação às unidades de conservação.

Parceiros: Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Sema/RS), Esec Aratinga, os recursos financeiros vieram do ICMBio e da Sema/RS.

Sujeitos da ação educativa: Gestores das Unidades de Conservação que integrem a Rede de Conservação dos Campos de Cima da Serra.

Período de desenvolvimento do projeto: Julho a dezembro de 2013.

Objetivos: Contribuir para que os gestores públicos das unidades de conservação da Rcccs ampliem seu entendimento sobre as diferentes concepções de educação ambiental, e se apropriem da Educação Ambiental Crítica, de modo a qualificar sua atuação junto à população residente e do entorno das Unidades de Conservação. Além disso, de maneira mais específica, o projeto objetiva promover a reflexão sobre a prática da educação ambiental no âmbito das Unidades de Conservação; Contribuir para a formulação de ações em educação ambiental com uma concepção comum no âmbito da Rcccs; Estimular o desenvolvimento projetos integrados de educação ambiental no Âmbito da Rcccs; Evitar o uso de diferentes linguagens ou abordagens de EA entre os diferentes gestores públicos da biodiversidade na região.

Metodologia: A concepção metodológica adotada neste curso se baseia na abordagem sócio interacionista, que concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro, no estímulo ao diálogo, definindo a troca de saberes como um elemento fundamental na construção do conhecimento. A aprendizagem acontece por meio da internalização, a partir de um processo anterior, de troca das diferentes experiências e opiniões do grupo, que possui uma dimensão coletiva. A troca de saberes e a participação de todos é fomentada por meio de exposições dialogadas, mesas redondas, exibição de vídeo, estudo e discussões de textos, trabalhos em grupos, dinâmicas vivenciais e demais formas de estímulo ao diálogo e a reflexão, que forem pertinentes ao alcance dos objetivos propostos. Referenciais teóricos principais: Paulo Freire e José Quintas.

Atividades realizadas: O projeto foi executado em dois momentos presenciais, com um trabalho prático de uma ação de Educação Ambiental em cada Unidade de Conservação envolvida. O encontro final foi de avaliação.

Temas trabalhados: Justiça e injustiça ambiental. Ocupação histórica da região dos campos de Cima da Serra. Histórico da criação e implantação das UCs nos campos de cima da serra. Relato de morador da região sobre a criação das UCs. GAP como mediadora de conflitos. Conceito de problema, conflito e potencialidade ambiental. Unidades de Conservação como um dos instrumentos de GAP para o ordenamento territorial. Análise de problema, conflito ou potencialidade ambiental das UCs. Educação Ambiental (histórico e tendências). Extensão ou comunicação?

Experiências práticas em Educação Ambiental na região. Elaboração de Projeto de Intervenção Local.

Resultados: Integração entre as unidades de conservação da região. Qualificação e uniformização das ações de educação ambiental na região, envolvendo as 3 esferas públicas. Introdução da Educação Ambiental Crítica.

Formas de avaliação e monitoramento: Considerando que a concepção metodológica é baseada na concepção sócio - interacionista, que entende a aprendizagem como um fenômeno que ocorre no espaço relacional e dialógico com o outro, é necessário que a avaliação seja suficientemente abrangente para envolver diversos aspectos. Neste curso a avaliação será realizada através da observação do nível de atenção e participação nas atividades propostas, os resultados dos trabalhos em grupos, auto avaliação do grupo no final de cada módulo e avaliações diárias no encerramento de cada dia de trabalho.

Desdobramentos: Existe um grupo formado através de rede social na Internet. A Rcccs faz reuniões periódicas para ações conjuntas das unidades, nas diferentes atividades de Gestão Pública da Biodiversidade.

Alguns produtos do projeto: Fortalecimento da Rede.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: A divulgação do Projeto foi feita através de convites, expedidos diretamente aos participantes convidados. Os resultados foram divulgados em seminários, jornais internos dos órgãos envolvidos e pelo programa de rádio.

Sobre Comunicação na UC: Seminários, jornais internos dos órgãos envolvidos e pelo programa de rádio, Redes sociais na internet, [Página do Facebook: Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral](#). [Site oficial do ICMBio](#). Eventualmente jornais locais, colaboração com sites locais, participação e recepção a redes de TV (Globo Repórter, RBS TV, Discovery, entre outros).

Fontes de pesquisa: Informações enviadas por e-mail por Lúcio Santos (lucio.santos@icmbio.gov.br), analista ambiental da unidade.

5.4.2. Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa

Educomunicação / capacitação de conselheiros

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação das UC: 1990

Data do plano de manejo: 1990

Sede: Lagoa Santa - MG **Telefone:** (31) 3681-3185 **Ligado a:** CR-11

Plano de manejo: São descritos programas prioritários de Divulgação Ambiental; Promoção e Divulgação de Interesse Ambiental; além do Programa de Educação Ambiental propriamente dito.

O Programa de Educação Ambiental tem como objetivo o desenvolvimento de programas baseados no reconhecimento ambiental do ecossistema cárstico e do ecossistema cerrado, seus componentes bióticos e abióticos. Instalação de Parque Metropolitano, com funções múltiplas: equilíbrio ambiental, recreação e lazer, educação ambiental e centro de referência e divulgação da APA Carste.

O Programa de Promoção e Divulgação de Interesse Ambiental é descrito no Plano para o fomento do turismo ecológico e à implantação de empreendimentos de apoio ao turismo na APA. Implantação de parques com adequada infraestrutura para visitação e utilização; infraestrutura de saneamento ambiental fundamentais para o equacionamento dos problemas de poluição hídrica; implementação de infraestrutura turística de grande porte, que propicie o aproveitamento das potencialidades e atributos turísticos da APA Carste.

O Programa de Divulgação Ambiental tem como objetivo a divulgação da APA Carste, através de eventos promocionais do patrimônio arqueológico/espeleológico e cultural da região. Divulgação dos atributos ambientais do sistema cárstico e dos ecossistemas florestais. Promoção de atividades de interesse ambiental.

1. **Nome do projeto:** Opa – Oficinas Poeira de Animação na APA

Responsável pelo projeto: Poeira Estúdio de Animação

Quem propôs a ação: Flávia Rossi de Moraes (ICMBio) e Poeira Estúdio de Animação.

Motivação: sensibilizar os alunos da região para a importância histórica, arqueológica e geográfica do Carste e de sua preservação. A analista ambiental à época na APA conheceu o trabalho de animação do Poeira em desenvolvimento numa Ong local, que faz parte da APA, e viu no trabalho uma oportunidade de resgatar histórias das comunidades e trabalhar com o patrimônio arqueológico local.

Parceiros: Empresa de Mineração Lapa Vermelha financiou. Secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente do município de Confins (MG) foram parceiras. O Poeira Estúdio de Animação executou a oficina e a analista ambiental do ICMBio fez a mobilização, inclusive palestras nas escolas; houve também a participação do Cecav (Centro de Pesquisa e Conservação de Cavernas) nas palestras.

Sujeitos da ação educativa: crianças da rede pública do município de Confins, sede da Apa.

Período de desenvolvimento do projeto: 2010.

Objetivos: dar visibilidade à APA por meio de uma atividade de educomunicação.

Metodologia: teorias e técnicas de animação, intercaladas com palestra sobre a APA e cavernas e visita a Gruta da Lapinha, no interior da APA.

Atividades realizadas: articulação com a Secretaria de Educação de Confins, com definição das escolas participantes, faixa etária e seleção de alunos; visita as escolas com fala sobre a APA e participação de palestrante do Cecav (Centro de Pesquisa e Conservação de Cavernas), passeio para a Gruta da Lapinha, oficina de 36 horas onde as crianças desenvolveram roteiro e produziram uma animação de curta metragem; três curtas produzidos com temas ambientais, como as cavernas da APA.

Temas trabalhados: a importância da APA, as cavernas da região, história, geografia, cultura, animação.

Resultados: três filmes produzidos. Houve algumas projeções dos filmes produzidos, tanto numa espécie de formatura da turma com a presença dos pais e professores, quanto em outros eventos populares dos municípios da APA e algumas oficinas de aparelhos óticos em eventos de feiras na orla da lagoa do município de Lagoa Santa (sede da APA) com sorteios de Dvds com as produções do projeto. A analista ambiental apontou ainda que os alunos das escolas participantes não

sabiam o que era a APA, então o trabalho ajudou a divulgar a UC inclusive para a comunidade, na formatura realizada.

Formas de avaliação e monitoramento: não tem.

Desdobramentos: a APA está articulando recursos para uma segunda fase do projeto.

Alguns produtos do projeto: algumas das produções estavam disponíveis no canal Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=TnWY1g7WY-U>

<https://www.youtube.com/watch?v=NYbw1SKzBQ4>

<https://www.youtube.com/watch?v=b5yYfqmyZ-4>

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: divulgaram o mesmo pela página do Facebook e releases para a imprensa local; também divulgaram em eventos locais.

Sobre Comunicação na UC: além da página no [Facebook](#), a APA participa de eventos no município-sede (Lagoa Santa) com distribuição de mudas e exposição de banners sobre a unidade.

Fontes de pesquisa: informações fornecidas pela ex-analista ambiental da unidade e pelo executor do projeto.

2. **Nome do projeto:** Capacitação de Conselheiros

Responsável pelo projeto: analista ambiental da APA

Quem propôs a ação: ICMBio.

Motivação: não houve repasse de informação

Parceiros: ICMBio.

Sujeitos da ação educativa: conselheiros da APA.

Período de desenvolvimento do projeto: 2014.

Objetivos: capacitar conselheiros para nivelamento de informações e troca de experiências sobre as características socioambientais, processos de licenciamento, projetos e programas governamentais no âmbito da APA, auxiliando na tomada de decisão e melhoria da gestão da unidade. Estimular intercâmbio interinstitucional

Qualificar as discussões sobre os impactos ambientais ocorridos e sua minimização na Apacsl. Qualificar as análises dos conselheiros em relação aos processos de licenciamento ambiental.

Metodologia: construção coletiva com os conselheiros dos conteúdos e indicação dos palestrantes que falariam sobre os temas.

Atividades realizadas: Reuniões do conselho, definição de temas para nivelar conhecimentos no conselho, apresentação e discussão dos temas nas reuniões.

Temas trabalhados: impactos ambientais e sua minimização, qualificação de análises de conselheiros em relação ao licenciamento.

Resultados: não houve repasse de informação

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação

Desdobramentos: não houve repasse de informação

Alguns produtos do projeto não houve repasse de informação

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de informação

Sobre Comunicação na UC: além da página no [Facebook](#), a APA participa de eventos no município-sede (Lagoa Santa) com distribuição de mudas e exposição de banners sobre a unidade.

Fontes de pesquisa: formulário online

5.4.3. Parque Nacional Campos Gerais

formação de professores

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação da UC: 2006

Data do plano de manejo: não tem

Sede: Ponta Grossa - PR **Telefone:** 42 – 32290140 / 3228-1440 **Ligado a:** CR-

Nome do projeto: Capacitação de Professores em Elaboração de Projetos com Temas Ambientais

Responsáveis pelo projeto: Marcio Ricardo Ferla (marcio.ferla@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

Quem propõe a ação: Parna Campos Gerais

Motivação: Participação no 4º Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa do ICMBio. Termo de Reciprocidade N.03/2013/CR9 entre ICMBio, Seed e Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (Gupe), em cujo Plano de Trabalho estavam previstas capacitações aos professores da rede estadual de ensino do Paraná que atuassem nos municípios de abrangência do Parque Nacional dos Campos Gerais (Pncg) e da Reserva Biológica das Araucárias firmado em de 2013.

Parceiros: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Núcleos Regionais de Educação de Ponta Grossa e Irati (NREs). Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ministério Público Federal de Ponta Grossa/PR, Justiça Federal de Ponta Grossa/PR, Reserva Biológica das Araucárias, Floresta Nacional de Pirai do Sul e o 4o Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa do ICMBio.

Sujeitos da ação educativa: Professores das Escolas Estaduais dos municípios abrangidos pelo Parque Nacional dos Campos Gerais e pela Reserva Biológica das Araucárias (Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga), todos localizados no estado do Paraná.

Período de desenvolvimento do projeto: Planejamento 17 e 18 de dezembro de 2013. Cursos em 2014 a 2015. (Cursos: 20/03, 26/03, 08/04, 15/04, 23/04, 23/05 de 2014).

Objetivos: Promover a sensibilização da população do entorno do Pncg e Rebio das Araucárias para o reconhecimento destas UC como área de proteção do singular patrimônio natural e cultural da região. Construir subsídios teóricos e metodológicos para professores (multiplicadores) da rede Estadual de Ensino dos municípios de abrangência do Parna e Rebio desenvolverem projetos de EA.

Atividades realizadas/a realizar: Oficinas para diagnóstico e planejamento do curso, realização dos cursos, Monitoramento e avaliação dos Projetos, Realização da Mostra dos Projetos e Relatórios finais dos projetos e Certificados.

Metodologia: Metodologias participativas em todo o processo, desde o planejamento, execução e avaliação.

Alguns temas trabalhados: Unidades de Conservação (UCs) Parque Nacional dos Campos Gerais (Pncg) e da Reserva Biológica das Araucárias (Rebio Araucárias). Agroecologia, Atividades de Campo, Poluição, Legislação, Recursos Hídricos, Biodiversidade, Geodiversidade, UC.

Resultados: 02 Ciclos de Capacitações para 60 professores dos municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga, turma de 20 participantes com previstos quatro encontros presenciais, sendo três teóricos em sala de aula e um teórico-prático. Fortalecimento de parcerias. Curso atendeu os anseios e expectativas de todos os envolvidos, pois o plano de capacitação foi realizado a partir de consulta de demandas dos professores e das instituições parceiras.

Formas de Avaliação e monitoramento: avaliação processual, ao final do curso os participantes responderam questionários.

Desdobramentos: A formação foi uma estratégia adotada para iniciar as atividades de gestão desta UC, devido aos inúmeros conflitos decorrentes de sua criação. “Iniciamos com palestras em escolas, daí veio a proposta de trabalhar também com os professores, formalizamos a parceria, realizamos as capacitações, que desdobraram em projetos com temas ambientais, que os professores propuseram no âmbito das capacitações. Ficamos de dar um apoio na medida do possível. Tem também o encaminhamento, em aberto, de realizarmos uma mostra destes projetos. As palestras com os alunos continuam” afirmou o gestor.

Alguns produtos do projeto: registros através da redação de uma memória de cada módulo e fotografias para produzir relatórios visuais, divulgação.

Ações de comunicação que realizaram no projeto: Palestras com alunos (expositiva - data show), Curso de capacitação para os professores (já relatado na metodologia).

Sobre Comunicação na UC: Informativo dos Núcleos Regionais de Educação de Ponta Grossa e Irati; ICMBio em foco, informativos eletrônicos e email.

Fontes de pesquisa: Entrevista com o gestor Márcio Ferla, analista ambiental da unidade.

Relatório: ICMBio. Parque Nacional dos Campos Gerais. Planejamento para capacitação de professores em elaboração de projetos com temas ambientais. Projeto vinculado ao 4º ciclo de capacitação em gestão participativa. Dezembro de 2013.

5.4.4. Parque Nacional do Descobrimento/Resex Marinha do Corumbau

Educomunicação

Biomass: Mata Atlântica/Marinho-Costeiro

Data de criação das UCs: 2012/2000

Data do plano de manejo: as unidades não possuem plano de manejo

Sede: Prado - BA

Telefone: (73) 3298-1140

Ligado a: CR-7

Nome do projeto: Educomunicação no Parna Descobrimento e Resex Marinha do Corumbau

Responsável pelo projeto: Débora Menezes, consultora

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: à época, o então gestor propôs investir em educomunicação como estratégia de promover o diálogo e a educação ambiental, inspirado em uma experiência da cidade vizinha de Caravelas, onde um grupo cultural local

(Artimanha) elaborou um jornal chamado Timoneiro a partir dos próprios comunitários. Essa experiência do Timoneiro posteriormente foi apoiada pelo Parque Nacional Marinho de Abrolhos, que utilizou verba de uma condicionante de licenciamento para financiar algumas edições. Não foi possível obter informações sistematizadas sobre essa experiência e até a data da conclusão deste relatório, não tivemos o retorno por parte do gestor atual, às nossas tentativas de contatos. Como Termo de Referência feito pelo próprio ICMBio, investindo em um projeto de educação, foi o primeiro dentro do Instituto.

Parceiros: projeto financiado pelo Pnud – Projeto de Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros/Proecos, a partir de demanda – Termo de Referência de contratação construído pelos gestores das duas UCs. Houve ainda parceria com a Faculdade do Sul da Bahia/Fasb, de Teixeira de Freitas, em um curso rápido de diagramação de jornais.

Sujeitos da ação educativa: comunitários do entorno das duas unidades de conservação. No Parna Descobrimento, foram selecionados dois assentamentos rurais (Riacho das Ostras e Primeiro de Abril), enquanto na Resex houve participação de pescadores, indígenas e jovens de Cumuruxatiba, Veleiro e Corumbau. Havia desde jovens até agricultores mais velhos (em torno de 60 anos), totalizando 37 participantes (20 do Descobrimento e 17 do Corumbau).

Período de desenvolvimento do projeto: junho a dezembro de 2012.

Objetivos: Elaborar e implantar projeto de capacitação para o desenvolvimento de estratégias de comunicação – educação em quatro comunidades no entorno do Parque Nacional do Descobrimento e da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, tendo a produção de jornais comunitários como resultado obrigatório do projeto.

Metodologia: a construção da forma de trabalho foi feita a partir de reuniões iniciais para mobilização dos atores sociais participantes; oficinas de 20h tendo as atividades: biomapa como ponto de partida: os pontos positivos e negativos das comunidade; reflexões sobre problemas de comunicação e acesso a informação; o relacionamento com as UCs e as instituições públicas da região: o que conhecem e

como é o diálogo com estas; saídas fotográficas e exercícios de entrevista e pesquisa-enquete; construção do veículo de comunicação a partir da realidade local, construção de pauta, planejamento de distribuição e apoio (o recurso da consultoria não incluía a impressão); organização do lançamento do jornal e avaliação do processo, incluindo apresentação no conselho. Foi construída uma cartilha de apoio para as atividades. O processo de acompanhamento das ações foi semanal e a diagramação do jornal elaborada pela mesma, tendo acompanhamento dos participantes das oficinas durante toda a construção. E embora as oficinas tenham sido separadas para as duas UCs, houve uma ação que reuniu as duas turmas (confraternização e apresentação artística com dança e capoeira em praça pública, pelos próprios componentes do projeto).

Atividades realizadas: duas oficinas de 20h, visitas a áreas das duas UCs para fotografar, palestra sobre o Parna Descobrimento realizada pelo gestor, visita a instituições públicas para conhecer sua função e realizar entrevistas (Ministério Público e o órgão estadual de Meio Ambiente da Bahia à época), produção de dois jornais (O Oiti e Tanara) com tiragem de mil exemplares cada, uma oficina de diagramação com voluntários da faculdade Fasb, e lançamento dos jornais em eventos locais – a Conferência Municipal de Cultura e a Festa da Resex. Também houveram apresentações dos grupos e a proposta dos jornais em reuniões de conselhos das duas unidades.

Temas trabalhados: comunicação e acesso a informação, papel de instituições públicas e cidadania, educação ambiental, conflitos socioambientais, papel das UCs e mobilização, cultura local, aspectos da produção de jornais (pauta, entrevista, planejamento, produção de textos e fotografias).

Resultados: durante o processo educacional de elaboração dos jornais, o conhecimento que os grupos adquiriram para produzir as reportagens foi o mais marcante, pois os participantes tiveram acesso a informações e instituições que não conheciam ou não compreendiam e refletiram sobre seu papel e a necessidade de acessá-las. Também puderam apresentar aspectos da cultura local que não são valorizados pela própria mídia da região, que é mais dedicada a cobertura policial e de eventos. Os comunitários do Descobrimento puderam entender um pouco mais sobre o parque (muitos nem sabiam o significado de ser vizinho de uma área

dessas). Individualmente foram trabalhadas habilidades de desenvolvimento da leitura, escrita, flexibilidade para trabalhar em grupo e improvisar, criatividade e expressão. Na Resex houve um maior sentido de pertencimento; ao escreverem sobre a Reserva Extrativista o grupo Tanara debateu bastante sobre o papel da Resex e de seus moradores na defesa de seu território. Além disso, os dois grupos se mobilizaram para conseguir recursos para imprimir o jornal. A equipe do Descobrimento teve apoio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Pontinha II e de dois comerciantes locais que anunciaram no jornal O Oiti, enquanto a equipe Tanara levantou recursos financeiros por meio de parcerias com comerciantes locais, em troca da publicação de anúncios. O grupo Tanara se aproximou do Conselho. Chegaram a atuar como apoio de Secretaria Executiva para as reuniões por um tempo. A integração entre comunitários de várias localidades, culminando com o evento cultural realizado em Cumuruxatiba com comunitários das duas UCs, também pode ser apontado como um fator positivo.

Formas de avaliação e monitoramento: processual (durante as etapas de construção do jornal, o grau de participação dos membros da oficina e o envolvimento no lançamento dos jornais) e ainda individual, por meio de fichas de avaliação preenchidas ao final do curso e iniciativa dos próprios participantes em se manifestarem sobre o processo educacional durante apresentação em reuniões de Conselho. De maneira geral, essas avaliações foram positivas (relacionadas especialmente ao reconhecimento de que a comunicação entre as comunidades é um desafio que precisa ser trabalhado, e de que as comunidades precisam interagir mais com as UCs mesmo que seja participando das reuniões de Conselho, não muito divulgadas a quem não é representante oficial de alguma instituição), tendo comentários negativos na questão do pouco tempo de oficina e ainda a falta de apoio para a impressão do jornal por parte do ICMBio. A consultora ainda fez uma visita a todas as localidades da Resex do Corumbau e promoveu uma leitura crítica do jornal, tendo participantes dessas localidades conduzindo a apresentação/leitura do jornal junto a alunos de duas escolas locais.

Desdobramentos: No Parque do Descobrimento houve sucessivas mudanças de gestores e não foi possível, até o momento, realizar outras atividades posteriores como o grupo queria, como criar um programa de rádio. Apesar da não continuidade

no Descobrimento, comunitários vizinhos ao Parque Nacional do Pau Brasil, também na região, souberam da iniciativa das oficinas e solicitaram à gestão desse outro Parque que também tivessem um projeto parecido. Junto às comunidades da Resex, um grupo se mobilizou (o grupo Tanara) para fazer a segunda edição do jornal, no ano seguinte à finalização do projeto, e houve ações diversas neste período, como cinemas na praça e exposição fotográfica no telão, com trechos e fotos do próprio jornal. O gestor da Resex ainda indicou participante do grupo Tanara para o curso de Educação Ambiental promovido pelo ICMBio na Acadebio, em 2011, e houve participação de integrantes do grupo no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (realizado em 2012 na Bahia), apresentando a experiência de comunicação do grupo no Encontro Paralelo de Educomunicação.

Alguns produtos do projeto: os dois jornais impressos e distribuídos em pequenas quantidades nas comunidades citadas e durante uma festa da Resex Corumbau. Também foram publicados em versão eletrônica, tanto [O Oiti](#) quanto [Tanara](#). A [cartilha da oficina](#) também foi divulgada eletronicamente. O segundo número de Tanara também foi distribuído em uma das festas da Resex e publicado em [versão virtual](#).

Ações de comunicação utilizadas no projeto: foram criados blogs para cada jornal – [O Oiti](#) e [Tanara](#). Foram publicadas notas sobre o lançamento dos jornais em blogs locais. O grupo Tanara utiliza uma página fechada do Facebook para se comunicar.

Sobre Comunicação na UC: a Resex Marinha do Corumbau tem uma [página no Facebook](#), e fez tentativa de publicar boletins há dois anos. Há rádios e blogs/sites de alcance local, mas não há parceria formalizada; estes veículos eventualmente procuram as unidades quando há demandas de reportagens. Já as experiências do projeto foram divulgadas em palestra no Ciclo de Gestão Participativa promovido pelo ICMBio/Acadebio em 2009 e 2010.

Fontes de pesquisa: MENEZES, Débora. Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa: Implementação de Atividades de Educomunicação Socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil. Publicação eletrônica, 2012. Disponível em: < <http://www.youblisher.com/p/375497-Educacao-ambiental->

[comunicacao-e-gestao-participativa-no-Parque-Nacional-do-Pau-Brasil/>](#).

Acesso em 15 out 2014.

MENEZES, Débora. Educomunicação no Parna Descobrimento e Resex Corumbau. Prado, BA: ICMBio/PROECOS, 2009.

5.4.5. Floresta Nacional de Goytacazes

Comunidade em geral

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação da UC: 28/11/2002; 05/06/2012

Data do plano de manejo: 2013

Sede: Linhares - ES **Telefone:** (27) 3264 1102 **Ligado a:** CR - 7

Plano de manejo: A Comunicação é contemplada no Programa de Administração e Comunicação, voltado para a gestão, funcionalidade da Flona e atendimento os seus objetivos de criação, dando suporte aos demais programas. O Programa de Educação Ambiental é descrito no Plano de Manejo com o objetivo geral de integrar a UC com as comunidades da região, de forma a sensibilizá-los sobre a importância da conservação dos recursos naturais, das espécies ameaçadas de extinção, das espécies endêmicas, entre outros. Além disso, busca fomentar a consciência da população sobre a existência e a importância da Flona.

Nome do projeto: Atividades de Sensibilização Ambiental em Datas Comemorativas.

Relação das ações com o plano de manejo: Previsto no Plano de Ação do Conselho Consultivo da Flona.

Responsáveis pelo projeto: Leony Wand Del Rey de Oliveira (leony.oliveira@icmbio.gov.br), Jusmael do Amaral Machado (Servidores) e Marilene Moraes Milanez (Secretaria do Conselho Consultivo).

Quem propôs a ação: Flona Goytacazes e Conselho Consultivo.

Motivação: Reduzir atropelamentos da fauna e outros danos à Unidade de Conservação.

Parceiros/Recursos: Conselho Gestor e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Linhares.

Sujeitos da ação educativa: Usuários da BR-101 e moradores do entorno da Flona.

Período de desenvolvimento do projeto: Dia Mundial das Águas (22/03); Dia da Mata Atlântica (27/05); Dia Mundial do Meio Ambiente (05/06) e Dia da Árvore (21/09).

Objetivos: Sensibilizar os moradores do entorno da Flona sobre sua importância e necessidade de proteção. Além disso, os usuários da rodovia também são contemplados, com a conscientização e sensibilização em relação aos danos causados por atropelamento de fauna no curso que a BR-101 atravessa a Flona.

Metodologia: Não houve repasse de informações.

Atividades realizadas: Abordagem de usuários na estrada e transmissão de informações a respeito da Unidade de Conservação, distribuição de folders e mudas de plantas.

Temas trabalhados: Importância da Unidade de Conservação para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ambiental.

Resultados: Não foram quantificados

Formas de avaliação e monitoramento: Não há um método de avaliação padronizado.

Desdobramentos: As atividades descritas são realizadas sistematicamente todos os anos.

Alguns produtos do projeto: Não há produtos.

Mídias utilizadas no projeto: Não é utilizada mídia para divulgação, é feita abordagem direta.

Ações de comunicação para divulgar a unidade: A divulgação da Unidade é realizada através da rede televisiva local (TV Gazeta Norte), jornais locais (O Pioneiro) e rádios locais (Sim e Globo).

Fonte de pesquisa: Informações enviadas por e-mail por Leony Wand Del Rey de Oliveira (leony.oliveira@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

5.4.6 Floresta Nacional de Ibirama

Uso público com estudantes

Bioma: Mata Atlântica

Sede: Ibirama - SC **Telefone:** (61) 3103-9948 (61) 3103-9949 **Ligado a:** CR - 9

Data da Criação da Unidade: 1988

Data do Plano de Manejo: 2009

Plano de Manejo: A Flona de Ibirama é aberta à visitação e em seu Plano de Manejo há a descrição de um Programa de uso público e educação ambiental. Além disso, há o Projeto de Manejo do Palmiteiro para Produção do Açaí e Projeto Fortalecimento da Gestão Participativa na Floresta Nacional de Ibirama, com atividades de educação ambiental. Em relação à atividades associadas à comunicação, há no plano de manejo o Programa de cooperação institucional e Relações Públicas.

Nome do projeto: Não há projeto específico

Relação do projeto com o plano de manejo: Está previsto no plano de manejo que sejam realizadas ações de educação ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Todos os servidores da UC participam das ações de educação ambiental

Quem propôs a ação: Flona de Ibirama

Motivação: A falta de conhecimento dos visitantes e da comunidade em relação ao bioma e à importância da unidade para a conservação da biodiversidade e equilíbrio ambiental.

Parceiros: Não houve repasse de informações.

Sujeitos da ação educativa: Crianças e professores das escolas. O transporte é cedido pelo município, demais recursos necessários vêm da UC.

Período de desenvolvimento do projeto: Ano letivo

Objetivos: Busca-se cumprir os objetivos do Plano de Manejo, tais como propiciar atividades de educação e interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; além de promover a conscientização ambiental, abordando os recursos naturais e os processos ecológicos existentes na Flona como veículo de aproximação da comunidade com a UC.

Metodologia: Não houve um direcionamento ou capacitação do ICMBio no sentido de orientar a elaboração de metodologia específica.

Atividades realizadas: Palestras, vídeos, caminhadas orientadas em trilhas da Flona.

Temas trabalhados: Não houve repasse de informações.

Resultados: Não há quantificação ou avaliação dos resultados.

Formas de avaliação e monitoramento: Não há.

Desdobramentos: Não há um planejamento maior, uma vez que o ICMBio não promove capacitação ou ajuda para tal.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação utilizadas no projeto: Palestras, vídeos, caminhadas e folder.

Sobre a Comunicação na UC: A UC se utiliza dos meios de comunicação locais para se comunicar com a sociedade, quando necessário, tais como rádio, jornal, ou TV. Possui um perfil no [Facebook](#).

Fontes de pesquisa: Informações enviadas por e-mail por Homero de Oliveira Salazar Filho (homero.salazar-filho@icmbio.gov.br), gestor da unidade.

5.4.7. Parque Nacional do Iguaçu

Formação de professores / gestão de conflitos

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação das UCs: 1939

Data dos planos de manejo: 1999

Sede: Foz do Iguaçu - PR **Telefone:** (45) 3521-8383/ 3521-8389 **Ligadas a:** CR9

Plano de manejo: O Parque é aberto à visitação e seu plano de manejo apresenta a descrição de um Subprograma de Educação Ambiental, que prevê a implementação do programa de EA em escolas vizinhas, com capacitação de professores e participação de alunos da região. Além disso, é descrita a implementação de um centro de EA e divulgação de conhecimento para comunidade. O Programa “Escola vai ao Parque” propicia a possibilidade de experienciar os vários ambientes do Parque, suas rotinas, suas inter-relações com as populações do entorno, serviços prestados por uma Unidade de Conservação, observações de fenômenos naturais, lições da natureza aplicadas ao cotidiano humano, etc.

Outros programas como “Meu Dia Como Guarda Parque”, “Um Dia Como Voluntário do Parque Nacional do Iguaçu”, “O Bê-a-bá do campismo no Parque Nacional”, “Conhecendo o Universo de Uma Ilha Protegida” (a ser desenvolvido na Ilha do Cavalo), são propostos no plano de manejo. Além disso, há a proposta de aproveitar as datas comemorativas locais, nacionais e internacionais (dia da Água, dia do Solo,

dia do Biólogo, dia da Poesia, dia da Terra, etc.) como meios para o exercício da educação ambiental no entorno.

A Comunicação é prevista no plano de manejo no Subprograma de Relações Públicas, que tem por objetivo promover uma imagem positiva do Parque para as populações locais e as instituições relacionadas à área ambiental; divulgar as necessidades nele desenvolvidas, fomentando o envolvimento desses atores com seus objetivos; promover maior interação com as empresas de turismo e captar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades.

1. **Nome do projeto:** Escola Parque - Educação ambiental no Parque Nacional do Iguaçu

Relação da ação com o Plano de Manejo: Este Projeto está previsto no Plano de Manejo da Unidade, que possui um Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Mariele Mucciatto Xavier, mariele.mucciatto@icmbio.gov.br.

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Motivação: O histórico de criação e implementação do Parque Nacional do Iguaçu mostra diversos conflitos de interesses e de aceitação da comunidade do entorno. A situação foi agravada com o último confronto estabelecido por conta do fechamento da Estrada do Colono, em 2003. Percebendo que a comunicação entre sociedade e UC estava muito difícil, a gestão do parque tomou a Escola Parque - EP como estratégia de aproximação com o entorno. Foram criadas duas bases da EP em outros municípios, além de Foz do Iguaçu e executados projetos que envolvessem principalmente lideranças comunitárias, professores e crianças.

Parceiros: As parcerias envolveram a estruturação da proposta metodológica, execução da proposta, produção de conteúdo e apoio logístico. O planejamento e execução do projeto teve participação de Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Comunidade, Secretarias de educação e de meio

ambiente dos municípios do entorno; concessionárias que atuam dentro da UC. Além do patrocínio da Ecocataratas e das concessionárias do parque

Sujeitos da ação educativa: Gestores, Comunidade em Geral, Conselheiros da UC, Lideranças Locais, Professores, Jovens, Estudante do Ensino Formal, Visitantes.

Período de desenvolvimento do projeto: Desde 2012.

Objetivos: O programa de educação ambiental - EA do Parque Nacional do Iguaçu - PNI tem como objetivo geral fortalecer a Escola Parque (EP) como um espaço referência de diálogo e ação conjunta em EA para reforçar os mecanismos de gestão do PNI, especialmente quanto à participação da população do entorno, articulação e controle social nos processos decisórios inerentes a conservação. Contando com os objetivos específicos: Desenvolver e executar um curso para professores e comunidade do entorno, envolvendo estes sujeitos nas ações de EA do Parque; Envolver as crianças da 5º ano do ensino fundamental dos municípios do entorno nas ações de Educação Ambiental da Escola Parque de forma lúdica e educativa, proporcionando as mesmas um processo de ensino-aprendizagem diferente e divertido; Sensibilizar os visitantes do Parque sobre a importância de respeitar as regras de visitação da UC e trabalhar informação e comunicação ambiental com os mesmos e com os funcionários da UC principalmente nas datas: Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore e Dia do Rio; Elaborar um plano para o monitoramento da qualidade ambiental de rios que adentram o Parque e propor ações e medidas corretivas às irregularidades detectadas, com estudantes do ensino médio e envolvendo a comunidade local.

Metodologia: Sua metodologia se apoia numa EA crítica, dialógica e emancipatória, respeitando a realidade dos diferentes sujeitos e promovendo a troca e construção de conhecimento entre eles.

Atividades realizadas: Atualmente os projetos executados são: Curso de EA em Unidades de Conservação; Gincana Ecológica; Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu; Conhecendo os Rios do Parque; Datas Comemorativas de Meio Ambiente, Gincana Ecológica e Conhecendo os rios do Parque. Entendendo que a educação

ambiental é um processo contínuo de sensibilização, informação e ensino-aprendizagem, a cada ano, os projetos são avaliados e adaptados.

Alguns temas trabalhados: No Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, são tratados os temas relacionados ao Parque, seus conflitos e estratégias de gestão e da EA – histórico, documentos globais como a Carta da Terra, Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e Agenda 21, ferramentas de EA, a gestão ambiental pública e o programa de EA do Parque.

O Projeto Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu é um atendimento diferenciado realizado com grupos organizados de escolas, ONGs, terceira idade, entre outros. Acontece na Escola Parque em Foz do Iguaçu e na Ecotrilha em Céu Azul. Em três horas de atendimento os grupos trabalham informação e sensibilização ambiental, com palestras, atividades práticas e lúdicas, além da trilha.

Através da Escola Parque e em parceria com as concessionárias que atuam na Unidade, o PNI organiza as ações referentes às datas comemorativas de Meio ambiente como ferramenta de educação ambiental e estratégia de informação e sensibilização, entendendo que para cumprir os objetivos de sua criação os visitantes, funcionários do parque e comunidade em geral precisam ser informados e sensibilizados de forma contínua em relação a este importante espaço protegido. A partir de 2013, representantes das concessionárias que atuam na UC reúnem-se regularmente para planejar, executar e avaliar as comemorações do Dia da água, Dia da Educação Ambiental, Dia Mundial do Meio ambiente, Dia da Árvore e Dia do Rio.

A Gincana Ecológica tem o objetivo de envolver as crianças do 5º ano do ensino fundamental dos municípios do entorno nas ações de Educação Ambiental da Escola Parque de forma lúdica e educativa. Conta com reunião com representantes das secretarias de educação para definição das regras e da prova, visita à Ecotrilha, realização do concurso e premiação. Em 2012, a proposta foi a construção de um livro de histórias sobre o Parque Nacional utilizando materiais alternativos, em 2013 uma maquete sobre a unidade e em 2014 os alunos participantes terão que produzir um gibi sobre os 75 anos do parque. As provas estimulam a pesquisa e o estudo sobre o parque.

O Projeto Conhecendo os Rios do Parque tem como objetivo principal conhecer a qualidade dos rios que entram na UC. Para isso são realizadas parcerias com escolas dos municípios do entorno e alunos do ensino médio participam de encontros mensais, alternando coleta e análise de água, com palestras relacionadas ao parque e qualidade hídrica. A partir de um diagnóstico, os alunos elaboram propostas para minimizar os impactos percebidos.

Resultados: O programa vem atingindo as expectativas. Nos últimos três anos Escola Parque atingiu os seguintes resultados na execução do Programa de Educação Ambiental do PNI:

-Participaram do curso de “Educação ambiental em Unidades de Conservação” 102 professores da rede municipal de ensino dos municípios vizinhos.

- Foram capacitados 20 monitores ambientais voluntários para atendimento na Ecotrilha de Céu Azul e um processo de formação continuada para a equipe do PIC e demais voluntários, com encontros mensais e formação de 150 voluntários no programa de voluntariado do PNI.

- Foram realizadas ações de limpeza do Rio Iguaçu e comemorações referentes ao Dia da água, Dia da Educação Ambiental, Dia Mundial do Meio ambiente, Dia da Árvore e Dia do Rio. Essas comemorações envolvem a produção de material informativo, palestras, exposições fotográficas, visitas técnicas, entre outras e além das datas comemorativas, as instituições tem a oportunidade de trocar conhecimentos e ideias no cumprimento de seus programas de educação ambiental, tornando seus processos mais eficientes na promoção de mudanças significativas de valores e atitudes para a conservação da natureza.

- A gincana ecológica envolveu os 14 Municípios do entorno do Parque, além dos atendimentos na Ecotrilha em Céu Azul.

- O Projeto “Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu” atendeu uma média de 6 mil pessoas por ano. Já o Projeto Conhecendo os Rios do Parque atendeu 15 alunos e dois professores no Município de São Miguel do Iguaçu em 2012; 60 alunos dos municípios de Matelândia, Céu Azul e São Miguel do Iguaçu, na etapa de 2013 e 30 alunos e quatro professores em Matelândia, no ano de 2014.

Outros resultados importantes são o envolvimento da comunidade na gestão do Parque, seja através dos trabalhos práticos dos professores com seus alunos e comunidade escolar, no empoderamento das lideranças locais na tomada de decisão e exercício da cidadania com a participação no Conselho Gestor da UC e até nas mais de seis mil pessoas que visitam a unidade através da EP. A experiência vivenciada e os resultados alcançados têm demonstrado que a EA, enquanto processo continuado de aprendizagem é promotora de mudanças significativas de valores e atitudes, buscando aliar conservação da natureza e participação social em um exercício de cidadania.

Dificuldades: A EA é um processo contínuo e é muito importante que a Escola Parque torne seus projetos perenes. Os principais desafios para isso são a destinação de recursos humanos e financeiros, além das parcerias com os municípios do entorno e concessionárias que atuam na UC.

Formas de avaliação e monitoramento: Não houve repasse de informações.

Desdobramentos: Ocorre anualmente e prevê continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: divulgação em jornal institucional e site da Concessionária Cataratas do iguaçu S.A.

Sobre comunicação nas UCs: ICMBio em Foco.

Fontes de pesquisa: formulário online.

- 2. Nome do projeto:** Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Relação da ação com o Plano de Manejo: O Projeto está previsto no Plano de Manejo da Unidade, que possui um Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Mariele Mucciatto Xavier,
mariele.mucciatto@icmbio.gov.br.

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Motivação: Sensibilizar e orientar professores e pessoas das comunidades do entorno do Parque para se envolver na Gestão e na tomada de decisões que envolvem este importante espaço protegido e seu entorno. Consolidação das formas de participação social nos processos de criação e enraizamento da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação.

Parceiros: As parcerias envolveram estruturação da proposta metodológica, Execução da proposta, Produção de conteúdo, Apoio logístico. A construção do projeto teve participação de Analistas ambientais do ICMBio e da Comunidade. A execução contou com a parceria de Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Comunidade, Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente de alguns dos municípios do entorno do parque e Parque das Aves. Houve patrocínio da Ecocataratas e das concessionárias do parque.

Sujeitos da ação educativa: Professores

Período de desenvolvimento do projeto: Desde 2011, em andamento.

Objetivos: Discutir sobre a Educação Ambiental e o Parque Nacional do Iguaçu; Promover e estimular processos educativos com professores da rede municipal de ensino dos municípios do entorno do Parque; Fortalecer a prática da educação ambiental nos municípios do entorno do parque; Orientar a construção de projetos de educação ambiental a serem implementados nas escolas envolvidas.

Metodologia: 06 módulos anuais. A metodologia conta com um curso de capacitação de 100 horas, com dois grupos de 30 professores da rede pública de educação dos municípios do entorno do parque. Entre os módulos há uma etapa à distância para elaboração de um projeto para o Enriquecimento Prático da construção do conhecimento. O Projeto estrutura-se em eixos estratégicos para implementação da Educação Ambiental no ICMBio: Embasada na vertente crítica, transformadora e emancipatória da EA, que valoriza o diálogo em sua essência e tendo como elemento estruturante a gestão ambiental pública.

Atividades realizadas: O curso de Educação Ambiental em UCs tem como proposta formar, sensibilizar e orientar professores e pessoas das comunidades do entorno do Parque Nacional do Iguaçu no sentido de envolver esse público na Gestão do Parque e na tomada de decisões. É realizada uma reunião inicial com representantes das secretarias de educação e de meio ambiente dos municípios para planejamento do curso.

O curso é realizado em 05 módulos presenciais de 8 horas cada; Seminário de Educação Ambiental com 12 horas; 12 projetos de Enriquecimento prático realizados pelos professores cursistas em suas comunidades escolares.

Alguns temas trabalhados: Apresentação do curso e características gerais do PNI; Comunicação e planejamento de projetos; Concepções de Educação ambiental e Ferramentas de educação ambiental; Histórico da EA e Documentos globais de educação ambiental - Carta da Terra, Tratado de EA para sociedades sustentáveis e Agenda 21; Retomada dos conceitos trabalhados durante o ano; Seminário de Educação Ambiental com a discussão sobre a Importância da EA Formal na conservação de áreas protegidas e a apresentação dos resultados dos projetos desenvolvidos pelos professores durante o curso.

Resultados: Atingiu expectativas. Participaram do curso “Educação ambiental em Unidades de Conservação” 102 professores da rede municipal de ensino dos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Capanema e Santa Tereza do Oeste. Em 2014 foram recebidos 55 professores, em duas turmas. Nos anos anteriores, cerca de 30 professores.

Formas de avaliação e monitoramento: São realizadas avaliações ao final de cada módulo e no final do curso, além de reuniões periódicas com a equipe de execução.

Desdobramentos: O Projeto é anual e prevê continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: O Projeto não previu ações de comunicação ou educomunicação.

Sobre comunicação nas UCs: ICMBio em Foco, Divulgação em jornal institucional e site da Concessionária Cataratas do Iguaçu S.A.

Fontes de pesquisa: formulário online

5.4.8. Floresta Nacional de Ipanema

Uso público com estudantes

Bioma: Mata Atlântica

Sede Iperó - SP **TELEFONE:** (15) 3459-9220 **Ligada a:** CR – 8

Data de Criação da Unidade: 1992

Data do plano de manejo: 2003

Plano de Manejo: A Educação Ambiental tem sua atuação centrada em duas vertentes: na Educação Formal através da capacitação de agentes multiplicadores de educação ambiental; e na Educação Não Formal, com projetos de cuja linha segue a Educação no Processo de Gestão. O Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental tem por objetivo proporcionar aos visitantes serviços de informação, educação e interpretação para que possam conhecer e apreciar os recursos naturais e entender a importância da conservação dos recursos naturais, principalmente através de trilhas interpretativas.

O Subprograma de Educação Ambiental tem por objetivo formular estratégias de educação ambiental não formal para a população do entorno, enfatizando a importância e as vantagens da Floresta Nacional de Ipanema e apoiar a educação formal, além de gerenciar conflitos entre usuários de terras do entorno imediato, na perspectiva de diminuir os riscos e impactos de suas atividades sobre a unidade.

O Subprograma de Comunicação Social tem por objetivo divulgar e demonstrar o papel social, cultural e ecológico da Floresta Nacional de Ipanema, a fim de gerenciar conflitos entre usuários de terras do entorno imediato, na perspectiva de diminuir os riscos e impactos de suas atividades sobre a unidade. Auxilia na

promoção de eventos e outras atividades de cunho educativo, promovidos por rádios, redes de TV, prefeituras, ONG's, sindicatos, etc.

A Flona é bastante elaborada, apresenta Academia Corporativa e fazem treinamento do grupo, fornecendo assistência para todas as comunidades vizinhas. De acordo com o gestor, Alexandre Zananiri Cordeiro, a Flona de Ipanema não é uma Unidade de Conservação típica do ICMBio, pois foge do padrão encontrado no restante do país.

A Floresta Nacional de Ipanema desde 1995 é visitada por um público crescente e diversificado: população dos municípios do entorno, ecoturistas e estudantes. São realizadas diversas atividades na Unidade, nas quais são trabalhadas questões de sensibilização e pertencimento em relação ao ambiente e à UC.

Nome do projeto: Guardiões da Floresta

Qual a relação do projeto com o plano de manejo: O Plano de Manejo prevê atividades de Educação Ambiental para divulgação da unidade e sensibilização em relação à preservação ambiental, que são focos do presente projeto.

Responsáveis pelo projeto: Alexandre Cordeiro
(alexandre.cordeiro@icmbio.gov.br,
flonaipanema.sp@icmbio.gov.br) e Analista Ambiental Marcelo Afonso.

Quem propôs a ação: Floresta Nacional de Ipanema

Motivação: A Flona localiza-se relativamente próxima de centros urbanos, como Sorocaba e Iperó e Araçoiaba da Serra. Trata-se da maior área de Mata Atlântica preservada e é uma região com áreas de lazer e contemplação e, ainda assim, grande parte da população desconhece seu valor.

Parceiros: Não houve repasse de informações.

Sujeitos da ação educativa: estudantes.

Período de desenvolvimento do projeto: No dia 5 de junho de 2013, para comemorar a Semana do Meio Ambiente, iniciou o programa. Desde então, vem

ocorrendo de forma contínua e sistemática, dependendo do agendamento por parte das escolas.

Objetivos: Desenvolver a consciência ambiental de estudantes e moradores das comunidades do entorno por meio de atividades ligadas à produção e ao plantio de mudas das espécies nativas. Divulgar a importância da unidade e da preservação ambiental.

Metodologia: Com relação às atividades educativas com grupos escolares, de acordo com Alexandre “são priorizados os alunos do ensino fundamental, crianças de 5 a 10 anos, que apresentam maior interesse e curiosidade e não são tão ligados em aparatos eletrônicos. Cativar a juventude é um desafio e nós priorizamos as crianças, pois o sentimento de pertencimento por parte delas fará com que tragam seus filhos no futuro, diferente dos adolescentes”.

Atividades realizadas: As atividades são realizadas com grupos de cerca de 50 alunos, consiste em um passeio monitorado pela floresta e a visita ao viveiro de espécies nativas da unidade, onde os alunos observam as sementes, o berçário e as mudas, aprendem sobre a preparação de sementes, cultivo e os diferentes estágios de desenvolvimento das árvores. Em seguida, as crianças se deslocaram até uma área da unidade necessitada de recuperação florestal, fazem o “Juramento ao Meio Ambiente” e realizam o plantio de mudas fornecidas pelo viveiro. Cada participante recebe o título de “Guardião da Floresta” e um kit contendo um pequeno vaso, substrato e sementes de espécies nativas para que possam cultivar suas próprias mudas. A ideia é que os alunos retornem à Flona com suas famílias e realizem o plantio, de forma que possam identifica-la e acompanhar seu desenvolvimento ao longo da vida.

Temas trabalhados: Importância da preservação ambiental e da manutenção de áreas verdes, Papel das Unidades de Conservação na proteção do meio ambiente, divulgação e educação da comunidade.

Resultados: Essa prática resulta na sensibilização dos participantes sobre a importância do plantio de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas e a necessidade da proteção de áreas florestadas.

Formas de avaliação e monitoramento: Os alunos e professores envolvidos avaliam as atividades ao final.

Desdobramentos: As atividades previstas no projeto são realizadas de maneira sistemática, sempre que grupos escolares realizam o agendamento. A continuidade do projeto ocorre quando o aluno retorna ao viveiro com a família para transplantar a muda oriunda da semente recebida na primeira visita, podendo acompanhar seu desenvolvimento para o resto da vida. Esse tipo de atividade é interativo e não apenas contemplativo e gera o sentimento de pertencimento por parte das crianças em relação ao meio ambiente.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação realizadas no projeto: As escolas municipais do entorno conhecem o projeto e participam sem a necessidade de divulgação prévia. [Jornal de Ipanema](#)

Sobre Comunicação na UC: [Site do ICMBio](#)

Fontes de pesquisa: Informações obtidas em conversa por telefone com Alexandre Cordeiro. Site do ICMBio: <http://www.icmbio.gov.br/flonaipanema/destaques/43-flona-de-ipanema-lanca-o-programa-guardioes-da-floresta.html>;
www.icmbio.gov.br/flonaipanema;

Jornal Ipanema: <http://jornalipanema.com.br/noticias/regiao/38102-projeto-guardioes-da-floresta-entra-em-acao-na-fazenda-nacional-de-ipanema>

5.4.9. Parque Nacional do Itatiaia

formação da comunidade em geral / Gestão participativa

Bioma: Mata Atlântica

Data da criação da Unidade: 1937

Data do Plano de Manejo: 2014

Sede Itatiaia - RJ **Telefone:** (24) 3352-1292 / 6894 / 2288 **Ligada a:** CR - 8

Plano de Manejo: O Núcleo de Educação Ambiental do PNI tem o objetivo principal de inclusão socioambiental dos professores e alunos da rede escolar dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Seu principal projeto é o Programa de Visitas Orientadas, com média anual de seis mil pessoas atendidas. Um trabalho que conta com o apoio de voluntários. Desde 2007, a ênfase de sua programação é o Curso de Multiplicadores em Educação Ambiental, no qual educadores participam de palestras e experiências práticas para levar esses conhecimentos aos seus trabalhos diários. O Programa de visitas orientadas consiste de orientações sobre conduta consciente e apresentação dos atrativos do Parque em vídeo, além da visita orientada pelas salas de exposições no Centro de Visitantes. As informações transmitidas permitem que o visitante tire melhor proveito de sua estada no Parque.

O Plano de Manejo apresenta resultados e gráficos analisando a visitação e atividades de EA, como o Curso de Extensão Ambiental (2007), com duração de 1 ano e carga horária de 180h, abordando os temas fauna, flora e turismo do Itatiaia e seu entorno; Curso de Multiplicadores em Educação Ambiental (2008), com carga horária de 80 horas, com objetivo de qualificar profissionais atuantes nas áreas de educação e meio ambiente para a prática de educação ambiental em áreas naturais preservadas, com enfoque no PNI; Programa de educação ambiental para prevenção de incêndios florestais – especialmente nas comunidades do entorno do Parque. Tem como objetivo o mapeamento de educadores e de outros pontos focais da região do entorno para atuarem como agentes multiplicadores na sensibilização com os comunitários da problemática do fogo, através de ferramentas participativas. Além disso, é também descrito o Projeto de educação ambiental no entorno do PNI – Através de orientações pedagógicas; atividades de visitação; promoção de eventos; e atendimento institucional; Programa de Voluntariado e Estágios – criado em 2002 e desenvolve, através do Núcleo do Uso Público, a interface de ações entre a Educação Ambiental e o Público Visitante. Contempla estudantes de Ensino

Médio, Universitários e Professores em diversas atividades didáticas e de extensão, bem como cidadãos participativos no Parque Nacional do Itatiaia.

O Projeto “O Parque Nacional vai a Escola: Um olhar sobre a Educação Ambiental na Transversalidade Curricular”, que tem por objetivo proporcionar mudanças nas relações pedagógicas, de modo a se construir nova mentalidade em relação à qualidade de vida, considerando o tipo de convivência que se mantém com a natureza e que implica atitudes, valores e ações.

A Comunicação é contemplada no Plano de Manejo do Programa de Relações Públicas e Divulgação. Os instrumentos de apoio e divulgação representam grandes aliados na divulgação de informações e valores da UC. A efetividade destes instrumentos está intimamente ligada à qualidade das informações apresentadas, seja em forma de imagens quanto de textos. São confeccionados materiais impressos e folhetos, para auxiliar na divulgação de informações e valores do Parque

1. **Nome do projeto:** Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental do Parque Nacional do Itatiaia

Relação do projeto com o plano de manejo: Este Projeto/Ação está previsto no Plano de Manejo da Unidade. Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Responsáveis pelo projeto: Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Comunidade.

Quem propôs a ação: Parque Nacional do Itatiaia

Motivação: Fortalecimento da unidade.

Parceiros: Secretaria de Educação do município de Resende, Faculdades Dom Bosco Aedb e ICMBio/PNI. O Projeto ocorre no Mosaico Serra da Mantiqueira, em parceria com o Parque Estadual da Pedra Selada. A parceria envolve a estruturação da proposta metodológica, Produção de conteúdo e Apoio logístico.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em Geral, Lideranças Locais, Professores, estudantes do ensino médio e da pós graduação.

Período de desenvolvimento do projeto: Outubro e novembro de 2014.

Objetivos: Capacitar técnicos, professores e demais profissionais que atuam nas áreas de meio ambiente, ecoturismo, direito, entre outras, residentes, preferencialmente, nas comunidades locais (MG e RJ) de modo a fortalecermos alianças conservacionistas em benefício da proteção ao Parque Nacional do Itatiaia.

Metodologia: O projeto pedagógico do curso é elaborado por profissionais mestres e doutores em biologia, educação e meio ambiente; Concebido em formato capacitação, chancelado pela Secretaria de Educação do município de Resende, Faculdades Dom Bosco AEDB e ICMBio/PNI. O Projeto/Ação está planejado em 5 módulos, cada qual com 8 horas de duração.

Atividades realizadas: Primeiramente há a divulgação e abertura do processo de inscrições e a seleção dos candidatos quanto à formação, atuação, residência e interesse colaborativo. Após a seleção de cerca de 40 candidatos o curso é iniciado. O curso é realizado em 5 módulos cada um com 8h, além disso, há experiência prática com atividade de campo e pernoite na Unidade, apresentando noções de Biologia da Conservação. O Curso é finalizado com a apresentação de Seminários de Conclusão.

Temas trabalhados: Aspectos do Parque Nacional do Itatiaia; Gestão Socioambiental e Núcleo de Educação Ambiental; Elaboração de Projetos em EA; Gestão, Comunidade e Etnoconhecimento; Interpretação Ambiental; Intérprete Ambiental e compromisso multiplicador; Noções de Biologia da Conservação.

Resultados: A avaliação será feita após 29 de novembro. Os Módulos até o momento desenvolvidos se cumpriram com sucesso.

Formas de avaliação e monitoramento: O monitoramento será realizado com Organizações do Fórum Regional de Multiplicadores em EA - 2015

Desdobramentos: Com a formação de multiplicadores há a divulgação e disseminação das diretrizes da Educação Ambiental, além da consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação e estímulo à inserção das Unidades de Conservação como temática no ensino formal.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação realizadas no projeto: Site próprio/blog, Página no Facebook, Rádio Comunitária, Divulgação por meio de assessoria de imprensa própria, ICMBio em Foco

Sobre Comunicação na UC unidade: Site próprio/blog, Página no Facebook, Rádio Comunitária, Divulgação por meio de assessoria de imprensa própria, ICMBio em Foco

Fontes de pesquisa: Formulário online e site do ICMBio.

2. **Nome do projeto:** Imersão Anual do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia.

Relação da ação com o Plano de Manejo: O Projeto está previsto no Plano de Manejo da Unidade, que possui um Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Luiz Sergio Pereira Sarahyba (sarahyba@ymail.com).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de EA.

Motivação: Gestão participativa.

Parceiros: Recursos do ICMBio. Estruturação da proposta metodológica contou com a participação de Analistas ambientais do ICMBio e Conselheiros da Unidade; Execução da proposta com o apoio do ICMBio Gestão Participativa e Gestão Socioambiental; Produção de conteúdo, Apoio logístico.

Sujeitos da ação educativa: Gestores, Comunidade em Geral, Conselheiros da UC, Lideranças Locais, População Tradicional, Jovens, visitantes convidados.

Período de desenvolvimento do projeto: Ocorre anualmente. No ano de 2014 ocorreu de janeiro a dezembro.

Objetivos: Imersão dos Conselheiros da UC e integrantes das Câmaras Técnicas do Parque Nacional do Itatiaia em atividade de horário integral na UC; Apresentação aos Conselheiros dos resultados da Gestão Socioambiental, Gestão da Proteção, Gestão do Uso Público e Negócios, Gestão Territorial e Planejamento da UC em 2015; Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeição.

Metodologia: Imersão com 3 Etapas.

Atividades realizadas: Apresentação dos Resultados Anuais do Conselho Consultivo e do Produto Técnico das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental, Montanhismo e Ecoturismo, Gestão Territorial da Cachoeira da Cachoeira.

Alguns temas trabalhados: Resultados Previstos e Alcançados do Plano de Manejo da UC em 2014 e Planejamento para 2015.

Principais resultados: Foram recebidas 70 pessoas. Atingiu as expectativas. - Programas de Educação Ambiental (O Parque Nacional do Itatiaia vai à Escola; Trilha Sensorial; Programa Multiplicadores em Educação Ambiental do PNI); Programa de Visitas Orientadas; Programa Condutores de Visitantes; Programa de Voluntariado e Programa de Implementação e Recuperação de Trilhas na UC; Programa de Estruturação do Uso Público e Educação Ambiental na Gestão Territorial da Cachoeira do Escorrega.

Dificuldades: Dentre as dificuldades encontradas cita-se as limitações de natureza orçamentária, a carência de apoio especializado em áreas específicas (comunicação, educação ambiental) e a limitação quantitativa no número de pessoas envolvidas na organização face a quantidade de atividades desenvolvidas.

Formas de avaliação e monitoramento: Mensalmente as Câmaras Técnicas se reúnem para diferentes ações e construção do processo participativo na UC. As ações são realizadas com lideranças e grupos de trabalho; As etapas são avaliadas mensalmente sobre a perspectiva do resultado esperado e alcançado; As pendências são programadas para o período (mensal) seguinte.

Desdobramentos: Haverá continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Site próprio/blog, Página no Facebook, Rádio Comunitária, Espaço em jornal/boletim de terceiros, Divulgação por meio de assessoria de imprensa própria, Vídeos de produção própria, Folhetos, cartilhas explicativas e outros materiais impressos, Realização de reuniões periódicas em associações, escolas, etc., ICMBio em Foco. Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Comunidade. Interatividade Digital, Listas da Internet, Sites

Sobre comunicação na UC: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: formulário online

5.4.10. Parque Nacional do Pau Brasil

Educomunicação / Capacitação de Conselho

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação da UC: 1999

Data do plano de manejo: a unidade não possui plano de manejo

Sede: Porto Seguro – BA **Telefone:** (73) 3281-0805 **Ligado a:** CR-7

Nome do projeto: Implementação de Atividades de Comunicação Socioambiental junto ao Conselho Gestor do Parque Nacional do Pau Brasil

Responsável pelo projeto: Débora Menezes, consultora

Quem propôs a ação: a própria consultoria fez parceria com a unidade e buscou um financiador para o projeto

Motivação: conselheiros do Parque tiveram acesso à experiência das oficinas de educomunicação do Parque Nacional do Descobrimento e solicitaram à gestora (que

não está mais na unidade), em reuniões do conselho, a possibilidade de um projeto similar para fortalecer o diálogo entre as associações no entorno do Parque.

Parceiros: a consultora executou o projeto com mais uma formadora (Camila Michelin), em parceria com a então gestora do Parque (Raquel Mendes Miguel). O financiamento foi via Projeto Corredores Ecológicos BA, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7).

Sujeitos da ação educativa: conselheiros e jovens do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil (comunitários e instituições). Da primeira fase participaram aproximadamente 20 conselheiros; na segunda fase houve 23 participantes (20 comunitários e três conselheiros).

Período de desenvolvimento do projeto: março de 2011 a maio de 2012, em duas fases, com um intervalo de cinco meses entre uma fase e outra.

Objetivos: contribuir para a gestão participativa da unidade de conservação, com ênfase nas reflexões e planejamento coletivo de comunicação para o Parna e em uma intervenção educomunicativa para a produção de um jornal comunitário.

Metodologia: o projeto foi realizado em duas fases. A primeira, voltada para a formação e capacitação do conselho gestor, a partir das seguintes fases: mobilização para o novo conselho e posse; oficina com atividades de diagnóstico com os conselheiros e capacitação para fortalecer a participação dos mesmos; planejamento de comunicação para a unidade com a participação dos conselheiros. Foram utilizados instrumentos de Diagnóstico Rural Participativo, alguns adaptados para questões que envolvem comunicação; a simulação do funcionamento do Conselho e, no planejamento de comunicação, recursos de leitura crítica/análise de ferramentas de comunicação com foco socioambiental. Quanto ao planejamento de comunicação, os próprios conselheiros apontaram os objetivos desse planejamento em relação ao Parque; que públicos-alvo deveriam ser trabalhados; os temas que deveriam ser trabalhados e as ferramentas para se efetivar a comunicação.

A segunda etapa do projeto foi realizada cinco meses depois, e envolveu o fortalecimento do GT de Comunicação, estimulando-os a participar e monitorar as atividades; produção de um blog para o parque, tendo os conselheiros produzindo

textos e fotos; a produção de um folder informativo, com textos produzidos pelos conselheiros; e ainda uma oficina de educomunicação para se produzir coletivamente, um jornal comunitário. A metodologia utilizada nessa oficina foi adaptada a partir das atividades realizadas na experiência educomunicativa do Parque Nacional do Descobrimento e da Resex Marinha do Corumbau, com dinâmicas para a construção coletiva do jornal a partir do olhar dos participantes (conselheiros e jovens de comunidades rurais do entorno do Parque) sobre o seu território, técnicas de entrevista, produção de pauta, experimentação de spots de rádio e ainda uma oficina de fotografia dentro do próprio parque (ainda não aberto à visitação).

Atividades realizadas: na primeira fase do projeto houve a mobilização de atores para se candidatarem a cadeiras para a renovação do conselho, com 22 cadeiras. A partir da posse foi realizada uma oficina de dois dias para diagnosticar a percepção dos conselheiros, apresentar o Parque, entre outros; em seguida, houve uma segunda oficina de dois dias para refletir sobre comunicação e possibilitar o planejamento coletivo de comunicação com os conselheiros, resultando em um roteiro norteador de ações de comunicação e a formação de um Grupo de Trabalho para realizar algumas ações e fazer acompanhamento/monitoramento.

Na segunda fase do projeto, foram realizados encontros com o GT para elaborar a proposta do folder e do blog, e ainda uma oficina de educomunicação de 40h com a produção de biomapas, diagrama de instituições, debates sobre comunicação, leitura crítica de mídia, roda de conversa sobre comunicação, produção e diagramação do jornal. Houve também uma saída fotográfica dentro do parque, cujas fotos foram utilizadas em exposição no lançamento do jornal, realizado na forma de um evento em uma das comunidades do entorno, junto a uma das reuniões do Conselho. Nessa reunião ainda foi realizada uma breve formação sobre o uso do blog. Foram impressos cinco mil exemplares, pelo menos mil deles distribuídos neste evento.

Temas trabalhados: papel do Conselho e do Conselheiro, a UC e a biodiversidade, educação ambiental, valorização da cultura, comunicação e acesso a informação, papel de instituições públicas, fotografia, e técnicas básicas para a produção de jornais e spots de rádio.

Resultados: a participação expressiva dos conselheiros, especialmente na primeira fase do projeto e no acompanhamento da fase seguinte, embora com dificuldade. Dos 22 conselheiros da unidade à época, 20 participaram da primeira fase, quando foi criado um Grupo de Trabalho. Na segunda fase, foi bastante positiva a interação dos três conselheiros presentes na oficina com jovens do entorno da UC, na maioria de comunidades que não conheciam o parque. A visibilidade ao Parna também foi apontada; as atividades permitiram que esse grupo descobrisse que lá onde vivem existe um parque – tanto, que a atividade mais apontada nas avaliações individuais realizadas com os participantes foi a possibilidade de conhecer o parque durante a oficina de fotografia. Indígenas pataxós, que não são diretamente do entorno do Parna mas vivem em uma reserva próxima, também participaram, e ampliaram esse intercâmbio entre os diversos tipos de atores sociais presentes. Também foi positiva a interação com funcionários do ICMBio, que participaram das oficinas e contribuíram, como no caso de um servidor, com fotografias para o jornal. Ainda houve outros fatores positivos, como o acesso a informação sobre instituições locais, facilitado pela prática de entrevistas e redação de notícias sobre elas no jornal; Ainda se destaca a divulgação da cultura local e o comprometimento dos participantes durante toda a segunda fase, com apenas duas ausências ao longo do processo.

Entre os resultados não muito positivos está a mobilização para as ações que surgiram no plano de comunicação, tendo o GT se reunido pouco e não fortalecido. A quebra de cinco meses entre uma fase e outra ajudou a desmobilizar um pouco o grupo, assim como a falta de tempo da gestora, sozinha na UC à época, para facilitar/animar o processo; com a mudança de gestor quase simultânea ao final do projeto, e tendo o novo gestor foco em outras atividades, houve uma quebra no diálogo iniciado a partir do projeto entre conselheiros e a unidade, e um período sem reuniões, dificultando ainda mais o processo. Com relação ao plano de comunicação e a implementação de ferramentas educacionais, observou-se que ainda não há muita clareza entre o que é divulgação institucional, o que é comunicação participativa e o que é educação; o próprio jornal (diferente do que ocorreu na Resex do Corumbau e no Parque do Descobrimento, que não obrigou o uso de logomarcas do ICMBio) teve que publicar diversas logomarcas relacionadas ao projeto Corredores Ecológicos, e nenhum dos participantes que fizeram esse jornal

sabiam o que eram essas instituições e porque suas logomarcas figuravam ali. Por fim, a falta de cultura digital e de acesso a internet no entorno do Parque não permitiram que blog e página no Facebook se desenvolvem-se como ferramentas de comunicação para a comunidade do entorno.

Formas de avaliação e monitoramento: processual, a partir da observação da construção coletiva do planejamento de comunicação e do jornal, e ainda individual, com questionários preenchidos pelos participantes da segunda fase. Não foi possível haver um monitoramento mais efetivo a partir da participação do GT de Comunicação do Conselho, como combinado no início do projeto.

Desdobramentos: o projeto não teve continuidade. O gestor mudou logo após a finalização do projeto, solicitou tirar a página do Facebook criada do ar, não encaminhou os jornais impressos para distribuição. Em contatos posteriores, o Conselho também não se posicionou sobre o projeto, o planejamento de comunicação ou a continuidade de ações propostas pelo Grupo de Trabalho formado.

Alguns produtos do projeto: um [blog](#), um folder, o jornal publicado em versão impressa e [eletrônica](#), uma publicação – [livro eletrônico](#) que resume a experiência. Houve ainda a construção de um caderno com informações sobre legislação, funcionamento do conselho e outras informações voltadas para a formação dos conselheiros. Spots de rádio construídos na oficina de comunicação não foram divulgados.

Ações de comunicação realizadas no projeto: para divulgar o projeto foi enviado release sobre o trabalho desenvolvidos a mídias locais (blogs e sites) e a mídias especializadas em educação ambiental e comunicação. Houve ainda a publicação de artigos acadêmicos sobre a experiência, como o publicado na [Revista Bio Brasil](#) em 2014, publicação científica do próprio ICMBio; paper para o IV Encontro Brasileiro de Educomunicação, em 2012; pôster para o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em 2012. Também houveram apresentações sobre a experiência nos ciclos de Gestão Participativa da Acadebio – Módulo Comunicação, em 2012 e 2013. O blog foi bastante divulgado em redes de contatos locais, e chegou a registrar mais de 1.500 visitantes.

Sobre Comunicação na UC: não tem nenhuma por enquanto.

Fontes de pesquisa: MENEZES, Débora. Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa: Implementação de Atividades de Educomunicação Socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil. Publicação eletrônica, 2012. Disponível em: < <http://www.youblisher.com/p/375497-Educacao-ambiental-comunicacao-e-gestao-participativa-no-Parque-Nacional-do-Pau-Brasil/>>. Acesso em 15 out 2014.

Jornal Pau Brasil Comunidade. Primeira edição do jornal comunitário do entorno do PARNA do Pau Brasil. Ano I - Edição 1. Porto Seguro – BA. Maio de 2012.

5.4.11. Reserva Biológica das Perobas

Comunicação

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação da UC: 2006

Data do plano de manejo: 2012

Sede: Tuneiras do Oeste -PR **Telefone:** (44) 36530-1048 **Ligado a:** CR-9

Plano de manejo: tem um programa de Educação Ambiental. As atividades de comunicação e divulgação associadas à educação estão previstas no Programa de Educação Ambiental. O programa de operacionalização trata de comunicação em relação aos equipamentos e infraestrutura presente na unidade. As ações de educação ambiental, informa o gestor, estão planejadas, “mas a UC não tem regularização fundiária e o acesso à área (com remanescentes de Mata Atlântica/semidecidual e araucárias em uma região bastante desmatada) é restrita e não recebe visitantes”. Realiza avaliação anual sobre o plano de manejo, a última para medir os resultados de abril 2013 a março de 2014: das 14 ações de educação ambiental (incluindo comunicação), seis foram implementadas, a maioria de comunicação.

Nome do projeto: ações de comunicação do programa de Educação Ambiental da Rebio das Perobas

Qual a relação do projeto com o plano de manejo: são parte das ações propostas no plano de manejo – programa de educação ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Carlos Alberto Ferraresi de Giovanni, gestor da unidade.

Quem propôs a ação: o gestor do ICMBio local.

Motivação: divulgação e reconhecimento pela comunidade da existência da Rebio na região, as ações desenvolvidas, as pesquisas, entre outros.

Parceiros: recursos da própria equipe. O gestor produz os programas, com participação do outro analista, bem como a elaboração de jornal eletrônico da Unidade. A veiculação dos programas de rádio se dá por meio de parcerias com três rádios (RUC FM, em Maringá, desde 2011; Rádio Capital, em Cianorte, desde 2012; Rádio Líder FM, desde 2013, em Tuneiras do Oeste). A Rádio Unicesumar (RUC) é uma rádio universitária, a Rádio Líder é comunitária e a Rádio Capital é a única AM.

Sujeitos da ação educativa: comunidade do entorno da Rebio (municípios de Cianorte e Tuneiras do Oeste) e ainda outras cidades próximas, como Maringá (onde fica uma das rádios).

Período de desenvolvimento do projeto: iniciado em 2011 – em andamento.

Objetivos: criar ferramentas de comunicação para divulgar a Rebio e fortalecer a imagem institucional do ICMBio, por meio da veiculação de informações educativas, valorização da cultura local, entre outros.

Metodologia: o programa tem meia hora de duração e se constitui de quadro fixos, não obrigatoriamente apresentados em todos os programas, que são: Aconteceu (notícias recentes); Sem dúvida (explicações sobre algum tema relacionado ao Meio Ambiente); Visite o Brasil: (sobre unidades de conservação brasileiras); Gente de toda Terra (pessoas falando sobre si, ligadas ao Meio Ambiente); Entrevista da Semana (entrevista com quem trabalha com ou para o Meio Ambiente); Ilustres Moradores (sobre a fauna e flora existentes na Rebio). Os conteúdos são elaborados pelos dois analistas da Rebio. Conselheiros participam dando sugestões

e, eventualmente, são entrevistados. Os programas de rádio são semanais, produzidos quinzenalmente. Já os boletins, até o momento mensais, serão transformados em jornal semestral a partir de 2015 e impressos.

Atividades realizadas: foram construídos mais de 200 programas de rádio semanais, 61 boletins semanais, de 2007 a 2012, 6 jornais trimestrais (atualmente semestrais), distribuídos a um mailing eletrônico para mais de 800 pessoas e via página de Facebook da Rebio.

Temas trabalhados: UCs, biodiversidade, papel da Rebio, histórias de moradores, projetos, ações da Rebio, ações do ICMBio, ações dos órgãos estadual e municipais de Meio Ambiente e dicas de educação ambiental.

Alguns resultados: O gestor já produziu mais de 200 programas de rádio, veiculados por três rádios da região da Rebio, elabora boletins, tem vários blogs, fez concurso para eleger o mascote da Rebio, faz uma publicação sobre a Rebio (em versão eletrônica) e elaborou um projeto de coleta de águas de rios que adentram a Reserva e a Rebio executa, em parceria com uma escola e uma prefeitura. A audiência é medida por índices de audiências das estações, que atingem, as três, mais de 80 mil ouvintes segundo o gestor. O programa "Onda Ambiental" é ouvido por, pelo menos, 10 mil ouvintes. "Nossos objetivos são atingidos frente à perspectiva de que, cada ouvinte multiplicar para três pessoas, a existência e implementação da Reserva Biológica das Perobas se consolidada cada vez mais junto à Sociedade", ele diz.

Formas de avaliação e monitoramento: não especificou como seriam as formas de avaliação, apenas indicou que conselheiros apoiam e participam de alguns conteúdos. Não apresentou nenhuma forma de avaliação.

Desdobramentos: maior interesse da Comunidade sobre a Rebio e suas ações, segundo o gestor.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: todos os arquivos de áudio do programa estão disponíveis no blog [Onda Ambiental](#). Os boletins estão em outro [blog](#). Este ano publicou um [livro sobre a UC](#), somente em meio eletrônico.

Sobre Comunicação na UC: há [um blog específico do conselho consultivo](#) e uma página [no Facebook da Reserva](#). Também mantém um blog que é um clipping (banco de dados) de vídeos e reportagens publicadas sobre a Rebio, na imprensa regional (muitas são da RPC TV – Paraná).

Fontes de pesquisa: Entrevista com o gestor, Carlos Alberto Ferraresi de Giovanni (carlos.giovanni@icmbio.gov.br). [Facebook](#), [Blogs](#) e [site da Rebio](#). Texto revisado pelo gestor em 26/10/2014.

SILVA, Antonio Guilherme Cândido, JUNIOR, Carlos Alberto de Oliveira Magalhães, FILHO, Henrique Ortêncio, DELARIVA, Rosilene Luciana. Reserva Biológica das Perobas: Uma Ilha de Biodiversidade no Noroeste do Paraná. Brasília, DF: ICMBio, 2013.

ICMBIO. Plano de Manejo da Reserva Biológica das Perobas: Monitoria e Avaliação Anual, abril/2013 a março/2014. Não publicado.

5.4.12. Parque Nacional de São Joaquim

Aproximar de universidades, incentivar pesquisas na UC

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação da UC: 1961

Data do plano de manejo: Não está disponível

Sede: Urubici - SC **Telefone:** (49) 32784994 **Ligado a:** CR 9

Nome do projeto: Programa de Voluntariado

Relação da ação com o plano de manejo: A ação está prevista em programa de EA/comunicação do Plano de Manejo.

Responsáveis pelo projeto: Michel Omena (michel.omena@icmbio.gov.br, parquesaojoaquim@hotmail.com).

Quem propôs a ação: Parque Nacional de São Joaquim

Motivação: Estreitar o relacionamento com as Universidades e fomentar projetos de pesquisa na Unidade de Conservação.

Parceiros: Instituto Serrano, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Universidade Regional de Blumenau (Furb), entre outros.

Sujeitos da ação educativa: Estudantes universitários.

Período de desenvolvimento do projeto: É realizado anualmente desde 2008, nos meses de Janeiro e Julho.

Objetivos: atrair estudantes e pesquisadores de Universidades para atuarem no interior da Unidade, promovendo atividades e gerando conteúdo teórico para produção de artigos.

Metodologia: Cada ano uma programação voltada ao Parque é feita, priorizando ações práticas que desenvolvam as habilidades dos participantes e que contribuam também com a Unidade.

Atividades realizadas: Não houve repasse de informações.

Temas trabalhados: Em 2014, Plano de Manejo e Uso Público.

Resultados: Artigos publicados. Projetos de mestrado em andamento por ex voluntários.

Formas de avaliação e monitoramento: uma pesquisa entre os participantes e outra que estes fazem com o público da UC.

Desdobramentos: Produção de artigos

Alguns produtos do projeto: Para 2014 a proposta é ter um artigo.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: Internet, redes sociais

Sobre Comunicação na UC: [Site do ICMBio](#), [Página no Facebook](#).

Fonte de pesquisa: As respostas foram enviadas por e-mail por Michel Omena (michel.omena@icmbio.gov.br, parquesaojoaquim@hotmail.com), Analista Ambiental do Parque Nacional de São Joaquim.

5.4.13. Parque Nacional da Serra da Bocaina

Formação da comunidade em geral em saúde ambiental

Bioma: Mata Atlântica

Data da criação: 1971/ 1972

Data do Plano de Manejo: 2002

Sede: São José do Barreiro – SP **Telefone:** (12) 3117-2143 **Ligado a:** CR - 8

Plano de Manejo: A comunicação é contemplada no Plano de Manejo no item “Ações gerenciais externas”, no qual há o Programa de Relações Públicas. São também descritos tópicos de divulgação e comunicação no Programa de Uso Público. Há o descritivo do Programa de Educação Ambiental, Centro de Visitantes e Projeto Escola Aberta. Apresenta Programa de Uso Público.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (Pnsb) não possui Programa de Educação Ambiental. Apesar do ter sido criado a mais de 40 anos, o Parque, ainda está em fase de ordenamento e consolidação de sua implantação. Existe uma proposta de fazer uma oficina para a elaboração do programa quando o Parque tiver consolidado suas estruturas físicas. Segundo o Gestor Francisco Livino, “face ao estágio de resgate gerencial de um Parque assolado por passivos socioambientais, vimos mantendo foco desde 2008 em ações de consolidação de estruturas físicas e reversão de processos de invasão, estando a agenda da educação ambiental inserida no cerne das ações gerenciais do Parque, mas não existindo ainda um projeto específico da pauta.”

Apesar de não ter um Programa de Educação Ambiental, existem algumas ações do Pnsb (exemplo: Programa de Voluntariado do Pnsb) e projetos de instituições parceiras que tem a participação do Parque (Projeto do Sebrae: Fomento do

Turismo nas Unidades de Conservação e no elo da Cadeia do seu entorno; Projeto da Prefeitura de Paraty: Saneie Seu Quintal) que dentre os objetivos estão o envolvimento da sociedade na gestão da Unidade de Conservação e a sensibilização sobre a importância do Parque para a conservação do meio ambiente no Bioma Mata Atlântica.

Nome do projeto: Saneie Seu Quintal

Qual a relação do projeto com o plano de manejo: No Plano de Manejo há referências a atividades de EA com a comunidade, como a previsão de implantação de um Programa de Educação Ambiental, Centro de Visitantes e Projeto Escola Aberta, além de um Programa de Relações Públicas. No entanto, não foram efetivados tais Programas, devido a conflitos prioritários de consolidação de uma estrutura física e conflitos pela posse de terra na região do Parque e no entorno, que, segundo o gestor da Unidade, vem sendo trabalhados. O Projeto aqui descrito foi aprovado e pretende iniciar as atividades ainda em 2014.

Responsáveis pelo projeto: Coordenador do projeto: Cristiano Lafetá (cristiano.lafeta@gmail.com), departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Paraty.

Quem propôs a ação: Rede de Educação Ambiental (Rede CEA)

Motivação: Ao longo da bacia do rio Carapitanga, há 11 bairros, com mais de 2.500 pessoas. São duas comunidades indígenas e uma remanescente de quilombo, todas com território reconhecido. No que concerne ao saneamento, apenas no Quilombo há rede instalada, sendo que a estação de tratamento de esgoto está inoperante. Apesar de lei municipal obrigar a instalação de sistemas individuais de tratamento, nenhuma residência da região o possui. Quase todo o esgoto é jogado in natura no rio. São 14 casas sem banheiro. Não há cultura de separação do lixo, nem de conservação de quintais. Soma-se a isso, o fato da região sofrer com o adensamento demográfico desordenado e escassez de equipamentos públicos. Possui característica rural, mas, com o adensamento de alguns bairros, vem se formando núcleos de caráter urbano. Há conflito pela posse de terra e com as

unidades de conservação presentes na região e em seu entorno: APA Cairuçu, Parna Bocaina e Reserva Ecológica da Juatinga.

Parceiros: pensado/elaborado através da Rede de Educação Ambiental (Rede CEA) formado por várias instituições para concorrer ao edital da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Sujeitos da ação educativa: Lideranças comunitárias, religiosas, sociais e ambientais; Jovens; Professores e servidores das 3 escolas municipais da região; Agentes comunitários de saúde e profissionais da Estratégia Saúde da Família; Agentes das Vigilâncias Ambiental, Sanitária e Epidemiológica; Servidores da Secretarias Municipais de Saúde, Ambiente, Educação, Promoção Social, Cultura, Turismo entre outras; Servidores da APA do Cairuçu e do Parna Serra da Bocaina; Servidores da Reserva Ecológica da Juatinga (Inea). Comunidades que estão às margens e/ou se beneficiam das águas da sub-bacia hidrográfica dos rios Carapitanga e Paraty-Mirim.

Período de desenvolvimento do projeto: O projeto foi aprovado e a previsão é para ser iniciado ainda em 2014, com duração de 1 ano.

Objetivos: desenvolver um Programa de Educação para a Ação em Saúde Ambiental na Bacia do Rio Carapitanga (abrange parte a área do Pnsb) em Paraty, visando a sustentabilidade das famílias e comunidades e a inclusão social com uso de metodologias participativas. Por fim, almeja-se o fortalecimento da cultura de promoção da saúde, com respeito ao saber, à cultura e às práticas locais, para desenvolver território de produção de saúde.

Metodologia: Pretende-se, por meio da educação inclusiva em processo participativo de formação comunitária, abordar os temas relacionados ao saneamento ambiental à luz da promoção da saúde e da preservação ambiental. Trabalhar-se-á de forma participativa a responsabilização individual e coletiva para a preservação da qualidade da água e a garantia de seu uso pelas comunidades, fomentando a consciência crítica sobre a relação direta entre saneamento e saúde. Além disso, pretende-se desenvolver de forma participativa materiais e peças de

educomunicação relacionadas às temáticas abordadas. Todo o projeto será desenvolvido com uso de metodologias participativas. O primeiro passo será um diagnóstico participativo para levantar as preocupações e demandas das comunidades com relação ao tema da saúde ambiental. A partir do resultado, serão desenvolvidas as atividades a serem desempenhadas pelos atores participantes.

Todos os módulos contarão com momentos teóricos e práticos. Para a prática, sempre que exigido, os materiais necessários serão disponibilizados pela Prefeitura de Paraty como contrapartida ao projeto.

Nos momentos de planejamento participativo, o projeto lançará mão de metodologia que garanta que as decisões sobre o processo formativo partam dos atores, incluindo os modelos pedagógicos a serem adotados.

O processo deverá levar em consideração o tripé: protagonismo, autonomia e empoderamento. Assim, acredita-se que ao final do processo os participantes estejam aptos a continuar ações de educação em saúde ambiental e replicá-las para além da área de abrangência desta proposta.

Atividades realizadas: O processo formativo é estruturado em quatro módulos de três meses cada.

Cada módulo conta com momentos teóricos e oficinas práticas. O modelo pedagógico é dinâmico e os participantes são chamados à construção coletiva dos conceitos. São três turmas, formadas a partir de critérios definidos pelos participantes.

O 1º módulo é destinado à apresentação geral dos temas - água para consumo humano; destino correto do esgoto; manejo ambientalmente correto dos resíduos sólidos; conhecimentos tradicionais na prevenção em saúde – e ao levantamento das habilidades e experiências relacionadas à cada tema, além do planejamento dos demais módulos.

No 2º módulo, há o aprofundamento nos temas, com busca por soluções alternativas. No 3º, são trabalhados conceitos e elementos técnicos relacionados à

'educomunicação' e os participantes desenvolvem materiais voltados à saúde ambiental.

O 4º módulo é destinado ao encerramento das atividades, à avaliação participativa do processo e ao desenho de seminário aberto, com exposição dos trabalhos.

Temas trabalhados: Os temas trabalhados são: água para consumo humano; destino correto do esgoto; manejo ambientalmente correto dos resíduos sólidos; conhecimentos tradicionais na prevenção em saúde.

Resultados: A meta é que, dos 90 participantes iniciais, pelo menos 70% conclua o processo formativo com aproveitamento de mais de 90% das atividades. A partir do processo formativo, tem-se como visão de futuro uma melhoria da qualidade de vida das famílias, com a recuperação dos Rios Carapitanga e Paraty-Mirim.

Formas de avaliação e monitoramento: O último módulo é destinado ao encerramento das atividades, à avaliação participativa do processo e ao desenho de seminário aberto, com exposição dos trabalhos.

Dados subjetivos/qualitativos: metodologia participativa de monitoramento e avaliação. Percepção dos agentes de campo. Atas e relatórios de encontros.

Dados objetivos: questionários aplicados aos participantes; ações práticas realizadas; dados de participação e empenho; atas e relatórios de encontros;

Registros fotográficos; materiais desenvolvidos; relatórios.

Desdobramentos: Espera-se que ocorra a consolidação de um Programa de Educação para a Saúde Ambiental que possa ser reaplicado em outras regiões do município e seja incorporado como política pública. O Saneie Seu Quintal servirá como base para diversas ações em educação, conscientização e responsabilização cidadã acerca do melhor cuidado com a água, o esgoto e os resíduos sólidos e também com o resgate de conhecimentos ancestrais que tratam da promoção da saúde e prevenção às doenças (alimentos e comportamentos saudáveis, remédios fitoterápicos etc).

Alguns produtos do projeto: No 3º módulo, são trabalhados conceitos e elementos técnicos relacionados à 'educomunicação' e os participantes desenvolvem materiais voltados à saúde ambiental.

Ações de comunicação utilizadas no projeto: Não houve repasse de informações

Sobre Comunicação na UC: Não houve repasse de informações

Fontes de pesquisa: Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Projeto Básico “Saneie seu Quintal – Programa de Formação para Ação em Saúde Ambiental – Bacia do Rio Carapitanga”. Paraty (RJ). 2014/2015.

5.4.14. Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Plano de Comunicação da Unidade

Biomass: Mata Atlântica

Data de criação das UC: 1939

Data do plano de manejo: 2008

Sede: Teresópolis – RJ **Telefone:** 21-21521100 **Ligado a:** CR-8

Plano de Manejo: Com relação à Educação ambiental: Conscientização ambiental e participação social; Educação Ambiental; Projeto Cenário Verde; projeto Boa Vizinhança; Produção de material educativo; Capacitação de professores; Trilhas interpretativas e folhetos informativos.

O Projeto Cenário Verde voltado para escolas da região, com visitas, fornecimento de material de apoio pedagógico e vídeos institucionais. O Projeto Boa Vizinhança apresenta o objetivo de desenvolver a relação do parque com as comunidades de seu entorno.

Conscientização ambiental e participação social: A Educação Ambiental desenvolvida pelo Parnaso tem como preceitos a participação cidadã na gestão do meio ambiente, entendido como bem de uso comum dos brasileiros, essencial à

sadia qualidade de vida da população. Mais do que prescrever “comportamentos ecológicos”, ou simplesmente transmitir informações sobre o meio ambiente, para promover uma educação ambiental que problematize os conflitos, problemas e potencialidades ambientais no contexto de cada comunidade, contribuindo para a construção coletiva de uma percepção crítica e ação transformadora da realidade de degradação ambiental e injustiça socioambiental que hoje se observa.

Trilhas interpretativas e folhetos informativos: Esta linha é voltada para a sensibilização dos visitantes que procuram o Parnaso como alternativa de lazer, ecoturismo e contato com a natureza. As trilhas das Sedes Teresópolis e Guapimirim têm placas com informações gerais sobre extensão e nível de dificuldade e cada placa trabalha um tema ambiental relacionado às características locais de forma suave e em linguagem acessível: relação cidade-floresta, matas ciliares, sucessão ecológica, entre outros temas.

O Parnaso conta ainda com o folheto do Guia Phillips, produzido pela editora Horizonte geográfico, que traz informações gerais para o visitante.

O Programa de Relações públicas, divulgação e eventos: O Parque Nacional da Serra dos Órgãos promove durante o ano diversos eventos culturais e educativos voltados para a comunidade dos municípios e para a sociedade em geral, com o propósito de disseminar e integrar o público à questão ambiental. As ações executadas pela equipe do Parque são divulgadas através do seu site (www.ibama.gov.br/parnaso), do site do Ibama e, desde abril de 2006, por meio do boletim eletrônico mensal Parnaso Notícias, enviado para mais de mil interessados cadastrados. O Parque Nacional tem ainda coluna fixa nos jornais institucionais das concessionárias Rio Relações públicas, divulgação e eventos.

De acordo com o gestor da Unidade, Marcus Gomes, o Plano de Comunicação do Parnaso, não foi executado como concebido e planejado, embora algumas iniciativas pontuais tenham surgiram desse processo. O Plano de Comunicação do Mosaico de UCs da Mata Atlântica Central Fluminense serviu como "piloto", pois foi este executado, apresentando bons resultados.

Nome do projeto: Elaboração do Plano de Comunicação do Parnaso

Responsável pelo projeto: Conselho Consultivo do Parnaso (Conparnaso), com a coordenação de Francisco Pontes de Miranda Ferreira, Jornalista, Geógrafo,

Representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha no Conparnaso, Secretário Executivo do Conparnaso.

Quem propôs a ação: Conselho Consultivo do Parnaso (Conparnaso)

Motivação: O Conparnaso participa do planejamento estratégico da Unidade e do monitoramento da implementação do Plano de Manejo da UC, momentos em que foram levantadas preocupações em organizar as ações comunicativas. Assim, nasce a proposta de construir um Plano de Comunicação. A Secretaria Executiva do Conparnaso, instância criada pelo próprio Conselho para executar suas propostas e encaminhamentos, organizou uma oficina com os Conselheiros, contando com o apoio da Câmara Técnica de EA e Cultura do Conparnaso e da Coordenação de EA do Parque.

Parceiros: O projeto não foi executado.

Sujeitos da ação educativa: Conselheiros do Conparnaso; entendendo os objetivos de aprendizagem relacionados.

Período de desenvolvimento do projeto: agosto a dezembro de 2011, o tema foi retomado no monitoramento do Plano de Manejo de 2014

Objetivos: Conhecer as especificidades dos saberes e das relações da população com a Unidade de Conservação e traçar uma política direcionada de comunicação

Metodologia: Oficinas de construção coletiva

Atividades realizadas: Duas oficinas de 3 horas cada (realizadas com os Conselheiros e membros de Câmaras Técnicas que se propuseram a desenvolver o projeto), com discussão e acompanhamento do Conselho nas suas reuniões ordinárias.

Temas trabalhados: Diagnóstico sobre as relações dos diferentes grupos sociais com a Unidade de Conservação; Ferramentas comunicativas e adequação às "audiências"; Priorização das ações.

Resultados: Ainda não há resultados quantificáveis.

Formas de avaliação e monitoramento: Não se aplica.

Desdobramentos: Aprimoramento do site, criação de página no Facebook, criação de boletim interno "Folha do Parque", elaboração do Plano de comunicação do Mosaico

Alguns produtos do projeto: Não há produtos.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: internet, impressos

Sobre Comunicação na UC: postagens diárias no Facebook, interação com as mídias locais, website, boletim "Parnaso Informa" para usuários da rodovia que atravessa o Parque

Fonte de pesquisa: Informações enviadas por e-mail por Marcus Gomes (marcusmgomes@gmail.com).

5.5. BIOMA MARINHO COSTEIRO

5.5.1. Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape

Gestão Participativa / Construção do Plano de Manejo

Bioma: Mata Atlântica

Data de criação da UC: 2000

Data do Plano de manejo: Em construção.

Sede: Maragogipe - BA

Telefone: (75) 3526.1285

Ligado a: CR -7

Nome do projeto: Estruturação dos Instrumentos de Gestão da RESEX Baía do Iguape.

Responsável pelo projeto: Felipe Cruz Mendonça, analista ambiental Coman/Cgcap/Diman. Sérgio Freitas – gestor da Resex Marinha Baía do Iguape, analista ambiental ICMBio (sergio.freitas@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Resex

Motivação: Construir de modo participativo o Plano de Manejo da Unidade. Os trabalhos para a elaboração do Plano de Manejo da Resex Baía de Iguape se iniciaram em 2010 quando da formação do Grupo de Trabalho - GT no Conselho Deliberativo responsável em acompanhar os trabalhos. Em 2011 foi elaborada pelo GT uma primeira proposta de planejamento para o processo de elaboração do plano de manejo. No mesmo ano, o planejamento foi encaminhado para a Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (Coman), que não teve condições objetivas de iniciar o processo naquele momento.

Parceiros: Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo – Coman/Cgcap/Diman. Coordenação de Produção e Uso Sustentável – Coprod/Cgpt/Disat. Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais – Copct/Cgpt/Disat. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – Cnpt/Dibio. Os trabalhos contam com recursos da Compensação Ambiental do empreendimento Cacimbas-Catu / Petrobrás destinados à elaboração do Plano de Manejo, com recursos dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o diagnóstico sócio-produtivo nas Unidades e do Projeto Pnud BRA 08/023.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em geral.

Período de desenvolvimento do projeto: 2010 até 2016.

Objetivos: Contribuir com a gestão participativa. Construir o Plano de Manejo da Unidade. Elaborar a caracterização/diagnóstico da Unidade, construir a missão e visão de futuro; definir o perfil da família beneficiária; construir acordo de gestão e zoneamento e seu planejamento.

Metodologia: Concepção pedagógica da Educação no processo de gestão ambiental que se encontra no campo da EA crítica, emancipatória e transformadora, com elementos ancorados na educação popular Freireana.

Atividades realizadas: Reuniões e Grupos de Trabalho (Planejamento do processo e contextualização em abril de 2014 e definição da missão da unidade e a visão de futuro nos GTs realizada em maio de 2014). Quinze oficinas comunitárias em localidades diferentes e GTs (Definição do perfil do beneficiário).

Alguns temas trabalhados: Instrumentos de gestão da Resex.

Principais resultados: maior envolvimento e animação com a Resex, empoderamento comunitário e estímulo ao pertencimento com o território, segundo o gestor.

Formas de avaliação e monitoramento: avaliação processual e participativa em

cada oficina e reunião.

Dificuldades: Logística e recursos financeiros devido à localização das comunidades.

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: Diagnóstico da Unidade. Missão e visão do futuro da unidade. Perfil do beneficiário.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: mesmas que são utilizadas na unidade.

Sobre Comunicação na UC: Mobilização por meio de parcerias com associações e com os conselheiros. Produção e distribuição de panfletos, carro e moto de som.

Fontes de pesquisa: Entrevista com Sérgio Freitas no dia 20/11/2014.

Relatório: ICMBio. Reserva Extrativista Baía do Iguape. Relatório final da etapa de elaboração do perfil da família beneficiária. Maragogipe – BA. Outubro de 2014.

5.5.2. Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca

Gestão participativa / formação de conselheiros

Elaboração do Plano de Manejo / compensação ambiental

Formação para a comunidade em geral, com foco em professores / condicionante de licenciamento

Uso sustentável dos recursos naturais / Construção do PM

Bioma: Marinho Costeiro

Data de criação das UC: 2000

Data do planos de manejo: Não possui Plano de Manejo.

Sede: Imbuia - SC **Telefone:** (48) 3255 0735 **Ligadas a:** CR-9

1. Nome do projeto: Educação Ambiental no fortalecimento da gestão participativa da Apabf

Relação com o Plano de Manejo: De acordo Enise Maria Bezerra Ito, a Unidade possui um Programa de Educação Ambiental, mas este projeto não está previsto no Plano de Manejo da Unidade.

Responsáveis pelo projeto: Enise Maria Bezerra Ito (enise.ito@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade.

Motivação: Formação dos conselheiros. O Conselho gestor da Apabf é renovado a cada 2 anos por meio de eleições, porém as ações do programa de EA são permanentes e continuadas, tendo em vista o baixo índice de mudança dos conselheiros.

Parceiros: Recursos provenientes do orçamento da unidade. Parcerias envolveram: Estruturação da proposta metodológica, execução da proposta, produção de conteúdo, apoio logístico. Analistas ambientais do ICMBio e Conselheiros da Unidade.

Sujeitos da ação educativa: Conselheiros da UC: 40 titulares e 40 suplentes; 6 gestores da UC; 10 convidados e parceiros.

Período de desenvolvimento do projeto: 2012, 2013 e 2014.

Objetivos: Fortalecer a gestão participativa da APA da Baleia Franca, o exercício da cidadania, a sustentabilidade e a justiça ambiental do território, tendo como principal lócus o seu Conselho Gestor.

Metodologia: Concepção pedagógica da Educação no processo de gestão ambiental que se encontra no campo da EA crítica, emancipatória e transformadora, com elementos ancorados na educação popular Freireana.

Atividades realizadas: Conceber e organizar as reuniões do Conselho (plenárias, reuniões de Câmaras Técnicas e de Grupos de Trabalho) de forma que se caracterizem por ser um espaço de ensino-aprendizagem. Além disso, são promovidos espaços específicos de capacitação continuada dos conselheiros sobre temas do contexto de gestão da Unidade. Aplicação de instrumento de avaliação ao final de cada gestão do conselho. Sistematização dos resultados da avaliação. Apresentação e debates com os conselheiros sobre os resultados da avaliação.

Alguns temas trabalhados: Na gestão do Conselho de 2012 a 2014, além das discussões e encaminhamentos das pautas das plenárias, foram temas de capacitação continuada do conselheiro: A Apabf; instrumentos de gestão da UC; princípios de participação social; o Conselho Gestor; Avaliação do Conselho gestão 2010-2012; Novas diretrizes do ICMBio para elaboração de Planos de Manejo de UCs; Novo Código Florestal e repercussões na gestão da Apabf; Dinâmica de uso do território da Apabf nos últimos 30 anos; Política de Saneamento Básico e suas implicações no âmbito dos municípios da APA Baleia Franca; Os resultados e recomendações da Oficina do Conselheiro (GT Fortalecimento do Conselho).

Principais resultados: O projeto atingiu as expectativas. A avaliação é extensa.

Dificuldades: Pouco conhecimento de técnicas de comunicação. As técnicas de comunicação exigem tempo para ser implementadas com êxito

Formas de avaliação e monitoramento: Aplicação de instrumento de avaliação ao final de cada gestão do conselho. Reuniões de avaliação do Comitê Executivo a cada plenária ou encontro dos conselheiros. Sistematização dos resultados da avaliação. Apresentação e debates com os conselheiros sobre os resultados da avaliação.

Desdobramentos: Pretende-se dar continuidade enquanto o Conselho existir.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: ICMBio em Foco, mailing dos conselheiros. O Projeto não previu ações de comunicação.

Sobre comunicação na UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online

2. Nome do projeto: EA na elaboração participativa do Plano de Manejo da Apabf.

Responsáveis pelo projeto: Enise Ito (enise.ito@icmbio.gov.br); Simão Marrul Filho (simao.marrul@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade.

Motivação: Gestão participativa. A elaboração do Plano de Manejo da Apabf prevê a participação social como elemento fundante capaz de dotar o território de zonas e normas de uso, produtos de um amplo acordo social. Desta forma, a educação ambiental crítica se constitui, para os grupos sociais com menor poder de participação, elemento construtor de capacidades cognitivas e organizativas de modo a eliminar assimetrias sociais e políticas no momento das negociações que construam o Plano de Manejo.

Parceiros: Orçamento de Compensação ambiental. Parcerias envolveram: Estruturação da proposta metodológica, Execução da proposta, Produção de conteúdo, Apoio logístico.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em Geral, Conselheiros da UC, Lideranças Locais e População Tradicional.

Período de desenvolvimento do projeto: De setembro de 2012 a Dezembro de 2015.

Objetivos: Gerar participação protagônica na elaboração do Plano de Manejo da Apabf.

Metodologia: Educação no processo de gestão ambiental, baseada na concepção da EA crítica, emancipatória e transformadora. A gestão participativa para implementação do plano de manejo foi realizada através da diagnose, seguida pela

concepção, normatização e planejamento, etapas importantes para que o plano seja efetivado.

Atividades realizadas: Implementação participativa do Plano de Manejo. As atividades ocorreram em 4 etapas: Diagnose; Concepção; Normatização e Planejamento.

Alguns temas trabalhados: A APA da Baleia Franca; O Plano de Manejo; Participação social; Cidadania; Justiça ambiental; Sustentabilidade no acesso e uso dos recursos.

Principais resultados: Foram contempladas aproximadamente 200 pessoas, entre pescadores artesanais, pequenos produtores rurais; associações de moradores e conselheiros. Porém, monitoramento e avaliação ainda não realizados.

Formas de avaliação e monitoramento: Monitoramento e avaliação ainda não realizados de forma sistemática. De maneira geral é feito o monitoramento através de indicadores como: Quantidade de participantes; Representatividade dos participantes; Qualidade dos produtos construídos (mapas, normas, zonas de uso).

Desdobramentos: Implementação participativa do Plano de Manejo. Prevê continuidade.

Alguns produtos do projeto: Há a elaboração e construção de produtos como mapas, normas e zonas de uso.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: O Projeto não previu ações de comunicação ou educomunicação.

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online

- 3. Nome do projeto:** Curso de Educação ambiental para professores e lideranças da Apabf.

Relação do Projeto com o Plano de Manejo: a Unidade possui um Programa de Educação Ambiental, mas este Projeto não está previsto no Plano de Manejo da Unidade.

Responsáveis pelo projeto: Enise Ito e Simão Marrul Filho (enise.ito@icmbio.gov.br); Simão Marrul Filho, (simao.marrul@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade.

Motivação: A obra de pavimentação da SC-100, que liga os municípios de Laguna e Jaguaruna, grande aspiração das comunidades locais, finalmente está se concretizando. Após um longo debate durante todo o processo de licenciamento ambiental da obra sobre os benefícios e riscos do empreendimento e os cuidados ambientais a serem tomados na sua implantação, o empreendimento será efetivado.

A rodovia está inserida dentro de uma Unidade de Conservação, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, o que faz aumentar a responsabilidade do Deinfra, empreendedor da obra. Esta categoria de unidade de conservação exige que as atividades ali existentes considerem a necessidade de proteção da diversidade biológica e que o seu processo de ocupação assegure a sustentabilidade dos recursos naturais. Portanto, é nesta conjuntura que acontecerá este curso de Educação Ambiental, promovido pelo Deinfra, como parte dos Programas Ambientais exigidos no licenciamento da obra de pavimentação da SC-100.

Parceiros: O ICMBio, órgão gestor da APA da Baleia Franca, é um dos responsáveis pelas condicionantes ambientais do empreendimento e um dos parceiros realizadores do Curso, juntamente com a Prosul (Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. - empresa prestadora de serviços de engenharia consultiva), responsável pela execução dos Programas Ambientais da obra. Parcerias envolveram: Estruturação da proposta metodológica, execução da proposta, produção de conteúdo, apoio logístico. O planejamento do projeto contou com a participação de Analistas ambientais do ICMBio e Empresa de Consultoria, e sua execução contou também com a parceria da Comunidade.

Sujeitos da ação educativa: Comunidade em Geral, Lideranças Locais, População Tradicional, Mulheres, Professores e Jovens.

Período de desenvolvimento do projeto: O planejamento e mobilização: ocorreu de agosto de 2012 a junho de 2013. A execução do curso ocorreu em julho de 2013.

Objetivos: Analisar as raízes da questão ambiental, evidenciando a inter-relação dos seus aspectos sociais, econômicos, ecológicos, éticos, jurídicos e histórico-culturais.

Relacionar a Educação Ambiental com o exercício da cidadania na defesa e proteção do meio ambiente e discutir a sua prática nos currículos do ensino fundamental e médio buscando o fortalecimento dos processos participativos de gestão ambiental, em especial da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

Metodologia: A educação ambiental assume um importante papel como instrumento de gestão, cujos objetivos vão muito além da difusão de informações e conhecimentos do ambiente ecológico. Realizar e promover educação ambiental significa estimular a reflexão contextualizada da questão ambiental em seus múltiplos aspectos: histórico, cultural, social, ecológico, econômico, ético e legal; tudo isso por meio de processos de ensino-aprendizagem que levem a posicionamentos políticos, mudanças de atitude e construção da cidadania.

O Curso ocorre em 3 módulos teóricos contemplando os seguintes conteúdos: Crise Ambiental; Meio Ambiente e Cidadania; A Prática da Educação Ambiental. Dessa forma, serão contextualizados os problemas existentes na relação homem-ambiente, destacando a importância da APA como um instrumento de desenvolvimento territorial sustentável; e que sua gestão deve ser compartilhada com a sociedade e com cada um dos presentes agentes multiplicadores e protagonistas.

O Curso de Educação Ambiental tem como base a Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como a IN 02/2012 do Ibama, que estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –Ibama.

Atividades realizadas: Realização do curso, para cumprir os objetivos de criação da Apabf, com grande extensão de área e enorme complexidade socioambiental, a

equipe da unidade baseia-se em alguns princípios que direcionam a gestão deste bem público:

A Apabf é um importante instrumento de desenvolvimento territorial sustentável; A gestão da Apabf deve ser compartilhada com a sociedade por meio da participação protagônica; A gestão da Apabf é um constante processo de mediação de conflitos socioambientais; O uso dos recursos naturais da Apabf devem ter como pressupostos a sustentabilidade e a justiça ambiental.

Seguindo os princípios supracitados, no primeiro módulo do curso busca-se instrumentalizar os participantes para que possam desenvolver uma percepção integrada dos principais fatores que intervêm na problemática ambiental. O segundo módulo aprofunda-se na cidadania associada ao meio ambiente, destacando as possibilidades da participação social nos processos de gestão do meio ambiente. Por fim, no terceiro módulo o foco está na inserção da educação ambiental no ensino formal e sua importância na formação de cidadão conscientes e atuantes.

Temas trabalhados: Módulo 1 - Crise Ambiental: Neste módulo será abordada a crise ambiental, entendida como resultante da relação sociedade-natureza, evidenciando-se a inter-relação entre os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, éticos, jurídicos e histórico-culturais na determinação dos problemas ambientais. Será dada ênfase especial às potencialidades, problemas e conflitos socioambientais da região de influência da SC-100 no território da APA da Baleia Franca.

Módulo 2 - Meio Ambiente e Cidadania: Neste módulo se problematizará a distribuição dos custos e benefícios na sociedade brasileira decorrente da ação de diferentes atores sociais sobre os meios físicos, natural e construído. Também se enfocará as possibilidades da participação social nos processos de gestão do meio ambiente, em especial da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

Módulo 3 - A Prática da Educação Ambiental: Neste módulo se discutirá a inserção da Temática Ambiental nos currículos do ensino fundamental e médio de maneira a fortalecer os processos de gestão de potencialidades, problemas e conflitos socioambientais de unidades de conservação, com ênfase na área de influência da

SC-100 no território da APA da Baleia Franca. Para isso, se considerarão os princípios e objetivos da Educação Ambiental estabelecidos na Conferência de Tbilisi e na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99).

Principais resultados: Realização do curso envolvendo 33 participantes. A atividade atingiu as expectativas. Foram produzidos projetos de educação ambiental a serem implementados no âmbito das escolas e demais instituições participantes, e instrumento de avaliação do curso foram aplicados.

Dificuldades: Há dificuldade na mobilização de participantes devido à pouca compreensão do que seja a APA da Baleia Franca e seu órgão gestor, o ICMBio. Além disso, faltam recursos para apoiar financeiramente a execução dos projetos elaborados no curso.

Formas de avaliação e monitoramento: Foi aplicado um instrumento de avaliação do curso. Não houve repasse de maiores informações.

Desdobramentos: não haverá continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: ICMBio em Foco.

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online.

4. Nome do projeto: Educação Ambiental na Gestão dos Recursos Pesqueiros da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – Identificando e fortalecendo lideranças da pesca artesanal.

Relação do projeto com o Plano de Manejo: a Unidade possui um Programa de Educação Ambiental, mas este Projeto não está previsto no Plano de Manejo da Unidade.

Responsáveis pelo projeto: Enise Ito e Simão Marrul Filho (enise.ito@icmbio.gov.br; simao.marrul@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Motivação: Os recursos pesqueiros, parte significativa da biodiversidade da Apabf, são utilizados por populações humanas desde cinco mil anos. Evidências de sítios arqueológicos tais como os sambaquis presentes na região, sugerem que as lagoas eram importantes fontes de moluscos utilizados para alimentação. Com a expansão capitalista na segunda metade do século XX e a consequente pressão imobiliária e turística, os recursos pesqueiros deixam de ser abundantes por vários motivos citados pelos próprios pescadores: pesca industrial, pesca amadora normalmente praticada pelos “de fora”, uso de petrechos inadequados e predatórios, poluição dos rios, dos lagos e do mar, entre outros. É nesse contexto histórico-cultural da atividade pesqueira que a equipe da Apabf vem trabalhando no sentido de buscar atingir a finalidade de ordenar e garantir o uso sustentável dos recursos pesqueiros no território da Unidade. Essa condição motiva o processo de construção do Plano de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros da UC.

Parceiros: Recurso proveniente do Orçamento e chamada interna da Coedu 2011. Há parceria com instituições como Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul)/Ibama, Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), MPA (Ministério da Pesca e Agricultura), Associações de Pescadores e Colônias de Pesca. Parcerias envolveram: Repasse de recursos; Estruturação da proposta metodológica; Execução da proposta; Produção de conteúdo e apoio logístico. O planejamento do projeto contou com a participação de Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade e Comunidade. A execução foi realizada com parceria de outras Unidades Descentralizadas, Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade e Comunidade.

Sujeitos prioritários da Ação educativa: Lideranças Locais, População Tradicional, Mulheres e Jovens.

Período de desenvolvimento do projeto: Realizado em abril e dezembro de 2011.

Objetivos: Este projeto visa contribuir no processo de construção do Plano de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros da Apabf, como parte do Plano de

Manejo da Unidade, tendo como instrumento a educação ambiental nos processos de mobilização social, de aquisição de novas capacidades, de construção de diagnósticos e de fortalecimento da cidadania ambiental com as principais comunidades pesqueiras do território da Apabf.

Os objetivos específicos são: Fortalecer o diálogo com as principais comunidades pesqueiras artesanais da Apabf; desenvolver capacidades, habilidades e atitudes para atuação qualificada dos pescadores artesanais no processo de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros da APA; Fornecer condições para a realização de diagnóstico participativo da situação dos principais recursos pesqueiros da APA, entendendo estes recursos como parte de sua biodiversidade; Ampliar a noção de pertencimento e responsabilidade das comunidades pesqueiras artesanais em relação à Apabf e seus recursos naturais; Contribuir para a compreensão e possíveis tratamentos de conflitos históricos entre comunidades de pesca artesanal e destas com a pesca industrial e amadora, com o turismo, com os esportes náuticos, tendo como perspectiva a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros da Apabf.

Metodologia: Baseada nos princípios da dialogicidade e da construção coletiva dos conhecimentos. Os registros dos encontros foram feitos por meio de memórias/relatórios, listas de presenças, fotografias.

Atividades realizadas: O projeto foi realizado em 2 etapas. A primeira etapa apresentou como objetivo dar continuidade ao processo de aproximação junto às comunidades pesqueiras artesanais. Portanto, foram feitas visitas às comunidades para conhecer ou aprofundar os conhecimentos sobre as pescarias e os pescadores locais e mobilizar para a participação na construção do Plano. A segunda etapa teve como objetivo fortalecer e capacitar lideranças locais da pesca artesanal para participação protagônica na construção do Plano.

A segunda etapa do projeto foi uma oficina de imersão de 3 dias com as lideranças de pesca artesanal identificadas na etapa anterior. Foram selecionados 30 pescadores(as) considerando critérios como: representatividade regional; disponibilidade de tempo para se dedicar ao processo; conhecimento das artes de pesca da região; boa relação com os pescadores de sua localidade. Além disso, foi

buscada a inclusão e equilíbrio na representação de jovens e mulheres. A imersão ocorreu em local apropriado com salas de aula e infraestrutura para hospedagem e alimentação e faz parte da proposta pedagógica da oficina e ajudou a proporcionar aos educandos e educadores: participação plena nas atividades; melhor apreensão dos conteúdos trabalhados; integração e compartilhamento de experiências entre as diversas comunidades pesqueiras; distanciamento dos problemas do cotidiano; desprendimento com relação a horários. As atividades e técnicas utilizadas na oficina levaram em conta os princípios da dialogicidade e da construção coletiva dos conhecimentos: estudos dirigidos em grupos, estudos de caso, dramatizações (teatro do oprimido, por exemplo) e exposições seguidas de debates.

Alguns temas trabalhados: A primeira etapa apresenta os conteúdos: Compreensão da Apabf como instrumento de gestão do uso sustentável dos recursos naturais. Apresentação da biodiversidade aquática da Apabf e seus recursos pesqueiros. Relações sociais que dão sustentação às pescarias. Fundamentos da gestão compartilhada.

A segunda etapa compreende os conteúdos: Situação dos recursos pesqueiros no Brasil e em SC (a crise da gestão convencional); A gestão compartilhada; Sustentabilidade no uso dos recursos de uso comum; Justiça Ambiental; Cidadania Ambiental; Negociação Social; Participação e protagonismo – qual o meu papel na gestão dos recursos pesqueiros da Apabf?

Principais resultados: Todas as atividades propostas foram realizadas e atingiram as expectativas. 20 localidades foram visitadas, havendo o contato com 200 pescadores de Maio a Agosto de 2011. 30 lideranças de comunidades pesqueiras identificadas e selecionadas na primeira etapa participaram da oficina da segunda etapa, em setembro de 2011.

Dificuldades: O projeto não teve continuidade por falta de recursos financeiros e devido ao fato da equipe responsável ter se envolvido na elaboração do Plano de Manejo compreendendo que a o Plano de gestão de recursos pesqueiros estaria contemplado no Plano de Manejo.

Formas de avaliação e monitoramento: São realizadas avaliações. Não houve repasse de maiores informações.

Desdobramentos: Houve contribuições para elaboração do Plano de manejo da unidade, atualmente em curso.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: O Projeto não previu ações de comunicação ou educomunicação.

Sobre comunicação nas UCs: ICMBio em Foco

Fontes de pesquisa: Formulário online

5.5.3. Estação Ecológica de Carijós

Formação de professores para construção de Programa de EA

Articulação entre UCs

Bioma: Marinho Costeiro

Data de criação das UCs: 1987

Data do plano de manejo: 2003

Sede: Florianópolis - SC **Telefone:** (48) 3282-9002 **Ligadas a:** CR9

Plano de Manejo: A Estação Ecológica de Carijós apresenta visitação apenas monitorada para fins de educação ambiental. Segundo o Plano de Manejo da unidade, existe o Programa de Educação e Interpretação Ambiental e Programa de Conscientização Ambiental. As ações previstas nas parcerias realizadas para a implantação dos projetos de educação ambiental fazem parte dos projetos específicos III – “Percepção ambiental nas escolas do entorno da Estação Ecológica de Carijós – Escola Desdobrada Municipal Marcolino José de Lima, comunidade de Barra do Sambaqui, Florianópolis, SC” e V – “Programa de Educação Ambiental da Estação Ecológica de Carijós, IBAMA-SC, 2003”.

Entre 2004 e 2005, o IC executou os projetos: “Recepção de escolas na ESEC Carijós e visitas nas escolas de seu entorno”, “Programa de percepção Ambiental da

Escola Municipal Paulo Fontes”, “Programa Amigos-Mirins de Carijós”, Exposição “Unidades de Conservação Marinho-Costeiras do Estado de Santa Catarina”, “Projeto Olho Mágico em duas escolas do entorno da ESEC Carijós”, “Atendimento às escolas e universidades na sede da ESEC Carijós” e “Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente e retirada das casuarinas do Pontal da Daniela”.

A partir de 2007 houve um salto significativo das ações do Programa de Educação Ambiental da ESEC Carijós executado pelo IC. O “Projeto Olho Mágico” passou a abranger quatro escolas do entorno da UC, com importantes avanços qualitativos na abordagem dos conteúdos e formação de professores multiplicadores. O Projeto “Arte-Educação”, através de oficinas de teatro e fantoche, inclusive com apresentações públicas,

No que tange à atividades associadas à Comunicação, há um programa de Integração Externa, que tem como objetivo promover a imagem da ESEC e divulgar as atividades nela desenvolvidas, buscando boa relação com as comunidades vizinhas; Estabelecer rotina de atendimento do público; Integrar lideranças comunitárias e outros formadores de opinião aos objetivos da ESEC; Elaborar material de divulgação para a comunidade (informações sobre importância, potenciais da UC, formas de adequação de algumas atividades da comunidade e outros).

Nome do projeto: Oficina de Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Relação do projeto com o Plano de Manejo: O Projeto está previsto no Plano de Manejo da Unidade, que possui um Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Luisa Juliana Silveira Lopes
(luisa.lopes@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Motivação: A atividade surgiu como demanda da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, a partir das articulações de parceria e ações já desenvolvidas no âmbito da Esec Carijós e Rebio Arvoredo, para participação do ICMBio no seu programa de formação continuada, com o objetivo de ampliar o conhecimento daquele segmento sobre o tema.

Parceiros: As parcerias envolveram: Estruturação da proposta metodológica, execução da proposta, produção de conteúdo e apoio logístico. A construção do projeto e sua execução tiveram participação e parceria de analistas ambientais do ICMBio, ONG, técnica do órgão municipal de meio ambiente de Florianópolis (Floram), Equipe da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (Smeduc/Florianópolis). O projeto envolve parceria e articulação com outras UCs: Rebio Arvoredo, APA Anhatomirim, Resex Pirajubaé.

Sujeitos da ação educativa: Professores.

Período de desenvolvimento do projeto: 10 de setembro de 2014 a 13 de março de 2015.

Objetivos: Capacitação continuada de multiplicadores junto às redes de ensino formal nos municípios do entorno das UCs, com a elaboração de um programa integrado de educação ambiental.

Metodologia: Evento piloto para planejamento de projeto integrado de formação e capacitação continuada de multiplicadores junto às redes formais de ensino dos municípios do entorno das unidades costeiro-marinhas sediadas na Esec Carijós: a própria, a Rebio Arvoredo e APA Anhatomirim, contemplando e integrando seus respectivos Programas de Educação e Interpretação Ambiental (Ed.I.A.). As três unidades possuem Planos de Manejo aprovados.

Atividades realizadas: Foram realizadas as atividades teóricas e primeira atividade prática (trilha terrestre). Devido a condições climáticas desfavoráveis, foi adiada a atividade prática embarcada, que será realizada, assim como a consolidação dos dados de diagnóstico e reunião de avaliação e planejamento. Devido a outras demandas emergenciais e acúmulo de atividades da equipe de analistas do ICMBio, as etapas finais de consolidação das informações e planejamento do programa integrado foi adiada para 2015.

Inicialmente denominado "Oficina", o evento foi na verdade um Seminário de Educação Ambiental em Unidades de Conservação com professores de Ciências do ensino fundamental (6º a 9º anos) da rede pública municipal de ensino.

Alguns temas trabalhados: O Snuc e as Unidades de Conservação federais marinho costeiras de Santa Catarina; APA Anhatomirim; Resex Pirajubaé; Esec Carijós; Rebio Arvoredo; Educação Ambiental e metodologias de atuação em ambientes formal e não formal; Programa Aqualguaçu: uma experiência bem sucedida de EA em UC; Atividade prática: trilha terrestre restinga e manguezal na Esec Carijós; Atividade prática: trilha embarcada marinha na APA Anhatomirim e Rebio Arvoredo.

Principais resultados: Atingiu expectativas parcialmente, pois ainda não foi concluído. Até o momento foi realizado somente o atendimento de demanda formal da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, capacitando 35 professores de ciências do ensino fundamental, com conteúdo sobre a biodiversidade da região costeiro-marinha protegida pelas UC federais em Santa Catarina e respectiva divulgação do evento.

Um resultado imediatamente percebido foi o aumento de interesse e demanda para visitas escolares na trilha de educação ambiental da Esec Carijós.

A Esec Carijós e a Rebio Arvoredo, que já desenvolvem ações de educação ambiental direcionada ao público escolar da rede municipal de ensino em Florianópolis e vêm discutindo estratégias de integração de seus respectivos programas de Ed.I.A. decidiram realizar o evento como uma atividade piloto para subsidiar seu planejamento, juntamente com os demais parceiros, o que deve ocorrer até fevereiro de 2015.

Dificuldades: Não contamos com assessoria de comunicação, as ações são desenvolvidas pelos próprios analistas ambientais, que executam todas as demais atividades, tanto no âmbito deste, quanto nos outros programas e projetos das UCs, comprometendo qualidade e celeridade.

Formas de avaliação e monitoramento: Será elaborada na próxima etapa.

Desdobramentos: Elaboração de um programa integrado de educação ambiental e capacitação continuada de multiplicadores junto às redes de ensino formal nos municípios do entorno da Esec Carijós, Rebio Arvoredo e APA Anhatomirim. Haverá continuidade.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Página no [Facebook](#), divulgação por meio de assessoria de imprensa própria, ONG e divulgação na página da Esec Carijós no [Facebook](#).

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online.

5.5.4. Reserva Extrativista do Cassurubá

Bioma: Marinho Costeiro

Data da Criação da UC: 2009

Data do Plano de Manejo: A Unidade não tem Plano de Manejo, mas tem Conselho Gestor.

Sede: Caravelas – BA **Telefone:** (73) 3297- 2260 **Ligado :** CR-7

Nome do Programa: Programa de Comunicação e Educação Ambiental para a Reserva Extrativista de Cassurubá.

Responsável pelo Programa: Associação de Pescadores de Caravelas – Apesca.

Parceiros: O Programa atende às condicionantes 2.14 e 2.15 da LO 898/09

Sujeitos das ações: Diversos atores afetados pelo empreendimento que residem na área de influência da atividade de dragagem (foco em escolas)

Período de desenvolvimento: De março de 2013 até 2014, em andamento.

Algumas temáticas: Resex Cassurubá e a dragagem do Canal do Tomba.

Local: Área de influência da atividade de dragagem, situadas nos municípios de Caravelas, Nova Viçosa, se estendendo para pescadores de Alcobaça.

LINHA DE AÇÃO: COMUNICAÇÃO

Atividades desenvolvidas: Veiculação de spots nas rádios comunitárias e comerciais, bicicleta de som e rádio poste, Veiculação de informações por meio do Mural do Extrativista, Realização da Oficina sobre Jornal Mural no dia 26/09, acompanhamento da utilização do mural através de entrevistas com comunidade e parceiros. Apoio ao jornal popular O Samburá, Produção e distribuição de Cartilhas ilustrada- “Conheça mais sobre a Dragagem do Canal do Tomba” e “Vida de criança”. Apoio para construção de arquivo de imagens da Resex, com cessão de imagens antigas e produção de imagens novas.

Principais resultados: O programa se envolveu e apoiou 08 (oito) edições do jornal O Samburá com tiragem de 2000 mil exemplares com repasse para o Programa de 200 exemplares. Envolveu 11 escolas de Caravelas e distribuiu 1280 cartilhas.

Produto: Facebook e também no blog ([Blog Jornal Comunitario o Sambura.](#))

LINHA DE AÇÃO: GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Atividades: Apoio ao I Curso de capacitação do Conselho Deliberativo da Resex I; Apoio na elaboração do Termo de referência e divulgação do cadastro de beneficiário para a possível contratação dos cadastradores e guias locais; Apoio na articulação, mobilização e logística de 4 (quatro) reuniões (ordinária e extraordinária) do Conselho Deliberativo da Resex Cassurubá; Apoio na divulgação de informações acerca do Programa Federal Bolsa Verde; Mutirão de emissão de documentos

Nome da ação: 1º Seminário de políticas públicas para Reservas Extrativistas da Bahia

Parceiros: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

Sujeitos da ação educativa: 200 pessoas de várias comunidades que compõem as quatro reservas extrativistas da Bahia: Resex do Cassurubá, Resex do Corumbau, Resex de Canavieiras e Resex Baía do Iguape.

Período de desenvolvimento: 9, 10 e 11 de abril de 2013.

Objetivos: Fortalecer e informar quais políticas existem para Resex e como acessá-las, o que pode garantir melhoria de vida do que tange a valorização dos recursos e saberes culturais.

Nome da ação: Oficina de Planejamento e Avaliação do Programa de Comunicação e EA da Resex de Cassurubá

Objetivo: Apresentar os resultados do Programa em 2013, avaliar as atividades realizadas, e planejar as atividades para os anos de 2014-2015.

Sujeitos da ação educativa: Todos os parceiros.

Período de desenvolvimento: 30 de Outubro de 2013.

Principais resultados: Atividades propostas para os anos de 2014-2015 para o programa.

LINHA DE AÇÃO: CAPACITAÇÃO

Nome do programa: Programa de Capacitação para professores

Parceiros: Secretarias de Educação de Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Conservação Internacional (CI-Brasil), Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), HM engenharia, Programa Meros do Brasil.

Sujeitos da ação educativa: Professores da rede municipal (Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça).

Período de desenvolvimento: 9, 10 e 11 e 16, 17 e 18 de agosto de 2013. Continuidade em 2014.

Atividades realizadas: palestras, saída a campo, trilha interpretativa, Intercâmbio para a Reserva Extrativista de Canavieiras.

Alguns temas trabalhados: Resex, Resex Cassurubá, conhecimento tradicional, Conectividade Mar e mangue Educação do campo, Planos de Aula e Dragagem.

Principais resultados: Construção de um vídeo sobre o curso pelo Meros do Brasil. <https://www.youtube.com/watch?v=dpmXuCVbV8g>. Elaboração e execução de Planos de aula e Saída de campo com alunos dos professores na Resex.

APOIO E ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS.

Parceiro: Empresa Controle

Sujeitos da ação educativa: comunitários, lideranças, bem como representantes da Sociedade Civil que tem atuação e parceria com a Resex de Cassurubá.

Período de desenvolvimento: 7 a 21 de maio e 4 e 5 de junho de 2013.

Objetivo: Capacitar para escrever e executar projetos

Principais resultados: elaboração e apoio financeiro a 4 projetos de cunho socioambiental. Sendo que um deles foi o “Comunicar para incluir” da Associação dos Moradores da Tapera e Miringaba.

FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO

Parceiros: ICMBio, INCRA, Secretaria de Políticas Públicas para mulheres.

Atividades: Apoio a organização e fortalecimento da Associação Mãe da Resex, intercâmbio com a Resex Canavieiras (referencia em empoderamento e onde as lideranças buscam de forma participativa o acesso a políticas públicas); Confecção de banners para divulgação dos personagens da cartilha: Plastificação e distribuição do Acordo de Pesca e mapa com os limites da Resex; Criação de uma [Página no Facebook](#) para o Programa.

Fonte de pesquisa: Entrevistas por e-mail e telefone com Joyce Trindade (joycetrindade1@gmail.com).

Relatório: ICMBio. Reserva Extrativista de Cassurubá. Relatório de Execução técnica: Programa de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito da Reserva Extrativista de Cassurubá e da Dragagem de acesso ao Canal do Tomba (março de 2013 a janeiro de 2014). 2014.

5.5.5. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

ações integradas entre UC e CMA / Formação de jovens

Bioma: marinho-costeiro

Data de criação da UC: 1997

Data do plano de manejo: 2012

Sede: Tamandaré - PE

Telefone: (81) 3676-2357 **Ligadas a:** CR-6

Plano de manejo: não tem programa específico de Educação Ambiental. Tem programa de gestão socioambiental que inclui ações relacionadas a educação ambiental e recomenda ações com escolas. Há ações que indiretamente envolvem educação ambiental, como capacitação comunitária, fortalecimento de associações e apoio e fortalecimento de turismo de base comunitária. Tem programa de comunicação previsto. Algumas ações estão sendo implementadas no âmbito do que recomenda o plano de manejo em relação a ações de comunicação: foi feito um planejamento de comunicação para a APA com financiamento da Toyota, com recurso da Fundação Toyota do Brasil administrado pela SOS Mata Atlântica (focado em divulgação); houve participação da unidade, primeiro com aplicação de questionário sobre as demandas da unidade, e a partir dela a empresa fez o planejamento (foi aberto um edital pela SOS). Segundo entrevistado é bem focado no marketing da unidade e foi feito em 2013, mas não foi apresentado aos conselheiros; a decisão final ficou para as instituições envolvidas (a Fundação Toyota e a Fundação SOS Mata Atlântica). Ainda não foi finalizado/implementado, vai ser apresentado para o conselho, mas não houve maior participação de atores sociais da APA.

A característica diferenciada na APA é que o Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA) ajuda a implementar a maioria das ações de EA; segundo o entrevistado, isso é positivo, pois a equipe da APA é responsável por fiscalização, e o CMA não por isso

as relações com a comunidade são melhores. Projetos que se destacam: Fórum Socioambiental, Jovens Protagonistas, Associação Peixe-Boi que realiza turismo de base comunitária de observação do animal (as pessoas do turismo de base comunitária participam do fórum e há um componente de EA nesse trabalho, que não é sistematizado).

1. Nome do projeto: Fórum Socioambiental da APA da Costa dos Corais

Qual a relação do projeto com o plano de manejo: está relacionado aos objetivos de gestão socioambiental.

Responsáveis pelo projeto: Carolina Neves (Instituto Yandê), José Ulisses Santos (Centro Mamíferos Aquáticos CMA/ICMBio), jose-ulisses.santos@icmbio.gov.br, Gildo Rafael de Almeida (estagiário ICMBio, secretário Yandê) e Helaelson de Almeida (M.N.R. São Francisco/ICMBio).

Quem propôs a ação: CMA com Instituto Yandê.

Motivação: necessidade de empoderamento das comunidades locais, para que amadureçam politicamente e entendam processos de exclusão social e econômica para que possam intervir. Muitos problemas locais extrapolam a gestão do ICMBio, embora atinjam a unidade (poluição, turismo predatório, lançamento de esgoto nos estuários), e o fórum serviria como espaço formal de articulação para a comunidade, que já participava de algumas ações pontuais, como mutirões e apresentações de vídeo do Circuito Tela Verde em praça pública, com debates e mutirão de limpeza no dia seguinte a essa programação (fizeram em 2009, 2010 e 2011). A ideia do fórum se desenvolveu durante o curso de Educação Ambiental promovido em 2012 na Acadebio, embora a demanda seja anterior ao curso. “Pensamos: fazemos essas intervenções, mas os órgãos públicos estão de braços cruzados e precisamos chamar essas instituições públicas a questões que não se resolvem, como as relacionadas ao saneamento”, informou o entrevistado.

Parceiros: recursos da Coedu para a primeira capacitação pró-fórum; há contribuições de diversos parceiros locais, que fazem pequenas doações arrecadadas pelo Instituto Yandê. Empresários locais contribuem e a APA também contribui deslocando recursos pequenos do patrocínio da Fundação Toyota do Brasil

(custos gerais) que é gerido pela SOS Mata Atlântica. Parceria também com Associação Peixe-Boi.

Sujeitos da ação educativa: comunitários do entorno da APA.

Período de desenvolvimento do projeto: 2013 – em andamento até o momento.

Objetivos: criar um espaço permanente de discussões entre os diversos atores da sociedade civil e do poder público sobre os problemas e conflitos socioambientais que envolvem a APA Costa dos Corais.

Metodologia: encontros, mobilizações e articulações.

Atividades realizadas: capacitação pró-fórum com 30 pessoas, para preparação à participação; mobilização de instituições e atores locais para o primeiro encontro do fórum; formação de comissão com nove instituições, que se encontra mensalmente para debater sobre políticas públicas; realização de um segundo encontro do fórum aberto a comunidade em geral. Dos encontros participaram aproximadamente 300 pessoas no primeiro; no segundo 150. Participam das reuniões do fórum nove representantes atualmente (Associações de turismo, Câmara de Vereadores de Japaratinga, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de São Miguel dos Milagres; colônia de pesca de Porto de Pedras, Associação Peixe Boi, Instituto Yandê, ICMBio, ONG Bioma Brasil, Associação dos empreendedores da região)

Alguns temas trabalhados: saneamento básico/esgotamento sanitário, conflitos relacionados ao acesso a praias, importância de espécies locais (peixe-boi) para a biodiversidade, turismo, licenciamento de empreendimentos na zona de praia.

Principais resultados: o fórum tornou-se um espaço mais amplo do que o conselho para articulação entre instituições que interferem sobre a unidade. “No fórum conseguimos envolver outros atores sociais para debater e articular problemas que atingem a unidade”. Jovens que participaram da capacitação pró-fórum reivindicaram capacitação específica.

O tema do segundo fórum foi a articulação para pensar e solucionar o conflito entre empreendedores turísticos e pescadores artesanais (municípios de Porto de Pedras,

Japaratinga e São Miguel dos Milagres) com relação ao acesso e uso das praias, gerou um segundo grande encontro do fórum aberto a comunidade para debater o tema. Foram feitas articulações com Prefeituras e Ministério Público para ordenar a questão, estimulando a criação de planos diretores; foi sugerido também que o MP ajude a mapear as áreas de barracas para as colônias de pescadores.

“Muitas coisas discutidas no fórum não são resultados isolados, mas uma soma de fatores, de ações e articulações. Mas o resultado é o envolvimento das instituições locais. A própria participação individual desses comunitários aumentou. O grupo consolidado de instituições possibilitou o trabalho colaborativo, estão acompanhando reuniões de conselho, não só o da APA, mas outros”.

O ICMBio, segundo o entrevistado, “por conta da atuação mais focada no diálogo e nessas articulações é que o ICMBio promove articulação das instituições, e estas vêem o ICMBio como referência”.

Formas de avaliação e monitoramento: a avaliação dos encontros do fórum é feita posteriormente, com formulário enviado por e-mail para os participantes; o monitoramento é feito por meio de mobilizações, que vão desde as reuniões do fórum (avaliação continuada). Gestor apontou dificuldades em indicar outras formas de monitoramento e de indicadores.

Desdobramentos: desenvolvimento do projeto Jovens Protagonistas Comunitários com os jovens locais.

Alguns produtos do projeto: não teve produtos específicos. Na capacitação do fórum fizeram um cordel, mas não foi publicado.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: página no Facebook. Não há rádio comunitária e o público não assiste a TV local (a maioria tem parabólica em casa). O que mais usam pra mobilização é carro de som e bicicleta de som. Pouquíssima circulação de imprensa escrita. Também vão pessoalmente às localidades, os pescadores ajudam a mobilizar, e também os jangadeiros.

Sobre Comunicação na UC: página no [Facebook](#), site do ICMBio. Não há sinalização turística. Aguardam implementação de plano de comunicação, que é

mais focado na divulgação turística e sinalização da APA.

Fontes de pesquisa: entrevista com José Ulisses Santos, analista ambiental do Centro de Mamíferos Aquáticos (realiza trabalhos integrados com as UCs).

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório da Primeira Reunião do Projeto Jovem Protagonista da Costa dos Corais em São Miguel dos Milagres. Julho de 2013.

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório de Projeto de Extensão: Desenvolvimento sustentável na rota ecológica de Alagoas. 2014.

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório: Ciclo de Capacitação Pró-Fórum Socioambiental da Costa dos Corais. Julho de 2013.

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório do Fórum Socioambiental da Costa dos Corais. 2013.

2. Nome do projeto: Jovens Protagonistas Comunitários da APA Costa dos Corais

Qual a relação do projeto com o plano de manejo: está relacionado aos objetivos de gestão socioambiental.

Responsáveis pelo projeto: Gildo Rafael de Almeida Santana (estagiário ICMBio e secretário Yandê) e José Ulisses dos Santos (ICMBio).

Quem propôs a ação: CMA com Instituto Yandê.

Motivação: Surgiu durante a capacitação do Fórum Socioambiental, foi motivada pelo curso de Educação Ambiental do ICMBio e pela experiência da Resex do Baixo Juruá, Resex do Jutaí e Flona Tefê.

Parceiros: apoio de recursos do Instituto Yandê.

Sujeitos da ação educativa: 27 jovens dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres (AL), que fazem parte do entorno da APA.

Período de desenvolvimento do projeto: julho de 2013 até o momento.

Objetivos: concorrer para o desenvolvimento humano dos jovens, nas dimensões intelectual, social, afetiva, política e ambiental, possibilitando a participação efetiva da juventude nas organizações comunitárias e na proposição de ações para a geração de oportunidades, visando à melhoria da qualidade de vida e o uso sustentável dos recursos naturais.

Metodologia: concepção metodológica Verde Perto Educação, baseada na realização de encontros – módulos que se estruturam no tripé: protagonismo juvenil, educação lúdica e interdisciplinaridade (leia mais sobre a metodologia no Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário na Resex do Baixo Juruá, Resex do Jutai e Flona Tefé, onde este realizado na APA se inspira. Esse projeto se conecta com o do Fórum Socioambiental.

Atividades realizadas: diagnóstico rápido participativo (DRP) dos problemas ambientais da região, produção de um cordel apresentado no Fórum Socioambiental; desenhos utilizados na logomarca do fórum. Os encontros são realizados mensal e quinzenalmente, tendo realizado de oficinas de desenhos, vídeos, literatura de cordel, limpeza de praia, pesquisa com pescadores de Japaratinga para o zoneamento de turismo, participação em: conselhos da APA, na conferencia regional, estadual e nacional de meio ambiente, Congresso da Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, palestras com 300 pescadores da colônia Z-25 sobre direito ao acesso a praia, Circuito Tela Verde, Jogos ambientais

Alguns temas trabalhados: saneamento básico/esgotamento sanitário, conflitos relacionados ao acesso a praias, importância de espécies locais (peixe-boi) para a biodiversidade, turismo, licenciamento de empreendimentos na zona de praia, protagonismo jovem, arte educação, comunicação.

Principais resultados: A presença dos jovens em instâncias de participação social (como as já citadas conferências) foi destacada pelo entrevistado. Ampliação e permanência do número de jovens que participam (ficaram 27 dos 30 jovens que passaram no projeto). Os que saíram foram estudar ou estão trabalhando na área de turismo. Reconhecimento e valorização pela comunidade e órgãos locais

(Secretarias municipais, prefeituras, ICMBio – CMA e APA, gestores escolares municipais e estaduais), convites para fazer palestras.

Formas de avaliação e monitoramento: Avaliação processual, ao final de todos os encontros é feita uma avaliação por meio de diferentes técnicas, como oral, carinhas (feliz, indiferente, triste), e forma de representação (como cheguei como estou saindo). A avaliação contribui para a condução do próximo encontro.

Desdobramentos: os jovens participaram intensamente das atividades do Fórum Socioambiental, e ainda puderam participar como representantes do projeto na 4ª Conferência de Meio Ambiente (etapas estadual e nacional). Também participam como ouvintes de várias instâncias como o próprio conselho da APA, Conselho Nacional de Defesa do Meio Ambiente e de Turismo de São Miguel dos Milagres. Também representaram o grupo no Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Alguns produtos do projeto: Jogo Trilha Ambiental (com a temática de biodiversidade com enfoque na fauna e flora locais).

Ações de comunicação desenvolvidas dentro do projeto: textos, vídeos.

Fontes de pesquisa: entrevista com José Ulisses Santos, analista ambiental do Centro de Mamíferos Aquáticos e Gildo Rafael de Almeida Santana, estagiário do ICMBio.

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório da Primeira Reunião do Projeto Jovem Protagonista da Costa dos Corais em São Miguel dos Milagres. Julho de 2013

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório de Projeto de Extensão: Desenvolvimento sustentável na rota ecológica de Alagoas. 2014.

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório: Ciclo de Capacitação Pró-Fórum Socioambiental da Costa dos Corais. Julho de 2013.

Relatório: ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório do Fórum Socioambiental da Costa dos Corais. 2013.

5.5.6. Ação Integrada Área de Proteção Ambiental Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara

Comunidade geral – aproximar a unidade / estudantes

Bioma: Marinho-Costeiro

Data da criação da APA: 1984

Data de Criação da ESEC: 2006

Data do Plano de Manejo: da APA, 2004, da Esec 2006.

Sede: Guapimirim – RJ **Telefone:** (21) 2633-0079 **Ligado:** CR8

Plano de Manejo da APA: Apresenta Programa de Educação Ambiental para cada área estratégica, ou região de interesse na Unidade. Com relação a Comunicação apresenta o Programa de relações Públicas para cada área estratégica.

Plano de Manejo Esec Guanabara: Programa Temático de Educação Ambiental e Comunicação.

1. **Nome do projeto:** Semana de Oficinas de Educação Ambiental na sede da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim/Estação Ecológica da Guanabara (RJ)

Relação desse projeto com o plano de manejo da unidade. O Plano de Manejo traz ações genéricas, a entrevistada considera que o projeto está de acordo com o plano, mas não está descrito no mesmo.

Responsável pelo projeto: não houve repasse de informação.

Quem propõe a ação: Área de Proteção Ambiental de Guapimirim/Estação Ecológica da Guanabara.

Motivação: Demanda dos professores da região envolvidos no projeto Pibic/ICMBio “Diagnóstico da educação ambiental nas escolas da região da APA Guapimirim” realizado em 2011-2012, do qual participaram 236 educadores – professores,

coordenadores pedagógicos e diretores – de 27 escolas de três municípios. ([Anais disponíveis no site do ICMBio](#)).

Parceiros: Os parceiros são indivíduos e instituições locais. Tais como, Fundação SOS Mata Atlântica, Emater-Rio, Prefeituras de Itaboraí e Guapimirim, Bióloga Gabriela Novais Rocha, jornalista Francisco Pontes, o biólogo Dione Storck, o comunicador Felipe Raibolt, da Agência de Comunicação do Mosaico Central Fluminense, a artesã Patrícia da Luz, sub-tenente Rocha, do Corpo de Bombeiros e Jovens do grupo teatral All Star, formado por adolescentes de uma escola estadual como Millecamal da região.

Sujeitos da ação educativa: Comunidades dos municípios do entorno, em especial crianças e terceira idade.

Período de desenvolvimento do projeto: Foram realizadas 3 edições: 24 a 27 de julho de 2012; 15 a 19 de julho de 2013 e 28 de julho a 1 de agosto/ 2014.

Objetivos: Divulgar as Unidades de Conservação e oferecer a comunidade local oportunidade de capacitação em temas relacionadas ao meio ambiente de forma gratuita e de qualidade.

Metodologia: não houve repasse de informação.

Atividades realizadas: Palestras e oficinas.

Alguns temas trabalhados: Consumo, alimentação saudável, importância dos manguezais para a região metropolitana do Rio de Janeiro e na vida da Baía de Guanabara, a importância da água para os seres humanos, conflitos da água e os mecanismos de preservação e importância das áreas de preservação permanente nas margens dos rios. “Comunicação: redação e vídeo”; “Hortas domésticas”; “Artesanato de objetos decorativos com materiais reutilizáveis”; “Primeiros socorros”; e “Oficina de teatro”.

Resultados: 60 participantes em 2012, 200 em 2013. Ampliação do número de voluntários envolvidos na organização do evento. A partir dos resultados de 2012, a administração da APA Guapimirim/Esec Guanabara decidiram realizar atividades

semelhantes a cada período de férias escolares, aproveitando parceiros locais para ministrar as oficinas. Divulgação do trabalho do ICMBio e das unidades de conservação. Aprendizado pessoal para todos os participantes. Mobilização de pessoas para ser voluntárias do ICMBio. Avaliação positiva do público, participantes, oficinairos e palestrantes sentem-se gratificados.

Formas de avaliação e monitoramento: Os participantes avaliam as atividades por meio de questionários, os palestrantes por meio de depoimentos e a equipe por meio de reuniões.

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam no projeto: os mesmos utilizados na divulgação da unidade.

Sobre Comunicação na UC: mala direta, cartazes, ata de reuniões, ações dos projetos desenvolvidos nas escolas e visitas realizadas nas unidades. [Site do ICMBio](#); [Facebook](#).

Fontes de pesquisa: Formulário online. ICMBio em foco – agosto de 2012; ICMBio em foco – abril de 2013; ICMBio em foco – agosto de 2013. Contato por email e telefone com Juliana Fukuda (juliana.fukuda@icmbio.gov.br), Coordenadora do Núcleo de EA e educomunicação.

FUDUKA, Juliana Cristina. *et al.* Projeto APA de Guapi-mirim nas escolas: Educação Ambiental para todos os estudantes da região. 2014.

ICMBio. APA Guapimirim. Educação cidadã nas escolas da região da Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim. 2013.

2. **Nome do projeto:** Projeto APA de Guapimirim nas escolas: Educação Ambiental para todos os estudantes

Responsáveis pelo projeto: não houve repasse de informação.

Quem propõe a ação: Área de Proteção Ambiental de Guapimirim/Estação Ecológica da Guanabara.

Motivação: não houve repasse de informação.

Parceiros: não houve repasse de informação.

Sujeitos da ação educativa: Estudantes das 46 escolas envolvidas que se localizam nos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé e Rio de Janeiro (Ilha de Paquetá), próximas à Baía de Guanabara (RJ).

Período de desenvolvimento do projeto: 2011, em andamento em 2014.

Objetivos: Divulgar as Unidades de Conservação. Oferecer a comunidade local oportunidade de capacitação em temas relacionados ao meio ambiente de forma gratuita e de qualidade. Contribuir com a demanda dos professores da região de ter mais material sobre temas ambientais e a ter auxílio de profissionais capacitados nesses temas.

Metodologia: Perspectiva crítica e transformadora. Levantamento das instituições de ensino da região em 2011 e reuniões com secretarias municipais de educação e com as coordenadorias regionais de ensino. Realização de seminários junto aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores, nos quais os participantes receberam materiais sobre educação ambiental e sobre as UCs, responderam questionários quanto ao seu perfil e atuação profissional em relação à educação ambiental, e debateram ações que poderiam ser realizadas para que a questão ambiental fosse melhor difundida e trabalhada nas escolas. Em 2014 iniciaram-se as atividades com os estudantes nas escolas.

Atividades realizadas: Ida às escolas duas vezes por semana com atividades de acordo com a faixa etária.

Alguns temas trabalhados: Manguezal e Unidades de Conservação.

Resultados: 15 escolas, envolvendo 1.870 estudantes, entre julho e setembro de 2014. O projeto pretende atender todos os alunos de todas as 46 escolas escolhidas, envolvendo aproximadamente 6.000 estudantes.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de informação.

Fontes de pesquisa: Formulário online. ICMBio em foco – agosto de 2012; ICMBio em foco – abril de 2013; ICMBio em foco – agosto de 2013. Contato por email e telefone com Juliana Fukuda (juliana.fukuda@icmbio.gov.br), Coordenadora do Núcleo de EA e educomunicação.

FUDUKA, Juliana Cristina. *et al.* Projeto APA de Guapi-mirim nas escolas: Educação Ambiental para todos os estudantes da região. 2014.

ICMBio. APA Guapimirim. Educação cidadã nas escolas da região da Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim. 2013.

3. Nome do projeto: APA de Guapimirim nas Escolas

Relação do projeto com o Plano de Manejo: o Projeto está previsto no Plano de Manejo da Unidade, que possui um Programa de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Juliana Cristina Fukuda (juliana.fukuda@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: Faz parte do programa de Educação Ambiental da Unidade

Motivação: Não houve repasse de informações.

Parceiros: Recursos provenientes do Orçamento das unidades. A construção/planejamento do projeto/ação teve participação de: Analistas ambientais do ICMBio, voluntários, estagiários e terceirizados das UCs.

Sujeitos da ação educativa: Professores e Estudantes do Ensino Formal.

Período de desenvolvimento do projeto: O projeto teve início em agosto de 2014 e será finalizada a primeira rodada por todas as escolas em maio de 2015. Pretende-se estender as atividades por tempo indeterminado, até quando for possível realizar o projeto.

Objetivos: Trabalhar junto a todos os estudantes da região algumas questões ambientais fundamentais, como importância do manguezal, água e caça; Promover atividades lúdicas que despertem o olhar crítico e cidadão sobre questões ambientais; Aproximar as comunidades locais à gestão das UCs.

Metodologia: Mesmo com atividades breves, sempre se busca trabalhar a educação ambiental sob uma perspectiva crítica e transformadora.

Atividades realizadas: Atividades de aproximadamente 30 minutos com cada turma de estudantes. Até o momento foram realizadas essas atividades em 30 escolas, abrangendo cerca de 3600 estudantes.

Temas trabalhados: Importância do manguezal: fauna e flora, ocupação das margens dos rios, esgoto, lixo, pesca irregular. Os próximos temas a serem abordados serão a problemática da caça e da água.

Resultados: Foram alcançadas 6000 pessoas pelo projeto. O projeto atingiu as expectativas, já que a importância do Manguezal é melhor reconhecida pelos estudantes; Valorização dos pescadores como profissionais a serem respeitados; reconhecimento pelos alunos de que esgoto e lixo descartados de forma inadequada são problemas para o manguezal e para as suas vidas.

Dificuldades: Rotatividade dos voluntários, que realizam as atividades; Diretores de escolas que não apoiam a realização do projeto; Eventual falta de motorista na UC para levar os voluntários às escolas; Apenas uma linha telefônica na UC, dificultando contato com as escolas.

Formas de avaliação e monitoramento: São realizadas reuniões periódicas com os voluntários para checar se atividades desenvolvidas estão sendo bem aceitas.

Desdobramentos: Há a perspectiva de ser uma atividade contínua da UC.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Página no Facebook.

Sobre comunicação nas UCs: O Projeto não previu ações de comunicação ou educomunicação.

Fonte de pesquisa: formulário online.

5.5.7. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Gestão participativa / uso público – ordenamento do turismo

Bioma: Marinho Costeiro

Data de criação da UC: 1981

Data do Plano de Manejo: 2003

Sede: Barreirinhas – MA **Telefone:** (98) 33491267 **Ligada a :** CR - 5

Plano de Manejo: Apresenta Programa de Educação Ambiental e Uso Público. Em cada uma das 4 Áreas Estratégicas descritas no plano há ações de sensibilização e Educação Ambiental. Não há um programa específico de Comunicação, mas em cada uma das 4 Áreas Estratégicas descritas no PM há ações de Divulgação e Comunicação.

Dados gerais: 5572 moradores no parque (Dados do Ibge - censo 2010 - cruzado com os limites do parque - há povoados que não foram visitados pelo censo) divididos em 42 povoados em 3 municípios (Barreirinhas, Santo Amaro, Primeira Cruz). Tamanho da unidade: 155 mil hectares

1. **Nome do projeto:** Conscientização ambiental no Conselho Consultivo no Parque

Relação das ações com o Plano de Manejo: Todas as ações realizadas pela equipe gestora da unidade estão embasadas pelo plano de manejo. Para o ordenamento do turismo, foi criada a portaria 63/2010 que estabelece critérios para a condução de visitantes aos atrativos previstos no plano de manejo. Com base na portaria, foi possível realizar o cadastro de todos os veículos, condutores de veículos

e condutores de visitantes, estabelecendo assim condições mínimas de segurança e qualidade nos serviços prestados ao visitante. É realizado o suporte à visitação ligada ao cumprimento da legislação. Ou seja, foi realizado o credenciamento de motoristas, veículos e guias para atuar no Parna. Existe um circuito de visitação determinado que está no Plano de Manejo. O gestor afirma que não têm um programa específico de educação ambiental, conforme prevê o plano de manejo, porém fazem atividades específicas de educação ambiental, em algumas situações proferimos palestras em escolas ou mesmo nos povoados que tem o caráter específico de educação ambiental, porém há pouco recurso humano. Todas as ações estão baseadas no Plano de Manejo, “mas tem coisas do Plano que não temos como fazer”.

Responsáveis pelo projeto: gestor na unidade, Adriano Ricardo Damato Rocha de Souza (adriano.damato@icmbio.gov.br).

Quem propôs a ação: gestor da unidade

Motivação: não houve repasse de informação.

Parceiros: Conselheiros.

Sujeitos da ação educativa: conselheiros e comunidade em geral

Período de desenvolvimento do projeto: Fevereiro de 2014, em andamento.

Objetivos: Fortalecer a gestão participativa no parque; conscientizar a comunidade sobre as questões ambientais ligadas a unidade, identificar as necessidades da comunidade em relação à atuação do ICMBio, e construir Plano de Ação de forma participativa.

Metodologia: não houve repasse de informação.

Atividades realizadas: reuniões de conselho, contato porta a porta, ordenamento do turismo. O gestor afirma que trabalha a EA, "ou melhor, a conscientização ambiental", dentro do conselho consultivo criado em fevereiro de 2014. Os conselheiros são orientados a convidar a comunidade para as reuniões. Atualmente estão realizando reuniões do Conselho nas comunidades para obter subsídios para

a criação do Plano de Ação de 2015.

Alguns temas trabalhados: Parna Lençóis maranhenses, conselho consultivo, preservação ambiental, situação da pesca, relação dos moradores com o parque, situação da regularização fundiária, ordenamento da visitação, energia elétrica, capacitação do conselho e revisão do plano de manejo.

Resultados: Segundo o gestor, a atuação dos conselheiros aproximou a gestão do ICMBio da comunidade. “Tínhamos pouco contato com as comunidades de Primeira Cruz, com a atuação dos conselheiros as informações começaram a chegar, temos contado com conselheiros empenhados em nos manter informados acerca dos acontecimentos e necessidades de gestão naquela região”. Além disso, “a gestão está mais compartilhada e as decisões estão sendo mais bem aceitas pela comunidade porque eles se sentem parte”. Construção participativa de um Plano de turismo para a Copa (ação detalhada abaixo) na comunidade de Santo Amaro em 2014, tendo os conselheiros como ponto focal.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de Comunicação que realizam dentro do projeto: sem ações específicas, foi feita da forma como a UC costuma se comunicar (descrito no próximo item).

Sobre a comunicação na UC: A comunicação é feita com a comunidade e se dá tanto em momentos de realização de reuniões demandadas ora pelo ICMBio ora pelas próprias comunidades como em momentos em que os agentes efetuam ações de monitoramento. Durante as ações fiscalizatórias, é comum os agentes pararem nas casas para prestar informações sobre alguma atividade que deve ser adequada às normas do parque (novas construções, principalmente). Além disso, utiliza-se o portal no ICMBio. “Tínhamos uma página no facebook para fazer marketing do parque, ela era gerida por um funcionário da unidade. Porém, ele decidiu fechar a página, e por mim tudo bem, não acredito que seja um canal de comunicação muito importante”, afirma o gestor. Ele informa também que a unidade não tem estrutura

para receber visitantes – sem portaria, sem sinalização. Dessa forma, não há interesse de aumentar o número de visitantes com essas condições visto que é uma unidade de proteção integral.

Afirma ainda que o foco da gestão é a regularização fundiária, “estamos realizando o cadastramento de todos os moradores e realizando as vistorias em todas as posses”, já têm três povoados cadastrados - aproximadamente 60 famílias. “Com base nestas informações, daremos início a abertura dos processos para a regularização fundiária. Junto com o conselho e com os órgãos fundiários federais e estaduais (Incra e Iterma) pretendemos estabelecer meios de efetuar a retirada progressiva das famílias do parque encontrando para elas um meio de vida condizente com sua história, priorizando aqueles que tem interesse em vender suas terras. As famílias mais enraizadas, deverão ter sua situação regulada por termo de compromisso, de tal forma que possam ainda morar na unidade por um certo período de tempo até que sejam finalmente reassentadas”.

2. **Nome do projeto:** Ações de Uso Público relativo ao período da Copa do mundo Fifa 2014

Responsável pelo projeto: Yuri Teixeira Amaral, analista ambiental do ICMBio.

Quem propôs a ação: não houve repasse de informação.

Motivação: não houve repasse de informação.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Santo Amaro, voluntários do curso de guia de turismo do Instituto Federal do Maranhão – campus Barreirinhas

Sujeitos da ação educativa: turistas e operadoras.

Período de desenvolvimento do projeto: 20 de Junho a 20 de julho.

Metodologia: não houve repasse de informação.

Tema: Parna Lençóis Maranhenses, conduta consciente do turista.

Atividades realizadas: Mutirão de coordenação do turismo. Permanência de uma

equipe do ICMBio e voluntários no município, registro dos visitantes, orientação quanto à conduta consciente na unidade. Acordos com as operadoras de turismo local quanto ao acesso aos atrativos, instalação de placas de orientação e boas-vindas. Formação dos voluntários.

Temas trabalhados: não houve repasse de informação.

Resultados: As placas confeccionadas auxiliaram no ordenamento e foram bem recebidas pela comunidade. Segundo o relatório, “A ação teve boa aceitação nos dias em que foi possível realizar a atividade” e “A presença dos servidores inibiu condutas indesejadas por parte dos visitantes e operadores”. A equipe estar uniformizada foi importante para identificação. Durante o mutirão estava também ocorrendo operação de fiscalização pela Coordenação Geral de Proteção (Cgpro) de forma que as viaturas foram divididas entre às duas ações dificultando o trabalho. A Prefeitura de Santo Amaro disponibilizou uma sala para o ICMBio na Central de Turismo durante o evento e sinalizou que tem interesse em firmar um termo de cessão para auxiliar o instituto a ter maior presença na cidade.

Dificuldades: alguns voluntários faltaram nos dias de atividade. Foram enviados menos servidores que o solicitado o que prejudicou muito o mutirão. As atividades se concentraram em Santo Amaro, pois lá não há sede do ICMBio, entretanto, o planejado seria haver apoio também na área funcional do Atins, que ficou sem qualquer assistência.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: Em Santo Amaro houve uma reação positiva, inclusive por parte da comunidade que chegou a fazer um abaixo assinado pela continuidade do evento até o fim da temporada de turismo. A possibilidade do ICMBio ter uma sala no município foi uma grande conquista e evidenciou o bom trabalho realizado pela unidade no estabelecimento de parcerias, implementação da portaria 63/2010 e formação do conselho consultivo da unidade.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de

informação.

Fontes de pesquisa: entrevista dia 10 de novembro de 2014 com o gestor da unidade, Adriano Ricardo Damato Rocha de Souza.

Relatório: ICMBio. Parque Nacional Lençóis Maranhenses. Amaral, Yuri Teixeira. Relatório de ações de Uso Público relativo ao período da Copa do Mundo Fifa. 2014.

5.5.8. Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

Gestão de conflitos / Elaboração de programa de EA e comunicação/ Articulação entre instituições federais, municipais e estaduais/ Participação do Conselho Gestor da Unidade

Bioma: Marinho-costeiro

Data de criação da UC: 1990

Data do plano de manejo: 2004

Sede: Florianópolis - SC **Telefone:** (48) 3338-8722 **Ligado a:** CR-9

Plano de manejo: O Plano de Manejo da Rebio Marinha do Arvoredo apresenta um Programa de Interpretação e Educação Ambiental não detalhado. Além disso, não possui programa de comunicação; itens de divulgação estão incluídos em um Programa de Ações Gerenciais Externas – Integração Externa.

Nome do projeto: Planejamento e operacionalização do Programa de Educação e Interpretação Ambiental.

Relação do projeto com o plano de manejo: é o detalhamento do que o plano de manejo propõe.

Responsáveis pelo projeto: Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Conselho Consultivo da Rebio, composto por: Adriana Carvalho Fonseca (Rebio

Arvoredo/ICMBio), Carlos Eduardo Fagundes Farias (Aprender Entidade Ecológica), Diana Carla Floriani (Rebio Arvoredo/ICMBio), Elda R. V. Oliveira (Rebio Arvoredo/ICMBio), Janaina Devi Pereira da Silva (Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina), Mauro Figueredo de Figueiredo (Aprender Entidade Ecológica), René Augusto Otremba Eiras (Associação das Escola e Operadoras de Mergulho do Estado de Santa Catarina - AEOMESC), Richard Smith (Instituto Çarakura), Rodrigo Bicudo Merege (Núcleo de Educação Ambiental / Universidade Federal de Santa Catarina), Silvane Dalpiaz do Carmo (Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis).

Quem propôs a ação: ICMBio e GT de EA do Conselho Consultivo.

Motivação: a Rebio já tinha interesse em criar um GT para implementar ações de EA na unidade, mas não tinha servidores com formação específica para mediar o processo; houve um seminário em 2012 de UCs de Santa Catarina, do qual participaram servidores do ICMBio e ONGs, onde estreitaram parcerias.

Parceiros: na elaboração do programa: Núcleo de Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina/Ufsc, Aprender Entidade Ecológica e Instituto Çarakura, Associação de Mergulhadores e Escolas de Santa Catarina, Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis/Floram e Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina/Fatma (a reserva é circundada por municípios, embora o mais próximo seja Bombinhas). Além disso, três deste grupo participaram de uma parte do II Curso de Educação Ambiental promovido pela Coedu em 2013, e direcionaram a construção do projeto de participação social dos pescadores. Todos participaram como voluntários e ainda vão debater um edital para contratar uma fundação que vai tocar o programa. Estão aguardando resposta de condicionante relacionada a exploração do Pré-Sal para operacionalizar o programa.

Sujeitos da ação educativa: conselheiros e parceiros das UCs, incluindo instituições municipais e federais.

Período de desenvolvimento do projeto: 2012 a 2014 (redação do projeto/planejamento) e 2015-2017 (primeiro ciclo de operacionalização/implantação das ações).

Objetivos: Planejar coletivamente e operacionalizar o Programa de Educação e Interpretação Ambiental da Rebio, que visa integrar esta Unidade de Conservação de proteção integral no contexto social da região de Santa Catarina, buscando tornar os indivíduos mais próximos e atuantes na gestão e implementação da unidade e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de posturas e ações que promovam a conservação do ambiente e a melhoria da qualidade de vida da coletividade.

Metodologia: o programa foi sendo construído ao longo do processo, para permitir a construção participativa. Cada reunião com uma dinâmica, como a da Árvore dos Sonhos. As ações sugeridas foram sendo agrupadas na medida em que as reuniões iam ocorrendo. Passou pelo conselho pra contribuições, depois pra professores da Ufsc e a versão final ao conselho novamente.

O programa está dividido em linhas de ação com diretrizes gerais e públicos-alvo. As linhas de ação são as seguintes: sensibilização dos indivíduos por meio de ações de Educação Ambiental em diferentes espaços, incluindo atividades monitoradas de mergulho; mobilização social, por meio do estímulo a participação de comunidades de pesca em fóruns de gestão ambiental pública, entre outros; formação de Recursos Humanos em educação ambiental, para a formação de multiplicadores; disseminação, disponibilização e divulgação de informações, voltada para divulgar a UC e ações de EA, realizar campanhas de esclarecimento e elaborar materiais didáticos e informativos; estruturação da UC para a Educação Ambiental, a fim de que a Rebio receba estrutura física adequada para a realização de atividades e sinalização; integração entre projetos e ações de educação ambiental, fomentando a construção de propostas comuns entre UCs e instituições e entidades parceiras. A partir da elaboração de um edital, será selecionada uma fundação para desenvolver o escopo do projeto, com especial atenção para os indicadores que deverão ser construídos. Esta fundação também terá que abrir editais para executar ações em forma de subprojetos, de acordo com as diretrizes propostas no programa.

Documentos de referência: o programa cita como marcos legais com princípios que devem ser seguidos para a implementação das ações: a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), o Programa Nacional de Educação (Pronea, 2005). A Política Estadual de Educação Ambiental (Peea, 2005), a Política Nacional de Educação

Ambiental (Pnea, 2002), e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (Encea, 2012).

Atividades realizadas: reuniões mensais/quinzenais do GT serviram para a construção do planejamento. As atividades do programa ainda não foram implementadas.

Temas trabalhados: papel da UC, biodiversidade, ecossistemas marinho-costeiros, mergulho, práticas de turismo sustentável, comunidades tradicionais - pesca artesanal, entre outros.

Resultados: o detalhamento do programa. As ações ainda não foram implementadas e o documento norteador do programa ainda será lançado (início de 2015).

Formas de avaliação e monitoramento: o programa propõe um comitê de avaliação e acompanhamento, composto por representantes do ICMBio e outras instituições, muitas já fazendo parte do Conselho – GT.

Desdobramentos: ainda não há registro.

Alguns produtos do projeto: publicação do plano aguardando aprovação.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: nenhuma por enquanto.

Sobre Comunicação na UC: não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Entrevista por telefone com Richard Smith (conselheiro pelo Instituto Çarakura).

Programa de Educação e Interpretação Ambiental. Conselho Consultivo da Rebio do Arvoredo – Corbio; Grupo de Educação Ambiental – Gtea. Junho de 2014.

5.5.9. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Programa de Educação Ambiental / Educomunicação / comunidade em geral / Condicionante de licenciamento

Uso público foco em crianças**Biomass:** Marinho-Costeiro**Data de criação da UC:** 1983**Data do Plano de manejo:** 1991**Sede:** Caravelas - BA**Telefone:** 73 - 3297 2258**Ligado a:** CR-7

Plano de manejo: O analista ambiental Marcelo Lourenço explicou que atualmente o Parna só desenvolve o projeto Crianças no Parque – atividade pontual com um dia de duração, realizado no mês das crianças e envolvendo visita a trilha, teatro e brincadeiras com aproximadamente 60 estudantes de escolas da sede do parque, que fica em Caravelas (BA). Também desenvolvem palestras nas escolas, e que as ações de Educomunicação e Educação Ambiental da UC foram reduzidas nos últimos anos porque não contam mais com recursos financeiros oriundos da atividade da dragagem do Canal do Tomba pela empresa Fibria – cujos recursos são investidos, agora, no Programa de Educação Ambiental e Comunicação da Resex de Cassurubá (experiência sistematizada no relatório). **Uso público:** o parque tem um centro de visitantes, uma trilha denominada Marobá e recebe turistas interessados, especialmente, na parte marinha do parque. O programa descrito abaixo tinha ações embasadas no Plano de Uso Público do Parna – caso das ações do Programa Professores no Parque, com o objetivo de integrar a comunidade e o Parna.

1. **Nome do projeto:** Programa de Educação Ambiental do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Responsável pelo projeto: Núcleo de EA do Parna Marinho dos Abrolhos/ONG Ecomar (executora das ações).

Quem propôs a ação: o Núcleo de EA do Parna Marinho dos Abrolhos, com participação da Comissão de Educação e Cultura do Conselho Consultivo do Parna.

Motivação: momento histórico na região, com a mobilização para a criação da Resex de Cassurubá (que foi em 2009); diversas iniciativas de cultura e comunicação populares presentes no município, precisando de apoio.

Parceiros: os recursos foram provenientes da condicionante do empreendimento de dragagem de acesso ao Canal do Tomba, em Caravelas (RLO 425/2005, condicionante 2.12). Oficineiros e outros profissionais foram contratados via editais. Houve parceiros como escolas e ONGs locais, como o grupo cultural Artimanha, Cineclube Caravelas e Instituto Baleia Jubarte (na maioria com cadeiras no Conselho).

Sujeitos da ação educativa: população dos municípios de Caravelas, Alcobaça, Nova Viçosa e Prado, incluindo professores e estudantes.

Período de desenvolvimento do projeto: 2009 a 2010.

Objetivos: fomentar atividades de Educação Ambiental e Educomunicação junto ao público do entorno do Parna e ainda da Resex de Cassurubá, cuja mobilização fez parte do contexto do programa, estimulando a integração entre a UC e a comunidade.

Metodologia: várias ações de mobilização, incentivo à organização comunitária, educação ambiental e educomunicação, e ainda incentivo à manifestações culturais locais. As principais ações do projeto foram:

- Programa Professores no Parque (que funcionava desde 2004, não ocorreu entre 2007 e 2008 e retornou com o programa): com o objetivo de sensibilizar professores e estudantes para questões ambientais;
- Eventos socioambientais: aproximação do Parna com o município, por meio de mobilização e formação de agenda de eventos de integração entre comunidade, Poder Público de Caravelas e o Parna, com participação da Comissão de Educação e Cultura do Conselho Consultivo, incluindo a mobilização para um evento do decreto de criação da Resex de Cassurubá.

Projeto Comunidade em Abrolhos: com o objetivo de fomentar a vivência da população local sobre o patrimônio ambiental de Abrolhos, promovendo viagens das comunidades do entorno ao Parque Marinho, sendo recepcionados por guardas-parque e tendo apresentações culturais na própria ilha onde desembarcaram para o passeio.

Atividades realizadas: dividida pelos itens:

- Programa Professores no Parque: imersão de 40 horas com professores em aulas práticas e saídas de campo a Abrolhos, zona ribeirinha e manguezal, e áreas da Resex de Cassurubá, envolvendo os parceiros do Parna no processo de formação; mesa redonda sobre a criação da Resex; construção de projetos pelos professores junto às escolas (intervenções com três meses de duração e apoio da equipe do Núcleo de EA); visitas ao Centro de Visitantes por alunos; distribuição dos livros Encontros e Caminhos 1 e 2 (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Encontros e Caminhos. 2005 e 2007) aos professores participantes; encontro para partilha das experiências realizadas nas escolas.
- Eventos socioambientais: mobilização para a realização de calendário de eventos integrativos; realização de diversos eventos relacionados nos resultados abaixo.
- Apoio a Festas Populares: fortalecimento das manifestações tradicionais regionais, fomentando a autonomia dos grupos e incentivando o protagonismo dos festeiros locais.
- Comunicação comunitária: apoio a atividades de comunicação popular – jornal O Timoneiro, que existia na região desde 2006; as atividades do Cineclubes Caravelas e ainda processos formativos envolvendo comunicação.

Temas trabalhados: conservação de ecossistemas, importância das áreas marinhas protegidas, UCs, criação da Resex, cultura afro-indígena, comunicação popular, métodos de elaboração de projetos.

Resultados: dividida pelos itens:

- Programa Professores no Parque: 41 professores participaram da imersão de 40 horas; envolvimento de mais de 20 escolas e cerca de 700 alunos.
- Eventos socioambientais: realização do 26º aniversário do Parna e 154 anos de emancipação de Caravelas, realização do Festival de filmes do Cineclubes Caravelas, com mostra de filmes realizados desde 2006 pelo Cine Clube e exibição de filmes a céu aberto na cidade e em distritos rurais; entrega de diplomas e medalhas a 26 líderes comunitários e instituições que contribuíram com a Educação e a Cultura em Caravelas; distribuição de kits dos filmes e de um documentário sobre o Parna para as escolas municipais de Caravelas; mostra fotográfica com a memória de Caravelas, que circulou no Centro de Visitantes do Parna e na Fundação Cultural Benedito Raile, em Caravelas; mobilização e realização de

evento para o decreto de criação da Resex de Cassurubá, entre 1 e 4 de junho de 2009, com a distribuição de kits de material informativo sobre o histórico da Resex; mobilização da imprensa nacional; informe especial do jornal comunitário O Timoneiro, distribuição de 500 jornais murais e chamadas nas rádios locais e carro de som. Houve ainda realização de mutirão de limpeza de praias da orla de Caravelas, em 2009, em 2010 o 27º aniversário do Parna, com extensa programação cultural envolvendo grupos da região, realização de oficinas educativas e uma homenagem aos “povos do Mar”, incluindo um documentário realizado pela Fundação Benedito Raile e o Cine Clube Caravelas.

Em relação a mobilização para a implementação da Resex de Cassurubá, o Parna destaca que o Núcleo de EA apoiou o processo de mobilização nas comunidades da Reserva, convidando moradores a participarem das reuniões promovidas por consultores do ICMBio para esclarecer sobre a Resex, o Conselho e o Plano de Manejo. O Parna participou da formação do Conselho da Resex em 2009, realizada no Centro de Visitantes; também ajudou a mobilização para o II Encontro das Resex da Bahia, realizado em outubro de 2009, e contribuiu para a realização do encontro das Colônias de Pesca do Extremo Sul da Bahia.

- Projeto Comunidade em Abrolhos: em 2009 foi realizada uma primeira visita com 56 pessoas ao parque; em 2010, foram seis saídas, envolvendo grupos culturais locais (Umbandaum, moradores do bairro Portelinha, grupo das Nagôs, Marujada de Cosme e Damião, da Comunidade da Tapera, na Resex de Cassurubá, Marujada e Grupo de Teatro Raízes da Terra. Grupos de capoeira de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Cumuruxatiba). O Cineclubes Caravelas produziu um documentário com os depoimentos de pessoas que participaram dessas saídas.

- Apoio a Festas Populares: foram apoiadas oito festas, de marujadas a festejos do período junino, além de um concurso de marchinhas promovido pela Prefeitura. Entre outros, o Núcleo de EA do Parna apoiou a articulação entre festeiros, o registro e a documentação das festas, e ainda contribuiu com itens como produção de ferramentas de divulgação e confecção de camisetas.

- Comunicação comunitária: o programa de EA do Parna garantiu recurso a um jornalista responsável pela produção do jornal em 2009, que também, supervisionou o trabalho de repórteres comunitários, tendo a participação de 25 pessoas na

definição de pautas e reportagens – 11 delas participando ativamente da produção final dos jornais no primeiro número de 2009, 20 no segundo – incluindo jovens de uma escola local. Também foi garantida a impressão de duas edições do jornal em 2009 e ainda o lançamento em um pequeno evento em Caravelas dos dois jornais.

Formas de avaliação e monitoramento: participação da Comissão de Educação e Cultura do Conselho Consultivo do Parna na avaliação das atividades do programa.

Detalhamento:

- Programas Professores no Parque: Oficina de Avaliação com secretários de educação dos municípios envolvidos e professores participantes. Nessas oficinas foram elaboradas atividades de auto-avaliação (como foi a participação de cada um no projeto e influências na prática pedagógica); contribuições e sugestões a próximas edições do projeto. Também foi levado em consideração os projetos realizados pelos professores em suas escolas;
- Eventos socioambientais: a participação da população na mobilização para estes eventos; desde a reunião que envolveu 70 pessoas na construção da programação do 26º aniversário do Parna e 154 anos de emancipação de Caravelas;
- Projeto Comunidade em Abrolhos: depoimentos em vídeo com os participantes registrando suas impressões do passeio.
- Comunicação Comunitária: além da participação – número de pessoas fazendo reportagens para o jornal O Timoneiro, a participação de um Conselho Editorial na definição do jornal pode ser apontada como uma forma de avaliação do mesmo, que existia desde a criação do jornal em 2006. Também houve um ciclo de comunicação comunitária com 120 inscritos, tendo a execução a cargo de professores do Laboratório de Comunicação Comunitária da Ufrj.

O Parna também apoiou o Cine Clube Caravelas, estruturando um núcleo de comunicação audiovisual (com equipamentos cedidos pelo Parna), tendo como resultados diversas produções comunitárias locais que chegaram a ser selecionadas em festivais de cinema (como os filmes Não Mangue de Mim e É Tudo Mentira). Além disso, o Parna também apoiou a realização de festivais e ainda de documentários tendo as UCs locais como temas.

Desdobramentos:

- Comunicação Comunitária: os jornais pararam de ser produzidos em 2009, com o fim do recurso do projeto. Não houve maior mobilização para se criar estratégias de continuação deste trabalho com autonomia em relação ao Parna. Não houve formação para criar projetos de continuidade ou ainda utilização de mídias virtuais gratuitas, como blogs.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação utilizadas no projeto: diversas reuniões de mobilização, veículo de comunicação comunitário, vídeos.

Sobre Comunicação na UC: diversas – de folhetos sobre o parque a jornais-murais.

Fontes de pesquisa: Relatório: ICMBio. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Relatório de Atividades Programa de Educação Ambiental. Maio de 2010.

Relatório: ICMBio. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Relatório Crianças no Parque. 2012.

Boletim Interno do ICMBio. Parna dos Abrolhos investe em integração com a Comunidade: Projeto Professores no Parque. nº 157 - Ano IV. Brasília, Agosto de 2011.

2. **Nome do projeto:** Atividades com crianças e adolescentes no Centro de Visitantes

Relação do projeto com o Plano de Manejo: O projeto descrito está previsto no Plano de Manejo da Unidade, embora não apresente um Programa formal de Educação Ambiental.

Responsáveis pelo projeto: Responsável pelo preenchimento: Ricardo Jerozolimski, (ricardo.jerozolimski@icmbio.gov.br), Servidor da Unidade responsável pelo acompanhamento do projeto/ação Fernando Pedro Marinho Repinaldo Filho.

Quem propôs a ação: Trata-se de uma ação sem vínculo com um programa EA

Motivação: não houve repasse de informações.

Parceiros: Recursos oriundos do Orçamento. Parcerias envolveram a execução da proposta e apoio logístico. A construção do projeto teve participação de: Analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Comunidade, ONG e Rbma (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). A sua execução, contou com a parceria de analistas ambientais do ICMBio, Conselheiros da Unidade, Comunidade e ONG.

Sujeitos da ação educativa: Gestores, Professores, Jovens, Estudante do Ensino Formal e Visitantes.

Período de desenvolvimento do projeto: De 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

Objetivos: Estimular em crianças e jovens a reflexão sobre aspectos e problemas ambientais, voltados para a região do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, utilizando meios lúdicos-educativos.

Metodologia: Não houve repasse de informações.

Atividades realizadas: Diversos grupos de crianças e jovens participaram das oficinas de EA previstas nesta ação ao longo do período 2012-2014.

Ao longo do ano são realizados oficinas, apresentações e dinâmicas voltadas a sensibilização ambiental, no Centro de Visitantes e em escolas e creches. Incluindo apresentação de peça teatral produzida e encenada por funcionários do Parque, atividades educativas em trilha ecológica e no Centro de Visitantes

Estas oficinas são realizadas cerca de 4 a 6 vezes por ano, preferencialmente próximo as datas do aniversário do Parque (abril), dia das crianças (outubro) e conforme demanda das escolas locais.

Alguns temas trabalhados: Características socioambientais da região do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; Importância das áreas marinhas protegidas (Por que e Como Conservar); O que é e como trabalha o ICMBio; Cidadania e participação social.

Resultados: Sensibilização ambiental de crianças e jovens. Atingiu as expectativas.

Dificuldades: conseguir recursos para alimentação dos participantes das atividades.

Formas de avaliação e monitoramento: Não há avaliação sistemática, porém é realizado o monitoramento através do número de atividades realizadas e número de participantes.

Desdobramentos: Continuidade em 2015 com a realização de 4 oficinas durante o ano. Diversos grupos de crianças e jovens participaram das oficinas de EA previstas nesta ação ao longo do período 2012-2014.

Alguns produtos do projeto: Não houve repasse de informações.

Ações de comunicação que realizaram dentro do projeto: Site próprio/blog, Página no Facebook, Rádio Comunitária, Espaço em jornal/boletim de terceiros, Jornal-mural, ICMBio em Foco. Publicação de matérias em jornal comunitário local, sites, etc.

Sobre comunicação nas UCs: Não houve repasse de informações.

Fontes de pesquisa: Formulário online

5.5.10. Parque Nacional Marinho de Fernando De Noronha

Bioma: Marinho Costeiro

Data de criação da UC: 1988

Data do Plano de Manejo: 1990

Sede: Fernando de Noronha PE **Telefone:** (81) 3619.1220 **Ligado a :** CR-6

Plano de Manejo: De acordo com o Plano de Manejo da Unidade, há divulgação por meio de cartilha no programa Fazendo Educação Ambiental. A Educação ambiental é contemplada em diversos programas, como o Programa Fazendo Educação Ambiental e o Programa computacional para simulação e análise de geração eólica/diesel, Projeto TAMAR/Ibama, Programa de Educação Ambiental do Centro

Golfinho Rotador, Projeto Férias Ecológicas (IBAMA/Golfinho Rotador), Projeto Guias-mirins (desenvolvido pelo Projeto TAMAR/Ibama).

1. Nome do projeto: Férias Ecológicas

Responsável pela ação: não houve repasse de informação.

Quem propõe a ação: Parnamar

Motivação: Idealizado por Heleno Armando da Silva (chefe do parque) e Josivan Rabelo (chefe da fiscalização) visando ocupar as crianças no período de recesso escolar no qual os pais estão mais atarefados com os turistas

Parceiros: Centro Golfinho Rotador, Petrobrás, Centro Mamíferos Aquáticos

Sujeitos da ação educativa: crianças (entre 3 e 17 anos) moradoras de FN.

Período de desenvolvimento: Férias escolares de janeiro, desde 1990.

Objetivos: Ocupar as crianças no tempo ocioso de recesso escolar. Sensibilizar para o valor de conhecer e preservar o ambiente em que vivem

Atividades realizadas: Palestras, oficinas, trabalhos manuais, jogos, dinâmicas e saídas a campo.

Alguns temas trabalhados: Arquipélago de Fernando de Noronha, APA, Parnamar, meio ambiente em geral.

Principais resultados: não houve repasse de informação.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: No ano de 2014 foi realizada uma formação para adolescentes da ilha exercerem a função de monitores no projeto.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de informação.

2. Nome do projeto: Jornal Ecoar

Responsável pelo projeto: Coordenação de voluntariado do Parque Nacional.

Quem propõe a ação: Parnamar.

Motivação: Aproximar as Unidades de Conservação Federais de Fernando de Noronha da comunidade local, servidores e visitantes.

Parceiros: apoiadores do Programa de Voluntariado.

Sujeitos da ação educativa: Moradores de Fernando de Noronha, visitantes e servidores.

Período de desenvolvimento: durante todo o ano com publicação quinzenal, desde novembro/2011.

Objetivos: Noticiar os acontecimentos do Parnamar e divulgar as várias frentes de trabalho promovidas pelos servidores das Unidades de Conservação Federais de Fernando de Noronha, aproximando a sociedade das unidades. Divulgar o trabalho realizado na ilha e a importância do Parque para a conservação das espécies terrestres e marinhas do arquipélago.

Metodologia: entrevistas, pesquisas, acompanhamento das atividades do Parque e da APA.

Atividades realizadas: Elaboração e distribuição do Jornal Ecoar

Alguns temas trabalhados: Arquipélago de Fernando de Noronha, APA, Parnamar, meio ambiente em geral, fauna e flora da ilha, atrativos turísticos, atividades realizadas pelos servidores e voluntários do Parque, pesquisas científicas desenvolvidas na área do Parque.

Principais resultados: Discussão dos problemas do Parque, esclarecimento sobre informações da unidade de conservação, transparência sobre autorizações dadas pelo ICMBio.

Formas de avaliação e monitoramento: Retorno pelo e-mail do jornal (jornalecoar@gmail.com).

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: o próprio jornal.

3. Nome do projeto: [Página no Facebook](#)

Responsável pelo projeto: Coordenação de Voluntariado do Parnamar

Quem propõe a ação: Parnamar

Motivação: Aproximar o Parque da sociedade. Promover o Parnamar.

Parceiros: não houve repasse de informação.

Sujeitos da ação educativa: sociedade como um todo.

Período de desenvolvimento: durante todo o ano, desde maio/2012.

Objetivos: Estabelecer canal direto de comunicação com a sociedade, noticiar os acontecimentos do Parnamar no ambiente online e divulgar as várias frentes de trabalho promovidas pelos servidores do Parque e da APA.

Metodologia: entrevistas, pesquisas, acompanhamento das atividades do Parque e da APA.

Atividades: publicações diárias

Temas trabalhados: Arquipélago de Fernando de Noronha, APA, Parnamar, meio ambiente em geral, fauna e flora da ilha, atrativos turísticos, atividades realizadas pelos servidores e voluntários do Parque, pesquisas científicas desenvolvidas na área do Parque.

Resultados: Discussão dos problemas do Parque, esclarecimento sobre informações da unidade de conservação, transparência.

Formas de avaliação e monitoramento: Quantidade de curtidas e comentários na página

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: a própria página no facebook.

4. Nome do projeto: Os Naturalistas

Responsável pelo projeto: Coordenação de Voluntariado e Coordenação de Uso Público do Parnamar

Quem propõe a ação: Parnamar

Motivação: Idealizado pela equipe de voluntários do Parnamar com o objetivo de atender ao subprograma de educação ambiental, segundo as diretrizes do Plano de Manejo da UC.

Parceiros: Escola de Referência em Ensino Médio Arquipélago de Fernando de Noronha, Circo Caracas, ICMBio, Rock Lima (artista plástico). Não há recurso financeiro disponível específico para o projeto. O Parque possui apoiadores que fazem doação de material para a realização das atividades de Educação Ambiental.

Sujeitos da ação educativa: crianças e alunos (entre 3 e 17 anos) da Creche Bem-me-quer e da Escola Arquipélago, que cursam o 5º e 8º ano do Ensino Fundamental e alunos do 2º ano do Ensino Médio.

Período de desenvolvimento: durante todo o ano letivo regular nos períodos de contraturno. Início 2014.

Objetivos: Aproximar os alunos da rede de ensino e seus familiares ao Parque Nacional Marinho promovendo mudança de comportamento gerando interesse pelos ambientes naturais, monumentos históricos e questões socioambientais da ilha.

Metodologia: Todas as atividades estão sendo elaboradas, levando-se em conta a Política Nacional de Educação Ambiental. As ações foram divididas em 4 linhas temáticas:

- Percebendo – Os sentidos (Pré-escola): interação e brincadeira, desenvolvimento e personalidade, linguagem e inclusão social da criança.
- Conhecendo – O território (5º - Ensino Fundamental): Desenvolvimento da capacidade de aprendizado do aluno por meio da leitura, escrita e do cálculo.
- Reconhecendo – Percepção ambiental (8º - Ensino Fundamental): Desenvolvimento da capacidade de aprendizado do aluno por meio da leitura, escrita e do cálculo.
- Investigando – Pesquisa e manejo (2º - Ensino Médio): Compreensão das profissões, do pensamento criativo e da autonomia intelectual.

Atividades realizadas: Palestras, oficinas e saídas a campo.

Temas trabalhados: – Os sentidos, O território, Percepção ambiental e Pesquisa e manejo .

Resultados esperados: Fortalecer a imagem do Parque, aproximar crianças e jovens da Escola Arquipélago da unidade de conservação e estimular uma reflexão crítica sobre a utilização dos recursos naturais e impactos ambientais.

Formas de avaliação e monitoramento: Foram elaborados formulários para nortear e avaliar cada atividade, como participação dos alunos, novas propostas de trabalho e outros possíveis desdobramentos em atividades futuras.

Desdobramentos: Programa criado como piloto, no segundo semestre de 2014, com duração trimestral com o intuito de ser um piloto para efetivação de um programa a longo prazo, que faça parte do calendário escolar e do conteúdo programático tanto da Creche Bem-me-quer quanto da Escola Arquipélago.

Sobre Comunicação na UC: [Página no Facebook](#), Jornal Ecoar, cartazes.

Fontes de pesquisa: Entrevistas via email com equipe de Coordenação do Programa de Voluntariado do Parque, com Rosana Santana, analista do ICMBio, Ricardo Araújo, gestor da unidade.

Relatório Férias Ecológicas 2014 fornecida pelo Centro Golfinho Rotador.

MARTINS, J.M.S. *et al.*, “Férias ecológicas: um programa de educação ambiental marinha em Fernando de Noronha.” In: PEDRINI, A.G. Educação ambiental marinha e costeira no Brasil.

5.5.11. Reserva Extrativista Pirajubaé

Conselho gestor / gestão de conflitos

Bioma: Marinho Costeiro

Data de criação da UC: 1992

Data do Plano de Manejo: Não possui

Sede: Florianópolis - SC **Telefone:** (48) 33892746 **Ligado a:** CR - 9

Plano de manejo: A Unidade não tem Plano de Manejo. Está na primeira etapa que é o levantamento por meio de pesquisas, além disso, é essencial a formação da comunidade para qualificar a participação na criação do PM. A Resex é uma das mais pesquisadas no que diz respeito ao meio biológico, porém não foi realizado um estudo antropológico, essencial para conhecer os sujeitos do território. Atualmente, as atividades de educação ambiental atendem a demandas, não existe um Programa.

- 1. Nome do projeto:** Plano de Ação do Conselho para gestão 2014-2016

Responsável pelo projeto: Resex

Quem propôs a ação: Resex com Conselho

Motivação: Fortalecimento da gestão participativa; possibilitar que os conselheiros se sintam co-gestores, mudem o olhar de conselho como balcão de informações para a co-gestão; e a necessidade de formação de conselheiros.

Parceiros: não tem parceiros e nem recurso.

Sujeitos da ação educativa: conselheiros da comunidade ou não.

Período de desenvolvimento do projeto: outubro de 2014 ao primeiro semestre de 2015.

Objetivos: Construir coletivamente o Plano de Ação e formar os conselheiros.

Metodologia: Concepção pedagógica da Educação no processo de gestão ambiental que se encontra no campo da EA crítica, emancipatória e transformadora, com elementos ancorados na educação popular Freireana.

Atividades realizadas: planejamento da reunião, planejamento dos processos, reuniões formativas, grupos de trabalho.

Temas trabalhados: não houve repasse de informação.

Resultados: Hierarquização dos problemas da Resex; a formação continuada dos conselheiros foi identificada como prioridade; e o fortalecimento da organização comunitária.

Dificuldades: Conflitos entre os comunitários e falta de equipe na Unidade.

Formas de avaliação e monitoramento: Foi pensando formas para tal, como: qualificação da participação dos conselheiros e maior apropriação da co-gestão.

Desdobramentos: Interligação das ações desenvolvidas para construir um Programa de Educação Ambiental.

Alguns produtos do projeto: O Plano de Ação.

Ações de comunicação utilizadas no projeto: contato com os conselheiros feito pelo telefone, e carta enviada pelo correio, reuniões mensais do conselho. A comunicação é um gargalo, pois os comunitários são semi-analfabetos e não têm pontos de encontro.

2. **Nome do projeto:** Geração de Renda – Centro de Beneficiamento de

berbigão.

Responsável pelo projeto: Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas SEBRAE (execução).

Quem propôs a ação: EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), extrativistas, Resex

Motivação: Os extrativistas solicitaram um local para processamento do berbigão no projeto desenvolvido em 1995. (Existe também a IN 07/2012 que exige um espaço de beneficiamento de moluscos bivalves). Existia um projeto inicial que foi qualificado pela analista Laci, nesse foi apontado a necessidade de ter Programa de Educação Ambiental, Educação Patrimonial e construção de Plano de Negócios.

Parceiros: Sebrae executou.

Sujeitos da ação educativa: não se aplica.

Período de desenvolvimento do projeto: Até dezembro de 2014.

Objetivos: Analisar a viabilidade financeira e econômica do Centro de Beneficiamento.

Metodologia: não houve repasse de informação. Intencionalidade educativa: aumentar a auto-estima, pertencimento com a Resex e o território.

Atividades realizadas: não se aplica.

Temas trabalhados: não houve repasse de informação.

Resultados: Estrutura do negócio.

Formas de avaliação e monitoramento: Análise do relatório.

Desdobramentos: Agregar valor ao berbigão, subsídio para a construção de um Programa de EA etapa de diagnóstico, voltada para prepara os extrativistas para os negócios, valorização das mulheres que participam do processo como descacadeiras e/ou desconchadeiras como extrativistas.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação desenvolvidas no projeto: não houve repasse de informação.

Sobre Comunicação na UC: Facebook, ICMBio em foco, folhetos e livro produzido pelo Instituto Federal de Santa Catarina sobre a Resex com enfoque no etnoconhecimento produzido com os comunitários – maio de 2014. A entrevistada destaca que esses materiais não estão envolvidos em processos educativos.

Fonte de pesquisa: Entrevista com Laci Santin (laci.santin@icmbio.gov.br) no dia 21/11/2014 no Encontro de educadores de MMA e vinculadas.

5.5.12. Reserva Extrativista de Soure

Uso público com estudantes

Formação de jovens

Educação ambiental não formal voluntariado

Biomass: Marinho-Costeiro

Data de criação das UC: 2001

Data do plano de manejo: Não tem

Sede: Soure - PA **Telefone:** (91) 3741-1351 **Ligado a:** CR-4

1. **Nome do projeto:** Manguezal: Conhecendo e Protegendo

Responsável pelo projeto: Gabriela Calixto Scelza (não houve repasse de e-mail de contato), analista ambiental.

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: não houve repasse de informação.

Parceiros: ICMBio e parceiros locais.

Sujeitos da ação educativa: conselheiros e comunidades do entorno e visitantes.

Período de desenvolvimento do projeto: 2013-2014.

Objetivos: Desenvolver e ampliar ações, voltadas tanto para a população local quanto aos turistas, que promovam a conservação e o uso adequado das praias, mangues e restingas da Barra Velha e Pesqueira (ambas localizadas no interior da Resex), durante o verão paraense, período de maior fluxo de usuários (turistas, visitantes e moradores locais). Específicos: divulgar a existência e a importância da Resex Marinha de Soure, seus objetivos e suas regras de uso; desenvolver ações focadas no ordenamento do uso público através de atividades educativas que facilitem o entendimento das regras de uso da Resex Marinha de Soure; sensibilizar os usuários para a importância da conservação das praias, mangues e restingas; desenvolver ações que promovam a valorização da cultura tradicional e da biodiversidade local; fomentar e divulgar as ações do ICMBio voltadas para a participação social na conservação ambiental; promover mutirão de limpeza das praias como ferramenta para discussão da poluição ambiental, sensibilizando o visitante para cuidar do seu lixo; mobilizar escolas, universidades, comunidades, associações e o público em geral para a participação voluntária em atividades de comunicação social e educação ambiental; construir parcerias e desenvolver ações articuladas entre instituições locais e a Resex Marinha de Soure; contribuir para a valorização dos conhecimentos e cultura tradicionais, estimulando a cidadania local e promovendo o protagonismo juvenil para o exercício de defesa do seu território e de manutenção da sua história.

Metodologia: processos formativos com alunos e professores de escolas, visitas monitoradas à área da Resex.

Atividades realizadas: capacitação de alunos da Universidade Federal do Pará - Campus Soure e Universidade Estadual do Pará - Campus Salvaterra, para atuarem como monitores na execução das atividades do projeto; realização de palestra dialogada nas salas de aula, preferencialmente com turmas de 5º e 6º anos, abordando temas relacionados à importância ambiental, social e cultural do Manguezal, buscando perceber e valorizar o conhecimento que os alunos (em geral filhos de extrativistas da Resex Marinha de Soure) tem em relação ao tema; realização de trilha interpretativa com a mesma turma em passarela de cerca de

300m por dentro de área de manguezal que dá acesso à praia da Barra Velha (interior da UC) fortalecendo os temas trabalhados em sala de aula; realização de atividades lúdicas/de sensibilização na praia da Barra Velha igualmente focadas no tema trabalhado; avaliação, por meio de ficha, realizada com os professores e alunos participantes.

Temas trabalhados: características ecológicas do ecossistema Manguezal.

Resultados: em dois anos de atividade: atendimento de 16 turmas e 346 alunos de Ensino Fundamental, com cerca de oito professores e 13 monitores/voluntários envolvidos.

Formas de avaliação e monitoramento: ficha individual preenchida por alunos e professores.

Desdobramentos: Será diminuído o número de turmas atendidas por ano, mas o projeto não tem previsão de término, deve ir se aprimorando para implementação ao longo dos próximos anos.

Dificuldades: o projeto deve ser reduzido devido à sobrecarga dos analistas da UC e conseqüente dificuldade de acompanhamento da proposta somado aos problemas relacionados aos monitores/voluntários envolvidos.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de informação.

Sobre Comunicação na UC: página no [Facebook](#)

Fontes de pesquisa: Formulário online.

2. Nome do projeto: Jovens Protagonistas

Responsável pelo projeto: Gabriela Calixto Scelza (não houve repasse de e-mail de contato), analista ambiental.

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: desenvolver trabalho junto aos jovens da Resex.

Parceiros: Coedu.

Sujeitos da ação educativa: 70 jovens e 30 crianças.

Período de desenvolvimento do projeto: início em dezembro de 2013. Ainda em andamento.

Objetivos: promover o protagonismo jovem e a troca de conhecimento a partir da mobilização/estímulo da participação de jovens para fortalecer a formação de lideranças e a organização comunitária.

Metodologia: baseia-se na metodologia Verde Perto, cujos pontos são: estímulo às inteligências múltiplas (uso de diferentes estratégias pedagógicas para estimular diferentes processos cognitivos, possibilitando maior reflexão/apreensão/reflexão sobre os conteúdos); educação lúdica; transdisciplinaridade; protagonismo juvenil. Os módulos/temas a serem trabalhados são definidos com o próprio público. A metodologia foi adaptada para a realidade da Resex e de dois em dois meses foram realizados módulos com dois dias de duração, cada um em uma comunidade ou associação diferente. Além disso, conseguiram uma equipe de apoiadores e voluntários que elaboram e implementam programação paralela para as crianças, cuja temática é a mesma dos jovens, mas adaptada a elas.

Atividades realizadas: foram realizados cinco módulos temáticos.

Temas trabalhados: questões ambientais, informações sobre o território e a UC, construção participativa do projeto.

Resultados: não retornou resultados além da realização dos cinco módulos.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação.

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Dificuldades: não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Mídias utilizadas no projeto: não houve repasse de informação.

Sobre Comunicação na UC: página no [Facebook](#).

Fontes de pesquisa: informações fornecidas pela unidade.

3. Nome do projeto: Praias de Soure: Nosso Paraíso Marajoara

Responsável pelo projeto: Gabriela Calixto Scelza (não houve repasse de e-mail de contato), analista ambiental.

Quem propôs a ação: ICMBio

Motivação: realizar ação para a conservação e uso adequado da região da Resex que é muito frequentada durante o verão paraense.

Parceiros: ICMBio executou e disponibilizou parte dos recursos; citou Projetos Especiais (Recursos Externos), mas não a fonte destes recursos.

Sujeitos da ação educativa: população local, turistas/visitantes

Período de desenvolvimento do projeto: meses de julho de 2013 e 2014

Objetivos: gerais: desenvolver e ampliar ações, voltadas tanto para a população local quanto aos turistas, que promovam a conservação e o uso adequado das praias, mangues e restingas da Barra Velha e Pesqueira (ambas localizadas no interior da Resex), durante o verão paraense, período de maior fluxo de usuários (turistas, visitantes e moradores locais). Específicos: divulgar a existência e a importância da Resex Marinha de Soure, seus objetivos e suas regras de uso; desenvolver ações focadas no ordenamento do uso público através de atividades educativas que facilitem o entendimento das regras de uso da Resex Marinha de Soure; sensibilizar os usuários para a importância da conservação das praias, mangues e restingas; desenvolver ações que promovam a valorização da cultura tradicional e da biodiversidade local; fomentar e divulgar as ações do ICMBio voltadas para a participação social na conservação ambiental; promover mutirão de limpeza das praias como ferramenta para discussão da poluição ambiental, sensibilizando o visitante para cuidar do seu lixo; mobilizar escolas, universidades, comunidades, associações e o público em geral para a participação voluntária em atividades de comunicação social e educação ambiental; construir parcerias e desenvolver ações articuladas entre instituições locais e a Resex Marinha de Soure; contribuir para a valorização dos conhecimentos e cultura tradicionais, estimulando a cidadania local e promovendo o protagonismo juvenil para o exercício de defesa do seu território e de manutenção da sua história.

Metodologia: promoção de atividades lúdico-educativas e de comunicação para divulgar regras e leis referentes à proteção do ecossistema da Resex.

Atividades realizadas: jogos, brincadeiras, oficinas, apresentações de dança carimbo e capoeira, mutirões de limpeza no mês de julho, verão no Pará.

Temas trabalhados: importância ambiental, social e cultural do ambiente costeiro (praias, restingas e mangues), leis ambientais.

Resultados: não informou quais, mas avisou que as expectativas foram atingidas. Apresentou números, mas não explicou o que significam - 2013: 437 pessoas e 25 voluntários; 2014: 575 pessoas+44 voluntários.

Formas de avaliação e monitoramento: não houve repasse de informação. Apontou dificuldades como a falta de capacitação e motivação para o trabalho voluntário, somado à sobrecarga de trabalho dos analistas ambientais da UC, que não têm tempo suficiente para realizar ações de capacitação com os voluntários.

Desdobramentos: não houve repasse de informação.

Alguns produtos do projeto: não houve repasse de informação.

Ações de comunicação que realizam dentro do projeto: não houve repasse de informação, embora tenha citado ações de comunicação nos objetivos.

Fontes de pesquisa: Formulário online.

6. Análises das experiências sistematizadas

As análises das experiências contidas nesse relatório são de 72 experiências desenvolvidas em 50 UCs federais presentes em 5 dos biomas brasileiros (quadro 4), e em todas as regiões do país Norte (AC, AP, AM, PA, RO, RR e TO), Sul (PR, SC e RS), Sudeste (ES, MG, RJ e SP) Centro-Oeste (DF, GO, MT e MS) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PA, PE, PI, RN e SE) (gráfico 8) e em 6 categorias diferentes de Unidade de Conservação das 12 existentes. (gráfico 9).

Quadro 3 – Representatividade de Biomas

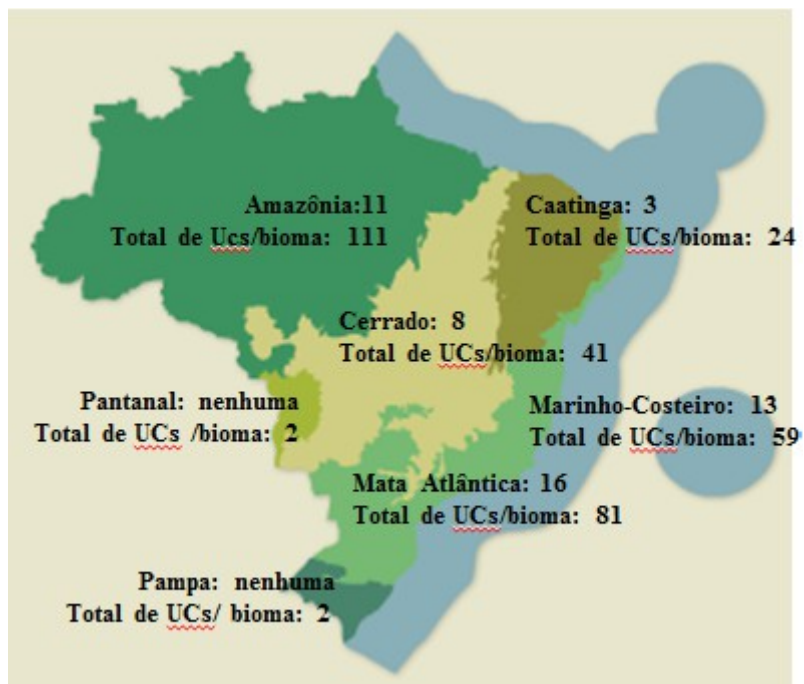
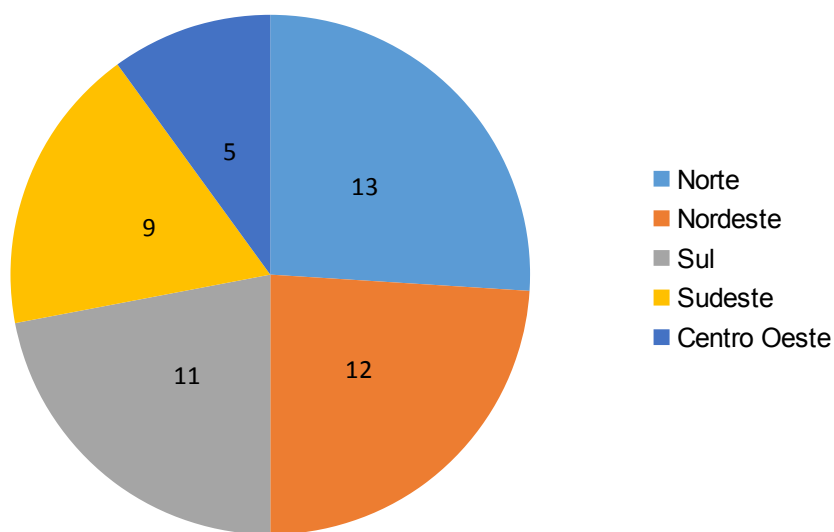
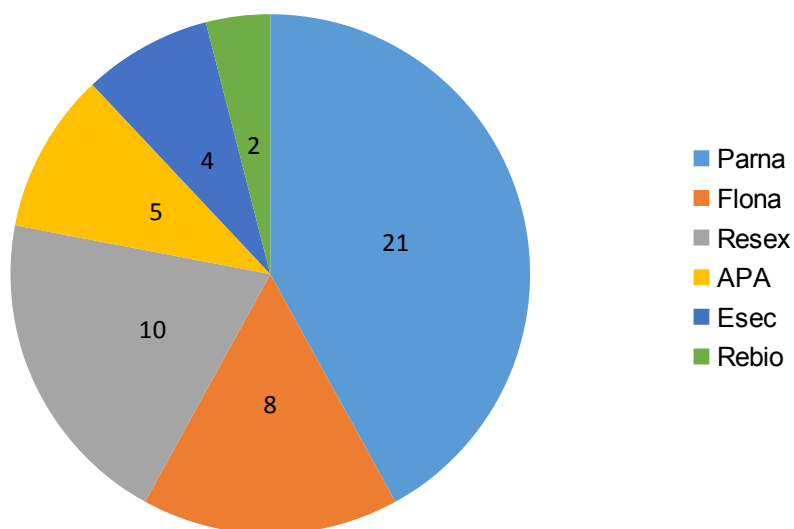


Gráfico 8: Representatividade por regiões do país



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

Gráfico 9– Representatividade de categorias de unidade de conservação



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

As análises das experiências sistematizadas estão organizadas de acordo com alguns itens contidos no roteiro das experiências, a saber: plano de manejo, responsável e proponente, motivação e objetivos, parceiros, sujeitos da ação, período

de desenvolvimento, atividades e temas, formas de avaliação e monitoramento, comunicação.

A ficha da sistematização continha ainda os itens resultados e desdobramentos. Verificou-se que os resultados e os desdobramentos, em sua maioria, relacionam-se a quantidade de pessoas alcançadas pelas ações e, em sua minoria, se os resultados foram alcançados ou não, mas mensurados de maneira não enunciada, dessa forma, optou-se por não apresentar os resultados em conjunto, pois os mesmos poucos contribuem para a reflexão.

O item comunicação engloba as questões relacionadas às ações de comunicação desenvolvidas nos projetos e as ações de comunicação da UC.

6.1 O Plano de Manejo e as ações sistematizadas

Após a criação de uma UC, o plano de manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos, sendo que toda UC deve ter um plano de manejo, que deve ser elaborado em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada.

A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Por isso, o plano de manejo deve ser um documento consistente, elaborado a partir de estudos e diagnósticos e preferencialmente com as comunidades residentes ou do entorno e continuamente revisitado e avaliado, de modo a manter-se coerente com as mudanças na realidade local.

Não se restringe apenas à área da unidade, inclui também seu entorno e as comunidades, prevendo parcerias com prefeituras, organizações da sociedade civil, moradores e empresas, tendo em vista a proteção ambiental das áreas naturais protegidas.

Os planos de manejo das 50 unidades de conservação com experiências sistematizadas no relatório foram elaborados a partir de 1990, mas especialmente entre 2002 e 2009. Provavelmente estimulados pela publicação do Snuc e sua regulamentação, ocorrida em 2000 e 2002 respectivamente (quadro 4). No presente trabalho 12 Unidades de Conservação, entre Áreas de Proteção Ambiental,

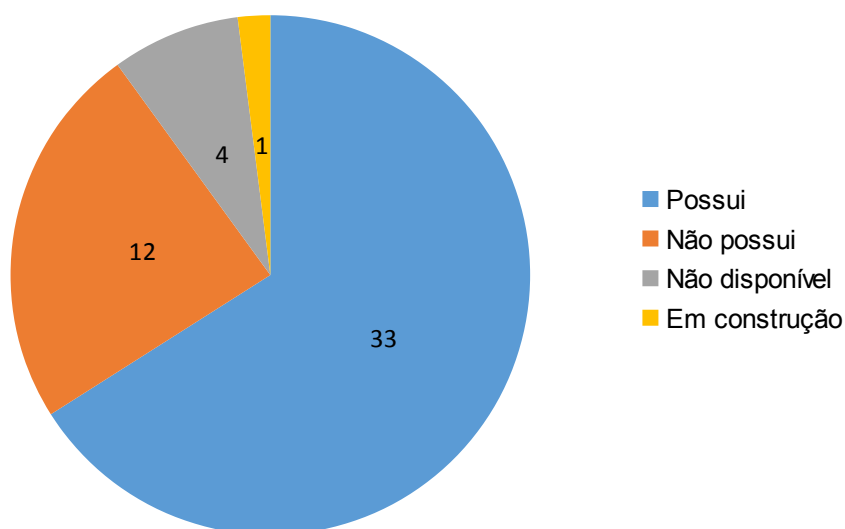
Reservas Extrativistas, Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Florestas Nacionais, não apresentam Plano de Manejo, 4 não tem planos disponíveis e apenas uma disse estar em construção, o que demonstra que as ações e projetos de educação ambiental e comunicação não estão, necessariamente, inclusas de maneira orientada, estruturada e continuada nos processos de gestão das UCs (gráfico 10).

Quadro 4: Identificação das datas dos Planos de Manejo das unidades

Categoria de UCs	Biomass	Plano de manejo
Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa	Mata Atlântica	1990
Parque Nacional Marinho de Fernando De Noronha	Marinho Costeiro	1990
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Marinho Costeiro	1991
Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais	Marinho Costeiro	1997
Parque Nacional de Brasília	Cerrado	1998
Parque Nacional do Iguaçu	Mata Atlântica	1999
Área de Proteção Ambiental Baleia Franca	Marinho Costeiro	2000
Parque Nacional da Serra da Bocaina	Mata Atlântica	2002
Resex do Rio Jutáí	Amazônia	2002
Estação Ecológica Carijós	Marinho Costeiro	2003
Floresta Nacional de Carajás	Amazônia	2003
Floresta Nacional de Ipanema	Mata Atlântica	2003
Parque Nacional Aparados da Serra	Mata Atlântica	2003
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Marinho Costeiro	2003
Floresta Nacional dos Tapajós	Amazônia	2004
Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	Marinho Costeiro	2004
Parque Nacional da Serra da Canastra	Cerrado	2005
Parque Nacional Das Emas	Cerrado	2005
Parque Nacional da Serra Geral	Mata Atlântica	2003
Estação Ecológica da Guanabara	Marinho Costeiro	2006
Floresta Nacional Contendas do Sincorá	Caatinga	2006
Reserva Extrativista Arapixi	Amazônia	2006
Parque Nacional da Chapada Diamantina	Caatinga	2007
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Mata Atlântica	2008
Floresta Nacional de Ibirama	Mata Atlântica	2009
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Amazônia	2009
Resex do Baixo Juruá	Amazônia	2009
Parque Nacional Campos Amazônicos	Amazônia	2011

Reserva Biológica das Perobas	Mata Atlântica	2012
Floresta Nacional de Goytacazes	Mata Atlântica	2013
Parque Nacional do Itatiaia	Mata Atlântica	2014
Reserva Extrativista do Rio Unini	Amazônia	2014
Área de Proteção Ambiental Guapimirim	Marinho Costeiro	2004
Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape	Marinho Costeiro	em construção
Floresta Nacional de Tefé	Amazônia	não disponível
Parque Nacional da Serra da Capivara	Caatinga	não disponível
Parque Nacional de São Joaquim	Mata Atlântica	não disponível
Resex Quilombo do Frexal	Amazônia	não disponível
Floresta Nacional de Silvânia	Cerrado	não possui
Parque Nacional Campos Gerais	Mata Atlântica	não possui
Parque Nacional do Descobrimento	Mata Atlântica	não possui
Parque Nacional do Pau Brasil	Mata Atlântica	não possui
Reserva Extrativista de Soure	Marinho Costeiro	não possui
Reserva Extrativista do Cassurubá	Marinho Costeiro	não possui
Reserva Extrativista Pirajubaé	Marinho Costeiro	não possui
Resex Marinha do Corumbau	Mata Atlântica	não possui
Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho	Cerrado	não possui
Estação Ecológica Serra das Araras	Cerrado	não possui
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins	Cerrado	não possui
Parque Nacional Das Nascentes do Rio Parnaíba	Cerrado	não possui
TOTAL	50	

Gráfico 10: Existência ou não de Plano de Manejo nas unidades



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

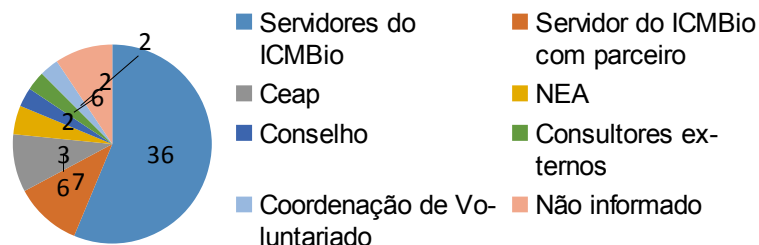
6.2. Responsáveis e propositores das ações

Identificar quem são os responsáveis e os propositores das ações de Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação é importante para criar estratégias para fortalecer esses atores, estimular a atuação de outros atores sociais e incentivar a proposição de ações em outras unidades.

Os responsáveis e propositores das ações identificadas nesse relatório, em sua maioria, são os servidores do ICMBio da unidade podendo ou não ser o gestor da mesma. Das 72 experiências relatadas, 43 são de responsabilidade dos servidores do ICMBio, sendo que em 7 delas há um co-responsável, a saber: Associação de Pescadores, consultores externo, Núcleo de Educação Ambiental, universidade, ONG local, conselheiros junto com a comunidade e Conselho.

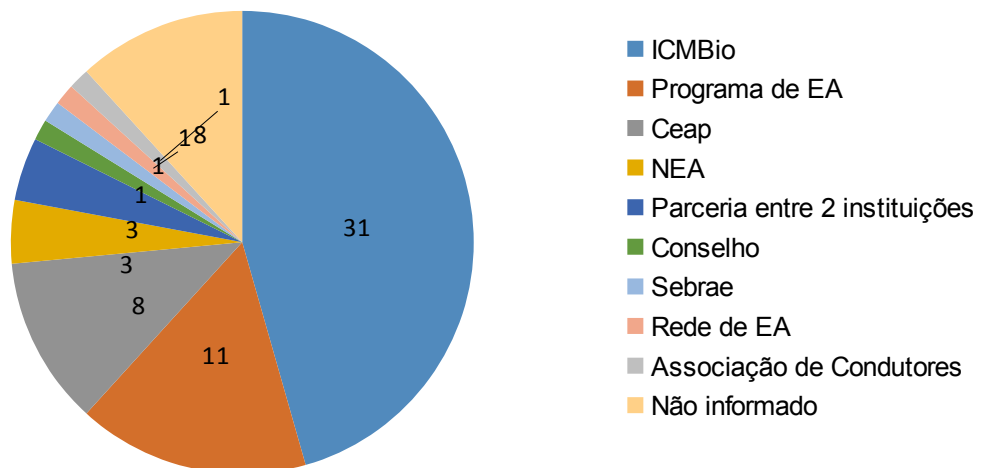
Em alguns casos os parceiros são os únicos responsáveis sob supervisão e/ou apoio da unidade, o que foi o caso do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas – PA (fruto da parceria entre Prefeitura Municipal de Parauapebas, a Flona de Carajás e o Núcleo de Educação Ambiental do Campus Avançado da Universidade Federal de Pará criado em outubro de 2005) responsável por 6 ações. O Núcleo de Educação Ambiental por 3, o Conselho por 2, os consultores externos por 2 e a coordenação de voluntariado por 2. Além, disso não foi informado o responsável em 6 ações (gráfico 11).

Gráfico 11 : Responsáveis pelas ações



Ao se tratar de propor as ações o ICMBio se destaca novamente com 31 ações, seguidos pela ação ser parte de um Programa de Educação Ambiental em 11. O Ceap propõe 8 e NEA 3. Três experiências foram propostas por duas instituições: Centro Mamíferos Aquáticos e ONG local, ICMBio e parceiro e UC e Conselho consultivo. São responsáveis por uma experiência: O Conselho sozinho, o Sebrae, rede de EA e associação de condutores. Em 8 experiências não foram informados o proponente. A análise permite identificar a necessidade de fortalecimento do Conselho e das parcerias que se destacam no auxílio das ações nas unidades, vide gráfico 12.

Gráfico 12: Propositores das ações



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

Destaca-se ainda que algumas unidades contam com um **Centro de Educação Ambiental** que contribui para que os servidores possam focar nas atividades de Educação Ambiental e tenham um local adequado para receber os educandos, como é o caso do Parna de Brasília e o Parna de Iguaçu. Já a Flona de Carajás conta com o apoio do Centro de Educação ambiental.

A análise evidencia a importância dos analistas ambientais do ICMBio estarem capacitados para exercerem tal função e a dificuldade de realização das atividades devido a sobrecarga de atribuições dentro da unidade. A pouca quantidade de servidores na unidade foi apontada como limitante da quantidade e da qualidade das ações por diversas unidades.

A demanda por formação tem sido uma preocupação do ICMBio que criou a Academia Nacional da Biodiversidade que entre outros cursos oferece o Ciclo de Gestão Participativa e o Curso de Educação Ambiental. Preocupação essa herdada do Ibama que desenvolveu de 1997 a 2006 o curso de Introdução à Educação no processo de gestão ambiental pública. As reflexões sobre as experiências sistematizadas permitiram reconhecer a importância dos cursos ministrados pelo ICMBio para as ações desenvolvidas por meio da criação de projetos durante o curso, que são posteriormente desenvolvidos sob a tutoria de instrutores do curso, e pelo compartilhar das experiências bem sucedidas que incentivam o desenvolvimento de outras similares em outras unidades. As atividades nas quais foram citadas a influência do Ciclo de Gestão Participativa do ICMBio são: Resex Arapixi, Flona de Tefé, Resex Baixo Juruá, Resex do Rio Jutai e Parna Campos Gerais. As que são desdobramento do curso de EA do ICMBio: APA Costa dos Corais, Jovens Protagonistas de Tefé e Resex do Soure.

Outro ponto importante a se destacar é o fato dos cursos terem vagas para não servidores o que contribui para que diferentes atores possam propor ações qualificadas junto com as unidades de conservação. Esses cursos foram citados como motivação de algumas atividades, essas e outras motivações e seus objetivos são analisados no item a seguir.

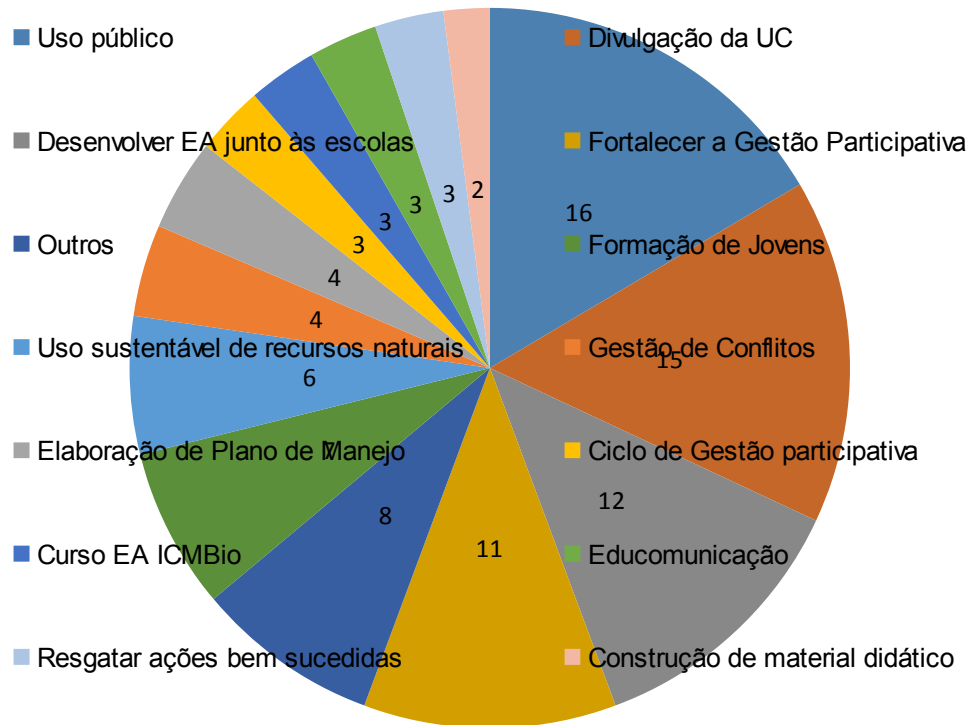
6.3. Motivação e objetivos das ações

Identificar e refletir sobre as motivações e objetivos das ações de EA e Comunicação nas UCs contribui para qualifica-las e incentivar a realização de outras ações. Porém, a análise dos objetivos propostos nas experiências sistematizadas evidenciou que eles são supervalorizados e muitas vezes as atividades não são capazes de responder a todos.

Sendo a EA e a Comunicação uma das inúmeras atribuições de uma unidade ressaltar que ela pode e deve se relacionar e contribuir com as outras atribuições por meio da análise das motivações em conjunto com os objetivos criando categorias que os agrupassem, as categorias são: Uso público, Desenvolver EA junto às escolas, Divulgação da UC, Fortalecimento da Gestão participativa, formação de jovens, Gestão de Conflitos, e Construir e/ou atualizar o Plano de Manejo, e outros (gráfico 13).

As categorias foram criadas por meio do cruzamento das motivações e objetivos identificados nas experiências com os objetivos das unidades de conservação segundo o Snuc e os itens do eixo gestão da UC apresentados na Encea (na consolidação territorial, na proteção, no manejo da biodiversidade e dos recursos naturais, no uso público, na pesquisa e monitoramento, nas autorizações e processos de licenciamento, na gestão de conflitos socioambientais, na gestão participativa, na integração com as comunidades, e na articulação inter-institucional).

Gráfico 13: Motivações para as ações



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

O uso público é foco de 16 ações que se relacionam as atividades de visitas monitoradas e qualificação das visitas das escolas por meio de palestras nas escolas e formação de professores. Essa motivação está intimamente ligada com a de desenvolver a educação ambiental na escola que aparece em 12 das experiências, essas visam sensibilizar os alunos e professores da região para a importância da UC e de sua preservação e qualificar as visitas nas unidades sendo que as atividades desenvolvidas relacionam-se a ações na própria escola, visitas das escolas na unidade e formação de professores. É importante destacar a estratégia de qualificação das visitas e de ampliação do público atingido pelas ações por meio da formação de professores. Destaque também para a Flona de Carajás que apresenta um projeto de formação de professores e experiência “Escola vai a Flona” no qual o foco é a visita das escolas dos professores que fizeram o curso de formação. Dessa forma, a Flona qualifica as visitas à unidade e fortalece a ação de formação que realiza.

Quinze das experiências são motivadas pela necessidade de divulgação da UC objetivando trabalhar com a importância da unidade, do bioma e de temas

relacionados a UC, aproximar a unidade da comunidade e desenvolver o sentimento de pertencimento da mesma para com o local. Destaca-se que esses objetivos dialogam com os destacados no Snuc e na Pnea.

As atividades desenvolvidas são cursos de formação, oficinas, brincadeiras, trilhas, comemoração de datas específicas (como dia do meio ambiente e aniversário da unidade), utilização de meios de comunicação locais e criação de veículos de comunicação.

Fortalecer a gestão participativa da UC é preocupação de 11 experiências, através do estímulo e fortalecimento da gestão participativa (6), formação do conselho (2), renovação do conselho (1) e empoderamento das comunidades locais, para que amadureçam politicamente e entendam processos de exclusão social e econômica para que possam intervir (2).

Sete das ações são motivadas pela necessidade de formação de jovens fomentando o aumento e a qualificação da participação nos espaços de tomada de decisão.

Quatro das ações tem como foco a gestão de conflitos com ações focadas em palestras e formação com a comunidade em geral relacionadas à importância da UC, visando a preservação da biodiversidade e da UC e a qualidade do saneamento ambiental local.

Quatro das experiências se relacionam a elaboração do plano de manejo da unidade (APA Baleia Franca – 2, Resex Iguape e Resex Pirajubaé).

Outras motivações são: O uso sustentável dos recursos naturais (6 ações), Ciclo de Gestão participativa (3), Curso EA ICMBio (3), Resgatar ações bem sucedidas (3), combate à incêndios (1), construção de material didático (2), Atender ao programa ou subprograma de educação ambiental da unidade, Construir Programa de EA (1), Educomunicação (3), Estreitar o relacionamento com as Universidades e fomentar projetos de pesquisa na Unidade de Conservação, formação de cidadãos flagrados em ações que configuram infrações ambientais (1), Implementação da Educação Ambiental no ICMBio (1), mitigar o desmatamento (1), ocupar as crianças no período de recesso escolar no qual os pais estão mais atarefados com os turistas (1), e ordenamento do turismo (1).

6.4. Parceiros

As unidades de conservação são espaços que impactam e são impactados por atores e ações do seu entorno, dessa forma as ações são influenciadas pelos acontecimentos no território. Dessa maneira, atuar em coletivo com indivíduos e instituições do território torna-se uma alternativa essencial para que as unidades atinjam seus objetivos.

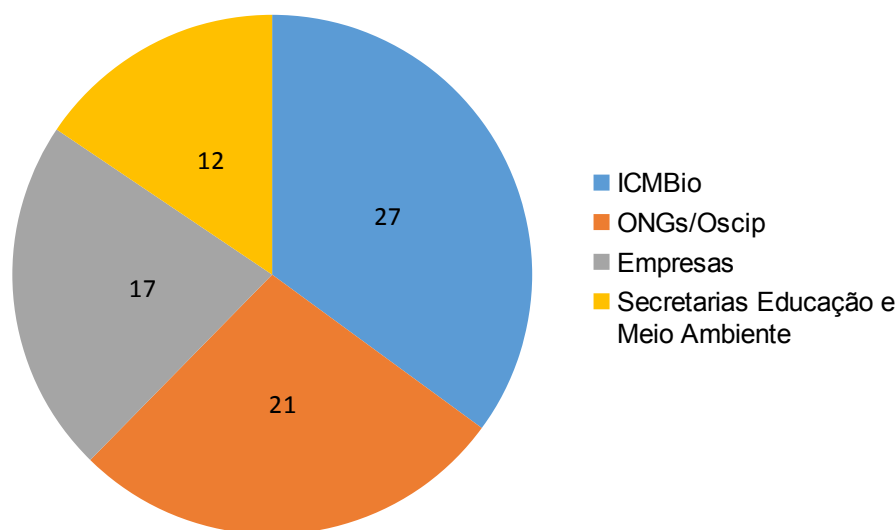
Nesse sentido, o artigo 5º do Snuc ressalta que ele será regido por diretrizes que:

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

Assim, identificar e enunciar os parceiros das ações de educação ambiental e comunicação das UCs federais possibilita reflexões sobre suas contribuições para as unidades. A maioria das experiências possuem parceiros bastante diversificados entre si, oriundos de diferentes segmentos e instituições, e que contribuiram principalmente na elaboração e execução das ações, mas também com logística e recursos financeiros. Poucas experiências não tem nenhuma parceira (3) ou não tenham especificado quais são elas.

Os parceiros que mais se destacaram foram o próprio ICMBio (inclusive a Coordenação de Educação Ambiental – Coedu que juntos somam 27 parcerias), ONGs/Oscip (21), empresas (estatais e privadas, de grande a pequeno porte) (17) Universidades e Faculdades (15) e Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente (12), o que pode ser observado no gráfico 14.

Gráfico 14: Principais parceiros das ações



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

As Unidades de Conservação, incluindo-se gestores, conselheiros, estagiários, guias e concessionárias que atuam nas unidades, também foram apontados como parceiros importantes para realização das experiências, além das próprias comunidades.

Outros parceiros destacados foram: Centros e núcleos de educação ambiental, Centros de pesquisa, associações e organizações comunitárias, movimentos sociais, prefeituras, escolas, institutos privados e públicos, fundações, rádios, polícia ambiental, corpo de bombeiros, consultores, grupos de teatro, arte-educadores, Secretarias Estaduais, Ministério e Ministério Público (Federal e Estadual).

As parcerias com instituições de ensino e pesquisa e com órgãos públicos foram bastante evidenciadas, o que fortalece o diálogo inter-setorial e pode trazer a institucionalização da Educação Ambiental, da Comunicação e da Educomunicação nos territórios.

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é um exemplo interessante da importância das parcerias com o “Curso Pedagogia de Projetos em temas ambientais”, que realiza a formação de professores como um curso de extensão com a Universidade Federal do Amapá e a Secretaria municipal de Educação. Embora a Encea traga como diretriz a inserção da Educação Ambiental no ensino formal, formar professores e educadores é uma atribuição das secretarias de

educação e das universidades e a parceria com essas instituições pode contribuir para aumentar a corresponsabilidade e dar alívio à sobrecarga de atribuições das Unidades. Além disso, a constituição de parcerias possibilita que as ações deixem de ser pontuais e possam se consolidar enquanto políticas públicas nos territórios de atuação.

O aporte financeiro é uma das principais dificuldades para desenvolvimento das ações, especialmente, na obtenção de aportes financeiros, como também na continuidade das ações com recursos em longo prazo. Entre os financiadores destacam-se: compensação ambiental, do programa ARPA – Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, do Pnud - Programa Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da própria Unidade de Conservação.

A articulação entre unidades de conservação também se destacou como importante parceria para a elaboração e execução em 5 das experiências, são elas:

- Área de Proteção Ambiental Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara;
- ASAS do Jalapão - Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Parque Estadual Do Jalapão (PEJ), Parque Nacional Das Nascentes do Rio Parnaíba;
- Floresta Nacional de Tefé, Resex do Baixo Juruá, Resex do Rio Jutaf;
- Parque Nacional do Descobrimento/Resex Marinha do Corumbau.
- Parque Nacional de Aparados da Serra e Parque Nacional da Serra Geral e Esec Estadual de Aratinga.

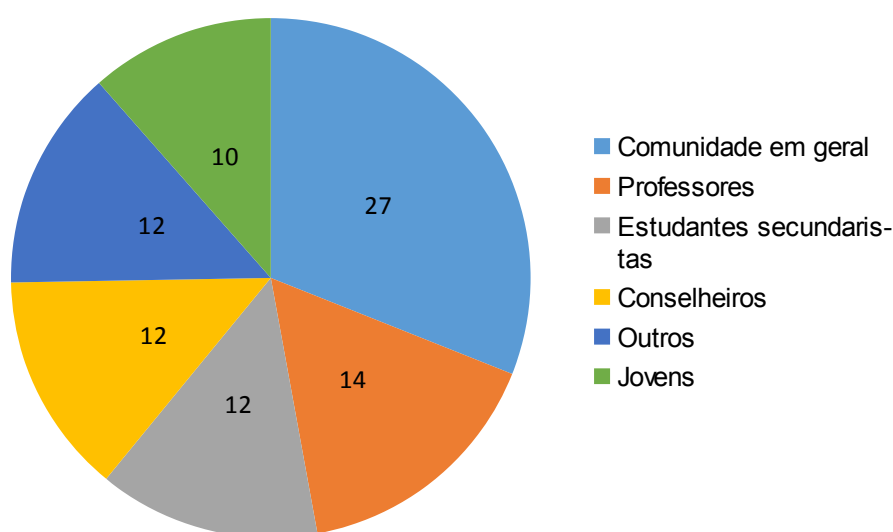
Interessante notar que várias articulações envolvem UC de projeção integral e uso sustentável.

6.5. Sujeitos da ação

A Encea prevê que as ações de Educação Ambiental e Comunicação sejam desenvolvidas com públicos diversos, logo identificar os sujeitos das ações pode contribuir para reconhecer os públicos preferenciais e aqueles que não foram contemplados, contribuindo com uma reflexão sobre possíveis motivos para as escolhas. Evidenciar posteriormente as ações desenvolvidas com públicos

específicos não recorrentes enriquecerá o estímulo ao desenvolvimento de ações. Além disso, refletir sobre as ações com os públicos preferenciais poderão melhor qualifica-las e avalia-las. Abaixo o gráfico 15 com os principais sujeitos das ações.

Gráfico 15: Sujeitos das ações



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

A maior parte das experiências ocorre com a comunidade em geral (27 experiências), ou seja, com diferentes públicos presentes no território de atuação da UC, envolvendo ações relacionadas à:

- i) **Realização de eventos socioambientais** como: fórum (APA Costa dos Corais), ciclo de palestras (Flona de Tapajós e Resex Arapixi) e oficinas (APA Guapimirim/Esec de Guanabara);
- ii) **Gestão participativa da Unidade de Conservação e empoderamento das comunidades para participação social** (APA Baleia Franca, APA Costa dos Corais Parna do Itatiaia, Parna Lençóis Maranhenses);
- iii) **Plano de manejo e estruturação dos instrumentos de gestão** (APA Baleia Franca, Resex Marinha Baía do Iguape);
- iv) **Formação** (APA Baleia Franca, Parna da Serra da Bocaína, Parna do Itatiaia);

- v) **Programa de Educação Ambiental das UCs** (Parna Marinha de Abrolhos, Parna Montanhas do Tumucumaque e Resex do Cassurubá)
- vi) **Comunicação** (Parna das Emas, Parna Aparados da Serra, Parna de Abrolhos, Parna de Fernando de Noronha, Rebio Perobas, Resex do Cassurubá)
- vii) **Educomunicação** (Parna do Descobrimento/Resex Marinha do Corumbau,
- viii) **Gestão de conflitos e aproximação com entorno** (Parna Iguaçu)
- ix) **Promover uso sustentável dos recursos naturais e da UC** (Resex Soure)
- x) **Retomar ações educativas que foram desenvolvidas** (Esec Serra das Araras);

Também são públicos específicos de ações:

- **Professores** (14 ações, sendo que 7 delas tem os mesmos como único público), sendo que a maior parte se relaciona a atividades de formação, a saber: Resex Arapixi, Parna de Carajás, Parna Montanhas de Tumucumaque, Parna de Brasília, Parna Campos Amazônicos, Esec do Tocantins, Parna Campos Gerais e Resex Cassurubá.
- **Estudantes secundaristas** (12 - APA Carste Lagoa Santa, APA Guapimirim e Esec da Guanabara, Flona de Carajás, Flona de Ibirama, Flona de Ipanema, Parna da Serra da Canastra, Parna da Serra da Capivara, Parna de Brasília).
- **Conselheiros** (12, sendo que em 3 experiências os conselheiros são sujeitos exclusivos - Parna Lençóis Maranhenses, Parna da Serra dos Órgãos, APA Baleia Franca)
- **Jovens** (10 ações, sendo que em 6 experiências são sujeitos exclusivos). Formação de Jovens: Resex Unini, Flona de Tefé com Resex Baixo Juruá, Resex do Rio Jutai, Parna de Carajas, Parna Chapada Diamantina, APA Costa dos Corais.
- **Outros:** usuários (4), universitários (2, sendo que no caso do Parna São Joaquim há o diferencial de incentivo a pesquisas na unidade), mulheres (2), agricultores familiares (1), beneficiários (1).

Vale destacar também como sujeitos os **gestores das Unidades de Conservação** (4 - APA Baleia Franca, Flona de Silvânia, Parna de Iguaçu e Parna Aparados da Serra/Esec Estadual de Aratinga que tiveram como público específico os gestores) e **os infratores ambientais e urbanísticos** (1),

experiência da Parna de Brasília, que visa à formação de cidadãos flagrados em ações que configuram infrações ambientais, fruto de uma parceria com o Ministério Público.

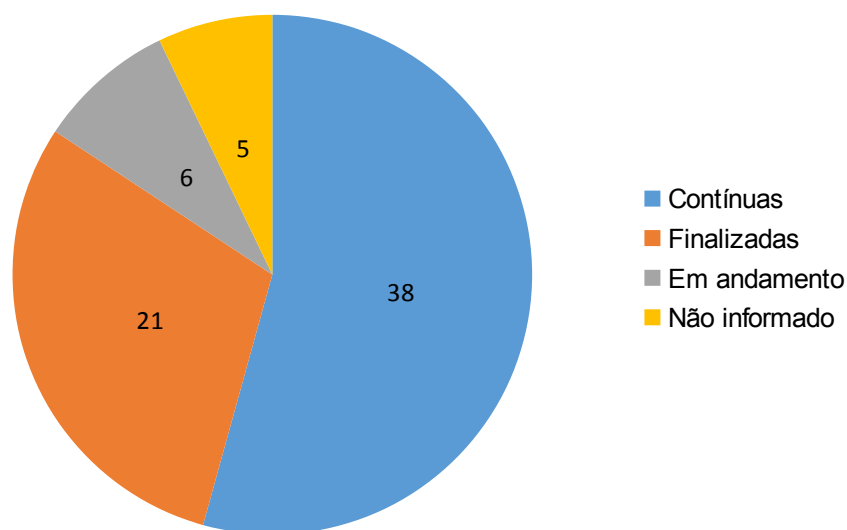
Os gestores como sujeitos demonstra que eles podem atuar não só como propositores ou responsáveis pelas ações, mas também como atores participativos durante a implementação das mesmas, o que pode inclusive aproximá-los ainda mais da comunidade e da compreensão da realidade local.

6.6. Período de desenvolvimento

Compreender quando as ações foram realizadas e seu período de duração, como também se os processos são pontuais ou contínuos, é fundamental para criar subsídios para avaliação e monitoramento de experiências de Educação Ambiental e Comunicação. Por isso, optou-se por analisar o período de desenvolvimento das experiências pensando-se em: ano em que foi realizado, tempo de duração, se foram concluídas ou não.

Das 72 experiências, 38 são contínuas, ou seja, não há previsão para término das ações, 21 foram finalizadas, 6 estão em andamento e indicam quando serão finalizadas e 5 delas não há informação; vide gráfico 16.

Gráfico 16: Período de desenvolvimento das ações



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

Das 72 experiências sistematizadas 38 são contínuas não tendo previsão de término, mas com origem variável. A experiência mais antiga é de 1990 do Parna Marinho de Fernando de Noronha, e algumas experiências possuem quase uma década de existência como as do Parna de Brasília. No entanto, a maioria vem sendo realizada desde 2009, embora existam experiências que começaram em 2014.

A duração da ação ao longo de um ano é variável, podendo ocorrer em dias, semanas, meses ou durante o ano todo. A continuidade das ações se relaciona com a avaliação positiva pela gestão das unidades e disponibilidade de recursos financeiros. Por exemplo, a amplitude e alcance das ações do Parna do Iguaçu são evidentes (vide relato das experiências): desde 2012 com um Programa de EA que envolve diferentes públicos e objetivos. Provavelmente sua continuidade se deve ao fato de ser financiado pelo Ecocataratas, concessionária que administra parte da BR -77. Porém, na resposta ao formulário online a responsável pelo projeto aponta que a dificuldade é que a Escola Parque torne seus projetos perenes, “Os principais desafios para isso são a destinação de recursos humanos e financeiros, além das parcerias com os municípios do entorno e concessionárias que atuam na UC”. Evidencia-se, dessa forma, a importância de ter fontes de recursos diversas para que não tenham que interromper suas ações.

Vinte e uma das experiências já foram finalizadas tendo duração de 12 meses (4 delas), dias (4), 1 mês (2), 2 meses (2), 6 meses (2), 24 meses (2), 3 meses (1), 8

meses (1), 10 meses (1), 36 meses (1) e não informado (1). O término das ações se relaciona com o alcance do objetivo ou o período de financiamento. É possível que existam ações que se finalizam devido a dificuldades encontradas na sua realização, porém o relatório traz relatos de ações bem sucedidas o que, provavelmente, impediu que outros motivos para o término das ações apareçam.

Algumas experiências atingiram seus objetivos, como o caso do “O valor do Licuri na Caatinga” da Flona Nacional Contendas do Sincorá que formou a comunidade local para o uso sustentável desse recurso. Porém, algumas ações incentivarão e motivarão a criação de outras, como por exemplo, o caso da Resex Pirajuba que tinha como objetivo elaborar um Plano para o Centro de Beneficiamento de berbigão e outra ação tinha o objetivo de construir o Plano de Ação do Conselho para gestão 2014-2016. Nesses casos, influenciará a construção de novas ações que contribuirão com os objetivos maiores de fortalecimento dos usuários da Resex, uso sustentável dos recursos naturais, e fortalecimento da gestão participativa.

No caso do Programa de Educação Ambiental do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos que foi desenvolvido em 2009 e 2010 sua interrupção ocorreu pelo fato do término do financiamento que tinha origem em compensação ambiental. A experiência se destaca pela sua profundidade e amplitude (vide relato da experiência), porém não foi possível sua continuidade sem os recursos financeiros.

As experiências da Resex do Corumbau em conjunto com Parna Descobrimento e do Parna Pau Brasil tiveram um consultor externo pago pelos Projetos Corredores Ecológicos da Bahia e pelo Pnud, logo tiveram tempo de duração específicos. No caso, as ações se relacionaram a formação em educomunicação, porém infelizmente nenhuma das unidades conseguiu dar continuidade as mesmas.

Os desdobramentos positivos foram o fato da primeira experiência motivou a realização da segunda e a comunidade na Resex conseguiu fazer mais uma edição do jornal sem o apoio da consultoria. A autonomia da comunidade e da unidade ainda é um desafio nos processos de formação.

Seis experiências estão em andamento, mas apresentam data para finalizar seja por conta da duração do financiamento de recursos ou pelo objetivo da ação. A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo está em andamento, mas será finalizada quando tiver o Planejamento e operacionalização do Programa de Educação e

Interpretação Ambiental; A Resex Marinha de Iguape tem como o objetivo construir o Plano de Manejo.

Em cinco ações não foram informadas o período de desenvolvimento. O Parna da Serra dos Órgãos retomou uma ação de 2011 e a elaboração de seu Plano de Comunicação. A ação foi retomada pelo reconhecimento da importância da temática para a unidade, mas seu abandono evidencia a dificuldade que as UCs têm de trabalhar com a temática da Comunicação. O Parna, no entanto, irá criar seu Plano sem consultor externo, mostrando ser possível essa realização.

Das unidades identificadas a Parna do Iguazu e a Parna de Abrolhos relataram as ações dos Programas de Educação Ambiental e a Resex Cassurubá seu Programa de Educação Ambiental e Comunicação.

Porém, 6 ações estão incluídas em programas de Educação Ambiental (APA Baleia Franca, APA Guapimirim e Esec Guanabara e Esec Carijós) e 1 em Programas de Comunicação (Construção do Plano de Comunicação do Parna da Serra dos Órgãos) das unidades.

6.7. Atividades e temas

As atividades e os temas trabalhados nas ações sistematizadas são diversos, dependendo do público e objetivos das ações. A escolha das atividades a serem realizadas numa Unidade de Conservação é influenciada pelas experiências dos sujeitos responsáveis e propositores e por outras experiências que foram bem sucedidas. Dessa forma, é importante o reconhecimento das capacidades e habilidades dos executores da ação na hora da escolha das atividades.

Com relação aos temas trabalhados qualquer tema, se bem trabalhado, pode ser utilizado como tema gerador, porém alguns são mais específicos de acordo com a demanda do território no qual a unidade está inserida.

Optou-se por elencar as atividades e os temas agrupados de acordo com público e/ou temática para que seja possível visualizá-los nos quadros 5 e 6.

Quadro 5 – Atividades desenvolvidas

Conselhos e gestores (conselheiros e gestores)	Reuniões do Conselho, divulgação e renovação do conselho.
Plano de manejo (conselheiros, gestores e comunidade em geral)	Oficina de Planejamento e Avaliação do Programa de Comunicação e de Educação Ambiental
Educomunicação	Produção e distribuição de materiais comunicativos (jornal, blog, vídeo, animação e rádio), campanhas de sensibilização, oficinas de formação.
Acordos de gestão (comunidade em geral)	Oficinas e reuniões de planejamento participativo, planejamento e orientação para contratação de guias locais.
Uso Público (visitantes e turistas)	Visitas monitoradas à UC, orientação sob conduta na visita à UC, orientação de acesso aos atrativos.
Formação (jovens, crianças, professores e conselheiros)	Palestras, oficinas, diagnóstico rápido participativo (DRP), eventos científicos, extensão rural, assistência técnica, rodas de conversa, oficinas de arte (teatro, dança, música etc.), palestras, aulas teóricas nas escolas mesas redondas, apresentação de vídeos, oficina de elaboração de projetos, fotografia, jogos, brincadeiras, organização e participação em eventos e encontros de temáticas socioambientais, formação e apoio às Comissões de Meio Ambiente e qualidade de vida das escolas.
Articulação Institucional	Reuniões para articulação de parcerias e apoios à atividades e ações
Demanda da comunidade	Construção participativa de partes do Plano de Manejo e do próprio plano, como perfil do beneficiário, acordo de pesca, zoneamento, etc.

Quadro 6 – Temas trabalhados

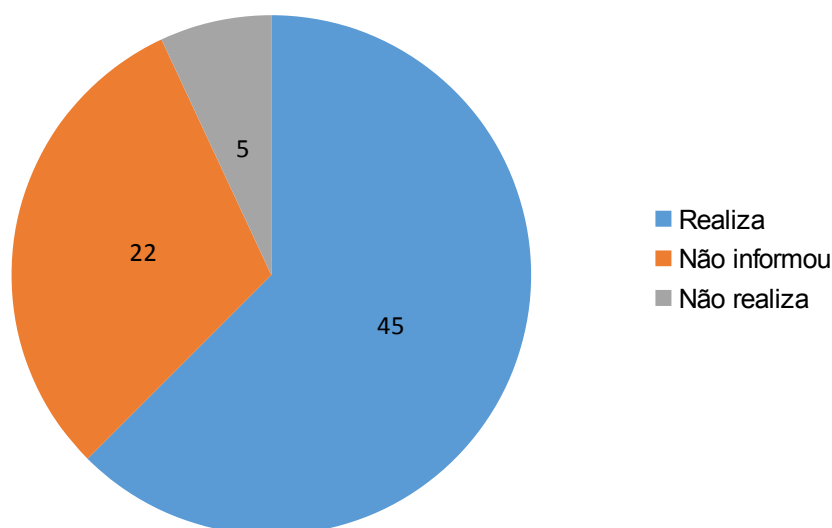
Questões ambientais	Mudanças climáticas, água, saneamento ambiental, biodiversidade, lixo e coleta seletiva, desmatamento, caça, preservação ambiental, percepção ambiental, legislação e políticas públicas ambientais, Novo Código Florestal, justiça ambiental, conflitos socioambientais, crise ambiental/civilizatória.
Conceitos e teorias da Educação Ambiental	História, conceitos, fundamentos e práticas de educação ambiental, políticas públicas de EA, elaboração de projetos de intervenção de EA.
Temas relativos à UC	Importância, características da UC, Snuc, conselhos, visitas às UCs, Plano de Manejo, regularização fundiária, conduta consciente do visitante/turista, interpretação ambiental e trilhas interpretativas, gestão da UC, participação social, o que é o ICMBio e seu papel, arqueologia e educação patrimonial.
Ecologia	Importância e características do bioma local da UC, áreas de preservação permanente, áreas marinhas.
Produção e consumo sustentável	Gestão e uso sustentável dos recursos naturais, produção de materiais ecológicos, artesanato, compostagem, produção de objetos decorativos com materiais reutilizáveis agroecologia, sistemas agroflorestais.
Organização comunitária	Associativismo, organização comunitária, formação de lideranças, cooperativismo, hortas comunitárias e domésticas e formação de lideranças.
Arte	Teatro.
Saúde	Primeiros socorros, Alimentação saudável, nutrição, prevenção de doenças, saneamento ambiental.
Comunicação	Comunicação popular, produção de materiais comunicativos, jornal, vídeo, Plano de Comunicação.
Geração de renda	Turismo sustentável, pesca artesanal, plano de sede para beneficiamento.
Questões sociais	Violência doméstica, autonomia, participação social.

6.8. Avaliação

A avaliação é importante, pois deve acima de tudo contribuir com o aperfeiçoamento da ação e dos profissionais envolvidos e fortalecer sua continuidade. É um princípio do Programa Nacional de Educação Ambiental, que reforça que deve ser “permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo (BRASIL, 2005, p.37).

Das 72 experiências analisadas, 22 experiências não deram informações sobre a avaliação das ações e projetos que desenvolvem e apenas 5 não possuem um método ou ferramenta para avaliação.

Gráfico 17: Desenvolvimento de avaliação nas ações



Fonte: Solar Consultoria, 2014.

As avaliações acontecem de maneira pontual, logo após a realização das atividades ou de maneira processual e até mesmo contínua durante todo o projeto. Diversos instrumentos foram adotados, como: e-mails, questionários, formulários, depoimentos, auto avaliação, atas, relatórios, reuniões de avaliação e sistematização dos resultados em grupo. Também foram utilizados comitês e bancas de avaliação, principalmente nas experiências que desenvolveram projetos de intervenção. No entanto, não foram obtidos detalhamentos sobre formato e conteúdo dos mesmos.

Alguns indicadores quantitativos e qualitativos foram citados, entre eles:

- Quantidade de participantes;
- Quantidade, qualidade e variedade dos materiais produzidos (mapas, normas, zonas de uso, brinquedos de material reciclado, propostas de projetos de intervenção etc);
- Quantidade de material coletado nas instituições participantes para a realização da atividade;
- Quantidade de curtidas e comentários na página do Facebook;
- Indicação do MP / DF de significativa redução de reincidência em crimes ambientais entre os participantes do curso;
- Comparação com os anos anteriores (taxa de evasão, contribuição do projeto para escolha profissional);
- Percepção dos agentes de campo;
- Dados de participação e empenho;
- Satisfação dos visitantes;

O resultado obtido no item monitoramento e avaliação apesar de ser frágil (não há informações suficientes sobre os instrumentos e a qualidade dessa avaliação) ainda é positivo, pois evidencia que a maior parte dos relatos tem tentado avaliar suas ações, divergindo dos resultados obtidos no Mapeamento e Diagnóstico da Encea de 2008 e da pesquisa “Educação Ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa” de 2012.

De acordo com o relatório da Encea 2008 “60% (n= 56) não utilizam mecanismos de avaliação e/ou acompanhamento das ações de Comunicação e Educação Ambiental” (BRASIL, MMA, 2008, p.50). A segunda pesquisa aponta que “Do total de unidades de conservação amostradas, quase 70% não utilizam mecanismos de acompanhamento ou avaliação de suas atividades” (VALENTI, et al, 2012, p.279). Valenti *et al* ainda afirmam que “Contudo, a prática da avaliação é geralmente deixada de lado nos projetos de educação ambiental por diversos motivos, como a falta de tempo e a falta de conhecimento sobre metodologias adequadas (ANDRADE; LOUREIRO, 2001). No contexto das UCs, percebemos que esse é um aspecto que merece especial atenção, já que a maioria das unidades não utiliza nenhum mecanismo de avaliação e, portanto, também não tem incorporado as discussões teóricas acumuladas sobre esse tema”. (2012, p. 279)

Os dados obtidos ainda evidenciam que a falta de padronização das avaliações impede que ações semelhantes sejam comparadas por meio de seus

resultados alcançados. Por exemplo, o analista ambiental da Resex Arapixi afirma que “o resultado com os professores foi bem abaixo do esperado, que seria: os professores buscassem trabalhar em suas aulas normais a própria Resex Arapixi nas diferentes disciplinas e isso tem sido pouco observado”.

Não se sabe como foi obtida essa afirmação e o porquê dos professores não estarem trabalhando com a temática na sala de aula. Essa investigação é importante para destacar se houve problemas na formação, se os professores não se sentem preparados, se existe problemas internos nas escolas, etc. Dessa forma, a criação de indicadores e monitoramento das ações de educação ambiental e Comunicação podem contribuir com essa lacuna.

6.9. Comunicação

Apesar do esforço em entender como a comunicação esteve inserida nas experiências, observou-se que a maior parte das respostas entende comunicação como ferramentas de divulgação. Ainda assim, a comunicação pode ser entendida em dois eixos: comunicação dos programas, projetos e ações da UC e comunicação sobre a UC. A maior parte das ações e projetos não previu ações específicas de comunicação, sendo que a divulgação das mesmas e da unidade ocorre de diferentes formas:

- Comunicação local: contato direto com os sujeitos, bicicleta e carro de som, participação em eventos locais, matérias em mídias locais (principalmente jornais e rádios);
- Realização de eventos: palestras, cursos de capacitação, reuniões;
- Produção de materiais comunicativos: audiovisuais e programas de rádio, materiais impressos como folders, folhetos, cartazes etc.;
- Uso da Internet: mailing dos conselheiros, sites da UC, dos parceiros e das prefeituras, ICMBio em foco (13 citações) e, principalmente, o Facebook, através do perfil da Unidade ou do gestor.

É importante ressaltar novamente que todas as UCs possuem acesso à *Internet* e podem ter uma página no Site oficial do ICMBio, no entanto, das 320

UCs Federais, apenas 29 UCs possuem páginas na *Internet* disponibilizadas por meio do Portal do ICMBio e outras duas estão em processo de elaboração.

A comunicação é apontada como um gargalo em algumas Unidades de Conservação, como a Resex Pirajubaé, pois os comunitários são semi-analfabetos e a unidade não possui pontos de encontro. A maioria das experiências que trouxeram o uso educativo da comunicação por meio da produção de programas de rádio (como o Parna de Aparados da Serra e a Rebio das Perobas) não trouxeram indicadores sobre o retorno das comunidades sobre estes programas.

O Parna de Emas, que é citado como referência sobre o uso de rádio seguindo metodologia educ comunicativa (produção coletiva de mídias) também não trouxe indicadores e estratégias de avaliação.

Outros afirmaram trabalhar a educomunicação (caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina), mas não explicaram o que fazem. Há uma grande confusão sobre o que seria comunicação (entendida mais como ferramentas de divulgação) e educomunicação (que entre outros recomenda estratégias participativas de produção de mídias, gerenciadas pelo próprio grupo que as produz, e não gerenciadas por um órgão público, como é o caso do ICMBio).

É importante destacar experiências que citam trabalhos envolvendo educomunicação, caso da APA Carste Lagoa Santa (Animação), Parna do Descobrimento com Resex do Corumbaú, Parna Pau Brasil, Resex Cassurubá e Parque Nacional de Emas. Nestas experiências, oficinas formativas utilizaram a produção de diversas mídias (rádio, jornal, vídeo) para trabalhar temas de Educação Ambiental e de mobilização dos atores sociais envolvidos.

Quatro UCs apresentaram o uso de recursos de comunicação de maneira mais específica/detalhada, avançando da produção de sites e páginas no Facebook: é o caso do Parna Aparados da Serra, da Rebio das Perobas e do Parna Campos Amazônicos, Parna dos Abrolhos e Resex de Cassurubá - sendo que estas duas últimas UCs têm programas de comunicação previstos em seus planos de manejo.

O trabalho desenvolvido pela Rebio merece ser destacado. A atividade de divulgação da Unidade com foco em rádio ocorre de 2011 até hoje e é uma das UCs que apresenta melhor experiência de uso de veículos de comunicação, promovendo educação ambiental, mantendo e divulgando imagem institucional da Reserva e do ICMBio, de maneira criativa. O próprio analista ambiental é o comunicador da

unidade, responsável também pela produção e distribuição dos programas em rádios regionais e locais.

Houve uma tentativa, quando do levantamento de experiências que constam nesse relatório, em observar de que forma a comunicação se relaciona com a Educação Ambiental nos projetos e programas levantados. A forma como se entende Comunicação, no entanto, é focada, na maioria das vezes, mais nos meios que nos elementos do processo; não foi possível entender como as informações sobre a UC foram repassadas e recebidas pelos públicos envolvidos na gestão participativa; na maioria das respostas sobre formas de divulgação da UC, citaram Facebook, sem indicar quem seriam os usuários dessas páginas. Poucos, como o Parna Campos Amazônicos, citaram o uso de ferramentas virtuais como imprescindível na relação com público do entorno; no caso específico dessa UC, o contato via *Facebook* é mais fácil do que o uso de telefone.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecida com ampla participação social a fim de ser coerente com distintas realidades, a Encea é o documento de referência para as instituições e cidadãos que atuam no âmbito das Unidades de Conservação que dialogam com as ações,

projetos, programas e políticas públicas de Educação Ambiental e Comunicação.

Por isso, no presente trabalho buscou-se identificar e analisar experiências de Educação Ambiental, Comunicação e Educomunicação que, de alguma forma, estejam em consonância com a Encea, a fim de auxiliar o fortalecimento da ação governamental na formulação e na execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do Snuc (1ª diretriz da Encea) e garantir sua efetiva utilização como marco referencial e documento orientador.

Segundo o documento,

O cerne da Encea está nos processos inclusivos de participação social na gestão ambiental e no fortalecimento da cidadania, oportunizados pelos espaços participativos e meios de comunicação que proporcionam criticidade e tomada de decisão consciente pelas comunidades sobre a UC (ENCEA,p. 19).

Nesse momento, iremos observar se, como e em que medida essas experiências analisadas dialogam com a Encea para, em seguida, trazer algumas recomendações para qualificação das ações governamentais na implementação e avaliação das ações de Educação Ambiental, Comunicação e Educomunicação nas Unidades de Conservação Federais Brasileiras.

Todas as experiências, de alguma forma, se relacionam com os princípios da Encea. Em alguns casos, eles estão enunciados nos objetivos, na motivação e/ou nas concepções teóricas, em outros, eles perpassam o processo das ações sem serem evidenciados. Porém o princípio de valorização da cultura e do conhecimento tradicional local foi pouco explorado na amostra identificada.

As experiências dialogam, de diferentes maneiras, com as 5 diretrizes centrais da Encea (abaixo), bem como várias diretrizes específicas. É importante frisar que muitas ações das experiências dialogam simultaneamente com uma ou mais diretrizes.

Diretriz 1: Fortalecimento da ação governamental na formulação e execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do Snuc.

Diretriz 2: Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de UC.

Diretriz 3: Estímulo à inserção das UC como temática no ensino formal.

Diretriz 4: Inserção das UC como temática nos processos educativos não-formais.

Diretriz 5: Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às UC e estímulo à práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental.

No âmbito da primeira diretriz, de fortalecimento da ação governamental, o destaque são as parcerias com os órgãos públicos e a participação dos gestores (e demais atores que atuam na UC) enquanto responsáveis e propositores das ações, o que tem relação direta com a diretriz 1.11 da Encea: “inserir a temática da comunicação e educação ambiental em cursos, oficinas e programas de formação continuada de servidores públicos que atuem na gestão da política ambiental em territórios de UC”, e com a 4.10 de estabelecer parcerias visando o apoio às ações de comunicação e EA e UC. Porém as poucas experiências relacionadas com Comunicação e a sua recorrente utilização enquanto sinônimo de divulgação indica a necessidade de fornecer e/ou fortalecer as formações específicas na temática.

A fragilidade da temática da Comunicação pode ser identificada pela sua associação recorrente nas experiências com a construção de materiais comunicativos (programas de rádio, jornais, folhetos etc.) focados na divulgação. Essa ação pode ser fortalecida ao associá-la à diretriz 5.2 que visa estabelecer processos educocomunicativos que permitam refletir sobre questões relacionadas aos benefícios, desafios e conflitos vivenciados pela criação e gestão da UC.

Nesse mesmo âmbito há experiências com a realização de eventos com meios de comunicação, visando incentivar, pautar e qualificar a abordagem da temática ambiental nos mesmos (5.8 e 5.9) e promoção de campanhas educativas sobre diferentes aspectos relacionados a criação e gestão de UC (5.10). Porém, essa ação não ocorre em todas as unidades, pode-se incentivá-las por meio da divulgação dos resultados de algumas ações de longo prazo como a Rebio das Perobas e o Parna das Emas.

Nesse sentido, faz-se necessário fortalecer a temática da Comunicação nas unidades de conservação, executando a diretriz 5.1 relacionada à formação em gestão da comunicação, a 5.3 de estabelecer planos de comunicação para a UC de forma participativa, possibilitando a produção coletiva e a troca de informações entre os diversos públicos envolvidos na gestão das UC. Com relação ao Plano de Comunicação da UC é importante acompanhar a experiência em andamento no

Parna Serra dos órgãos identificados potenciais e desafios.

As formas de participação social na gestão das UCs foram contempladas na motivação e objetivos das experiências com a formação ou renovação dos conselhos, empoderamento das comunidades locais e a promoção de processos educativos juntos a diferentes públicos, inclusive gestores, conselheiros, guias e voluntários da UC (diretrizes 2.6 e 2.7 da Encea). Porém, ações relacionadas à criação das UCs não foram identificadas não sendo possível analisar de que forma ocorrem e como fortalece-las.

O estímulo à inserção das UC como temática no ensino formal (3ª diretriz da Encea) apareceu tanto como objetivo quanto atividade nas experiências, por meio do: estabelecimento de parcerias com universidades e com instituições de pesquisa (3.2) e da articulação com secretarias estaduais e municipais de educação e meio ambiente e instituições de ensino (escolas, faculdades e universidades) (3.4) de forma bem fortalecida. Já a diretriz 3.1 relacionada à implementação de linhas de pesquisas e extensão, do estímulo à participação de pesquisadores nos programas de EA das UC (3.1) foi pouco frequente, porém aparece como foco no Parna de São Joaquim.

Além disso, muitas experiências, tais como os projetos “Jovens Protagonistas” (APA Costa dos Corais, Flona de Carajás, Resex de Soure, Resex do Rio Unini, Resex Quilombo do Frexal e Floresta Nacional de Tefé/Resex do Baixo Juruá/Resex do Rio Jutai) estimularam a inserção dos jovens como agentes parceiros nas ações de conservação ambiental e até mesmo na gestão da UC (3.6).

Já a inserção das UCs como temática nos processos educativos não-formais (diretriz 4 da Encea), ocorreu de diversas maneiras, entre elas:

- Visitas monitoradas à UC, orientação sob conduta na visita à UC e de acesso aos atrativos, motivadas a partir da necessidade de divulgação da UC e objetivando trabalhar com a importância da unidade, do bioma e de temas relacionados a UC, bem como aproximar a unidade da comunidade e desenvolver o sentimento de pertencimento da mesma para com o local (4.6) . Destaca-se que esses objetivos dialogam com os destacados no Snuc e na Pnea.

- Formação de membros e parceiros dos conselhos gestores da UC, visando do fortalecer a organização social das comunidades residentes e de entorno das UC,

o controle social por elas exercido e a integração da sociedade civil e de gestores no processo de gestão da UC (4.1).

- Oportunizar formação continuada das equipes das UC e parceiros, incentivando a troca de experiências sobre Educação Ambiental e Comunicação a partir da realização de encontros, cursos, seminários, oficinas, reuniões, intercâmbios e eventos diversos (4.9).

A análise desse relatório identifica que as ações educativas apresentam alguns princípios das políticas públicas de educação ambiental elaboradas nos últimos anos no país, inclusive (e principalmente) a própria Encea. No entanto, concordamos com Valenti *et al* (2010) que embora uma política pública de larga escala seja importante para orientar as ações desejadas, ela não é suficiente para que sejam incorporadas de maneira efetiva e continuada às práticas educativas. Um exemplo nesse sentido é a certa distância entre as motivações e objetivos das ações e as atividades que são de fato realizadas. Além disso, embora as experiências tenham apontado à realização de avaliações e acompanhamentos eles não foram especificados e, portanto, não há como saber sua real efetividade. Os dados obtidos ainda evidenciam que a falta de padronização das avaliações impede que ações semelhantes sejam comparadas por meio de seus resultados alcançados.

A não existência ou a indisponibilidade de planos de manejo em algumas UCs apontam que as ações e projetos de educação ambiental e comunicação não estão, necessariamente, inclusas de maneira orientada, estruturada e continuada nos processos de gestão das UCs, nem que exista “elaboração participativa do Plano de Manejo da UC, de suas revisões e monitorias, dando visibilidade à sua implementação e promovendo seu continuo acompanhamento e avaliação” (diretriz 2.4 da Encea).

Embora tenham sido citadas referências ao plano de manejo, tanto sobre sua elaboração (APA Baleia Franca, Resex Marinha Baía do Iguape), quanto na sua simplificação e divulgação (Parna das Montanhas do Tumucumaque) e no atendimento dos programas de educação ambiental presentes no plano (ex: Parna de Fernando de Noronha), não foi possível aferir, com as informações disponibilizadas, a elaboração participativa e o acompanhamento e avaliação contínua do plano de manejo. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a diretriz 4.3 que indica a necessidade de “qualificar e viabilizar a participação de todos os atores

sociais envolvidos direta ou indiretamente com as UC por meio da realização de oficinas e eventos técnicos para elaboração dos planos de manejo e outros instrumentos de gestão”.

Uma observação interessante é que não houve nenhuma experiência, que trabalhasse, pelo menos não de maneira declarada e especificada com: saberes, conhecimentos ou comunidades tradicionais, monitoramento da biodiversidade, e brigadas de incêndio. É importante ressaltar que a não identificação não é sinônimo da não existência na prática cotidiana, porém indica que as mesmas não são disseminadas, o que merece um olhar atento visando fortalece-las.

As reflexões e análises foram feitas por meio do retrato das experiências em 51 unidades de conservação federais do país que dialogam com as políticas públicas de EA e comunicação atuais e podem contribuir com o fortalecimento e implementação da Encea nas unidades. Porém, é importante reforçar que os dados aqui apresentados e sistematizados não representam um retrato conclusivo do cenário da educação ambiental e da comunicação nas UC, até porque as lacunas são reais, o processo é dinâmico e o universo das áreas protegidas é vasto (Pnud, 2008).

Recomendações

Estímulo institucional á sistematização das experiências de EA e Comunicação das UC, de preferência de modo padronizado, transparente e acessível para acompanhamento e avaliação periódica.

- Investir em canais de socialização das experiências das unidades, proporcionando conhecimento detalhado delas.
- Fortalecer o intercâmbio de experiências relacionadas à EA e comunicação, estimulando e ampliando a relação com pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa, a realização de pesquisas científicas sobre estes temas e mecanismos com o retorno e a difusão das mesmas de forma acessível ao público em geral, além da inserção de questões ligadas à realidade e cotidiano da UC como temas geradores nas instituições de ensino e pesquisa.
- Realizar estudo sobre implementação e a efetivação do Plano de Manejo visando identificar sua relação com as práticas cotidianas das unidades, o modo como foi construído, e sua disseminação na comunidade.

- Promover e/ou fortalecer formação na área de Comunicação
- Estimular à Formação de gestores públicos em seus territórios ou próximos pode-se utilizar a estrutura capilarizada de atuação sugerida no Programa de Formação de Educadores Ambiental. A recomendação foi estimulada pela experiência do Parna Aparados da Serra.
- Fortalecer nas formações a temática da avaliação (incluindo ferramentas de avaliação, monitoramento, elaboração de indicadores, definir periodicidade das mesmas etc).
- Fortalecer e ampliar o aporte de recursos para implementação de ações de Educação Ambiental, Comunicação e Educomunicação nas UCs de maneira acessível, transparente e democrática e que os atores de base/da ponte possam ser contemplados. Fomentar a constituição e aprofundamento das parcerias internacionais e nacionais, e cooperações técnicas e financeiras (bi ou multilaterais) que fortaleçam as ações nesta área e o estímulo a criação de carteiras e linhas temáticas, nos fundos socioambientais e de educação.
- Fomentar a perspectiva de que a Educação Ambiental enquanto política pública, pois embora a educação ambiental venha conquistando espaço na agenda das instituições e seja tema recorrente de alguns fundos públicos que financiam temáticas ambientais, há uma crescente demanda para que educadora/es ambientais transcendam seus espaços de atuação e participem de processos que pensem a EA como política pública, e não apenas como ação ou projeto (ANDRADE; SORRENTINO, 2013, p. 215).

8. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Referências Bibliográficas item Snuc

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>

Nadinni Oliveira de Matos Sousa; Fabiana Regina Pirondi dos Santos; Marco

Antonio de Souza Salgado & Fábio França Silva Araújo (2011). DEZ ANOS DE HISTÓRIA: AVANÇOS E DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. In: *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao06072011055602.pdf

Visitado em 08 de dezembro de 2014.

Referências Bibliográficas item Encea

FABI, Claudio Rodrigues. Perspectivas da ENCEA para a efetividades da participação na gestão de unidades de conservação federais. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Tecnologia (FT) da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia. Limeira, 2014.

VALENTI, Mayla Willik; OLIVEIRA, Haydée Torres de; DODONOV, Pavel and SILVA, Maura Machado. Educação Ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e prática educativa. *Educ. ver.* [online]. 2012, vol.28, n.1, pp. 267-288. ISSN 0102-4698.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2010.

Apresentação Renata Maranhão na Oficina de educadores....

BRASIL. MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Mapeamento e Diagnóstico das Ações de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do SNUC. Brasília, 2008. 56p. Disponível em :

http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/diagnostico_encea.pdf

Acesso em: 20 de outubro de 2014.

Referências Bibliográficas item Sistematização

HOLLIDAY,, Oscar Jara. Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p. ; 24 cm. (Série Monitoramento e Avaliação, 2).

Referências Bibliográficas item Educação Ambiental

BRASIL. Lei nº 9,795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf> Acessado em: 04/12/2014.

LOUREIRO, C.F.B. SAISSE, M. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. Revista Educação Pública. V.23. n. 52. Jan/abr 2014. P. 105-129.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3ª edição. 2005.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Disponível em: <http://tratadoeducacaoambiental.net/Jornada/docs/Jornada_POR.pdf>. Acesso em 10/08/2013.

Referências Bibliográficas item Comunicação

Aguiar, S. & Cerqueira, J.F.. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. Revista Comunicação e Inovação, 13(24): 11-20, 2012.

Brasil. Lei no 10.650/2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, Brasília, DF, 2003.

Bordenave, Juan Diaz. Além dos Meios e Mensagens: Introdução à Comunicação como Processo, Tecnologia, Sistema e Ciência. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1983.

Freire, P. 1983. Extensão ou comunicação? Paz e Terra, Rio de Janeiro, 7ª edição, 51p.

MMA. Programa de Educomunicação Socioambiental – Comunicação Popular e Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente/DEA/CGA, Brasília, 2008.

MMA/ICMBio. 2011. Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no âmbito do

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF: MMA/ICMBio. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/publicac3a7c3a3o-encea.pdf>>. Acesso em: 2mar. 2013.

www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/publicac3a7c3a3o-encea.pdf>. Acesso em: 2mar. 2013.

Soares, I.O. Educomunicação: Um Campo de Mediações. Revista Comunicação & Educação,

19: 12-24, 2000.

Soares, I.O. Gestão Comunicativa e Educação: caminhos da Educomunicação. 2002. Revista

Comunicação & Educação, 20: 16-25, 2002.

Artigos e outras publicações

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Parque Nacional da Serra da Capivara. 2006, São Raimundo Nonato / PI.

FIEKER, Caroline Zatta, REOS. Matheus Gonçalves dos, BRUNO, Sávio Freira. Guia de bolso: 100 aves do Parque Nacional da Serra da Canastra-MG. São Roque de Minas: ICMBio, 2014.

FUDUKA, Juliana Cristina. *et al.* Projeto APA de Guapi-mirim nas escolas: Educação Ambiental para todos os estudantes da região. 2014.

ICMBio. APA Guapimirim. Educação cidadã nas escolas da região da Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim. 2013.

ICMBIO. Plano de Manejo da Reserva Biológica das Perobas: Monitoria e Avaliação Anual, abril/2013 a março/2014. Não publicado.

Ilustração de: Paulo Henrique Pereira Rocha - Palmas, 2013. 43 p.: il.; 26 cm

Jornal Pau Brasil Comunidade. Primeira edição do jornal comunitário do entorno do PARNA do Pau Brasil. Ano I - Edição 1. Porto Seguro – BA. Maio de 2012.

MARTINS, J.M.S. *et al.*, “Férias ecológicas: um programa de educação ambiental marinha em Fernando de Noronha.” In: PEDRINI, A.G. Educação ambiental marinha e costeira no Brasil.

Medina, Maria de Fátima Rocha. Asas do Jalapão: Programa de Sensibilização e Educação Ambiental. Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/ICMBio. Palmas, TO, 2013. 43 p.

MENEZES, Débora. Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa: Implementação de Atividades de Educomunicação Socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil. Publicação eletrônica, 2012. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/375497-Educacao-ambiental-comunicacao-e-gestao-participativa-no-Parque-Nacional-do-Pau-Brasil/>>. Acesso em 15 out 2014.

MENEZES, Débora. Educomunicação no Parna Descobrimento e Resex Corumbau. Prado, BA: ICMBio/PROECOS, 2009.

Projeto Capacitação de Jovens: Orientações. Projeto Piloto/2013. Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental. Coordenação de Educação Ambiental. Brasília, 2013.

RESENDE, Lucijaine Silva; MAMEDE, Simone; SILVA, Maristela Benites da. Programa de rádio “Fala Cerrado” como veículo de rede de educação e informação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, DF, no. 2, Fev. 2007, p. 117-121.

Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Projeto Básico “Saneie seu Quintal – Programa de Formação para Ação em Saúde Ambiental – Bacia do Rio Carapitanga”. Paraty (RJ). 2014/2015.

SILVA, Antonio Guilherme Cândido, JUNIOR, Carlos Alberto de Oliveira Magalhães, FILHO, Henrique Ortêncio, DELARIVA, Rosilene Luciana. Reserva Biológica das Perobas: Uma Ilha de Biodiversidade no Noroeste do Paraná. Brasília, DF: ICMBio, 2013.

Entrevistas realizadas por telefone/Facebook/Skype

Carlos Alberto Giovanni Ferraresi, gestor da Rebio das Perobas. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2014.

Cristina Carvalho, Assessora do Asas do Jalapão, EESGT. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2014.

José Ulisses Santos, analista ambiental do Centro de Mamíferos Aquáticos/CDA/APA Costa dos Corais. Entrevista realizada em 24 de outubro de 2014.

Joyce Trindade, gestora da Resex do Cassurubá. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2014.

Juliana Fukuda, Coordenadora do Núcleo de EA e educação da APA Guapimirim e da ESEC da Guanabara. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2014.

Marcio Ricardo Ferla, gestor do Parna Campos Gerais. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2014.

Richard Smith, Instituto Çaracura e conselheiro da Rebio do Arvoredo. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2014.

Robson, gestor da Flona de Brasília. Entrevista realizada em 23 de outubro de 2014.

Rogério de Oliveira Souza, analista ambiental do Parque Nacional da Canastra. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2014.

Tatiana Santos Souza, ex-analista ambiental da Flona de Tefé. Entrevista realizada em 19 de outubro de 2014 e complementada por e-mail.

Relatórios

Centro Golfinho Rotador. Relatório Férias Ecológicas 2014.2014.

ICMBio. Floresta Nacional do Tapajós. Relatório do I Ciclo de palestras. Julho de 2014.

ICMBio. Parque Nacional Campos Gerais. Relatório de atividades. Marcio Ricardo Ferla.

ICMBio. Parque Nacional Campos Gerais e Reserva Biológica das araucárias. Planejamento para capacitação de professores em elaboração de projetos com temas ambientais. Dezembro de 2013.

ICMBIO. Reserva Extrativista de Cassurubá. Relatório de execução técnica. Programa de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito da Reserva Extrativista de Cassurubá e da dragagem de acesso ao Canal do Tomba (março de 2013 a janeiro de 2014). Caravelas – BA, 2013.

ICMBio. Relatório da Chamada de Projetos 2011 da Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa – O Valor do Licuri. Flona Contendas do Sincorá. 2011.

ICMBio. Flona de Carajás. Relatório do Projeto Criança Ambientalista (PCA). Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (CEAP). Parauapebas – PA, 2014.

ICMBio. APA Guapimirim. Educação cidadã nas escolas da região da Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim. 2013.

ICMBio. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Curso Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais. Março de 2010.

ICMBio. Floresta Nacional de Tapajós. Ciclo de palestras. Semana do meio Ambiente. Abril de 2014.

ICMBio. Floresta Nacional de Tapajós. Relatório I Ciclo de Palestras. Julho de 2014.

ICMBio. Resex do Rio Jutaí. Módulos I e II do Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário na Resex do Rio Jutaí, Resex do Baixo Juruá e Flona de Tefé. 9 a 16 de agosto de 2011.

ICMBio. Resex do Baixo Juruá. Projeto de Conclusão de Curso. I Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa. Jovens como Atores no Fortalecimento Comunitário na Resex do Baixo Juruá, Resex do Rio Jutaí e Flona Tefé, AM. Programa Verde Perto. Dezembro 2010.

ICMBio. Floresta Nacional Contendas do Sincorá. Relatório da Chamada de Projetos. O Valor do Licuri na Caatinga. 2011.

ICMBio. Parque Nacional de Brasília. Portfólio de plano de ação – Ações e Projetos do NEA. 2013.

ICMBio. Estação Ecológica Serra das Araras. Ação educativa nº004/2014. 2014.

ICMBIO. Plano de Manejo da Reserva Biológica das Perobas: Monitoria e Avaliação Anual, abril/2013 a março/2014. Não publicado.

ICMBio. Reserva Extrativista Baía do Iguape. Relatório final da etapa de elaboração do perfil da família beneficiária. Maragogipe – BA. Outubro de 2014.

ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório da Primeira Reunião do Projeto Jovem Protagonista da Costa dos Corais em São Miguel dos Milagres. Julho de 2013.

ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório de Projeto de Extensão: Desenvolvimento sustentável na rota ecológica de Alagoas. 2014.

ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório: Ciclo de Capacitação Pró-Fórum Socioambiental da Costa dos Corais. Julho de 2013.

ICMBio. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Relatório do Fórum Socioambiental da Costa dos Corais. 2013.

ICMBio. Parque Nacional Lençóis Maranhenses. Amaral, Yuri Teixeira. Relatório de ações de Uso Público relativo ao período da Copa do Mundo Fifa. 2014.

Programa de Educação e Interpretação Ambiental. Conselho Consultivo da Rebio do Arvoredo – Corbio; Grupo de Educação Ambiental – Gtea. Junho de 2014.

ICMBio. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Relatório de Atividades Programa de Educação Ambiental. Maio de 2010.

ICMBio. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Relatório Crianças no Parque. 2012.

Boletim Interno do ICMBio. Parna dos Abrolhos investe em integração com a Comunidade: Projeto Professores no Parque. nº 157 - Ano IV. Brasília, Agosto de 2011.

ICMBio. ICMBio em Foco. Ed. 241, ano 6, 19 de abril de 2013. p.10.

ICMBio. ICMBio em Foco. Ed. 257, ano 6, 9 de agosto de 2013. P. 14.

ICMBio. ICMBio em Foco. Ed. 207, ano 5, 10 de agosto de 2012. p.19.

Sites consultados

Página do Parna Serra da Canastra no Facebook

<https://www.facebook.com/serradacanastra?fref=ts>

Portal de buscas Google - www.google.com.br. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Portal de buscar Google Acadêmico - www.scholar.google.com.br. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Portal Scielo - <http://www.scielo.com>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Portal do IBCT/IBTD (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que reúne a produção acadêmica brasileira) - <http://bdtd.ibict.br/a-bdtd>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - www.bancodeteses.capes.gov.br. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Portcom – Portal de livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação. Espaço mais indicado para localizar experiências e estudos sobre comunicação

<http://www.portcom.intercom.org.br/>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Site do ICMBio – Canal de Notícias

<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias.html>

Site do ICMBio – Informações gerais sobre as UCs

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>

Site do ICMBio – Planos de Manejo

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>

Site do ICMBio – UCs mais visitadas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/10___visitados.pdf

Site do ICMBio – Planos de Manejo

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo/ucs-com-plano-de-manejo.html>

Floresta Nacional de Altamira

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flna_altamira_planejamento.pdf

Floresta Nacional do Amanã

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_amana_vol2_planejamento.pdf

Floresta Nacional do Amapá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flna_amapa_pm_plan.pdf

Parque Nacional da Amazônia (Tapajós)

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_amazonia_pm.pdf

Parque Nacional de Anavilhanas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pn_anavilhanas_esec.pdf

APA de Anhatomirim

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_anhatomirim_pm_enc3.pdf

Parque Nacional de Aparados da Serra

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2195-parna-de-aparados-da-serra>

Esec de Aracuri-Esmeralda

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encartes_4.pdf

Parque Nacional do Araguaia

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_araguaiaa.pdf

Reserva Extrativista Arapixi

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_arapixi.pdf

FLONA Araripe-Apodi

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2122-flona-araripe-apodi.html>

Parque Nacional das Araucárias

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2199-parna-das-araucarias>

Rebio Atol das Rocas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_atol-das-rocas.pdf

RESEX Auati-Paraná

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/licitacoes/2013/plano_de_manejo_da_resex_do_aupati-Parana.pdf

Rebio de Augusto Ruschi

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_augusto-ruschi.pdf

APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_bacia_rio_sao_joao.pdf

Resex Baixo Juruá

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Baixo%20Juru%C3%A1.pdf>

APA da Barra do Mamanguape

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_arie_manguezais_mamanguape2014.pdf

Parque Nacional de Brasília

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20Brasilia.pdf>

Parna Cabo Orange

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte%204%20-%20PNCO.pdf>

APA de Cairuçu

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_cairucur.pdf

PARNA Campos Amazônicos

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_campos_amazonicos_pm.pdf

APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_cananea_iguarape_peruibe.pdf

Parque Nacional do Caparaó

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/caparao_plan_manejo.zip

Floresta Nacional de Carajás

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_carajas.pdf

Esec de Carijós

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/esec/1-monitoria_pm_esec_Carijos_final.pdf

Área de Proteção Ambiental do Carste de Lagoa Santa

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_carste_lagoa_santa.pdf

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2078-parna-cavernas-do-peruacu.html>

Floresta Nacional de Caxiuana

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1928-flona-de-caxiuana.html>

RESEX Cazumbá-Iracema

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_cazumba-iracema.pdf

Parna da Chapada Diamantina

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada_diamantina.pdf

Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada-dos-guimaraes.pdf

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_2.pdf

Flona de Chapecó

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_chapeco_pm_vol1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_chapeco_pm_vol2.pdf

Reserva Extrativista Chico Mendes

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf

Flona Contendas do Sincorá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/contendas_do_sincora1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/contendas_do_sincora.pdf

Rebio do Córrego do Veado

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/corrego_do_veado_pm.pdf

Rebio do Córrego Grande

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2314-rebio-do-corrego-grande>

APA da Costa dos Corais

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM_APA_Costa_dos_Corais_2013_JANEIRO.pdf

Floresta Nacional de Crepori

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/crepori_planejamento.pdf

APA Delta do Parnaíba

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_delta_parnaiba.pdf

Parque Nacional das Emas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_emas.pdf

APA de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/A-PM_APA_Fernando_de_Noronha_-_Encartes_1_e_2.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/C_-_PM_APA_Fernando_de_Noronha_-_Encarte_3.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/D_-_PM_APA_Fernando_de_Noronha_-_Encarte_4.pdf

Flona de Goytacazes

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/volumell-planejamento_flona_Goytacazes.pdf

Parque Nacional Grande Sertão Veredas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_grande_sertao_veredas.pdf

Esec da Guanabara

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/planejamento_ga.pdf

APA de Guapimirim

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_guapi_mirim.pdf

APA de Guaraqueçaba

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_guaraquecaba.pdf

Reserva Biológica Guaribas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_guaribas.pdf

Reserva Biológica do Gurupi

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_gurupi.pdf

Flona de Ibirama

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_ibiramaaa.pdf

APA de Ibirapuitã

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_ibirapuita.pdf

Parna do Iguaçu

http://www.cataratasdoiguacu.com.br/manejo/siuc/planos_de_manejo/pni/html/index.htm

Parna de Ilha Grande

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_ilha_grande_pm.pdf

Flona de Ipanema

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2191-flona-de-ipanema>

Flona de Irati

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_irati_vol2_pm.pdf

Floresta Nacional de Itaituba 1

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_itaitubalel_pm_v2.pdf

Floresta Nacional de Itaituba 2

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_itaitubalel_pm_v2.pdf

Parna do Itatiaia

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_parna_itatiaia_enc3.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_parna_itatiaia_enc1.pdf

Floresta Nacional de Jacundá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_jacunda_pm_vol2.pdf

Floresta Nacional do Jamanxim

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_jamanxim.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Jamanxim_planejamento.pdf

Floresta Nacional do Jamari

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_jamari_pm_planejamento.pdf

Reserva Biológica do Jaru

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_rebio_jaru_4_1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_rebio_jaru_4_2.pdf

Parque Nacional do Jaú

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_jau_pm.pdf

Parna de Jericoacoara

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Planejamento.pdf>

Estação Ecológica Juami-Japurá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_esec_juami_japura-planejamento.pdf

Parque Nacional do Juruena

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte4.pdf>

Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex_lago_capana_pm.pdf

Parna da Lagoa do Peixe

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_lagoa-do-peixe.pdf

Parna dos Lençóis Maranhenses

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/08ENCARTE_6.PDF

Resex Mandira

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano%20Manejo%20Mandira%202010.pdf>

Arie Manguezais da Foz do Rio Mamanguape

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_arie_manguezais_mamanguape2014.pdf

Floresta Nacional Mapiá-Inauini

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_mapia_inauini_pm.pdf

Resex Marinha de Caeté-Taperaçu

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex_caete_taperacu_pm_plan.pdf

Rebio Marinha do Arvoredo

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2276-rebio-marinha-do-arvoredo>

Parna Marinho de Fernando de Noronha

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/_PARNA_MARINHA_D E_FERNANDO_DE_NORONHA.pdf

Parna Marinho dos Abrolhos

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_marinho-dos-abrolhos.pdf

Arie Mata de Santa Genebra

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/arie_mata_de_santa_genebra.pdf

Reserva Extrativista Médio Juruá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/RESEX_M%C3%89DIO_JURU%C3%81.pdf

Esec Mico-Leão-Preto

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esec_mico_leao_preto.pdf

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_montanhas-do-tumucumaque.pdf

Parna Histórico do Monte Pascoal

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_monte_pascoal_pm.pdf

Parna Nacional do Monte Roraima

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encarte63.pdf>

Área de Proteção Ambiental do Morro da Pedreira

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_morro_da_pedreira.pdf

Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_nascentes_da_serra_do_cachimbo.pdf

Flona de Nísia Floresta

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Volume_II_Planejamento_27jul12.pdf

Parque Nacional de Pacaás Novos

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_pacaas_novo.pdf

Parna do Pantanal Matogrossense

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_matogrossensee.pdf

Flona de Passo Fundo

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Vol_II_PF_abril_2012_final.pdf

Rebio das Perobas

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/REBIO%20DAS%20PEROBAS%20-%20FINAL2.pdf>

APA de Petrópolis

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_petropolis.pdf

APA de Piaçabuçu

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_piacabucu.pdf

Estação Ecológica de Pirapitinga

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/esec_pirapitinga_pm.pdf

Rebio de Poço das Antas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%201_p.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%202_p.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%204_p.pdf

Flona de Pacotuba

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Volume_II_Pacotuba_Junho_2011.pdf

Floresta Nacional do Purus

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_purus.pdf

Esec Raso da Catarina

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esec_raso_da_catarina.pdf

Parna da Restinga de Jurubatiba

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_jurubatiba.pdf

Estação Ecológica do Rio Acre

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esec_rio_acre.pdf

Reserva Extrativista Rio Iriri

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Resex%20do%20Rio%20Iriri%202011.pdf>

Reserva Extrativista Rio Jutai

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano_de_Manejo_da_Resex_do_Rio_Juta%C3%AD_-_Vers%C3%A3o_Final_-_19-10-2012_impress%C3%A3o.pdf

Reserva Extrativista Rio Ouro Preto

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Versao_completa_21_08_2014_com_mapas.pdf

Flona do Rio Preto

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_rio_preto_pm.pdf

Reserva Biológica do Rio Trombetas

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_trombetas.pdf

Resex Rio Unini

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano_de_Manejo_Participativo_da_RESEX_do_Unini_set14_final.pdf

Reserva Extrativista Rio Xingu

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM-RESEX-Rio-Xingu-2012.pdf>

Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Rsx%20Riozinho%20do%20Afrísio.pdf>

Flona de Ritapolis

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_ritapolis_planejamento.pdf

Rebio de Saltinho

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_rebio_saltinho_encartes.pdf

Floresta Nacional de Saracá-Taquera

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_saraca_taquera.pdf

Esec do Seridó

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte%204_s.pdf

Parna da Serra da Bocaina

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2212-parna-da-serra-da-bocaina>

Parque Nacional da Serra da Bodoquena

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Encarte2_serra_do_bodoquena.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Encarte4_2013.pdf

Parque Nacional da Serra da Canastra

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_canastra_1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_canastra_2.pdf

Parque Nacional da Serra da Cutia

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_da_cutia_pm_4_enc3.pdf

Parna da Serra das Confusões

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_serra_das_confusoes.pdf

Parque Nacional da Serra do Cipó

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_do_cipo_pm_encarte1e2.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_do_cipo_pm_encarte3-1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_do_cipo_pm_encarte3-2.pdf

Parque Nacional da Serra do Divisor

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_divisor_pm.pdf

Parna da Serra do Itajaí

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pn_serra_do_itaja%C3%AD.pdf

Parna da Serra dos Órgãos

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_orgaos_1.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_orgaos_2.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_orgaos_3.pdf

Parna de Serra Geral

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2182-parna-de-serra-geral>

Reserva Biológica de Serra Negra

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano%20de%20Manejo%20Volume%202%20-%20RBSN.20SET.2011.pdf>

Parna de Sete Cidades

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20SETE%20CIDADES.pdf>

Rebio de Sooretama

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio_sooretama_pm.pdf

Esec de Tamoios

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Encarte5.3b_esec_tamoios.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Encarte6esec_tamoios.pdf

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Encarte_6.1.pdf

Floresta Nacional do Tapajós

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajoss.pdf

Reserva Biológica do Tapirapé

[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/B%20-%20PM%20REBIO%20Tapirap%C3%A9%20-%20Encarte%204%20\(Planejamento\).pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/B%20-%20PM%20REBIO%20Tapirap%C3%A9%20-%20Encarte%204%20(Planejamento).pdf)

Floresta Nacional do Tapirape-aquiri

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapirape-aquiri.pdf

Parna da Tijuca

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_tijuca_pm.pdf

Rebio do Tinguá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_tingua.pdf

Floresta Nacional do Trairão

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pn_flona_trairao_final.pdf

Esec de Tupiniquins

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esec_tupiniquins.pdf

Reserva Biológica do Uatumã

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio_uatuma_pm.pdf

Parque Nacional de Ubajara

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encarte6_u.pdf

Rebio de Una

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/REBIO%20Una.pdf>

Rebio União

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%204_rebio.pdf

Parque Nacional do Viruá

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_virua_pm_plan.pdf

Referências **Bibliográficas** item análises

TOMAZELLO, M.G.C; FERREIRA, T.R.C. Educação ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? **Ciência & Educação**, v.7, n.2, p.199-207, 2001.

ANDRADE, Daniel Fonseca. SORRENTINO, Marcos. Aproximando educadores de políticas públicas. In: SORRENTINO, Marcos (org.) Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2012. 499p. p. 215-223.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro para a sistematização das experiências

Ficha da Unidade

Nome da unidade

Bioma

Data de criação da UC e data do plano de manejo

Ligada a que CR

Tem Plano de Manejo?

Tem programa de EA/comunicação previsto no plano de manejo?

Sobre as experiências

Nome do projeto:

Responsáveis pelo projeto:

Quem propôs a ação:

Motivação (como tudo começou, de onde veio a ação):

Parceiros/Recursos (quem financiou, quem apoiou, quem executou)

Qual a relação do projeto com o plano de manejo:

Sujeitos da ação educativa: (quantificar se houver)

Período de desenvolvimento do projeto:

Objetivos:

Metodologia: (passo a passo do que foi feito, com que recursos pedagógicos).

Referenciais teóricos: (quando houver)

Atividades realizadas: (quantas oficinas, de quantos dias, que tipo de oficina)

Temas trabalhados:

Resultados:

Formas de avaliação e monitoramento:

Desdobramentos:

Mídias utilizadas no projeto:

Esse projeto/ação/programa é fruto de condicionante/compensação ambiental?

Sobre a Unidade

Quais são as ações que vocês realizam de comunicação para divulgar a unidade?
Quais mídias utilizam? O Programa que está no plano de manejo é o que a UC usa atualmente ou foi atualizado? O programa de educação ambiental/comunicação está implementado? Se não foi implementado, porque?

Anexo 2 - Cruzamento da unidades de conservação identificadas (Em arquivo virtual)

Anexo 3 – Formulário online para unidades que desenvolvem atividades de EA e Comunicação

Indicação de data e hora

Nome do Projeto/Ação de Educação Ambiental

Nome Completo da Unidade Descentralizada

responsável pelo projeto/ação

Município da sede da Unidade

Unidades descentralizadas abrangidas pelo projeto/ação

Objetivos do projeto/ação

Descreva, em poucas linhas, o projeto/ação

Período de execução do projeto/ação

O Projeto/Ação está planejado em módulos ou etapas?

Se sim, quantos(as)?

Ementa ou Conteúdo Mínimo

Possui Concepção Pedagógica/Metodológica?

Atividades Realizadas

O projeto/Ação tem ações de comunicação previstas?

Se sim, qual?

Este Projeto / Ação tem previsão de continuidade?

Dentre estas ações, estão contempladas ações de educomunicação?

Referências Bibliográficas

Este Projeto/Ação contribui para o Planejamento Estratégico da Unidade?

Sujeitos prioritários da Ação educativa

Faixa Etária do Público

Escolaridade do Público

Número de Participantes

Data de Início desta etapa

Data do Término desta etapa

Carga horária

Esse projeto/ação está inserido no contexto de:

Se sim, cite quais UCs estão envolvidas na execução do projeto/ação

O projeto/ação previu mecanismo de monitoramento e avaliação?

Os resultados atingiram as expectativas?

Comente sobre as dificuldades encontradas, incluindo as relacionadas à comunicação na unidade. Qual o número de pessoas alcançadas pelo projeto/ação?

Servidor da Unidade responsável pelo acompanhamento do Projeto / Ação

E-mail para contato Telefone para contato

Fonte de Recursos Responsável pelo preenchimento

E-mail para contato Telefone para contato

As parcerias envolveram

Este Projeto/Ação está previsto no Plano de Manejo da Unidade?

A Unidade possui um Programa de Educação Ambiental?

Este Projeto/Ação dialoga com as Diretrizes da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental - ENCEA?

Se sim, qual(is) Diretriz(es)?

Quais as atividades implementadas contribuem para a implementação da ENCEA?

Sujeitos prioritários da Ação educativa

Se sim, mencione qual

Marque abaixo se este Projeto/Ação estrutura-se em algum dos 4 eixos estratégicos para implementação da Educação Ambiental no ICMBio

O Projeto / Ação previu ações de comunicação?

Se sim, quais?

Dentre estas ações, estão contempladas ações de educomunicação?

Cite quais ferramentas de Comunicação e/ou Educomunicação foram utilizadas:

Realizaram ações específicas de comunicação para divulgar a unidade?

Se sim, quais ações?

Quem é o responsável pela produção/execução dessas ferramentas?

Tendo respondido sim ou não: que dificuldades têm em relação à comunicação na Unidade?

Indique os resultados alcançados pelo Projeto / Ação

Que estratégias utilizam/utilizaram para monitorar o andamento do Projeto / Ação?

UF

Servidor da Unidade responsável pelo acompanhamento do projeto/ação

E-mail para contato Telefone para contato

O Projeto/Ação objeto deste formulário: Cite esse outro programa

A construção/planejamento do projeto/ação teve participação de:

Objetivos Específicos do projeto/ação

Especifique qual:

Esse projeto/ação envolve parceria/articulação com outras UCs?

Parceiros envolvidos na execução do projeto/ação

O trabalho de comunicação é realizado por pessoas com formação na área?

Quais os meios de comunicação não foram utilizados no âmbito do projeto/ação por dificuldade de acesso?

Quais as ações de Comunicação e/ou Educomunicação foram realizadas?

Que temas aparecem como demandas dos públicos envolvidos no projeto/ação e não estão contemplados neste projeto/ação?

As demandas de informações dos públicos citados são atendidas pela UC?Nome Completo da Unidade Descentralizada responsável pela Ação

Insira um código para esse Projeto/Ação:

Anexo 4 – Formulário online para as unidades sem experiências de EA e Comunicação

CONSULTA COM AS UNIDADES QUE NÃO POSSUEM AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO

Esse formulário tem por objetivo pesquisar eventuais fatores que estejam dificultando e ou impedindo a Unidade de Conservação

na realização de ações de Educação Ambiental e Comunicação.

Este diagnóstico poderá nos ajudar a superar as dificuldades e impedimentos para que todas as Unidades possam trabalhar com

estes temas.

*Obrigatório

Nome Completo da Unidade de Conservação *

UF *

Responsável pelo preenchimento *

E-mail para contato *

Telefone para contato

O Plano de Manejo da Unidade prevê a existência de um Programa de Educação Ambiental e Comunicação?

() sim

() não

Em relação a um Programa de Educação Ambiental e Comunicação?

- Já tivemos um programa de EA e Comunicação
- Não temos um Programa de EA e Comunicação
- Estamos estruturando um Programa de EA e Comunicação

Quais os fatores impedem que seja implantado um Programa de Educação Ambiental e Comunicação na UC: (É possível marcar mais de uma opção, se houver)

- Falta de recursos financeiros
- Falta de recursos humanos
- Falta de infraestrutura
- Não há visitação pública na UC
- Não é uma ação prioritária
- Outro:

No caso em que a UC já tenha desenvolvido no passado um programa/projeto/ação de Educação Ambiental e Comunicação,

descreva os motivos pelos quais a mesma deixou de ser realizada:

Informações sobre o público potencial para o desenvolvimento de ações de educação

ambiental e comunicação (marque mais de uma opção, se houver) *

- Gestores
- Comunidade em Geral
- Conselheiros da UC
- Lideranças Locais
- População Tradicional () Mulheres
- Professores
- Jovens
- Visitantes
- Estudantes do Ensino Formal

Outro:

Parcerias potenciais para a execução de programa/projeto/ação

Mosaico Reserva da Biosfera UCs Outros Nenhuma das anteriores

Qual?

Parceiros potenciais envolvidos na execução do Projeto/Ação

Outras Unidades Descentralizadas

Analistas ambientais do ICMBio

Conselheiros da Unidade

Comunidade

Ong

Empresa de Consultoria

Outros:

As parcerias poderiam envolver

Repasse de recursos

Estruturação da proposta metodológica

Execução da proposta

Produção de conteúdo

Apoio logístico

Outros. Quais?:

Fonte de Recursos possível

Orçamento

Projetos Especiais (Recursos Externos)

ARPA

Compensação ambiental

Parceria

Outros. Quais?:

Você conhece a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA? *

Acesse o documento:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_encea.pdf

Sim

Não

Comunicação/Educomunicação

Existem ações de comunicação que poderiam contribuir com as ações de educação ambiental?

Sim

Não

Cite quais:

Site próprio/blog

Página no Facebook

Twitter

Programa próprio de rádio

Rádio Comunitária

Espaço em programa de rádio de terceiros

Espaço em programa de TV

Jornal próprio

Boletim

Espaço em jornal/boletim de terceiros

Divulgação por meio de assessoria de imprensa própria

Vídeos de produção própria

Folhetos, cartilhas explicativas e outros materiais impressos

Sinalização para a unidade

Divulgação de atendimento por telefone

() Realização de reuniões periódicas em associações, escolas, etc.

() Utilização de grupos virtuais

() Jornal-mural

() ICMBio em Foco

() Outros. Quais? _____

Que temas aparecem como demandas dos públicos da UC que poderiam ser contemplados em um programa/projeto/ação?

Na hipótese de vir a trabalhar futuramente na UC com Educação Ambiental e Comunicação, que materiais educativos gostaria de ter à

sua disposição no sentido de alavancar programas/projetos/ações na UC:

Na sua opinião que estratégias/temas/atividades deveriam ser trabalhados neste material:

No geral, que dificuldades têm em relação à execução de programa/projeto/ação de educação ambiental e comunicação na

Unidade?

Sugira caminhos para superação das dificuldades apontadas:

Anexo 5 – Quadro com programas de educação ambiental e comunicação nas Unidades de Conservação Federais e como são inseridos no Plano de Manejo (em arquivo virtual)